

Setembro de 2016

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I.	REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	I
1.1	A redistribuição do rendimento tem de ser o novo modelo de crescimento económico em Angola	1
1.2	Os nossos milionários	1
1.3	Trabalhadores domésticos angolanos ganham direitos	2
1.4	Angola continua na lista dos países menos avançados até 2020	3
1.5	Que Importância Social Tem Os Mototaxistas A Nível Do Município De Cacuaco	3
1.6	Crescimento económico de Angola abaixo da média da região	4
2.	MICROFINANÇAS	6
2.1	Podemos Contribuir Para que mais Cooperativas Surjam	6
2.2	Micro Finanças	6
2.3	Banco Sol empresta aos professores Crédito para consumo e compra de automovel e de habitações	7
2.4	Banco Postal chega ao mercado	8
2.5	BPC reforça crédito ao meio rural	8
2.6	Banco sol assina protocolo com Cofre de Providência	9
2.7	Professores podem aceder a créditos no Banco Sol	9
2.8	Fundos de capitais garantem créditos à iniciativa privativa	10
2.9	Micro Capital disponibiliza crédito até kz 1 milhão para agricultura	10
2.10	58% dos luandenses possuem conta bancária, revela estudo sobre audiências e consumos	11
3.	MERCADO INFORMAL	12
3.1	Centenas de ambulâncias apodrecem junto ao cecoma	12
3.2	Vendedoras indiferentes aos perigos	12
3.3	Elisal desapontada por falta de civismo em algumas áreas	12
3.4	Administração realiza encontro com vendedoras	13
3.5	Luanda prepara época das chuvas	13
3.6	Ministério do Ambiente forma 70 gestores de resíduos	14
3.7	Vendedores abandonam mercado nova luz no Cazenga	14
3.8	Governo de Luanda recua na cobrança de lixo com a energia	16
3.9	Taxa de limpeza cobrada nos municípios	17
3.10	A recolha do lixo	17
3.11	Facturas ao domicílio são pagas no banco	19
3.12	Administração faz trabalho para desobstrução das valas	19
3.13	Cazenga produz mais de 500 toneladas de lixo por dia	20
3.14	O lixo ganhou... mais uma vez	20
3.15	Taxa de lixo arranca em Outubro apenas para condomínios e empresas	21
3.16	Taxa de lixo já não será cobrada com a factura de electricidade	22
3.17	Mucaba melhora tratamento de resíduos	22
3.18	Um luxo chamado	23
3.19	Milhares de casas são construídos em Caluapanda	25
3.20	O sacrifício em vender Jornais	25
3.21	Dólar americano regista queda nas ruas da capital do país	26
3.22	Mercado licra com peças de carros roubados	26
3.23	Taxa do lixo será cobrada pelas administrações municipais e distritais	28

4.	OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	29
4.1	Oposição diz que revisão do OGE 2016 é inoportuna	29
4.2	Investimento público ficou muito abaixo do orçamentado no primeiro semestre de 2016	29
4.3	Uma nova fase nas finanças públicas	30
4.4	OGE votado na Segunda-feira	32
4.5	Parlamento vota OGE rectificativo no dia 19 deste mês	32
4.6	Parlamento vota hoje OGE revisto	33
4.7	Orçamento Geral do Estado para o exercício Económico	33
4.8	Fisco Perde o Rasto a Milhares de Empresas	35
4.9	Fisco de perde o rasto a milhares de empresas	35
4.10	UNITA e CASA-CE chumbam Orçamento Geral do Estado Revisto	35
4.11	Universo de 13% dos grandes contribuintes não cumpre com fisco	36
4.12	Crescimento económico de Angola abaixo da média da região	36
5.	GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	38
5.1	Administrador do Cazenga aconselha munícipes ao pagamento de impostos	38
5.2	Administrador preocupado com munícipes	38
5.3	Atribuição de nome aos bairros e ruas já tem regras	39
6.	URBANISMO E HABITAÇÃO	41
6.1	Projetos de habitação garante melhor qualidade de vida á população	41
6.2	Vamos lançar um sistema de endereço de números	42
6.3	Consultora imobiliária angolana distinguida pela Euromoney	45
6.4	Nova urbanização da Quiçama recebe primeiros moradores	45
6.5	Supervisor da ONU-Habitat em Angola	46
6.6	AADIC acusa administração da Centralidade do Sequele de violar a Lei 15/03	47
6.7	Aida Cristina" constrói mais de 300 condomínio	48
6.8	Casas sociais são entregues	48
6.9	Luanda com capacidade para ser cidade inteligenteNovo Jornal	49
6.10	Linha férrea em Luanda vai finalmente avançar Jornal Manchete	49
6.11	Cacuaco tem a maior taxa de desemprego	50
6.12	Milhares de casas são construídos em Caluapanda Jornal Expansão	50
6.13	Afritrack cria projecto imobiliário Aida Cristina	51
6.14	Novas Casas das Centralidades com Fissuras... E outras Sem Luz Nem Água.	51
6.15	Habitantes clamam pela construção de centralidades	52
7.	TERRA	53
7.1	Esperança de vida em angola, um problema	53
7.2	Seis horas de sustos e de angustia no zango	54
7.3	Luanda tem mais de um milhão de hectares para a agricultura	55
7.4	Demolições Não Param No Zango E Há Denúncias De Violações De Mulheres	56
7.5	Governo Angolano É Sul Generis Privaiiza A Orla Marítima E Incentiva Turismo	56
7.6	Familiares dispostos a identificar militar que disparou sobre Rufino	57
7.7	Demolições em Viana: o lobo na pele de cordeiro – parte II	58
7.8	Lotes de terreno para moradores em áreas de risco	61
7.9	Populares em zonas de risco recebem lotes para moradias	62
7.10	Reservas fundiárias baixam défice de casas Província da Huíla dispõem acima de 57 mil hectares para construção	62
7.11	OS esquecidos da Kinanga ou AS pomessas de realojamento por cumprir do Governo Angolano	63
7.12	Polícia Agride Jovens Que Exigem Fim Das Demolições No Zango	63
7.13	Militares nas demolições no Zango reclamam falta de salário	64

7.14	Não houve expropriação de terras	65
7.15	Reação da Sociedade Mineira do Cuango	65
7.16	Donos das terras agastados com Carlos Cavuquila	66
7.17	FAA violam e espancam mulheres no Zango	66
7.18	Governador de Luanda apoia famílias sem teto	67
7.19	Governante acusado de falsear documentos de posse de terra	67
7.20	Atribuição de nome aos bairros e ruas já tem regras	68
7.21	Porque estamos no "lixo"	69

8. SERVIÇOS BÁSICOS 71

8.1	População do Cuanza-Norte diz que água para todos não chaga	71
8.2	Falta água continua a preocupar populares em alguns bairros de Luanda	71
8.3	Energia e Aguas têm novo modelo de funcionamento	72
8.4	Municípios passam a pagar água potável	72
8.5	Cazenga Saneamento	73
8.6	Ministro da Energia e Águas trabalhou em Cacucaco	73
8.7	Abastecimento de água potável com restrições em alguns bairros	74
8.8	Água e luz: mil desafios!	74
8.9	Novos projectos de energia e águas para o Zaire	75
8.10	Rede de água potável melhora na Huíla	76
8.11	Obras de energia e águas levam ministro ao Huambo	76
8.12	Novos sistemas e abastecimento de água na Huíla	77
8.13	Água para Huambo e Bié	78
8.14	Epal	78
8.15	Taxa de lixo já não será cobrada com factura de electricidade	79
8.16	Milhares de habitantes com mais água potável	79
8.17	Garimpo de água	80
8.18	Especialista alerta sobre os perigos do consumo de água Imprópria	80
8.19	Investidos USD 10 milhões em abastecimento de água em Bula Atumba	81
8.20	Lançadas obras para aumentar a água e a luz	82
8.21	Necuto com mais, água potável	82
8.22	Angola entre os piores quanto ao saneamento, acesso a água e combate à malária	83
8.23	Cresce o número de consumidores de água potável	84
8.24	Epal	84
8.25	Executivo investe acima de 83 USD milhões no Sector das Águas em Malanje	84
8.26	MINEA Investe 1,2 mil milhões USD no abastecimento de água	85
8.27	Zonas rurais com mais água	86
8.28	Bié espera melhoria no sector das águas	87
8.29	Sistemas de água e luz com melhor gestão'	87
8.30	Torneiras voltam a secar na zona dos Kwanzas	88

9. GÉNERO E VIOLENCIA 90

9.1	O desaparecimento de 71 armas de guerra de unidade estratégica	90
-----	--	----

10. AMBIENTE 91

10.1	Época das Chuvas (II)	91
10.2	Época das Chuvas (11)	91
10.3	Sumbe não está pronto para as chuvas	92
10.4	Conservação das floretas assegura a biodiversidade	93
10.5	Família transferida para zonas seguras	94
10.6	Efeitos da chuva são combatidos com novos planos	95
10.7	Exploração da madeira	95

10.8	Seca arrasa cofres do Executivo	96
10.9	Angola com maior mortalidade associada à poluição ambiental	96

I I. MIGRAÇÃO 98

I2. EXPLORAÇÃO MINEIRA 98

12.1	Decreto presidencial tipifica as transgressões administrativas mineras com multas	98
12.2	Projecto Ferro de Kassinga produzirá 10 milhões de toneladas/ano	98
12.3	Reação da Sociedade Mineira do Cuango	99
12.4	Planegeo descobre "gigante" complexo de granito	100
12.5	Mínas cria empregos	100
12.6	Empresas de rochas aumentam produção	101
12.7	Reação da Sociedade Mineira do Cuango	Erro! Marcador não definido.

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 A redistribuição do rendimento tem de ser o novo modelo de crescimento económico em Angola

Jornal Manchete

02 De Setembro de 2016

Texto: Moreira Mário

O Presidente do Conselho de Administração do Entrepósito Aduaneiro de Angola, Jofre Van-Dúnem Júnior, havia anunciado no início de Agosto que o preço do pão poderá voltar ao normal ainda no final do mês em referência, tendo afirmado na altura que o país poderia receber uma grande quantidade da farinha de trigo.

De acordo com o mesmo, o produto que chegaria por intermédio do Entrepósito Aduaneiro, é uma encomenda da Associação das Indústrias de Panificação e Pastelaria de Angola (AIPPA), cuja quantidade não revelou.

De igual modo, disse que, "com a chegada do produto, o fornecimento da farinha aos associados da AIPPA vai ser de forma directa, excluindo assim os intermediários", que segundo o responsável, "contribuem para a especulação do preço".

Na verdade o preço do pão praticamente não baixou, embora tenha registado uma redução ligeira. Este jornal constatou nalgumas padarias em Luanda que o pão cassete que era comercializado a 85 Kz apenas baixou para 75 Kz e o pão pequeno de sessenta gramas que era três 100 Kz, passou para quatro ao mesmo valor.

Os proprietários das panificadoras continuam a reclamar pelo preço elevado da farinha de trigo comercializado nos armazéns. Neste momento, o saco de 50 Kg mantém-se entre 19 a 21 mil Kz, enquanto os importadores dizem encontrar dificuldades devido a escassez de divisas face a crise.

Por sua vez, os populares reclamam não apenas a redução do preço do pão, como também a falta de qualidade do mesmo. "O pão hoje em dia já não mata a fome porque está a ser feito de forma muito leve.

Se apertarmos com as mãos notamos que não há quase nada dentro dele", reclamou um cidadão que considera um autêntico roubo ao consumidor, pelo que defende uma maior fiscalização das panificadoras

I.2 Os nossos milionários

Novo Jornal

09 De Setembro de 2016

Texto: Sérgio Calundungo

Segundo a consultora Britânica Knighth Frank, entre 2005 e 2015, o número de cidadãos angolanos com, pelo menos, um milhão de dólares aumentou 318%, ou seja, se em 2005 havia 1.600 pessoas com um património líquido avaliado em um milhão de dólares, em 2015 este número chegou aos 6.400. Quem serão estes milionários? Onde vivem? Em que sectores da economia prosperaram? Que preocupações têm face à sorte dos seus concidadãos não milionários? Que fizeram para ganhar assim tanto dinheiro?

Claro que muita coisa melhorou no nosso país. Em pouco mais de 10 anos, temos hoje um panorama nacional em que os recém-milionários desfrutam de uma vida maravilhosa, alguns até ostentam a sua riqueza de maneira inacreditável, dando a impressão de que Angola é um dos melhores países do mundo para se viver. Mas também é verdade que por trás disso rudo, na raiz, na vida concreta, uma grande parte das pessoas vive verdadeiras tragédias. Basta olhar para outras realidades e ver como o quinto país com mais milionários de África figura entre os últimos com pior índice de desenvolvimento humano do continente, segundo o último relatório de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Estes dados contraditórios vêm demonstrar que há ainda muita coisa por mudar: uma delas é a visão que temos em relação ao tipo dedesenvolvimento baseado, pura e simplesmente, num modelo de crescimento económico; outra são as opções que podem levar não só Angola mas a humanidade ao desastre. Nesse sentido, o problema da corrupção já se tornou visivelmente uma grande preocupação nacional, assim como a questão da desigualdade; o problema do êxodo rural, que é um problema ligado às assimetrias regionais; o problema da intolerância política, que é um problema ligado à ideia de que quem discorda do meu partido é necessariamente meu inimigo, ou seja, são problemáticas nacionais que, se não as enfrentarmos, podem conduzir-nos a um beco sem saída.

Por isso, considero que os milionários do nosso país não deveriam deixar de se preocupar com a sorte daqueles que menos têm. Tal preocupação não deveria ser expressa apenas partilhando um pouco do muito que têm com aqueles que nada têm, mas também através do questionamento ante si e a toda a sociedade das razões que fazem com que uns tenham e outros não. Diz-se que o pior pecado que existe é o da A classificação de Angola como sendo o quinto país africano com mais milionários deveria fazer-nos reflectir omissão. A omissão diante do sofrimento, da miséria e da desigualdade é inaceitável.

Sabemos que alguns dos nossos milionários chegaram onde chegaram graças à gestão danosa das instituições, à falta de rigor e disciplina, mas isto não é um problema só deles ou das pessoas corruptas, mas também de toda uma sociedade que acredita e até defende a ideia de que "o fulano rouba, mas faz" e que, tratando-se de políticos, isto é normal em qualquer parte do mundo.

Acredito que a classificação de Angola, sendo o quinto país africano com mais milionários deveria fazer-nos reflectir e servir de lição para os próximos 10 anos, pois estamos a mostrar até onde essa doença, chamada corrupção, desigualdade de oportunidades e desrespeito pelo bem comum pode corroer a vida do país.

Aos cerca de 6.400 milionários, só peço que, para além de desfrutarem do seu património, se preocupem em seguir o que está a acontecer no nosso país - e porque eu não acredito que todos chegaram onde chegaram por meios ilícitos, desejo sinceramente que consigam posicionar os interesses do país acima dos próprios interesses e contribuir para que Angola venha mudar completamente o que deve mudar.

"Eu acredito que Angola vai mudar", esta é uma frase que eu escuto praticamente desde que nasci. Mas estou convencido de que isso vai depender muito dos esforços de todos e cada um dos seus cidadãos. Estes são os únicos que, de forma unida, poderão provar objectivamente que valeu a pena o sacrifício feito por todas aquelas pessoas que lutaram pela nossa independência.

Não sei hoje quantos dos nossos milionários fazem uma distinção entre o crescimento económico, que a muitos permitiu amealhar tanto património, e o desenvolvimento, que, apesar dos avanços registados, ainda não chegou a todos nós.

Cada vez mais sinto que há necessidades básicas que têm de ser atendidas de qualquer maneira pelo Executivo para todos os cidadãos; há necessidades de

acomodação de interesses de algumas pessoas, em particular, que podem ser atendidas desde que as primeiras sejam atendidas; e as necessidades de superação, que fazem com que se viva num patamar de maior dignidade.

Para mim, desenvolvimento é a passagem de uma fase em que os cidadãos que vivem em condições menos dignas passam a dispor de meios de vida mais dignos, e é esse sentido humano do crescimento económico que pode ser aperfeiçoado sempre, numa perspectiva de solidariedade, de justiça social, respeito pelos direitos e isso levaria, de facto, a uma maior satisfação da parte de todos os cidadãos, milionários ou não.

I.3 Trabalhadores domésticos angolanos ganham direitos

Jornal Liberdade

09 De Setembro de 2016

A partir de Janeiro, terão direitos a férias, oito horas de trabalho diário, reforma, subsídios de Natal e de maternidade Um decreto presidencial determina que trabalhadores domésticos angolanos passam, a partir de Janeiro de 2017, a ter direitos a férias, oito horas de trabalho diário, reforma, subsídios de Natal e de maternidade.

Entretanto, a principal central sindical angolana receia que venha a haver resistência por parte dos empregadores no cumprimento desta norma.

O secretário-geral da UNTA-Confederação Sindical, Manuel Viagem, diz que a publicação do decreto vem satisfazer um antigo desejo dos sindicatos.

O sindicalista afirmou ainda que o próximo passo para garantir a sua aplicação será a sensibilização dos patrões e os devidos esclarecimentos aos trabalhadores visados no diploma.

Para Viagem, "o passo mais difícil será a sua aplicação".

O decreto datado de 9 de Agosto e tornado público pelo Jornal de Angola determina que os trabalhadores que vivem em casa dos empregadores passam, a partir de Janeiro, a trabalhar apenas até 10 horas por dia.

Os empregadores também devem assinar um contrato com os trabalhadores e dirigir-se ao Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social para levantar a carteira do trabalhador doméstico.

O diploma não se aplica à prestação de trabalho doméstico com carácter accidental ou eventual, ficando igualmente excluídos os empregados domésticos que possuam relações de parentesco com o empregador.

O diploma estipula ainda que o ordenado dos trabalhadores domésticos não pode ser inferior ao salário mínimo nacional, que é de 15 mil kwanzas, e que os empregadores devem inscrever os seus trabalhadores domésticos no Instituto Nacional de Segurança Social.

I.4 Angola continua na lista dos países menos avançados até 2020

Jornal O PAÍS

15 De Setembro de 2016

Texto: Iracelma Kaliengue

A baixa no preço do petróleo é apontada como sentrada do país para o grupo de países considerados pelas ações Unidas como de Rendimento Médio (PRM).

O Governo justifica esta prorrogação com a situação económica e financeira, devendo manter-se na lista dos países menos avançados de África nos próximos quatro anos. Em virtude da decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Angola devia preparar, a partir deste ano, um plano de transição durante o qual receberia assistência técnica que lhe ajudasse concluir o processo com êxito.

O economista Victor Hugo entende que Angola não recuou da decisão, mas sim, "não está qualificada"

O especialista também aponta a situação económica em que o país está mergulhado como principal causa, afirmando que "Angola precisava de ter um desenvolvimento per capita estável para entrar na categoria dos países de rendimento médio".

O especialista disse ainda que "a crise que assolou e reduziu o principal componente da economia nacional demonstra um aumento da pobreza." Ele sustentou que os indicadores que permitiam Angola entrar estar entre os países de rendimento médio diminuíram consideravelmente. O economista explicou que o rendimento médio é avaliado em função da riqueza do país e a população. Segundo Victor Hugo, "os critérios avançados para que os países sejam candidatos à graduação dos PMA são o Produto Nacional Bruto "per capita", como indicador da capacidade de geração de rendimentos, o Índice de Capital Humano, como indicador das reservas de capital humano e o Índice de Vulnerabilidade

Económica, como indicador da resistência a crises externas".

A candidatura de Angola ao processo de graduação para entrar no grupo dos países de rendimento médio foi anunciada em Fevereiro de 2012, em Genebra, pela Comissão das Políticas de Desenvolvimento do Conselho Social das Nações Unidas (CNU- CED)

Em Março do mesmo ano, a Comissão das ações Unidas para a Política de Desenvolvimento concluiu que Angola dispunha das pré-condições para ser

retirada da lista dos países menos desenvolvidos atendendo ao rendimento nacional bruto "per capita" que era o dobro do mínimo exigido. Quarenta e oito países encontram-se actualmente na lista dos menos desenvolvidos - 33 em África, 14 na Ásia e Pacífico e 1 nas Caraíbas - tendo até à data apenas três países - Botswana em 1994, Cabo Verde em 2007 e Maldivas em 2011 esse período, o país terá acesso a vantagens que o ajudem a atingir o novo patamar.

Nas últimas três décadas, apenas três países saíram do grupo dos países menos avançados para o de rendimento médio, Botswana, Cabo Verde e Maldivas.

I.5 Que Importância Social Tem Os Mototaxistas A Nível Do Município De Cacuaco

Jornal O Crime

17 De Setembro de 2016

Este artigo explora alguns dos processos de organização e representação dos transportes urbanos de passageiros em Angola.

Focando-se no município de Cacuaco na província de Luanda, o texto analisa dois processo organizacionais distintos. Por um lado, a iniciativa governamental por parte do administrador municipal de Cacuaco o Dr. Carlo Alberto Cavuquila, junto da Associação de Motoqueiros de Angola (AMOTRANG) na pessoa do seu presidente Bento Rafael, para regularizar os serviços de os mototaxistas no município.

O artigo apresenta ainda informação sobre o aparecimento e crescimento dos transportes urbanos semioficiais e informais, vocacionadas para a protecção profissional e social dos munícipes de Cacuaco, e tem também como objectivo de suscitar alguma reflexão sobre as dinâmicas associativas nos segmentos semioficiais e informais dos transportes urbanos de passageiros.

A análise baseia-se na identificação e caracterização dos processos de organização e representação dos operadores envolvidos no transporte de passageiros no contexto geral da evolução que os segmentos de transportes de passageiros que têm vindo a conhecer o município, sob o impacto quer das acções de intervenção reguladora e acionadas pelo Ministério dos Transportes, quer dos efeitos gerados pela actual crise económica e financeira.

A AMOTRANG é uma agremiação para o sistema rodoviário de transportes de passageiros que surgiu no mercado há mais de dez anos para apoiar a juventude a fim de mitigar a fome e a pobreza na sociedade com trabalhos de mototáxis os "kupapatas", atendendo o nível elevado de desemprego, da crise económica e da ineficiência do modelo centralizado de gestão que conduziram ao seu colapso e ao aparecimento desta associação que está nesta altura com um elevado número de operadores.

O presidente da Associação de Motoqueiros Transportadores de Angola, "AMOTRANG", Bento Rafael, na sua apreciação destaca que os serviços que os seus associados têm desempenhado, tem grande importância, tendo em conta o papel de transportação de pessoas e bens, principalmente nas comunidades mais necessitadas, com deficiente acesso de viaturas, no entanto, a motorizada tem sido nestas áreas o transporte primordial das populações de ponto a ponto até aos seus destinos.

O município de Cacaco os serviços de mototaxistas é muito relevante porque existem muitas localidades que os municípios têm os mesmos como os únicos transportes públicos mais rápidos. O presidente da direcção desta associação, reconhece que muitos dos motoqueiros não conheciam o código da estrada e principalmente o uso do capacete pelos passageiros e condutores sobretudo no município de Cacaco, mas actualmente esta situação já está resolvida porque a associação junto da administração local procuram pensarem a proporcionar aulas de condução para os mesmos. Os motoqueiros devem cumprir com as regras para que a sua relação com a polícia seja a melhor, já que toda actividade deve ter uma regra, para que haja organização, nomeadamente o uso obrigatório destes meios de protecção dos utentes das motorizadas. O município de Cacaco está calculadamente com um número de 27462 associados e que diariamente transportam 20 mil passageiros.

O administrador do município vai levar a cabo nos próximos tempos a regularização jurídica destas actividades com a outorga de licenças aos mototaxistas e que terão áreas específicas de circulação. Desta forma opta-se nas características

diferenciadas num processo de organização e de representação dos actores envolvidos nas referidas actividades.

O director para área dos transportes, tráfico e mobilidade, o senhor Salomão Jacob na sua modesta opinião ressalta que os mototáxis têm muita importância a nível do Município de Cacaco, porque são eles que transportam os municípios nos locais onde os taxistas não se fazem sentir não só também, esta tarefa tem contribuído na redução da delinquência bem como do índice do desemprego.

Por esta razão, a Administração tem realizado palestras e campanhas de prevenção da sinistralidade rodoviária de forma a diminuir os índices dos acidentes, a não circulação sobre os passeios, respeitar os sinais de trânsito, ter os travões sempre afinados, o uso de bebidas alcoólicas é extremamente proibido enquanto se conduz, dentre outras obrigações que existem no contexto destas actividades, sublinha-se os actos indecorosos

dos malfeitores (os meliantes) que fazendo-se passar por passageiros vão sequestrando os proprietários das mesmas que no final a motorizada é roubada ou ainda com a perda de vida do motoqueiro, situação que deve ser combatida com denúncias junto dos órgãos competentes, bem como também poderem utilizar os novos sistemas de informação e segurança (GPS) que mesmo a distância pode ajudar a localizar os meios roubados.

Também constata-se que os meliantes não roubam para circular com as mesmas, mas desmontam-na e posteriormente vendem os acessórios situação esta que está devidamente identificada com envolvimento directo e indirecto dos vendedores de peças nos mercados paralelos e armazéns.

1.6 Crescimento económico de Angola abaixo da média da região

Jornal Expansão

30 De Setembro de 2016

Texto: Maurício Vieira Dias

A agência Fitch desceu a avaliação da dívida soberana de Angola com perspectivas de evolução negativa e previu que 2016 será o pior desempenho económico do País nos últimos 14 anos. De acordo com o relatório, a agência prevê que o crescimento desça de 3,3% em 2015 para 0% em 2016, resultado que coloca Angola abaixo da média dos países da região.

O director da equipa de rating soberano da Fitch, Jermaine Leonard, explicou ao Expansão que a média

de crescimento económico previsto para os países da região austral do continente é de 3%, enquanto os indicadores do último relatório da agência, publicado na última sexta-feira, apontam que o crescimento nacional ficará estagnado em 2016.

Jermaine Leonard diz que "o baixo crescimento de Angola resulta em grande parte da sua alta dependência de exportação de petróleo.

De acordo com Jermaine Leonard, há uma série de fatores económicos globais e regionais que estão a afetar muitos países da África Subsariana, bem como os exportadores de commodities em outras regiões.

"Muitos países da África Subsariana experimentaram significantes e persistentes défices fiscais e défices externos, uma vez que o fim do ciclo superior das commodities trouxe menor receitas de hidrocarbonetos e menores receitas de exportação".

Todavia, segundo o responsável, é ainda expectável que as restrições de financiamento vão impedir o Governo angolano de executar plenamente o orçamento de 2016.

A dívida angolana foi classificada como "lixo", ao passar de B+ para B, com perspectivas de evolução negativa.

Segundo a agência, Angola continua a sofrer um "severo choque petrolífero", uma vez que 95% das exportações angolanas resultam da venda de petróleo e que metade das receitas fiscais, do País provém dessas vendas.

O relatório da agência de notação sublinha, entretanto, que "as deficiências institucionais e um ambiente de negócios muito fraco vão continuar a ser grandes constrangimentos no desenvolvimento dos sectores não petrolífero". A Fitch prevê ainda uma inflação média de 30% para 2016.

Défice da agência é mais optimista que o do Governo. A previsão de défice das contas públicas, que se cifra em 5,8% do PIB em 2016, é mais optimista do que a do Governo que, de acordo com Orçamento Geral do Estado revisto, está nos 6,8%.

O economista Victor Rugo considera que o défice poderá estar acima da previsão do Governo, uma vez que se aproximam as eleições e as receitas arrecadas têm sido baixas em função da queda do preço do petróleo.

Victor Hugo considera que os indicadores poderão ser piores do que aqueles que foram apresentados. "As pessoas estão a fazer uma leitura da nossa economia a partir de fora, em função das políticas

que são apresentadas. O certo é que a economia angolana pode vir a abrandar mais do que o previsto pela Fitch, porque não há estímulo que garanta crescimento da economia. Assim sendo, o prognóstico da Fitch ainda é muito animador", disse.

O economista Yuri Quixina considera que a previsão da Fitch é semelhante à de outras agências, como a Economist Intelligence Unit (crescimento de 0,6%) ou o Banco Mundial (0,9).

"As análises destas instituições são cíclicas, quando a economia está em crescimento elas têm uma avaliação alta, ao passo que quando a economia está a descer elas atribuem uma classificação negativa", considera Quixina.

No relatório divulgado a semana passada, a agência de notação prevê que o crescimento de Angola aumente para 3,5% e 3% nos próximos dois anos. No entanto, até ao final da década o crescimento nunca ultrapassará a barreira dos 4%, segundo a Fitch.

A apreciação do relatório da agência indica que Angola recua para a categoria "B", que significa que se mantém abaixo da escala de investimento, com perspectivas de evolução "Negativa". Recorde-se que na última notação financeira da Fitch sobre Angola, em Março, a agência desceu a perspectivas de evolução da avaliação da dívida soberana nacional para "Negativa", enquanto na anterior, em 15 de Setembro de 2015, foi de "B+", considerada "Estável".

O documento da agência lembra ainda que Angola continua a sofrer com a queda do preço do petróleo no mercado internacional, sendo que 95% das exportações do Governo angolano de executar plenamente o orçamento de 2016.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Podemos Contribuir Para que mais Cooperativas Surjam

Jornal O PAÍS

02 De Setembro de 2016

Qual é a modalidade de reem- bolso?

Acaba sendo um processo que ocorre num banco comercial. O processo é submetido a uma análise' com um nível de exigência menor, mas rigoroso.

Qual é a taxa média de juro?

As taxas vão sempre estar entre a taxa de referência do BNA e a dos bancos comerciais. O coo- perado beneficia dessa taxa, mas mensalmente tem de fazer o reembolso.

Qual é o volume de concessão efetuado neste primeiro ano?

O valor total não ultrapassa os 30 milhões de kwanzas, ainda. Existe todo o interesse em podermos minimizar as preocupações sociais e económicas dos cooperados.

Como a Coocreft tem acautelado o risco do crédito mal parado, sendo este um dos problemas vividos pela banca comercial?

O crédito mal parado é um mal que enferma o nosso sistema financeiro. A Cooperativa tem definido os seus mecanismos para recuperar o crédito. Não é diferente de outras instituições. Normalmente os créditos mal parados não são dos funcionários. Aliás, é preciso mencionar que o cooperado deve ter a conta domiciliada na Cooperativa. Logo, os funcionários são facilmente localizáveis.

A probabilidade é quase inexistente?

Sim.

A Coocreft está "paternalmente" preparada para ajudar na intuição do conceito nos outros organismos?

É um processo que levou cerca de um ano e meio, árduo e bem-sucedido. Um conjunto de funcionários engajou-se para a concretização desse projeto. Foi adquirida muita experiência. Se formos abordados podemos, com todo gosto, contribuir para que mais cooperativas possam surgir.

o conceito 'cooperativa de crédito' no país é novo. Aliás, a Coocreft é a primeira a surgir. Fale-nos de forma didática, em que consiste, essencialmente?

Quando a gente diz cooperativa de crédito o termo crédito chama a atenção e acaba atraindo os interessados. É um exercício que temos estado a fazer com os funcionários da Presidência. Para se ter acesso ao crédito quando ouvimos crédito a primeira sensação é: "vou pedir o equivalente a um milhão dólares e pronto... Sem pensar numa capacidade de reembolso. Temos de começar a coisa na perspectivas de receber e dar. Para receber tenho que dar alguém. Por motivos históricos recebemos sem nos preocuparmos em dar. Para fomentar o Cooperativismo, o cooperado tem que estar também interessado em depositar as quotas.

2.2 Micro Finanças

Jornal O PAÍS

02 De Setembro de 2016

Texto: Mariano Quissola

É um projeto inspirado numa das mensagens do Presidente da República, em Dezembro de 2012, no sentido de incentivar o espírito de solidariedade. O projeto foi promovido pelos cinco órgãos auxiliares da Presidência da República, designadamente a Secretaria Geral, a Casa Civil, a Casa de Segurança, o Secretariado do Conselho de Ministros e o Gabinete de Obras Especiais. A Cooperativa foi criada em 2014 e inaugurada a 26 de Agosto de 2015, com a visão de vir a ser elemento catalisador na promoção do espírito de solidariedade, através da disponibilização de serviços financeiros para a melhoria das condições sociais e económicas dos cooperados.

A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, presta serviços bancários, depósitos, abertura de contas, levantamentos, transferências, cartão de débito. Recentemente foi aberta a operação de crédito. Temos estado a conceder crédito ao consumo, mas tencionamos, à medida que a instituição for se solidificando, conceder créditos para fins mais avultados.

Os 18 funcionários permanecem e, como deve perceber, as condições do mercado não são favoráveis para a expansão dos projetos inicialmente previstos. Esperamos solidificar e, com o passar do tempo, admitir mais funcionários e prestar mais serviços e com melhor qualidade.

Na verdade o cooperativismo não é novo em Angola e no mundo, na medida em que data, oficialmente, dos anos 1800. Teve a sua origem na Europa, mais propriamente na Inglaterra e sempre foi promovido como um conceito que defende os princípios de solidariedade, igualdade, de democracia, de bem-estar social, do bem comum. E para a Cooperativa de Crédito dos Funcionários da Presidência da República não é diferente. Fizemos também por nos orientar pelos sete princípios do cooperativismo que são internacionalmente reconhecidos.

Nomeadamente a Adesão voluntária e livre permanência dos seus membros, em que os próprios cooperados elegem os órgãos sociais, o corpo diretivo e determinam em termos de decisões mais relevantes sobre os destinos da Cooperativa, por meio de voto maioritário. O outro princípio é o da Participação económica. É necessário que os cooperados contribuam não só financeiramente, pois existem outras formas de contribuir, mas que estejam envolvidos e acompanhem de muito próximo o desenvolvimento da cooperativa. As cooperativas são geralmente entidades autónomas e livres de estabelecer parcerias nacionais ou internacionais.

Sim. As cooperativas existentes devem estar preocupadas que outras surjam e que se potenciessem. Por último, o princípio do Interesse pela comunidade. O interesse que haja o bem social, uma comunidade saudável do ponto de vista cultural e económico.

A Cooperativa arrancou com 100 cooperados, estarmos agora com perto de 800 cooperados. Certo. A Cooperativa foi criada para atender especificamente os funcionários dos órgãos auxiliares da Presidência da República.

Uma das primeiras condições é que tem que ser funcionário de um desses órgãos. Foi estatuído que deve contribuir com 15 mil kwanzas para a adesão e com uma contribuição de dois mil e 500 kwanzas mensalmente. O funcionário é livre de aderir ou não.

As cooperativas são instituições financeiras não bancárias, sem fins lucrativos. O fim último das Cooperativas é essencialmente o bem social. Não obstante serem instituições sem fins lucrativos, têm de ser rentáveis. Durante o desenvolver da sua actividade têm que ser capazes de garantir a rentabilidade das instituições. Os bancos são geridos por uma comissão executiva, indicada pelos acionistas. Os donos dos bancos são os acionistas. Nas cooperativas os donos são os cooperados. Estas são algumas diferenças entre bancos e cooperativas de crédito.

2.3 Banco Sol empresta aos professores Crédito para consumo e compra de automóvel e de habitações

Jornal De Angola

08 De Setembro de 2016

Texto: Madalena José

O Banco Sol e o Cofre de Previdência dos Professores (CPP) assinaram, terça-feira, em Luanda, um protocolo para concessão de crédito a professores em montantes de até 2,5 mil milhões de kwanzas, o equivalente a 15 milhões de dólares.

O protocolo, segundo o presidente da direcção do CPP, Miguel Flávio Bondo, visa dignificar o professor angolano que, em 2014, se organizou numa associação mutualista, unindo-se aos esforços do Executivo para minorar as inquietações sociais à classe.

Miguel Flávio Bondo referiu que o acordo vai servir também para manter diálogos constantes, ao mesmo tempo que vai ter uma incidência real e efectiva na transformação da vida dos professores e das suas famílias.

O protocolo entrou já em vigor, na terça-feira, e está direccionado para o crédito de habitação, automóvel e de consumo. O crédito apresenta limites de concessão, estabelecidos em sete milhões de kwanzas para o de consumo, 15 milhões de kwanzas para o automóvel e 50 milhões para o de habitação.

O período de reembolso dos créditos obedece os prazos de quatro anos, para o de consumo, cinco para o automóvel e 30 anos para o de habitação. O presidente do Conselho de Administração do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, reconhece o sector da Educação por desempenhar um papel importante na qualificação, formação e diferenciação técnico-científica dos recursos humanos, que são os agentes de mudança.

Coutinho Nobre Miguel disse que o acordo vai contribuir para a melhoria de vida daqueles que têm a responsabilidade de formar o homem. "A construção de uma sociedade equitativa e inclusiva requer o desenvolvimento do capital humano como elemento fundamental para todas as mudanças", disse.

O contrato é um instrumento de incidência económica, social e financeira, renovável automaticamente desde que nenhuma das partes manifeste o contrário. Os professores vão ter acesso

aos recursos do crédito bancário que já tiveram antes, mas, a partir da assinatura, não vão precisar de avalista. A CPP vai assumir o papel de garantia aos associados, para desenvolver iniciativas empreendedoras e contribuir para o desenvolvimento das famílias e da sociedade.

Assinaram o contrato pelo Banco Sol, o presidente do Conselho de Administração e a administradora executiva, Carla Van-Dúnem, e o presidente da direcção do CPP.

2.4 Banco Postal chega ao mercado

Novo Jornal

09 De Setembro de 2016

O mercado bancário vai contar ainda este ano, com mais um banco a operar no país. Trata-se do Banco Postal S.A., que na semana passada viu celebrada a escritura pública de constituição, segundo um comunicado da Instituição.

De acordo com o documento, o Banco Postal prevê iniciar a sua actividade durante o último trimestre do ano através de uma das suas três unidades de negócio.

O banco vai operar inicialmente em Luanda e vai funcionar nas instalações dos Correios de Angola, de forma a servir este segmento de mercado com uma postura moderna.

"O Banco Postal é uma instituição bancária que se representará com uma imagem moderna e com uma postura de actuação ética, presente na primeira linha do combate à exclusão social e pobreza, promovendo a criação sustentável de emprego e dinamização da economia nacional, através do fomento da inclusão financeira da formalização de actividades comerciais", lê-se no comunicado.

Os responsáveis do Banco Postal acreditam que a instituição será "um forte vector de inovação do sistema bancário, ao apostar na criação de novas formas de servir o mercado em novos produtos que irão ao encontro das reais necessidades dos clientes".

A mais recente instituição bancária autorizada a funcionar pelo Banco Nacional de Angola (BNA) tem, entre os accionistas, a Empresa Nacional de Correios e Telégrafos de Angola, ENSA seguros de Angola, o Grupo ENSA - participações e investimentos, a EGM Capital e C8 Capital.

O Banco Postal é a 29ª instituição bancária com autorização para operar no país, das quais 27 estão em funcionamento.

O Banco da China Limitada-Sucursal Luanda deverá ser a 30ª instituição bancária a receber das autoridades angolanas a licença para actuação no mercado nacional, estando neste momento a aguardar pelo seu licenciamento e início de actividade, segundo informação do BNA.

2.5 BPC reforça crédito ao meio rural

Jornal Económico

09 De Setembro de 2016

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) comprometeu-se, esta semana, no município da Damba, província do Uíje, conceder créditos às populações no âmbito do seu programa de apoio ao meio rural.

Falando à margem da inauguração de mais uma agência, o presidente do Conselho de Administração do banco, Paixão Júnior, assegurou que a nova agência bancária vai encurtar distâncias e evitar a deslocação dos clientes para outras localidades, como a cidade do Uíje, para movimentar as suas respectivas contas.

"A nossa intenção, é fazer com que os munícipes deixem de percorrer longas distâncias para levantar os seus salários"; enfatizou Paixão Júnior, explicando que além do pagamento de salários e depósitos, a agência local vai apoiar o crédito no meio rural, atribuindo maior importância ao micro - crédito para que os pequenos agricultores possam incrementar a produção para as famílias e comercialização.

Paixão Júnior referiu também que na agência serão feitas todas as operações bancárias normais, tais como transferências, depósitos, créditos e outros.

Já o governador provincial do Uíje, Paulo Pombolo, que presidiu ao acto inaugural, disse que a nova agência bancária para além de evitar a deslocação dos funcionários do município para outras cidades, como Uíje e Negaje, vai ajudar a combater o absentismo que se registava na administração local, sobretudo na altura de pagamento de salários dos enfermeiros e professores.

O governante disse igualmente que o BPC ao nível do município vai financiar os jovens que tenham iniciativas empreendedoras para realizar negócios.

Por outro lado, o administrador municipal da Damba, Abel de Rosário, saudou a inauguração da primeira agência bancária naquela jurisdição, que fazia muita falta para os munícipes efetuarem as suas operações.

O acto de inauguração da infra-estrutura localizada no centro da vila da Damba foi testemunhado por membros do governo provincial, administração local, entidades religiosas, políticos, autoridades tradicionais e a população em geral.

2.6 Banco sol assina protocolo com Cofre de Providência

Jornal Liberdade

09 De Setembro de 2016

Texto: Escrivão José

A Direcção do banco Sol e do cofre de providência dos professores angolanos, assinaram nesta terça-feira na sede do Banco um protocolo de colaboração entre as duas instituições com fins de ajudarem os professores a aderir aos créditos.

Na ocasião o presidente do conselho de administração do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, disse que Doravante os professores associados ao Cofre de providência vão beneficiar de créditos de consumo, habitacional e automóvel.

Coutinho Miguel, salientou ainda que as modalidades de pagamento dos créditos variam de 45 a 60 meses desde que a idade não exceda os 60 anos de idade, disse acrescentando que os empréstimos estão avaliados de sete aos cinquenta milhões de Kwanzas.

O anfitrião, reforçou que a construção de uma sociedade equitativa e inclusiva requer do capital humano para o desenvolvimento de uma nação, e os professores desempenha um papel importante na edificação de qualquer sociedade.

"E ao rubricarmos este acordo com o Cofre de Providência dos professores, estamos verdadeiramente a caminhar para a formação do homem do amanhã, e Doravante vamos apoiar financeiramente os docentes a receberem os seus créditos bancários no Banco Sol sem fazer acompanhar com avalista conforme era nos tempos idos.

Gostaríamos apelar aos professores associados ao Cofre de Providência, que a partir deste mês estamos abertos para os receber, e atendermos os créditos que são aqui rubricados pelo Banco Sol, e a instituição em causa": disse o Presidente do Conselho de Administração do Banco Sol, Coutinho Miguel Nobre.

Por outro lado, o presidente do Cofre de Providência dos professores Miguel Flávio Bondo, agradeceu a confiança que o banco sol atribuiu a sua instituição e

garante fazer tudo para que os professores beneficiem de créditos conforme consta no protocolo que hoje acaba de assinar.

"A caminhada entre o Banco Sol e o Cofre de Providência é longa, e garantimos dialogar sempre para em conjunto encontrarmos soluções dos problemas que os docentes enfrentam no seu dia-a-dia", disse Miguel Flávio Bondo.

2.7 Professores podem aceder a créditos no Banco Sol

Jornal Manchete

09 De Setembro de 2016

Texto: Jorge Neto

O protocolo, que passou a vigor após a sua assinatura pelos responsáveis do Banco Sol e da CPP, visa a facilitação de créditos aos docentes para a aquisição de habitação, automóvel e consumo.

O referido crédito irá beneficiar de juros bonificados e de acordo com o presidente do Conselho de Administração do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, os beneficiários não precisam de avalistas para terem acesso. De acordo com o protocolo, o período de reembolso destes créditos obedecem os prazos de quatro anos para o crédito de consumo, cinco para o automóvel e 30 anos para o de habitação.

O crédito apresenta limites de concessão que variam entre, AKZ sete milhões para o crédito de consumo, AKZ 15 milhões para o de automóvel e AKZ 50 milhões para o de habitação.

O referido crédito é destinado a professores de todo o país, desde que estejam filiados a CPP.

Coutinho Nobre Miguel entende que a educação desempenha um papel importante na qualificação, formação e diferenciação técnico-científico dos recursos humanos que são os agentes de mudança.

O responsável referiu ainda que, o acordo vai contribuir para a melhoria de vida daqueles que têm a responsabilidade de formar o homem do amanhã.

Assinaram o contrato, pelo Banco Sol, Coutinho Miguel e Carla Van-Dúnem, enquanto, pelo CPP assinou Miguel Flávio Bongo.

2.8 Fundos de capitais garantem créditos à iniciativa privada

Jornal De Angola

19 De Setembro de 2016

Os empreendedores e potenciais investidores podem obter financiamentos junto de instituições financeiras não bancárias como o Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA), MicroCapital, Cá- Investe e ABC, que, apesar de estarem implantadas em poucas províncias do país, apoiam projectos em qualquer região.

A directora executiva da Start Lider, Rosalina Costa, que orientou um seminário para os empreendedores da província do Huambo, referiu que, além das instituições bancárias, eles podem apresentar os seus projectos às empresas de micro financiamento.

Com a duração de um dia, o seminário teve de conhecer outras fontes de financiamento existentes no mercado angolano, além dos bancos comerciais.

Os representantes das instituições financeiras não bancárias apresentaram os trâmites para aceder ao crédito explicaram as formas de reembolso dos valores.

Rosalina Costa disse que a apresentação de novos financiadores aos empreendedores locais, de forma a ampliarem e materializarem os seus projectos para o desenvolvimento sócio-económico da região e do país em geral, foi um dos objectivos do "workshop".

"A ideia foi apresentar os produtos destas empresas aos empreendedores, para que possam buscar capitais e alcançar os seus objectivos no ramo empresarial", frisou.

2.9 Micro Capital disponibiliza crédito até kz 1 milhão para agricultura

Jornal O PAÍS

19 De Setembro de 2016

Texto: Hélder Caculo

Instituição financeira não bancária vocacionada para a concessão de micro-crédito tem disponíveis vários produtos micro-crédito para empresas particulares com um financiamento até Kz 1 milhão. A garantia foi dada pela directora geral daquela sociedade de crédito Liliana Ferreira, em entrevista a O PAÍS.

O objetivo é ajudar na redução da pobreza, na formalização a economia e contribuir para o aumento da taxa de bancarização país.

Para o presente ano económico o destaque vai para o "Micro Agricultor" e o "Micro Propinas". dois produtores da Micro-Capital que segundo Liliana Ferreira, visam potenciar nomeadamente, a actividades agrícola do país e a vida académica de jovens angolanos no que respeita ao pagamento de propinas.

"É um micro - crédito para estudantes trabalhadores. O estudante recebe o crédito e, em contrapartida, dá a garantia do salario com uma prestação mensal", disse. A empresa, criada em 2014, concedeu, até ao momento, mais de Kz 400 milhões, sendo 56% do crédito concedido a empreendedores. Segundo explicou Liliana Ferreira, podem aderir ao micro - crédito as micro, pequenas e médias empresas, cooperativas e particulares. Relativamente à documentação, as empresas necessitam de apresentar, entre outros documentos, o custo de caixa, extratos bancários, informações de contas e historial de crédito: Já as pessoas singulares para beneficiarem dos produtos de micro-crédito da MicroCapital precisam reunir documentos como a cópia de bilhete de identidade, número de contribuinte, declaração de serviço ou adiantamento de crédito de consumo feito com outra empresa de crédito e ainda extrato bancário e submetê-los numa das 8 agências

da empresa, localizadas em Luanda, Benguela, Huila e Cabinda. Liliana Ferreira fez o balanço positivo quanto à adesão do público, tendo destacado que, mensalmente, a instituição recebe cerca de 100 solicitações. Entretanto, disse que o crédito em incumprimento (mal parado) representa 2,5%.

"Este baixo grau de incumprimento deve-se ao trabalho de acompanhamento dos clientes dito. Este trabalho de proximidade facilita as coisas, porque criamos laços com as famílias e todos procuram resolver a questão no caso de incumprimento. É importante realçar que os clientes veem sempre dar a cara quando têm qualquer dificuldade de pagar uma prestação", explicou.

No mês passado a MicroCapital foi distinguida, em França com o prémio world commitment na categoria de ouro pela Business Initiative Directions (BID), um prémio, de periodicidade anual, atribuído a instituições que, sem concorrer à distinção, passam por um processo de votação baseado em informações recolhida por líderes de empresas e especialistas em qualidade.

2.10 58% dos luandenses possuem conta bancária, revela estudo sobre audiências e consumos

Jornal Expansão

30 De Setembro de 2016

De acordo com o estudo de Audiências e Consumo de Produtos e Serviços realizado pela Keyresearch, 58% de homens e mulheres com 15 ou mais anos de idade e residentes na província de Luanda possuem conta bancária. Segundo a pesquisa de campo, realizada entre 8 e 29 de Agosto, em quase todos os municípios de Luanda, excepto Quiçama e Icolo e Bengo. Em termos globais, os bancos BIC, BFA e BPC são os mais escolhidos na hora de abrir uma conta bancária.

Segundo os resultados apurados, os indivíduos com maior propensão para possuírem conta bancária são os pertencentes aos estratos económicas A, B e C. Entretanto, a faixa etária entre os 15 e os 19 anos (36%) é aquela em que menos luandenses têm contas bancárias.

A pesquisa, a que o Expansão teve acesso, revela ainda que 91% dos luandenses possui telemóvel, uma percentagem de alguma forma surpreendente e que revela a importância que este meio de comunicação assume na capital de Angola.

Já quanto aos possuidores de automóvel, contam-se 32% dos indivíduos da amostra, e os lares com maior propensão para possuir este meio de transporte são, de acordo com os resultados o estudo concluiu também que apenas 4% dos residentes na província de Luanda possuem seguros de saúde, sobretudo indivíduos do estrato económico A.

Outra das revelações do estudo foi a de que pouco mais de metade dos inquiridos (53%) tem acesso à internet, sendo que a faixa da população com maior propensão para aceder à rede tem entre 15 e 29 anos, idades em que 84% dos inquiridos assume fazê-lo com regularidade.

Para o desenho da amostra da pesquisa foram utilizados os resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação 2014.

De acordo com o relatório, os municípios de Icolo e Bengo e Quiçama não foram considerados no universo de estudo, "pois, ambos representam 1,55% da população residente na província de Luanda", não sendo essa percentagem significativa para o estudo.

A amostra incidu em 2.045 entrevistas, distribuídas pelos municípios da província da capital.

Para o total da amostra, a margem de erro máxima estimada é de 2,17 pontos percentuais sobre os resultados, assumindo um intervalo de confiança de 95%.

A recolha de informação foi realizada por meio de questionário estruturado, com perguntas abertas e fechadas, em abordagem face a face e nos municípios de residência dos entrevistados.

As perguntas utilizadas no questionário foram desenvolvidas pelo PAMRO (Pan African cedia Research Organisation) e mesmo foi posto em prática em Angola pela Keyresearch.

Foram ainda feitas pesquisas as áreas de media, produtos, hábitos e comportamentos.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Centenas de ambulâncias apodrecem junto ao cecoma

Jornal República
02 De Setembro de 2016

Uma centena de ambulâncias novas estão estacionadas no quintal da Central de Compras de Medicamentos de Angola (CECOMA) sem serem usadas, divulgou o diário O País na sua edição de Abril deste ano. A entrada da Angoméica, junto à CECOMA, chama logo atenção a quantidade de ambulâncias novas, ainda sem matrícula, ali estacionadas. "Devido ao extenso tempo de estadia no mesmo local as ambulâncias estão sujas e o capim já as vai envolvendo: alega um funcionário. Segundo a imprensa, as ambulâncias são "uma remessa do antigo ministro da Saúde, José Van-Dúnem, e estão parqueadas no quintalão desde 2012.

O porta-voz do Ministério da Saúde, Carlos Alberto, disse ao referido jornal que as ambulâncias não estão a ser utilizadas por falta de um plano de distribuição, pelo que não sabe quando é que serão colocadas ao serviço dos pacientes. "A questão não é só distribuir as ambulâncias. Deve-se ter em conta os custos de manutenção: frisou. Porém, estamos perante um facto bastante asqueroso, pois não é normal que continuemos a ouvir argumentos de governantes que surgem apenas para lograr as mentes dos cidadãos, que ao invés de sentirem o reflexo de um bem público, sentem exclusivamente a questão da distribuição das ambulâncias como um mero pretexto, já que este caso se arrasta há quatro anos.

3.2 Vendedoras indiferentes aos perigos

O Novo Jornal
02 De Setembro de 2016

Nas ruas de Luanda, encontram-se várias mulheres a vender mandioca em sacos. Muitas admitiram ao Novo Jornal desconhecer que existe um ácido na mandioca que pode provocar sérios problemas de saúde, quando a mandioca consumida não é bem lavada.

Eva Domingos, de 52 anos, vende mandioca no bairro da Cuca, há muitos anos, e garante que o

produto que vende não passa por água, porque não representa perigo algum para a saúde:

"Eu não lavo a mandioca. Apenas tiro as cascas, limpo com um pano e coloco dentro do saco. Não lavo porque acho que tira o gosto da mandioca".

A mulher também nunca ouviu dizer que existe um ácido na mandioca que mata e até tem dificuldade em aceitar como certa essa informação, porque alega, se assim fosse muita gente taria morta. "Eu, no tempo da guerra até a tal mandioca amarga comi e não me fez mal. Não acredito nessas histórias refuta, adiantando que já faz negócio há muitos anos e nunca ouviu dizer que a mandioca faz mal à saúde.

Eva atende vários clientes por dia, principalmente homens e segundo a experiência que lhe reportam, a mandioca aumenta a potência sexual masculina.

A colega Catarina José é a única que diz conhecer os perigos de comer mandioca sem a passar por água. É importante lavar a mandioca porque, com a água, toda a parte de do ácido cianídrico desaparece. E, quando isso acontece, a mandioca está preparada para consumir", esclarece.

A vendedora sabe que existem vários tipos de mandioca, mas não consegue distinguir a olho nu a mandioca amarga da doce. Já no que toca, confecção, Catarina diz que o tubérculo pode ser preparado de várias formas: assada no forno, como puré, na grelha e como salada com mionese.

3.3 Elisal desapontada por falta de civismo em algumas áreas

Jornal de Angola
02 De Setembro de 2016

A Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal) encontra diariamente dificuldades na recolha de lixo no município do Cazenga, por em algumas áreas os resíduos sólidos estarem a ser colocados em moradias abandonadas.

A informação foi, ontem, divulgada pelo director dos Serviços Comunitários do Cazenga, Carlos Almeida, que disse estar a ser feito um levantamento em todo o município para a identificação de moradias abandonadas, sucatas e becos onde população coloca lixo.

Carlos Almeida admitiu a possibilidade de nas zonas de difícil acesso serem demolidos, parcialmente, mais quintais, um trabalho que é feito há algum tempo, para permitir a retirada do lixo ali depositado. Na zona do chamado "Sete e Meio", for exemplo, foram

demolidos quintais de moradias em estado de abandono devido à quantidade de lixo que lá se encontrava.

Na zona 17, acrescentou, ainda Ião estão identificados os quintais abandonados, mas o trabalho vai ser executado nos próximos dias.

Carlos Almeida reconheceu que em alguns bairros o acesso está comprometido, mas a realidade não pode ser motivo para o depósito, por moradores, de lixo em habitações em estado de abandono.

"Existem tractores que fazem a recolha porta-a-porta, daí não haver necessidade para as pessoas colocarem lixo em pontos não autorizados", disse Carlos Almeida, que apelou à população para ajudar a administração local na localização de moradias com lixo, principalmente áreas de difícil acesso.

O Cazenga, um dos sete municípios da província de Luanda, é integrado pelas comunas do Hoji-Ya-Henda, Cazenga e de Tala Hadi.

3.4 Administração realiza encontro com vendedoras

Jornal de Angola
05 De Setembro de 2016

A Administração do Distrito Urbano da Maianga promoveu sábado um encontro para desencorajar a venda desordenada nas ruas, com particular realce para a ponte que liga o Kassequel do Buraco ao Bairro Popular, onde uma pracinha inviabiliza o trânsito automóvel.

O administrador Fernando Cardoso informou às vendedoras do estudo em curso sobre a criação de condições nas proximidades de um espaço onde as vendedoras poderão exercer a sua actividade sem prejudicarem o trânsito e a integridade da estrada.

O responsável salientou que o Governo Provincial de Luanda tem feito muito para o surgimento de novas infra-estruturas sociais, que devem ser conservadas e protegidas por todos.

"Não vamos permitir que alguém destrua o que está a ser feito com muito investimento e sacrifício. Quem assim proceder será penalizado", disse Fernando Cardoso.

O distrito da Maianga tem a sua sede na zona do Cassenda, bairro do Prenda. A localidade confina a norte com os distritos urbanos da Ingombota e Rangel, a sul com o distrito da Samba e a leste com o do Kilamba Kiaxi. Tem uma população estimada em

852.571 habitantes, maioritariamente dedicados ao funcionalismo público, comércio e pesca. A Unidade Técnica Comunitária (UTCOM) desassoreou recentemente a vala de drenagem da cabeceira do Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, entre os bairros Calemba e Kassequel do Buraco.

3.5 Luanda prepara época das chuvas

Jornal de Angola
07 De Setembro de 2016
Texto: Yara Simão

O município de Luanda está a preparar-se para as chuvas que se avizinham com a limpeza das valas de drenagem e valetas, bem como a criação de condições para acudir casos de emergência, anunciou ontem a vice-presidente da Comissão Administrativa de Luanda para a área social, Mara Baptista.

Em declarações à imprensa no final da visita aos distritos do Kilamba Kiaxi, Samba, Maianga e Sambizanga, Mara Baptista informou que as sarjetas, esgotos e valas de drenagem estão a ser limpas com a retirada das águas estagnadas e outros resíduos sólidos. Estão ainda a ser realizadas campanhas de sensibilização periódicas, no sentido de persuadir a população a colocar lixo nos locais apropriados e preservar os esgotos e valas de drenagem.

A existência de resíduos sólidos nas valas de drenagem e sarjetas tem sido a principal causa das inundações e o surgimento de enfermidades, com realce para o paludismo e outras doenças da época. "Devemos seriamente repensar o sistema que permite o desassoreamento das valas de drenagem para, nas próximas chuvas, registarmos menos incidentes entre as populações que residem próximo das valas, sobretudo as da periferia", sublinhou.

Mara Baptista encorajou os munícipes a não deitarem lixo nas valas de drenagem porque criam um grande constrangimento e complicam a fluidez das águas. Outra chamada de atenção foi para as famílias que teimam em construir nas linhas de água, obrigando as administrações a efectuarem demolições porque estão a transgredir as normas administrativas e a colocar as suas próprias vidas em risco.

A vice-presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda disse que nos próximos dias vai visitar os dois últimos distritos que compõem o município de Luanda (Ingombota e Rangel). "Estamos satisfeitos com o trabalho efectuado até agora. Todos os distritos estão a corresponder às expectativas e a criar condições de protecção para casos de emergência", frisou. Mara Baptista explicou

que as administrações distritais já apresentaram os seus planos de contingência. O governador, frisou, está a prestar a devida atenção no sentido de potencializar as administrações para que por si sós possam fazer o trabalho e minimizar os problemas nas suas áreas de jurisdição.

A administradora do Sambizanga, Milca Caquesse, garantiu que tudo está a ser feito para o bem-estar das comunidades. "Já apresentámos o nosso plano de contingência para que possamos evitar grandes constrangimentos causados pelas chuvas", disse, acrescentando que o distrito do Sambizanga vai continuar a trabalhar com a protecção civil e bombeiros na sensibilização e mobilização da população para evitar construir em zonas de risco.

3.6 Ministério do Ambiente forma 70 gestores de resíduos

Jornal O PAÍS

09 De Setembro de 2016

Texto: Stela Cambamba

Ministério do Ambiente formou ontem, em Luanda, 70 cidadãos em matéria de gestão de resíduos visando assegurar o projecto descentralizado de abordagem à limpeza urbana, hiper-urbana e não urbana, nas cidades, municípios, comunas, bairros e outros espaços.

Com esta iniciativa, pretende-se contribuir para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre os problemas ambientais, com vista à adopção de boas práticas para a sua preservação. A formação, que teve como lema "cidadão educado, cidade limpa", contou com a participação de quadros provenientes das sete administrações municipais e distritais de Luanda, de igrejas, das instituições de ensino, de técnicos de saúde, presidentes das comissões de moradores, das associações de defesa do ambiente, efectivos da Polícia Nacional, entre outros.

A ministra do Ambiente, Maria de Fátima Jardim, que presidiu o acto de abertura, explicou que a mesma surge em cumprimento ao decreto n.º106/16, sobretudo no que toca a educação ambiental.

Assegurou que serão envolvidos todos munícipes num exercício que vai ser alargado às famílias, escolas, igrejas, associações, cooperativas e empresas no amplo compromisso de melhorar a limpeza urbana e embelezar todas as cidades, oferecendo assim uma melhor visão ao saneamento e mais educação ao cidadão. Fátima Jardim reconheceu, por outro lado, que se deve melhorar a fiscalização e intervir-se mais na mudança de comportamentos e

valorizar mais esta importante questão que já representa um direito constitucional.

"Para vivermos num ambiente mais sadio e exigirmos que todos possamos ter cada vez mais saúde, não podemos deixar de realçar a nossa pretensão de que este Exercício seja um contributo exercido no quadro do princípio poluidor/pagador".

Programa estratégico dos resíduos urbanos A ministra do Ambiente conta que, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, foi criada uma comissão interministerial apoiada por um grupo técnico multisectorial que estudou como poderiam implementar o programa estratégico dos resíduos urbanos, aprovado em 2012 pelo Executivo. Os especialistas estiveram vários meses empenhados nesse estudo que terminou no primeiro trimestre deste ano.

Fátima Jardim interagiu com operadores e técnicos especializados dos vários sectores, nomeadamente representantes de governos das províncias e da sociedade civil, dando curso à solução de um dos mais importantes problemas que atravessam as cidades, sobretudo a "mega cidade de Luanda", com reflexo na saúde pública.

Tendo em atenção como se pode moldar o novo paradigma para a área dos resíduos urbanos, surgiram dois decretos presidenciais, designadamente n.º 106/16 e 107/16 que foram publicados em Maio, em Diário da República, que já entraram em vigor.

"Estamos a lançar na província de Luanda o Programa Nacional da Educação Ambiental para os resíduos. O mesmo iniciará a ser implementado aqui e será adaptado às outras províncias para contribuir muito rapidamente na melhoria da limpeza de todos os municípios", esclareceu, Fátima Jardim.

De acordo com titular da pasta, a formação tem a finalidade de melhorar a limpeza na província, no embelezamento dos espaços verdes e na requalificação dos Municípios.

3.7 Vendedores abandonam mercado nova luz no Cazenga

Jornal Manchete

09 De Setembro de 2016

O ambiente desolador em que se encontra o mercado da ova Luz, situado na comuna do Hoji-ya-Henda, no município do Cazenga, chama a atenção de qualquer cidadão que se propõe visitar o local. O mesmo está sem vendedores e os poucos que lá se encontram não chegam dez pessoas.

Segundo apurou o Manchete, embora o recinto se apresente devidamente organizado e apetrechado de condições para a venda de vários produtos, a bancadas estão vazias porque os vendedores decidiram abandonar o local e regressar às ruas, alegadamente por falta de clientes.

O mercado da nova Luz existe desde 2012 e foi criado com o propósito de albergar os vendedores que comercializam os seus produtos ao longo das ruas gola Kiluanje e dos comandos, no mesmo município. Conta com um espaço de 64 metros de largura e 34 de comprimento e tem a capacidade de acolher até 400 vendedores.

Das condições que oferece aos vendedores contam saneamento básico, balneários, água, luz, bancadas, câmaras frigoríficas e naves. Antes de ser inaugurada esta infra-estrutura, a administração municipal do Cazenga realizou várias ações de sensibilização no sentido de levar os mesmos a desistirem da venda junto das estradas, e mostrou-lhes que o local está preparado para o exercício da actividades comercial e assim tiveram que voltar às ruas", contou Rosa Pedro, vendedora de produtos do campo que é das poucas comerciantes que se mantém no referido mercado.

Lamenta a interlocutora que aponta a existência do mercado de rua "Arreou- Arreou", situado a poucos metros do mercado da Nova Luz, como sendo a principal razão que leva as suas companheiras a rejeitarem o mercado oficial.

Apesar de não seguir o mesmo exemplo que às outras, Rosa Pedro não esconde o sentimento de frustração que carrega consigo preferiu, acrescentando por outro lado, que as vendedoras de frescos foram as primeiras que começaram a abandonar o espaço, visto que os seus negócios exigem uma comercialização imediata.

A interlocutora apelou às autoridades do município do Cazenga no sentido de encontrar uma saída urgente, para mudar o quadro triste em que está votado o mercado da Nova Luz.

O Manchete apurou ainda que as cerca de 20 lojas existentes naquele espaço comercial, apenas duas estão em funcionamento. Os seus inquilinos também lamentam a falta de clientes e julgam que só a administração municipal do Cazenga poderá resolver a situação.

Um outro vendedor que falou sob anonimato disse que, inicialmente vendia roupas no mesmo mercado. Mas dada a ausência gritante de clientes teve que

trocar de negócio e passar a comercializar bebidas espirituosas e refrigerante.

Proveniente de uma família que desde muito cedo abraçou os ideais da luta de libertação de Angola, entre os quais Venâncio de Moura, Manuel Quarta "Punza", Emílio Guerra e do Comandante Toka, seus tios, sem descurar os seu avôs paternos, Adriano Pereira dos Santos e Maria Alves Castro Van-Dúnem, da família Pereira dos Santos Van-Dúnem, Brito e Torres para os Assunto Parlamentares. O ex-deputado foi Pre idente da As ocação acional dos Alunos do Ensino Médio, bem como Conselheiro do Presidente da República. José Maria dos Santos foi igualmente assistente do Vice-presidente da República para os Assuntos Políticos. Proveniente de uma família que desde muito cedo abraçou os ideais da luta de libertação de Angola, entre os quais Venâncio de Moura, Manuel Quarta "Punza", Emílio Guerra e do Comandante Toka, seus tios, sem descurar os seu avôs paternos, Adriano Pereira dos Santo e Maria Alves Castro Van-Dúnern, da família Pereira do Santo Van-Dú-nem, Brito e Torres. Aqui podemos compreender o jovem de tenra idade, ainda na flor da sua mocidade com apenas 18 anos sendo eleito em 1986, a deputado à Assembleia do Povo e aos 21 anos de idade nomeado con elheiro do Presidente da República. De outro modo, a sua primogénita, Yolanda do Santos é actualmente a deputada mais jovem da Assembleia Nacional, como sucedeu ao pai em 1986.

José Maria dos Santos, o homem forte do Cuanza Norte, foi confirmado no último Congre so dos "Camaradas" como membro do Comité Central. O seu afastamento do governo da capital esteve envolvido em alguma polémica em que o eu nome foi mergulhado numa suposta venda de terreno , no entanto, algumas fontes falam que o governador foi tramado por tentar tocar em interesses de "bichos-papões" que gravitam a volta de Luanda.

O Pre idente da Republica volta a confiar uma nova mi ão ao jovem, um do poucos pioneiros da OPA

(Organização dos Pioneiros de Agostinho eto), que presenciou a proclamação da independência de Angola, no dia 11 de Novem- bro de 1975, do primeiro de Maio, próximo de Agostinho Neto, José Eduardo dos Santos, Lanvu Norman, Comandante Iko Carreira, Loy, ito Alve , Rui Monteiro, Maria Eugénia eto, Rodeh Gil e outras figuras históricas. E para quem se recorda da foto célebre na proclamação da independência, o pioneiro (Zé) está com uma boina que lhe havia sido oferecido pelo Comandante Bula, Grande Comandante da nossa história recente. Também a nossa reportagem constatou que foi um dos últimos pioneiros que colocou o lenço ao

saudoso Presidente António Agostinho Neto na sua última digressão em algumas províncias do país, antes de partir para Mosco vo (União das Republicas Sociali tas Soviética), onde veio a falecer. Como pioneiro da OPA, foi um dos mais destacados comandantes de estrelas da Organização de Pioneiros de Angola.. tendo os antigos comissários do Uíge (Inácio João Baptista" Massunga Kota" de 1978/79, Lanvu Emanuel orman de 1979/81, Manuel Quarta " Punza" de 1981/84, Ze ferino Estêvão Juliana de 1984/88), mostrando sempre interesse em privar com o pioneiro, momento de debate, fruto de muita ideias substanciais na resolução dos problemas da população que de certa forma os motivava.

3.8 Governo de Luanda recua na cobrança de lixo com a energia

Jornal O PAÍS

13 De Setembro de 2016

A deliberação, que saiu ontem de uma reunião ordinária do GPL, orientada pelo seu titular, Higino Carneiro, concluiu que o modelo de cobrança da taxa de resíduos sólidos necessita de alguns reajustes com a participação dos cidadãos.

O porta-voz do encontro, Sebastião José, disse à imprensa que um novo modelo de cobrança está para breve, pelo que se decidiu anular a proposta de pagamento da taxa de lixo em factura conjunta com a energia, que devia vigorar a partir de Junho último.

A nova modalidade vai compreender a distribuição de facturas, numa primeira fase aos condomínios, seguindo-se as empresas e mais tarde os domicílios, sendo que os preços são os que constam no diploma Presidencial que regula esta matéria.

A cobrança das taxas de lixo tinha sido determinada por Despacho Presidencial número 106/2016 de 20 de Maio (que aprovou o Plano Provincial de Limpeza Urbana de Luanda). Na altura, o secretário de Estado do Ambiente, Sianga Abílio, tinha revelado à imprensa que a taxa de limpeza para a capital seria cobrada aos cidadãos em valores que vão dos 500 kwanzas aos 164.000 kwanzas mensais, com base, também, no novo regime jurídico da taxa dos serviços de limpeza. O Decreto Presidencial justificava a cobrança desta taxa com os custos públicos "dispendiosos"

implicados na recolha e tratamento dos resíduos sólidos e para "potenciar a receita necessária para otimizar a prestação serviços".

O Decreto Presidencial previa que a taxa devida por cada agregado familiar, inicialmente apenas nas circunscrições administrativas de Luanda, podia ser aplicada às outras províncias do país" com as "devidas adaptações".

Este modelo gerou, desde então, alguma polémica depois que o Governo Provincial de Luanda anunciou que as cobranças se aproximavam aos 10.000kwanzas mensais para as famílias.

Entretanto essas taxas viriam a ser chumbadas pelo Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, em Abril deste ano, e revistas em baixa, conforme noticiou OPAÍS em primeira mão na sua edição de 3 de Maio de 2016.

A cobrança seria entretanto feita "juntamente com a factura do fornecimento de electricidade" e a receita encaminhada até ao dia 15 do mês seguinte ao Governo Provincial de Luanda, responsável pela contratação das novas empresas.

Nos principais bairros de Luanda, no centro da cidade ou nos seus arredores, como a Maianga, Alvalade, São Paulo, Vila Alice, Maculusso, Miramar, Mutamba, Ingombota, Bairro Azul, Bairro Popular, Talatona, Urbanização ova Vida, Bairro Benfica, Morro Bento ou Futungo, entre outros, seria paga uma taxa mensal de 2.500 kwanzas.

Noutros bairros menos centrais e nos municípios do Cazenga, Belas, Viana e Cacucaco a taxa seria de 1.500 kwanzas e nos municípios da Quiçama e de Icolo e Bengo cobrar-se-iam 500 kwanzas por mês. A taxa devida pelas empresas, em função da dimensão, varia entre os 12.500 kwanzas e os 164.000 kwanzas por mês.

Para as casas sem eletricidade, previa-se a cobrança directa pelas empresas concessionárias da limpeza ou empresas cobradoras, cabendo às administrações municipais a "fiscalização" do pagamento desta taxa, com apoio das comissões de moradores.

A taxa é devida mensalmente, mas está definido que o pagamento poderá ser feito de forma trimestral, semestral ou anual, sendo a receita totalmente destinada a "suportar os encargos com os serviços de limpeza", lê-se no regulamento. A ideia inicial sugeria 150 mil, 35 mil, 16 e 10 mil Kwanzas, respectivamente. Os técnicos do Ministério das Finanças terão feito um incremento acima dos 14 mil Kwanzas para as grandes, cinco mil para as médias, dois mil para as pequenas e dois mil e 500 Kwanzas para as microempresas. O dinheiro será depositado numa contado Governo Provincial de Luanda, porém supervisionado pelo Ministério das Finanças. terão

feito um incremento acima dos 14 mil Kwanzas para as grandes, cinco mil para as médias, dois mil para as pequenas e dois mil e 500 Kwanzas para as microempresas. O dinheiro será depositado numa conta do Governo Provincial de Luanda, porém supervisionado pelo Ministério das Finanças.

O Governo Provincial de Luanda decidiu ontem manter os supracitados valores.

3.9 Taxa de limpeza cobrada nos municípios

Jornal de Angola

13 De Setembro de 2016

Texto: Nilza Massango

O processo de cobrança da taxa de resíduos sólidos está programado para arrancar dentro de duas a três semanas, na província de Luanda, com a emissão de facturas únicas ou próprias, sob a responsabilidade das administrações municipais, ao contrário do que se previa inicialmente, que era anexá-las à factura de cobrada energia eléctrica da ENDE, que foi anulada.

A orientação expressa ontem pelo governador de Luanda Higino Carneiro, depois de reunir com os vice-governadores e administradores municipais, é de que o processo de cobrança arranque o mais rápido possível para que os cidadãos possam contribuir para o melhor funcionamento das empresas responsáveis pela limpeza e saneamento da cidade capital.

Na abertura da reunião, onde foram discutidos vários temas sobre a província de Luanda, Higino Carneiro falou do programa de limpeza que começou a ser desenvolvido, mas que necessita de alguns ajustes dependentes das próprias empresas e do Governo Provincial de Luanda.

Em relação à taxa de resíduos sólidos, o porta-voz da reunião, Francisco Sebastião José, esclareceu que as cobranças começam a ser feitas primeiro nos condomínios, depois nas empresas e posteriormente ao domicílio. Segundo Francisco Sebastião José, há uma unidade do Governo Provincial de Luanda que trabalha junto com as administrações e monta o sistema que depois de concluído, as facturas começam a ser emitidas. "Neste momento está a ser concluída a base de dados", esclareceu.

Questões relacionadas com o ambiente, transportes, turismo, mobilidade e registo eleitoral mereceram também a atenção. Ficou orientado um estudo rápido sobre como implementar o sentido de trânsito reversível na via da Samba, de modo a facilitar a circulação automóvel.

Quanto à implementação do projecto na Avenida Deolinda Rodrigues/Estrada de Catete, é preciso que as 15 vias alternativas estejam funcionais, um trabalho que continua a ser levado a cabo pelos órgãos do governo provincial.

Transportes para estudantes Os estudantes do período nocturno na província de Luanda contam nos próximos tempos com transportes públicos, por causa das dificuldades que têm enfrentado depois do horário de aulas para regressar a casa. Francisco Sebastião José informou que existe uma proposta de disponibilização de algumas carreiras para funcionarem à Noite e beneficiarem principalmente os estudantes que saem da escola até às 22h30. Na proposta está prevista a entrada no sistema de mais operadoras de transporte público como a Ango Real, Angoaustral e a Macon.

Sobre a tarifa de cobrança nos transportes públicos, carreira dos autocarros, que há dez anos não altera e que continua a custar 30 kwanzas, um valor muito reclamado pelas operadoras, Higino Carneiro orientou que se faça algum trabalho entre o GPL, o Ministério dos Transportes e Finanças, de modo a alterar a tarifa para rentabilizar serviço das operadoras.

A reunião analisou a proposta do programa de investimentos públicos para 2017, que tem mais 170 projectos nas áreas da educação, saúde, rede viária, água e energia, segurança pública e infra-estruturas. Para estes projectos, de acordo com uma previsão indicativa, vão ser necessários mais de 34 mil milhões de kwanzas.

Quanto ao ambiente, o Executivo tem trabalhado para educar, sensibilizar e pedir auxílio dos munícipes para participarem, cada vez mais, nos esforços em relação ao comportamento que devem ter com o meio ambiente, cuidados com o lixo e poluição sonora. O Ministério do Ambiente tem um programa de educação que neste momento está a ser implementado em várias províncias, inclusive Luanda, e por isso viu-se a necessidade de se fazer "casamento" das acções do Governo Provincial de Luanda com o Ministério do Ambiente sobre a matéria.

3.10 A recolha do lixo

Jornal de Angola

14 De Setembro de 2016

A recolha do lixo em Luanda melhorou substancialmente nos últimos meses. É inegável o facto de muitos bairros estarem a ser limpos com celeridade, a ponto de não haver grandes

concentrações de resíduos sólidos em várias áreas da província de Luanda.

Vale a pena, por exemplo, registar o facto de haver planos para se fazer limpeza nas valas de drenagem e em valetas, o que vai contribuir para que não haja grandes problemas em época de chuvas. São visíveis os esforços das autoridades no sentido de as populações terem uma boa qualidade de vida e muitos cidadãos têm verificado que muita coisa está a mudar para melhor nos vários municípios que compõem a província de Luanda.

Todos esperamos que esta dinâmica continue, mas, para tanto, é necessário que as comunidades contribuam financeiramente para que os seus problemas sejam resolvidos no que diz respeito à limpeza de uma província, que tem cerca de seis milhões de habitantes.

É gigantesco o trabalho que se realiza para a recolha de lixo numa província que cresceu muito em termos populacionais. O Estado, consciente das suas limitações em termos de recursos financeiros, achou por bem que os cidadãos deviam contribuir para financiar em parte a recolha do lixo.

Estamos todos nós, cidadãos, desejosos de ter uma boa qualidade de vida. Luanda é uma província com muitos problemas, em termos de saneamento básico, mas é possível resolvê-los. É positivo e indispensável que autoridades de Luanda e as comunidades colaborem numa tarefa - a recolha de lixo - que pode impedir que haja problemas como o surgimento de doenças. Temos de evitar que haja de novo problemas de saúde pública.

Não queremos mais mortes por doenças que podem ser evitadas, com o esforço de todos, o Estado e os cidadãos.

Foi anunciado que a taxa sobre a recolha de lixo vai começar a ser paga dentro de algumas semanas, com a emissão de facturas únicas, sob a responsabilidade das administrações municipais. Esta taxa deve ser vista como mais uma despesa que pode ser compensada pela melhoria da recolha do lixo nos nossos bairros. A taxa que vai ser paga vai contribuir, segundo disse o Governador Provincial de Luanda, Higinio Carneiro, para um melhor funcionamento das empresas responsáveis pela limpeza de Luanda.

Há naturalmente esperança de que depois do início do pagamento da taxa sobre a recolha do lixo haja uma melhor prestação de serviços por parte das operadoras de limpeza. Os cidadãos esperam legitimamente que haja uma verdadeira contrapartida ao pagamento da taxa sobre a recolha do lixo.

E por isso importante que as administrações municipais estejam à altura de levar a cabo com eficiência mais este serviço, que vai no sentido de melhorar as condições de vida das populações. É normal que os cidadãos esperem por bons resultados, sendo necessário que as administrações municipais se dotem de mecanismos que permitam levar a cabo este trabalho de cobrança de taxa sobre a recolha de lixo sem grandes problemas.

Que se pense nas melhores formas de executar estas cobranças a fim de se evitarem situações que afectem negativamente, quer os cidadãos, quer Estado.

Esta é a primeira vez desde a independência do país que se cobra uma taxa sobre a recolha do lixo. Desejamos todos que esta experiência seja bem sucedida, devendo entretanto haver a preocupação de os serviços de recolha de lixo a prestar à população resultarem efectivamente em benefícios para os cidadãos.

Era conveniente que se explicasse mais às populações sobre as vantagens deste modelo de pagamento de taxa sobre a recolha do lixo por parte dos cidadãos. Os cidadãos devem ter garantias de que o dinheiro da taxa que vão pagar vai realmente resultar em excelentes serviços de recolha de lixo.

A promoção do bem-estar das populações figura entre as prioridades das autoridades, que tudo estão a fazer para que uma vez mais os serviços ligados à limpeza de Luanda tenham um bom desempenho e sirvam bem as populações.

Era preciso que se fizesse alguma coisa para se acabar definitivamente com a concentração de lixo por várias semanas e até meses, na capital do país. Não podíamos continuar a "conviver" todos os dias com resíduos sólidos que nos causavam inúmeros problemas. Estamos já em época de chuvas, pelo que há toda a urgência em tornar cada vez mais operacionais as empresas que cuidam da recolha do lixo. Que os cidadãos compreendam o momento que estamos a viver e estejam permanentemente disponíveis para pagarem as suas taxas regularmente, a fim de resolvermos um problema que afecta toda a gente. Luanda é a nossa casa comum. Que, por via do pagamento da taxa sobre a recolha do lixo, contribuamos para que a nossa casa comum esteja cada vez mais limpa. Nós os habitantes de Luanda temos o dever de ajudar a fazer de Luanda um lugar bom para se viver. O lixo não deve fazer parte das nossas vidas. O lixo é um mal. E o mal deve ser erradicado por todos nós.

3.11 Facturas ao domicílio são pagas no banco

Jornal de Angola

14 De Setembro 2016

Texto: Nilza Massango

O vice-governador de Luanda para a Área Económica, José Cerqueira, explicou, ontem, que a taxa do lixo vai ser paga via banco, através de facturas elaboradas por uma unidade técnica criada para trabalhar em parceria com as administrações municipais.

Em declarações à imprensa, José Cerqueira esclareceu que o pagamento da taxa não vai ser feito a favor das administrações municipais, mas em contas que vão ser abertas em todos os bancos, geridas pelo Ministério das Finanças e pelo Governo da Província de Luanda. O dinheiro das contas, como explicou José Cerqueira, vai ser destinado ao pagamento das empresas operadoras de limpeza e de outros serviços eventualmente ligados ao processo.

As administrações municipais vão ter apenas o papel de fazer chegar a factura de cobrança ao cidadão, ao domicílio, assim como as operadoras fazerem a entrega das mesmas às empresas e condomínios.

Numa primeira fase, que entra já em vigor dentro de semanas, começa a ser feita a cobrança directa às empresas, condomínios, ou bairros que estejam bem organizados, e depois, segue a cobrança ao cidadão, morador, dentro' de meses, por ser um processo mais complexo. José Cerqueira disse que não se pode assegurar que todos os cidadãos comecem a pagar ao mesmo tempo, mas que o sistema só vai arrancar quando a grande maioria estiver licenciada. "Queremos começar o mais rápido possível, para diminuir peso que estas despesas têm para

Orçamento Geral do Estado", disse para acrescentar que o Decreto Presidencial 106/ 16 prevê diversas modalidades, como juntar a cobrança à factura da electricidade e dar abertura para outras plataformas. "Por isso, entendemos ver a melhor maneira, mais eficaz e económica de proceder a essa cobrança", referiu.

José Cerqueira acrescentou que a cobrança junto das empresas e condomínios começa dentro de poucas semanas e que todo o sistema informático já está montado. O cidadão vai receber a sua factura por meio da administração municipal, efectuar o pagamento no seu banco ou no mais próximo de casa e fazer chegar o recibo à administração.

O vice-governador lembrou que pagamento é obrigatório e que o banco vai ser a única via. José Cerqueira explicou que a cobrança da taxa, através da factura de electricidade, seria demorada e requer mais custos. Por isso, se adoptou um sistema mais económico, rápido e cómodo para o cidadão.

A fiscalização do pagamento ou não por parte dos clientes vai estar' sob responsabilidade da unidade técnica que vai trabalhar com as administrações municipais que estão em contacto directo com o cidadão.

José Cerqueira referiu que, apesar de muitas casas estarem sem número, compete às administrações municipais saber quem são os moradores do bairro e, em função desse controlo, haver uma fiscalização de quem paga ou não.

"Sabe-se que esse controlo não vai ser eficiente logo a partir da data em que começarmos com o processo", disse, acrescentando que, numa primeira fase, vai ser mais fácil cobrar junto das grandes empresas e condomínios.

3.12 Administração faz trabalho para desobstrução das valas

Jornal de Angola

16 De Setembro de 2016

A administração do distrito urbano do Kilamba Kiaxi, município de Luanda, está a desassorear, há já alguns dias, as valas de drenagem para prevenção de inundações na época das chuvas, informou na quarta-feira o administrador Domingos João Lourenço.

O administrador, que realizou uma jornada de campo para se inteirar do grau de execução dos trabalhos, disse que uma equipa técnica trabalha nas áreas do Balumuka, Rastas, Calemba II, Aníbal Rocha e no sector 1 do bairro Golfe. Paralelamente à limpeza, os serviços técnicos estão a terraplenar algumas áreas para facilitar o trânsito automóvel e o descongestionamento das vias principais.

Na área do Balumuka, a vala de drenagem estava obstruída devido à colocação de lixo pelos moradores, por falta de contentores ou de um local adequado. A situação é mais crítica nos bairros Calemba 2 e Aníbal Rocha, onde, devido à obstrução da vala, por causa das construções anárquicas e ao garimpo de água, já existem ruas inundadas.

A administração está a trabalhar na área há mais de uma semana, com o objectivo de melhorar a circulação rodoviária e de peões.

3.13 Cazenga produz mais de 500 toneladas de lixo por dia

Jornal O PAÍS

16 De Setembro de 2016

Mais de 500 toneladas de lixo são produzidos, diariamente, em toda a extensão do município do Cazenga, em Luanda, que conta com uma população estimada em um milhão de habitantes, disse o administrador municipal, Victor Nataniel Narciso (na foto).

O responsável falava à margem do primeiro seminário de formação de formadores de educadores ambientais para a gestão de resíduos sólidos, promovido pelo Ministério do Ambiente em parceria com a administração municipal.

Victor Narciso disse que o município se encontra actualmente limpo, porque a empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal), encarregue da gestão do saneamento básico, procede neste momento à uma recolha diária, varredura, catação de lixo em algumas vias.

O administrador disse que o tratamento dos resíduos sólidos nos municípios deve contar com o envolvimento das comunidades, com vista a reduzir os grandes amontoados de lixo.

Disse que com projectos de formação para formadores ambientais será possível a eliminação dos grandes focos que contribuem para o surgimento de surtos epidémicos nas comunidades.

O responsável reconheceu que para o êxito nas acções de tratamento, limpeza e recolha de resíduos sólidos nos municípios, deve-se fazer primeiro uma campanha de formação de educadores ambientais.

3.14 O lixo ganhou... mais uma vez

Novo Jornal

16 De Setembro de 2016

Á batalhas que, ao longo dos anos, temos conseguido vencer com maior ou menor dificuldade. São batalhas que confluem para uma guerra de intermináveis problemas, pelo que cada barreira ultrapassada, cada milímetro conquistado, cada degrau subido gera um sentimento de conquista.

Umás vezes saímos todos sorridentes, pois conseguimos ultrapassar obstáculos complicados e um emaranhado de makas domésticas, cujos sucessos foram obtidos com muito suor, sacrifício e sobretudo amor à camisola. Outras vezes andamos tropeçando

nas dificuldades sem vislumbrar o túnel (quanto mais a luz) e cabisbaixos, como se uma batalha perdida significasse uma derrota absoluta.

Das batalhas perdidas, confesso que muitas das que tenho visto estão relacionadas com a falta de experiência, a teimosia, a dificuldade de ouvir vozes mais experimentadas e a incapacidade de reconhecer que é importante estudar, compreender, planificar antes de passar à execução.

A filosofia de mergulhar de cabeça não funciona muito bem para os chamados projectos "estruturantes", e em muitos deles a estrutura é utópica. Digamos que estão estruturalmente desestruturados. A visão dos iluminados, itinerantes ou sedentários é na verdade um oásis repleto de palmeiras reais importadas, crescendo tortas num emaranhado de lixo.

Não vou sequer perder tempo a discutir a combinação kafkiana do iluminismo e ilusionismo de quem apresenta como proposta de salvação nacional plantação de embondeiros como uma séria demonstração do empreendedorismo nacional e também enquanto actividade com fortes pretensões para a diversificação da nossa enfraquecida economia. São ideias que, tal como a flor do embondeiro, duram um dia.

Não adianta bater no ceguinho, pois, para além de ser incorrecto, é a única classe que traz ouro para casa. No entanto, há quem ainda esteja impunemente a torturar seres humanos em pleno Século XXI, e cegos somos todos nós que vivemos diariamente um surrealismo cada vez mais real que se entranha no nosso modus vivendi.

Andei a evitar, mas vou mesmo falar do lixo, o parente pobre dos resíduos sólidos, que noutras paragens (e cá por vezes também, para o vidro e para o plástico) é conhecido como matéria-prima. Como é que um simples lixo, restos e sobras de comida e de matéria inorgânica consegue dar tantas bassulas consecutivas aos nossos gestores?

Este tema certamente daria para escrever uma série de teses de licenciatura, agora eufemisticamente transformadas em "trabalhos de fim de curso" para facilitar os discentes e também os docentes. Não faltariam títulos honrosos para tais teses, filmes de inacção e novelas importadas: A crónica de uma taxa mal cheirosa; A revolta dos contentores, O regresso da ratazana; Lixeira versus Aterro; A vingança do lixo orgânico. Independentemente do nome que lhe é dada e dos valores que se propõem cobrar, com o devido desconto, a tal taxa de resíduos, do lixo, do saneamento é difícil de ser cobrada nos moldes

propostos. As dificuldades já eram muitas mas bastava uma conversa à volta da lixeira (ou da fogueira queimando o lixo) para ver os desafios da sua indexação à factura da energia, paga mensalmente. Só de pensar nas dificuldades, queimam-se os fusíveis.

Primeiro, há uma quantidade enorme de cidadãos e instituições que não pagam o seu consumo de eléctrica. Segundo, temos ainda muita gente sem contador pagando por estimativa, quanto devidamente pressionados. Terceiro, temos os contadores pré-pagos que são recarregados consoante o seu consumo, sendo portanto difícil anexar uma taxa. Quarto, vislumbrávamos dificuldade da transmissão dos fundos do cobrador da energia para quem de direito. Quinto, já existe modelos de cobranças privados a nível dos condomínios, que já são em números bastante significativos. Sexto, uma minoria iria pagar pela maioria, pois todos produzem lixo diariamente, e os recursos iriam novamente ficar curto.

Agora temos um modelo municipalizado mais descentralizado e abrangente, mas ainda por amadurecer. Amadurecer como será cobrado, onde será pago, como serão prestadas as contas, se os resultados serão visíveis, etc. o que se espera e que no processo de amadurecimento não passe para a fase do apodrecimento, pois, se assim for, vai-se decompor, começar a cheirar mal e ir parar na lixeira.

3.15 Taxa de lixo arranca em Outubro apenas para condomínios e empresas

Jornal Expansão

16 De Setembro de 2016

Texto: Félix Abias

A taxa de lixo começa a ser paga a partir de Outubro próximo, e numa primeira fase, serão apenas os condomínios e empresas a pagar, disse ao Expansão o porta-voz do Governo da Província de Luanda (GPL), Sebastião José. O responsável esclareceu que o pagamento dos domicílios virá a seguir, sem, contudo, avançar com uma data para estes últimos, nem esclarecer se serão cobrados valores retroactivos. "Numa primeira fase, poderão ser distribuídas facturas aos condomínios, seguindo-se às empresas e, mais tarde, aos domicílios", reforçou.

No entanto, ao contrário do estabelecido no decreto presidencial 107/16 de 20 de Maio, com entrada em vigor um mês depois, a taxa de lixo deixa de estar

anexa à factura de energia, segundo a deliberação do GPL, saída de uma reunião esta semana. É, aliás, nos "elevados custos derivados da criação de uma base de dados adequada ao modelo de pagamento de anexação da taxa do lixo à factura da energia" que está a origem da não cobrança dessa taxa nos últimos três meses. "Os custos de criação deste sistema de anexação da taxa de lixo à factura de energia seriam muito altos", disse Sebastião José, esclarecendo que "por essa razão, o GPL criou um sistema autónomo de cobrança que minimiza os custos, através das administrações municipais que irão distribuir facturas".

O diploma estabelece ainda que os cidadãos que não beneficiam da rede eléctrica poderão pagar a sua taxa numa conta bancária a ser indicada pelo GPL, sob supervisão e controlo do Tesouro Nacional. "As receitas resultantes da cobrança da taxa de lixo constituem 100% da receita destinada a suportar os encargos com os serviços de limpeza", lê-se no decreto. A taxa de lixo é justificada com o surgimento crescente de aglomerados urbanos com característica muito específicas, como as centralidades, urbanizações e outros similares.

A taxa de lixo é fixada em 2.500 kz para os moradores dos bairros do Alvalade, Mártir de Kifangondo, Bairro Militar, Cassenda, 10 de Maio, Bairro da Polícia, Maianga, Samba, Bairro Azul, Praia do Bispo. A mesma taxa vai ser aplicada aos moradores dos bairros da Coreia e Nzamba II, Ilha de Luanda, Chicala, Mutamba, Coqueiros, Marginal de Luanda, Maculusso, Ingombota, Kinaxixi, Miramar, Cruzeiro, Comandante Valódia, Bairro Operário, São Paulo e Combatentes. A taxa de 2.500 Kz será ainda aplicada às zonas da Vila Alice, Nelito Soares, Bairro Popular, Terra Nova, zona do Patriota, Futungo e Morro Bento, bem como a Urbanização da Talato na, Urbanização Nova Vida, Urbanização Vida Pacífica e as centralidades do Kilamba e Sequele. Nos demais bairros de Luanda, de acordo com o mesmo decreto, será aplicada a taxa de 1.500 kz, nomeadamente nos municípios de Belas, Cazenga, Viana e Cacucaco, ao passo que para os municípios de Quiçama e Icolo e Bengo está estabelecida a taxa de 500 kz. As microempresas vão pagar mensalmente 12.500 kz, as pequenas empresas, institutos e estabelecimento públicos irão pagar 18 mil kz, ao passo que as médias empresas sujeitar-se-ão a pagar o valor de 40.250 kz. De realçar que, por cada unidade imobiliária, a administração de cada condomínio de Luanda vai pagar 3.500 kz, independentemente da circunscrição administrativa em que se localize. Já as grandes empresas pagarão 164 mil kz. Sem surpresas O politólogo Willy Piassa diz que não se surpreende com "recuo do Governo" em relação à cobrança

desta taxa ao domicílio, face à crise económica que o País vive e tendo em conta as eleições gerais que se avizinham. "Muitos cidadãos ficaram desempregados e o Governo nem os contabilizou ainda, por isso evitou que a taxa fosse, para já, abrangente", afirma Willy Piassa.

O também formado em Estudos de Desenvolvimento constata que "nos últimos dias, o preço da cesta básica, por exemplo, triplicou". Face às eleições gerais previstas para o próximo ano, entende que "nos próximos dias vamos ter mais um "Governo macio em relação a muitos aspectos." "E não acredito que os constrangimentos com a base de dados estejam na origem da não cobrança. Este é um problema informático que até estudantes do Ensino Médio conseguem resolver", afirma.

Numa outra conversa com o economista Victor Hugo, a propósito da não cobrança da taxa de lixo, este afirma que a falta de cobrança representa custos para o Estado, sendo este forçado a gastar para o pagamento do sistema de recolha de lixo o dinheiro que poderia ser canalizado para outros projectos. No entanto, este atraso, segundo o economista "tem a ver com a incapacidade do Governo para cumprir com as medidas que toma". "O Estado, quando está em pânico, cria políticas que ele próprio sabe que não consegue implementar ou deixa-se levar pelas receitas que ele considera mais acrescido", conclui Víctor Hugo.

3.16 Taxa de lixo já não será cobrada com a factura de electricidade

Jornal Republica

16 De Setembro

Texto: Fonte: Lusa

Share to Facebook 142 Share to Twitter Share to WhatsApp Share to Google+ Share to E-mail O Governo Provincial de Luanda (GPL) decidiu, na passada terça-feira, 13 de Setembro, anular o modelo de cobrança da nova taxa de limpeza, anunciada para ter entrado em vigor em Junho e que deveria ser associada à factura de electricidade, mas que passará a ter uma cobrança autónoma.

A decisão foi revelada no final de uma reunião ordinária daquele governo provincial e refere que o processo de cobrança da taxa de resíduos sólidos que vai dos kz 500 aos kz 164.000 mensais - será assegurado pelas administrações municipais, após alguns reajustes.

Não foram adiantadas justificações ou novos prazos para a aplicação da cobrança, após esta deliberação,

apenas que deverá arrancar pelos condomínios, seguindo-se as empresas e só depois os domicílios.

Em causa está o novo regime jurídico da taxa dos serviços de limpeza, juntamente com um decreto presidencial que justifica a cobrança desta taxa com os custos públicos "dispendiosos" na recolha e tratamento dos resíduos sólidos, e para "potenciar a receita necessária para otimizar a prestação destes serviços":

O regulamento, publicado a 20 de Maio, refere que a taxa é devida por cada agregado familiar, inicialmente apenas nas circunscrições administrativas de Luanda, "podendo ser aplicada às outras províncias do país" com as "devidas adaptações":

Este modelo ficou envolto em polémica, tendo em conta as primeiras taxas propostas pelo GPL para colmatar a crise que a falta de verbas gerou na recolha do lixo, que chegavam aos kz 10 mil mensais para as famílias.

Estas taxas foram chumbadas pelo presidente José Eduardo dos Santos, em Abril, tendo sido entretanto revistas em baixa.

3.17 Mucaba melhora tratamento de resíduos

Jornal de Angola

23 De Setembro de 2016

Texto: Joaquim Júnior

O município de Mucaba, na província do Uíge, tem melhores condições para tratar os resíduos sólidos depois de um grupo de 32 agentes comunitários fazer uma formação sobre ambiente e saneamento básico.

Realizada no âmbito do Projecto "Mucaba Vila Limpa e Arborizada", a formação abre bons cenários para a melhoria das acções de conservação, protecção do ambiente e tratamento do lixo no município de Mucaba, considerou ontem a administradora municipal.

Maria Fernando Cavungo falava no encerramento da acção formativa e disse que a capacitação dos agentes acontece igualmente no quadro da implementação do Programa de Desenvolvimento Rural e de Combate à Pobreza, com vista a melhoria do saneamento básico da vila.

A administradora municipal de Mucaba referiu que a formação vai ajudar os agentes a impulsionarem a conservação das infraestruturas e a protecção do meio ambiente, através da criação de zonas verdes, para garantir o bem-estar da população.

"É um projecto importante que vai contribuir na melhoria da vida dos munícipes, pois os mesmos vão ser educados sobre como devem cuidar do saneamento básico e do ambiente", disse Maria Finando Cavungo, que pediu aos agentes recém-formados para trabalharem em colaboração com a administração Local do Estado na identificação dos grandes focos de lixo na vila e encontrar-se uma área para ser transformada em aterro sanitário.

Administradora municipal solicitou a realização de um cadastramento dos terrenos e habitações em estado de abandono, a promoção de campanhas periódicas de limpeza e embelezamento, sensibilização das populações para a mudança de comportamento e o levantamento de questões de saneamento na urbe.

Maria Cavungo acredita que com a identificação das questões acima referidas, os agentes e a administração vão dispor de condições para solucionarem melhor as preocupações relacionadas com o saneamento da municipal idade. O chefe do departamento de Ambiente da Direcção Provincial do Urbanismo e Ambiente, David Mendes, considerou importante a conservação do meio, através de boas práticas como a deposição de resíduos em locais indicados, arborização das zonas descobertas e construção de latrinas, acções que podem ajudar a prevenir as catástrofes naturais e doenças.

Consciência ecológica David Mendes pediu aos agentes comunitários para fiscalizarem o estado da higiene dos rios, onde a população toma banho e algumas tarefas domésticas, e promoverem campanhas de sensibilização junto das cooperativas e associações camponesas sobre os perigos do abate indiscriminado e queima desordenada de árvores.

O chefe do departamento de Ambiente da Direcção Provincial do Urbanismo e Ambiente pede também a participação da população da região nas campanhas de plantação de árvores.

Temas abordados O presidente da Juventude Ecológica de Angola (JEA) no Uíge, Félix Canga, abordou o tema "Saneamento Básico e Consciência Ecológica" e defendeu a promoção de campanhas de sensibilização nos mercados, para a mudança de comportamento das quitandeiras.

Félix Canga disse que as mensagens devem abordar a necessidade da organização, higiene no manuseamento dos produtos à venda e da limpeza dos recintos de exposição dos bens comercializados, com vista à prevenção de doenças. Durante a acção formativa, os educadores Comunitários foram munidos de conhecimentos sobre a "Lei de Base do

Ambiente", "Saneamento Básico e Consciência Ecológica", "Noções de Jardinagem e Plantação de Árvores em Zonas Urbanas", para ajudarem a população a melhorar o seu comportamento em relação ao tratamento do lixo.

A administradora municipal de Mucaba, Maria Fernando Cavungo, garantiu que a população da região vai continuar a ser sensibilizada no sentido de depositar os resíduos sólidos em locais apropriados e a evitar os focos de lixo junto das residências, para se evitar doenças, como a malária, que na época chuvosa, principalmente, tem provocado muitos óbitos.

Das acções em carteira para mudar a imagem da região, acrescentou, destaque para a reabilitação de jardins e ruas, bem como colocação de asfalto e de lancis nas principais avenidas do município de Mucaba.

3.18 Um luxo chamado

Jornal Folha 8

24 De Setembro de 2016

O Entrepósito Aduaneiro de Angola LP começou no dia 15 de 09 a comercializar o saco de (50 quilogramas) de farinha de trigo ao preço de sete mil kwanzas, urna medida que, segundo as autoridades, visa baixar a alta do preço do p50, garantida que está afirmam a chegada regular de matéria-prima.

A venda é destinada inicialmente aos membros da Associação das Industrias de Panificação e Pastelaria de Angola (AJPPA), uma organização com 59 associados em Luanda e com representações nas 18 províncias do país.

O pagamento a pronto não é a única forma de liquidação. Os associados da AIPPA também poderão pagar a crédito, refere o diretor comercial do Entrepósito Aduaneiro de Angola E.P, José Costa. Foram, para esse efeito, criadas duas modalidades de venda a crédito, uma em que o comprador paga oito mil kwanzas e outra em que paga nove mil. Segundo o diretor comercial, no crédito em que o saco será vendido oito mil kwanzas, os associados da AIPPA pagarão 30 por cento do valor da compra deste produto, no prazo de 15 dias. Quanto 11 modalidade, cuja venda está fixada nos nove mil kwanzas, o associado da AIPPA deverá pagar 30 por cento também sobre o valor da compra, mas num prazo de 30 dias. José Costa disse tratar-se de duas modalidades que visam permitir a todos os associados adquirir este produto, tendo em conta que a condição financeira não é igual para todos. Nestas perspectivas, o Executivo disponibilizou alguns valores financeiros

para a compra de produtos da cesta básica, incluindo a importação de 40 contentores de farinha de trigo.

A referida quantidade, correspondente a 20 mil sacos (50 Kg), tem uma equivalência a um milhão de quilogramas de farinha de trigo, para esta primeira fase. Os LIO contentores de farinha de trigo importados na semana em curso vão ser, inicialmente, vendidos aos industriais do sector de panificação e pastelaria. Nas semanas seguintes, a venda vai estender-se a todos os clientes do país, afirmou o presidente do Conselho de Administração do Entrepósito Aduaneiro de Angola, Joffre Van-Dúnem. Segundo o gestor quinzenalmente haverá entrada de igual quantidade (40 contentores) deste produto no país, referindo que se trata de uma medida que visa combater a especulação de preços da farinha de trigo no país, cujas consequências incidem na subida constante do custo do pão.

Joffre Van-Dúnem afirmou que a partir das próximas semanas a farinha de trigo distribuída pelo Entrepósito Aduaneiro vai chegar a 18 províncias do país ...

A partir de Outubro os clientes não membros da AIPPA também terão acesso a compra de farinha de trigo a partir do Entrepósito.

Assim, para atender a esse segmento fora da AIPPA, o gestor do Entrepósito informou que dentro das divisas que forem disponibilizadas pelo executivo angolano para a compra de produtos da cesta básica, incluindo a farinha de trigo, a farinha vai ser vendida a todos os clientes, sem excepção.

Numa reunião realizada em Junho do ano em curso, a AIPPA sugeriu a fixação do preço do pão no mercado nacional para permitir que o produto chegue mais facilmente à mesa do consumidor.

Recorde-se que atualmente o preço do pão varia de 75 a 125 kwanzas antes o preço variava de 10 a 25 kwanzas. A crise no preço do pão em Angola, que disparou em poucas semanas, está a

levar as famílias de Luan-da a mudar o hábito do "mata-bicho" pelo início da manhã, agora com arroz e chá, para "aldrabar o estômago".

É que devido às alegadas dificuldades na importação de farinha de trigo, pela falta de divisas, o custo deste produto subiu em flecha, repercutindo-se nos preços do pão.

Um pão pequeno que antes custava à volta de 20 kwanzas chega a valer agora entre 70 a 100 kwanzas, enquanto um cassete, maior, passou para o dobro, 100 kwanzas. Além disso, é já costume formarem-se

filas à porta destas padarias de bairro e mesmo nas grandes superfícies.

A tradição de "mata-bicho", um pequeno-almoço que em Angola obriga a ter a mesa pelo menos pão com manteiga ou com omelete, está agora dificultada para famílias que estavam a braços com o aumento generalizado dos preços de todos os restantes produtos.

"Os meus filhos gostam mais é de pão com leite ou com chá. Quando você um 'mata-bicho' de arroz com lambula sardinha maior eles dizem que não 'mata-bicharam'", queixa-se Paula Marques, de 32 anos, a viver em Luanda.

Comprava habitualmente, todos os dias, logo pela manhã, pelo menos dez pães, mas a subida de preço dos últimos dias já só permite levar cinco: Chega para nada. Eu só queria saber porque é que o trigo subiu desta forma, questiona.

Em média, o preço do saco de 50 quilos de farinha de trigo disparou de pouco mais de 3000 kwanzas para quase 30.000, em menos de dois meses, com os fornecedores a alegarem dificuldade de importação, por falta de divisas tendo em conta a crise que Angola atravessa.

António Bula, ele 31 anos, recorda que gastava há poucas semanas à volta de 100 kwanzas em pão para o "mata-bicho" dos três filhos, quando hoje não chegam 300 kwanzas diários. "E não serve, por causa do preço, está muito caro", afirma, admitindo que sem pão, resta o arroz seco com lambula e chá para começar o dia: "Estamos a sofrer muito", lamenta.

Fernando Paulo da Costa de 29 anos dá voltas para tentar explicar a subida dos preços e as dificuldades que enfrenta: "Foi subindo sem a gente perceber porquê". Diz Mora em Luanda e compra um pão por 100 kwanzas, algo que a sua bolsa não permite:

"Antes comprava dez só para o pequeno-almoço e agora apenas três ou quatro, mas não tem chegado para nada". "Às vezes fazemos um arroz com chá, só para tentar aldrabar o estômago, desabafa.

Literalmente do outro lado do balcão está Alfa Amor, nascido há 31 anos na Guiné-Bissau e naturalizado angolano, atualmente gerente de uma padaria de bairro, em Luanda.

No seu pequeno negócio cada pão custa entre 70 a 200 kwanzas, o dobro desde Junho, aumentos que tenta explicar com o preço galopante da farinha de trigo. "Não sei, fico admirado com a subida do preço. Uma coisa que era 3000 subiu para 20.000 e tal", conta. O negócio, admite, também já não é o mesmo,

até porque os clientes querem Seja ao balcão ou para revenda na rua começam a arranjar outras alternativas ao pão. "Antes tinha mais negócio, agora não", afirma.

Como exemplo refere a caixa de pão que a mulheres compravam na padaria para depois revenderem nas ruas, durante o dia, que ainda há poucas semanas custava 100 kwanzas.

"Hoje tenho de vender por 2.800 kwanzas", remata.

Dos 13 produtos alimentares que constituem a cesta básica, a farinha de trigo foi a mais importado por Angola em 2016, ascendendo a quase 800 milhões de dólares.

3.19 Milhares de casas são construídos em Caluapanda

Jornal de Angola
27 De Setembro de 2016
Texto: Matias Da Costa

Mais de duas mil moradias de diferentes tipologias vão ser construídas, na reserva fundiária de Caluapanda, no município do Cuito, anunciou ontem o vice-governador provincial para o Sector Político e Social do Bié.

Carlos Ulombe da Silva falava durante a certificação de 300 hectares de terras clarificadas do Pólo Industrial do Cunhinga, de áreas de produção agrícola em Camacupa e da reserva de Caluapanda, e disse que o processo é possível graças à desminagem das terras.

O vice-governador provincial do Bié salientou que as zonas clarificadas abrem oportunidades para se desenvolverem projectos sociais, reforçar a cadeia alimentar e equilibrar a balança económica da província. Carlos Ulombe da Silva convidou empresários nacionais e estrangeiros para apostarem no investimento nos pólos industriais da província e noutros sectores, que estão completamente clarificados e declarados prontos para sua exploração.

O responsável de operações da Comissão Nacional Intersectorial de Desminagem e Ajuda Humanitária (CNIDAH), Barnabé Frederico, informou que o trabalho de clarificação decorreu num período de nove meses.

Durante o referido período, esclareceu Barnabé Frederico, foram destruídos um total de 304 engenhos explosivos.

3.20 O sacrifício em vender Jornais

Jornal Continente
30 De Setembro de 2016
Texto: Luís Caetano

Os trabalhos começam muito cedo, logo nas primeiras horas do dia os jovens estão na aquisição do jornal e depois com maços de jornais debaixo do braço se estendem nas principais vias da cidade capital anunciando as notícias frescas e actualizadas para procederem às vendas.

De acordo os homens que desempenham este ofício, todos santos dias percorrem as ruas e estradas, e aproveitam os terríveis engarrafamentos que tem tirado o sossego aos automobilistas e assim vão comercializando os jornais e revistas.

Francisco João, 23 anos, está no ofício há 10 anos, disse que tem sido um sacrifício para comercialização dos jornais. "Todos os dias percorremos muitos quilómetros a procura do pão". De acordo com Alberto Dinis de 23 anos, natural de Benguela, está em Luanda desde 2001, a procura de melhores condições de vida para o sustento da família. Segundo o nosso interlocutor, ganha mais com a venda dos semanários, porque trazem

matéria que os diários não passam. Segundo os ardinias o negócio dá algum dinheiro e pode se fazer alguma coisa, mas exige muita dedicação e espírito de sacrifício. "Nesse negócio o mais importante é entender os clientes e ter paciência, qualquer negócio, tem momentos bons e maus, ou seja, dias em que se vende e outros não" defendeu Henriques da Vaidade, há 22 anos como ardina. Mário da Fonseca, de 35 anos, está nesse negócio desde 2002, vive no bairro das Tendas Unidades, geralmente para chegar cedo ao local de trabalho sai de casa às 4 horas e chega às cinco horas à fornecedora. "Tenho tido uma sorte tremenda, começo a vender os jornais às seis horas e até às 14 horas já não tenho mais, mas tudo depende do impacto da notícia de capa" fez saber Mário Fonseca. Segundo os ardi nas, o que vende é a informação quente. Samuel Garcia, de 30 anos, morador do bairro do Golfo, vende jornais há 10 anos. Acorda geralmente às 4 horas para se deslocar à Mutamba, local onde adquire os jornais. A capital de Angola é das poucas cidades que ainda tem nas ruas os ardinias e vendem todos os jornais e revistas que circulam no país.

Para que possam entender o ardina é um trabalhador mais comum que se dedica de corpo e alma todos os dias no seu ofício levando notícias frescas ao público leitor, e aos fins de semana, com a saída dos semanários toma o negócio mais fértil.

Ardinas antigos Dos ardinias mais antigos destacam-se, José Miguel, natural do município de Kalandula, província de Malanje, pai de seis filhos com mães diferentes está nesse negócio há 24 anos, o que consegue dá para fazer alguma coisa, mas na verdade o trabalho é muito difícil. " Entrei nesse ofício por paixão e comecei por vender simplesmente o Jornal de Angola, hoje comercializo também os jornais privados e revistas" Fez saber José Jacinto Miguel.

Paulo Garcia da Costa, fez saber que os ardinias têm uma vida difícil, pessoalmente saio de casa nas primeiras horas do dia para comprar os jornais

nos grossistas e depois começo logo a vender mesmo a partir da Mutamba e depois subo para o Kinaxixi, combatentes e depois Vila Alice. Já o Adriano Fausto, 15 anos nesse trabalho, também sai de casa há mesma hora para chegar cedo e adquirir os jornais e dai parte para a sua comercialização e só termina quando despacharem o produto.

3.21 Dólar americano regista queda nas ruas da capital do país

Jornal Novo Jornal

30 De Setembro de 2016

Texto: Faustino Diogo

A troca da nota de 100 dólares nas ruas de Luanda caiu abaixo dos 50 mil kwanzas esta semana, o que já não acontecia desde o final do ano passado, altura em que a nota chegou a valer mais de 65 mil kwanzas.

Dependendo da zona da cidade, a nota americana está a ser transacionada a valores entre os 40 e os 49 mil kwanzas.

Na zona dos Mártires do Kifangondo, um dos pontos mais referenciados de comércio informal de moeda, a nota de 100 dólares está a ser transacionada entre os 43 e os 45 mil kwanzas a venda e a compra a montantes entre os 46 a 48 mil kwanzas.

No centro da cidade, a diferença é mínima. A venda está a 46 e a compra a 49 mil kwanzas. No mercado dos Congolenses, o câmbio informal está com valores idênticos aos da zona dos Mártires do Kifangondo.

A moeda europeia também desceu. A nota de 100 euros está a ser transacionada entre os 49 e os 54 mil kwanzas, dependendo do ponto de troca.

Segundo as/os kinguilas, a queda do dólar no mercado informal deve-se à falta de kwanzas, moeda que também está a escassear.

"Nesta altura, não há kwanzas. Sempre que acontece isso o dólar baixa. Todas as últimas semanas de cada mês o dólar baixa", explicou um cambista, com ponto no Mártires.

Questionado sobre o facto de desta vez a nota de 100 dólares ficar abaixo dos 50 mil kwanzas, o nosso interlocutor garante que é temporário.

"Nas próximas semanas, vai voltar a subir. As pessoas vão ter salários e a procura vai aumentar", vaticina.

Menos confiante mostrou-se a kinguila Maria Manuel, com banca na Rainha Ginga.

"É verdade que não há kwanzas. Mas também não sei se é a razão para o dólar baixar como baixou esta semana. Até ao fim-de-semana passado, ainda trocávamos a nota a 50 e 55 mil kwanzas", precisou.

A senhora, que já leva mais de 15 anos de venda informal de moeda estrangeira, acredita que os próximos meses serão decisivos para a estabilização ou não do preço do dólar nas ruas "Estamos a chegar ao final do ano e, geralmente, nesta altura, o dólar dispara. Agora baixou e vamos ver se até lá vai ser como no ano passado (onde chegou a valer mais de 65 mil kwanzas) ou não", rematou.

3.22 Mercado licra com peças de carros roubados

Jornal Novo Jornal

30 De Setembro de 2016

Texto: Isabel João

Comprar peças de automóveis, em Luanda, tem sido um autêntico quebra-cabeças nos últimos meses. O Novo Jornal testemunhou isso mesmo ao fazer-se passar por cliente. A maior parte dos materiais solicitados não estava disponível nas lojas visitadas. Cenário que contrasta com os mercados paralelos. A maior parte das peças que não encontramos nos concessionários está à venda a céu aberto.

Funcionários de alguns concessionários ouvidos pelo NJ disseram que a falta de dólares no mercado nacional não permite que os proprietários das empresas importem peças ou que efetuem viagem para as comprar no estrangeiro.

O mesmo não se pode dizer no que se refere aos mercados paralelos. Em todos aqueles por onde o

Novo Jornal passou havia peças disponíveis para venda, a diversos preços e com variadas proveniências.

O nosso primeiro destino foi o mercado dos Kwanzas, localizado no município do Cazenga. A praça tem um espaço dedicado apenas para venda de peças de automóveis.

Vendedores ouvidos pelo NJ garantiram que a falta de dólares não atrapalhou o negócio, porque encontraram outras formas de conseguir a divisa norte-americana.

É esse o caso de Tony Fonseca, vendedor no mercado dos Kwanzas há mais de 10 anos. O comerciante disse ter recorrido à fronteira do Luvo para arranjar dólares para viajar e comprar a mercadoria.

"No início, foi muito difícil, porque não tinha como comprar as peças. Mas um dos meus amigos aconselhou-me a ir à fronteira do Congo Democrático vender algumas coisas para conseguir dólares. Assim fiz. Fui para lá vender duas viaturas e, como a senhora vê, tem quase tudo aqui: do parafuso ao motor completo", revela.

Segundo Tony Fonseca, muitos dos seus colegas seguiram o mesmo caminho e este é o percurso que fazem para terem sempre peças. "Para muita gente agora o caminho é o Congo. Eles lá têm dólares e nós aqui não. É por isso que muitos comerciantes já só caminham para o Congo. Mesmo as senhoras que faziam viagens para a China e o Dubai, todos agora vão para lá", afirmou.

André Francisco, vendedor no mercado dos Kwanzas há mais de quatro anos, é de opinião diferente. Segundo ele, nos últimos meses, a comercialização de peças baixou muito, por causa dos constrangimentos provocados pela falta de divisas. "Agora está tudo difícil por causa do dólar. Os nossos fornecedores estão com muitas dificuldades em fazer as importações e os que conseguem importar também têm dificuldades em vender porque não sabem a que preço colocar os produtos do mercado, porque dinheiro está difícil", relata.

André Francisco estava no mercado dos Kwanzas a comprar um motor novo para uma viatura, de marca Hyundai no, a três jovens. "Eles, às vezes, conseguem comprar carros acidentados, desmontam a viatura e vêm aqui ao mercado vender as peças. São meus fornecedores e eu não sou o único que compro essas peças de carros acidentados", esclarece.

Confrontado com a possibilidade de as viaturas em causa serem roubadas, André Francisco responde,

quase de imediato, que não: "Pelo que eu saiba não são. São jovens da minha confiança e eles não são assaltantes de viaturas. Se assim fosse, muitos de nós aqui já estaríamos na cadeia, porque muitos só compram as peças das mãos desses jovens".

O mercado dos Correios, localizado no distrito do Kilamba Kiaxi, é líder na venda de acessórios de viaturas. Ali o nosso postal de visita são as bancadas montadas ao longo da estrada. Colocadas de forma perfilada, nelas estão expostos vários tipos de acessórios. Logo à entrada, muitas bancadas funcionam a escassos metros do Hospital Geral especializados.

Aniceto Ntumba Bamenga, de 29 anos, vende peças de carros há seis anos e, apesar da atual situação financeira que o país atravessa, garante que o negócio é rentável. "Mesmo da maneira como o país está, dá dinheiro. Acho que tudo depende de como você gasta e poupa. Com o que ganho aqui, ainda este ano consegui comprar uma casa", ilustra.

De acordo com Aniceto, ele e mais alguns amigos compram as peças nas lojas dos cidadãos nigerianos e revendem-nas no mercado dos correios. Os nigerianos são os maiores fornecedores, porque são eles que importam as peças para Angola.

O jovem reconhece, contudo, que há colegas seus no mercado que compram peças de viaturas roubadas. "Nem todo o negócio que nós compramos é roubado, mas, como em tudo, nunca faltam os gatunos, há sempre business. Há clientes que vêm e nos dizem que não compram coisas roubadas, porque trazem azar e a polícia de investigação criminal está atrás dessas pessoas. Quando vejo alguém vender peças de carro e não conheço a pessoa, não compro, porque não se sabe onde é que essa pessoa conseguiu as peças", clarifica.

Segundo Aniceto Bamenga, diariamente os agentes dos Serviços de Investigação Criminal de Luanda detêm, no mercado entre três a cinco pessoas envolvidas na compra de peças de carros roubados.

"Os homens dos SIC de Luanda costumam vir aqui sempre e já levaram alguns dos nossos colegas. Ainda ontem, seis pessoas foram detidas.

3.23 Taxa do lixo será cobrada pelas administrações municipais e distritais

Jornal Continente

16 De Setembro de 2016

Sebastião José, porta-voz do encontro informou que a decisão em anular a proposta de pagamento da taxa de lixo em factura conjunta da energia, passou para um novo modelo, que é a distribuição de facturas, numa primeira fase, aos condomínios, seguindo-se as empresas e, mais tarde, aos domicílios.

Os valores a pagar vão dos 500 kwanzas aos 164.000 Kwanzas mensais, com base, no novo regime jurídico da taxa dos serviços de limpeza.

O responsável disse ainda que, o modelo de cobrança da taxa de resíduos sólidos necessita de alguns reajustes e pede a participação dos cidadãos.

A decisão saiu de uma reunião ordinária do GPL, orientada pelo seu titular, Higinio Carneiro, que visou analisar vários assuntos sociais.

"A cobrança da taxa de lixo com os custos públicos dispendiosos implicados na recolha e tratamento dos resíduos sólidos é para "potenciar a receita necessária para otimizar a prestação dos serviços", sublinha Sianga Abílio, Secretário de Estado do Ambiente.

No centro da cidade ou nos seus arredores, como Alvalade, São Paulo, Maianga, Vila Alice, Miramar, Maculusso, Mutamba, Ingombota, Bairro Popular, Bairro Azul, Nelito Soares, Terra Nova, Talatona, Urbanização Nova Vida, Bairro Benfica, Morro Bento ou Futungo, entre outros, será paga uma taxa mensal de 2.500 Kwanzas. Noutros bairros menos centrais e nos municípios do Cazenga, Belas, Viana e Cacucaco, a taxa será de 1.500 kwanzas. Os municípios da Quiçama e de Icolo e Bengo têm a taxa mais baixa, 500 kwanzas/mês.

Para as empresas, em função da dimensão, a taxa varia entre os 12.500 kwanzas e os 164.000 kwanzas por mês.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Oposição diz que revisão do OGE 2016 é inoportuna

Jornal Expansão
02 De Setembro de 2016
Texto: Félix Ábias

Os presidentes dos Grupos Par; lamentares da CASA-CE, André Gaspar Mendes de Carvalho "Miau", e da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, entendem ser "extemporânea" a revisão do OGE 2016, face à sua efêmera vigência. Os responsáveis falavam ao Expansão a propósito das discussões, no Parlamento, do OGE 2016 revisto, nos dias 25, 26, 29 e 30 de Agosto, nas quais foram alvo de auscultação os ministros das Finanças, da Indústria, do Urbanismo e Construção, dos Petróleos, da Energia e Aguas, do Comércio, do Turismo e o governador do Banco Nacional de Angola (BNA).

O líder da CASA-CE, por exemplo, entende que "as razões que estão a justificar a revisão do OGE 2016 deveriam ser muito bem acauteladas no OGE 2017", que já está a ser produzido. Para este responsável da única coligação no País, a ser revisto o atual orçamento, no limite, tinha de ser em Março deste ano. "E por isso que, para nós, já não faz muito sentido, e é perda de tempo, aprovar um orçamento para dois ou três meses", reitera Miau.

Por sua vez, Adalberto da Costa Júnior entende de igual modo estar a faltar "tempo suficiente" para implementar ao orçamento as correções que se impõem. "Entendemos ser tardia a resposta às nossas preocupações apresentadas aquando da apresentação do orçamento, ainda no ano passado, e os efeitos da revisão não se farão sentir", disse Adalberto da Costa Júnior. O responsável acrescenta que, "no fundo, temos um orçamento de dois meses, se tiver em conta que a sua aprovação será a 16 de Setembro, além dos incumprimentos em vários projetos no País resultantes da falta de verbas".

Em resposta às declarações da oposição, o ministro das Finanças, Armando Manuel, reiterou a necessidade de se rever o atual orçamento face à conjuntura nacional e internacional. "Este é, sim, o momento certo para rever o orçamento e, mais, o orçamento está sendo revisto pelo ajustamento do

preço do petróleo e pela correção da receita não petrolífera", justifica o ministro das Finanças.

Crédito para investimento Segundo o ministro, uma das razões da revisão é "conferir mais espaço fiscal à despesa do investimento", despesa que gera frutos alterando a situação estrutural da economia nos próximos tempos. "Estamos a aumentar esta despesa na ordem dos 17,8% e grande parte deste valor compreende projetos que estão sendo levados com recursos a linhas de créditos", esclareceu, lembrando que "naturalmente, o investimento público na nossa "Em algumas situações estamos a alterar o paradigma tradicional nas linhas de crédito", diz ministro das Finanças economia é a alavanca para o crescimento económico". Lembra ainda o responsável que a receita não petrolífera deve crescer 6%, decorrentes das ações implementadas no domínio da reforma tributária, com maior acompanhamento. "Em Janeiro não teríamos tido esta componente para fazer o contrabalanço de menos receitas petrolíferas e mais receitas não petrolíferas", afirma Armando Manuel.

Projetos paralisado Armando Manuel admitiu haver, no País, vários projetos paralisados, havendo por isso a necessidade de serem reativados. Nestas perspectivas, realça, em algumas situações está-se a alterar o "paradigma tradicional" nas linhas de crédito, e esclarece: "Todos os recursos eram afetados apenas a entidades de origem externa, e temos a componente de subcontratação das pequenas empresas locais e depois vem o impacto decorrente da conclusão desses projetos". De acordo com o ministro, fazem parte destes projetos "pequenos projetos no domínio das águas, ligações domiciliárias e reparação de estradas, como a que liga Luanda, Huambo e Waku Kungo". A aprovação do OGE 2016 revisto está marcada para 16 deste mês.

4.2 Investimento público ficou muito abaixo do orçamentado no primeiro semestre de 2016

Jornal Expansão
09 De Setembro 2016
Texto: Carlos Rosado de Carvalho e
Félix Ábias

O investimento público praticamente estagnou no primeiro semestre de 2016 quedando se pelos 50 mil milhões de Kz, correspondente a uma taxa de execução de 6,1% face aos 815,6 mil milhões Kz previstos para a totalidade do ano corrente no Orçamento Geral do Estado 2016, de acordo com as contas do Expansão a partir do relatório de

fundamentação do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2016 revisto.

Para se cumprir o orçamento inicial de 2016, o investimento público, que na terminologia orçamental corresponde à aquisição de ativos não financeiros da rubrica despesas de capital, terá de ascender a 765,6 mil milhões Kz no segundo semestre, ou seja mais de 15 vezes mais do que nos primeiros seis meses. O aumento do investimento ainda terá de ser maior se considerarmos a revisão do OGE 2016 que elevou o investimento público de 815,6 mil milhões Kz para 961,1 mil milhões Kz. Considerando este valor, o investimento público terá de aumentar mais de 18 vezes no segundo semestre de 2016 face aos primeiros seis meses.

A baixa taxa de execução do investimento público não surpreende economista Victor Hugo que afirma que é "compreensível" devido à baixa do preço do petróleo, sempre aquém do programado. O também professor da Universidade Agostinho Neto lembra que "nesse período a economia ficou praticamente paralisada". "E não havendo produção interna, que também era fonte de alimentação do OGE, aumentam mais as dificuldades de cumprir com o plano financeiro", reforça Victor Hugo.

Embora compreendendo os problemas do lado da receita, o também economista e também docente universitário Precioso Domingos diz-se preocupado com os 6,1% de taxa de execução das despesas de capital lembrando que, geralmente, a taxa de execução na primeira metade do ano tem-se situado na ordem dos 30%. A preocupação do professor da Universidade Católica prende-se com o facto dos investimentos públicos serem críticos para a economia. "Tratando-se das despesas de capital, que são as que servem de motor para o crescimento económico, é extremamente preocupante, porque quer dizer que a capacidade de a economia crescer é cada vez menor", considera Precioso Domingos. O economista explica ainda que, ao mesmo tempo, "esta baixa de investimentos está a ser conjugada com excesso de depreciação do investimento já feito anteriormente".

Pela lógica da economia, lembra Precioso, os investimentos públicos devem, não só prever a construção de novas infra estruturas, mas também a manutenção das que já existem. E, no caso de Angola, salienta, sabe-se que um dos grandes problemas tem a ver com a falta de manutenção.

"E se avaliarmos a execução do investimento público com aquilo que está a ser a depreciação dos investimentos já feitos, e agora conjugado com a paralisação de uma série de empresas de construção

civil, também não admira que a capacidade de execução tenha sido mais baixa", disse.

Se a taxa de execução do investimento público, considerado boa despesa, se quedou pelos 6,1%, a taxa de execução das despesas correntes, classificadas de má despesa, foram de 34,2%. O OGE 2016 inicial prevê gastos correntes de 3,5 biliões Kz na totalidade do ano e nos primeiros seis meses foram comprometidos 1.2 biliões Kz.

As prestações sociais lideram as taxas de execução das despesas correntes com 65,2%, o que se pode explicar com a crise que assola o País e que exige do Estado maior apoio aos mais vulneráveis. A segunda taxa de execução mais elevada coube aos juros da dívida pública, com 57,7%. Um dado que também não surpreende porque não só a dívida pública tem vindo a crescer como as taxas de juro também têm aumentado. As taxas de juro dos Bilhetes do Tesouro aproximaram-se dos 20% nos primeiro meses do ano.

Em termos globais a taxa de execução da despesa quedou-se pelos 28,9%, contra 38,6% das receitas.

A taxa de execução das receitas é o resultado de uma taxa de execução das receitas não petrolíferas de 42,7% e de 34,3% das receitas petrolíferas.

O primeiro semestre deste ano foi caracterizado por um esforço fiscal substancial. Este esforço sobre tudo nos primeiros meses do ano, para apaziguar diversas preocupações do OGE.

4.3 Uma nova fase nas finanças públicas

Jornal de Angola

13 De Setembro de 2016

Texto: Eugénio Guerreiro

O Presidente da República promoveu uma remodelação governamental. Augusto Archer de Sousa Mangureira é, agora, o novo ministro das Finanças, substituindo Armando Manuel. Sem dúvidas, sob o ponto de vista político e financeiro, Archer Mangureira enfrenta múltiplos desafios.

O novo inquilino da Mutamba é um quadro nacional com elevada experiência técnica, académica e política. Ele encontra uma situação macro económica difícil, tendo como um dos principais fatores determinantes o agravamento da situação fiscal trazida pela deterioração das contas externas dos país, que foram afetadas, sobretudo, pela queda do preço do petróleo nos mercados internacionais iniciada em meados de 2014.

Antes de 2014, Angola tinha uma história de crescimento interessante com grande potencial.

Olhando para os dados de 2014, o PIB petrolífero andou em 35 por cento. Se compararmos com a cri e anterior, em que se situava acima dos 50 por cento, notamos que foram criados ativos na economia que se constituem em fontes de crescimento económico. Mesmo que não seja facilmente mensurável, sente-se maior resiliência para o tamanho do choque atual.

Em períodos de crise - e ta não é uma tendência de agora um dos principais ventores para o crescimento económico de Angola é a despesa pública, mormente o investimento público, não com a magnitude que havia, mas que não deve anular a reforma estrutural. Esta redução da economia petrolífera para apenas 35 por cento do PIB demonstra bem o potencial que existe para fazer emergir outras esferas, potenciando uma economia ais diversificada.

O novo ministro das Finanças deve, sem dúvidas, olhar para a crise atual como uma oportunidade para produzir as reformas estruturais necessárias, as correções das externalidades e justar a economia para um patamar mais dinâmico quando viramos a página da crise.

Em 2014 temos urna referência ao preço médio do barril de petróleo, com um declínio abrupto, I tal ponto de chegarmos à casa dos 30 dólares, com implicações fortes em termos de exportações que em 2013 se tinham posicionado em 66 mil milhões dólares. Nesse período, houve problemas técnicos em alguns campos e saímos de um PIB petrolífero acima dos 66 mil milhões para uma previsão no exercício de 2016 de 21 mil milhões de dólares. O que o país beneficia em termos diretos é do imposto e da recuperação e isso tende a reduzir a receita pública e o arrombo abrupto que a economia vive nas circunstâncias atuais.

Convém, entretanto, não perdermos de vista que a comunidade internacional acompanha com atenção, mas com menos preocupação a situação económica de Angola, em comparação com outros colossos da produção de crude, como são os casos da Arábia Saudita e da Nigéria. Vejamos por que razão. A Arábia Saudita está a intensificar os esforços para reduzir o maior défice orçamental entre os países do G-20 e, para o efeito, vai cancelar mais de 20 mil milhões de dólares em projetos e orçamentos ministeriais. O governo está a reavaliar a sua lista de investimento público orçado em 69 mil milhões de dólares e pode cortar um terço deles. O país tem em marcha um plano de reformas que inclui o aumento do preço do combustíveis, a fusão de alguns ministérios e a eliminação de outros, numa altura em

que se estima uma aumento do défice público para 16 por cento do PIB. O Fundo Monetário Internacional (FMI) espera que o défice caia para abaixo de 10 por cento do PIB em 2017.

Mas a Arábia Saudita não é um caso único. Na maior economia africana, o impacto é avassalador e começa a sentir-se nas ruas. Com 187 milhões de pessoas, a Nigéria deveria ser o motor de crescimento de África. Mas o país tornou-se num exemplo do impacto da intensidade com que os preços baixos do petróleo vêm afundando os mercados emergentes. Fábricas estão paralisadas por escassez de divisas para importar peças, Supermercados estão com dificuldades para manter as gôndolas abastecidas e até barragens de eletricidade praticamente pararam de produzir energia porque não podem arcar com os custos de manutenção. Muitos novos "shopping centers" estão vazios e os cidadãos do país estão a enfrentar grandes dificuldades para encontrar produtos básicos. Em Lagos, as filas para o abastecimento de combustível leva mais de seis horas de e pera, obrigando mesmo à intervenção da polícia para controlar a situação. Para manter a economia a crescer, o presidente Muhammadu Buhari foi recentemente à China para negociar financiamentos a obras de infra estrutura, como estradas, no valor de seis mil milhões de dólares e está em projeção a emissão de títulos de dívida em yuan, pela primeira vez.

Felizmente, em Angola os desafios são outros.

Para uma economia com forte exposição ao exterior este choque reflete-se na conta corrente e o PIE na óptica do rendimento mostra-se concentrado. Com a exposição ao choque e a queda contínua das receitas petrolíferas de 66 mil milhões de dólares em 2013 para 20 mil milhões em 2016, antes da revisão foi boa a reação do Executivo em produzir um ajustamento na despesa pública. O Governo mantém saldos primários para assegurar o erviço da dívida, e ai reside um dos grandes desafios, da politica económica e financeira da atualidade. Controlar o endividamento, manter a despesa e assegurar crescimento estável para reaquecer à economia. A estratégia seguida em 2011-2013 altura em que começámos a notar um aumento do endividamento porque nesse período grande parte dos projetos estruturantes entrou em funcionamento, com barragens, caminhos-de-ferro, ciclo combinado do Soyo - deve agora também ser válida. A carteira de projetos públicos deve priorizar aqueles que concorrem em mais-valias para o fomento das actividades económica empresarial.

As receitas petrolíferas continuam demasiado abaixo dos níveis anteriores e isso tem vindo a afetar toda a estrutura da economia, resultando daí urna crise

económica, tendo como face mais visível a questão cambial. Na verdade, caberá ao ministro Archer Mangureira, em articulação com todos os demais sectores de política económica, promover uma profunda reforma na estrutura da economia nacional, tomando a diversificação uma realidade, e não apenas em discursos e projetos, para além de avançar com a reforma tributária mediante a introdução de impostos com maior volume de arrecadação, como o IV A, sugerido pelo FMI e outros especialistas, ou ainda a necessária contenção e racionalidade na despesa pública.

4.4 OGE votado na Segunda-feira

Jornal O PAÍS

16 De Setembro de 2016

Avotação do documento, que surge devido à forte quebra das receitas petrolífera do país nos primeiros seis meses do ano, é o único ponto da agenda desta reunião plenária que "por motivos de calendário" e decisão do presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, será realizada Segunda-feira.

A proposta de revisão do OGE de 2016, que agrava as previsões de crescimento e outros indicadores macroeconómicos, foi alvo de um relatório-parecer conjunto favorável das várias comissões especializadas.

A votação final do OGE revisto decorrerá em pleno período de pausa parlamentar (15 de Agosto a 15 de Outubro) e antecede a entrada em vigor do documento.

Entre finais de Outubro e início de Novembro, os deputados começam a analisar a proposta de OGE para 2017.

Devido à quebra das receitas da exportação do petróleo no primeiro semestre, o Governo apresentou ao parlamento uma proposta de revisão do OGE, cortando a previsão do preço médio do barril de crude exportado em 2016 de 45 para 41 dólares. Com isto, o crescimento da economia desce dos 3,3% iniciais, face a 2015, para 1,1%, e a inflação, em virtude da crise cambial, dispara de 11 para 38,5% (mas que só até Agosto já chegou aos 38,1%).

Nesta revisão, o limite da receita da despesa para 2016 passados atuais 6,429 biliões de kwanzas (34,4 mil milhões de euros), para 6,959 biliões de kwanzas (37,3 mil milhões de euros), um aumento justificado pelo Governo com a necessidade de fomentar o crescimento do país (devido ao arrefecimento

provocado pela crise petrolífera) através do investimento público.

Por este motivo, espera-se agora que o défice fiscal suba dos orçamentados 5,5% do Produto Interno Bruto (PIE) para 6,8%. Este cenário vai obrigar a um endividamento público de mais 560,4 mil milhões de kwanzas (cerca de 2,5 mil milhões de euros), um aumento de 19,2% face às contas iniciais do Governo.

A proposta de lei de revisão do OGE já tinha sido aprovada na generalidade, a 15 de Agosto, apenas com os votos favoráveis do MPLA e da FNLA, e os votos contra da restante Oposição (UNITA, CA-SA-CEe PRS).

4.5 Parlamento vota OGE rectificativo no dia 19 deste mês

Novo Jornal

16 De Setembro de 2016

A votação final da proposta de revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2016 no parlamento angolano, prevista para sexta-feira, foi adiada para 19 de Setembro, informou aquele órgão em comunicado.

A votação do documento, que surge devido à forte quebra das receitas petrolíferas angolanas nos primeiros seis meses do ano, é o único ponto da agenda desta reunião plenária que, "por motivos de calendário" e decisão do presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, será realizada na segunda-feira.

A proposta de revisão do OGE de 2016, que agrava as previsões de crescimento e outros indicadores macroeconómicos, foi alvo de um relatório-parecer conjunto favorável das várias comissões especializadas. A votação final do OGE revisto decorrerá em pleno período de pausa parlamentar (15 de Agosto a 15 de Outubro) e antecede a entrada em vigor do documento. Entre final de Outubro e início de Novembro, os deputados começam a analisar a proposta de OGE para 2017.

Devido à quebra das receitas com a exportação do petróleo no primeiro semestre, o Governo apresentou ao parlamento uma proposta de revisão do OGE, cortando a previsão do preço médio do barril de crude exportado em 2016 de 45 para 41 dólares. Com isto, o crescimento da economia desce dos 3,3% iniciais, face a 2015, para 1,1%, e a inflação, devido à crise cambial, dispara de 11 para 38,5% (mas que só até Agosto já chegou aos 38,1%).

Nesta revisão, o limite da receita e da despesa para 2016 passa dos actuais 6,429 biliões de kwanzas (34,4 mil milhões de euros), para 6,959 biliões de kwanzas (37,3 mil milhões de euros), um aumento justificado pelo Governo com a necessidade de fomentar o crescimento do país (devido ao arrefecimento provocado pela crise petrolífera) através do investimento público. Por este motivo, espera-se agora que o défice fiscal suba dos orçamentados 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para 6,8%. Este cenário vai obrigar a um endividamento público de mais 560,4 mil milhões de kwanzas (cerca de três mil milhões de euros), um aumento de 19,2% face às contas iniciais do Governo.

A proposta de lei de revisão do OGE já tinha sido aprovada, na generalidade, a 15 de Agosto, apenas com os votos favoráveis do MPLA e da FNLA, e os votos contra da restante oposição (UNITA, CASA-CE e PRS).

4.6 Parlamento vota hoje OGE revisto

Jornal de Angola

19 De Setembro de 2016

Texto: Adelina Inácio

O Orçamento Geral do Estado Revisto de 2016 vai hoje à votação final global depois de ser discutido e aprovado na especialidade. O documento proposto pelo Executivo comporta receitas na ordem de seis trilhões, 959 biliões, 728 milhões, 851 mil e 527 kwanzas.

O presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, Manuel Nunes Júnior, garantiu que o Orçamento revisto que entra em vigor logo após a sua aprovação vai permitir ao país manter o ritmo de crescimento.

O deputado falou do aumento nas despesas de investimentos públicos no documento revisto e salientou que antes da revisão do Orçamento a percentagem do Produto Interno Bruto atribuída aos investimentos públicos era de 5.7 por cento e com a revisão passou a 7.7 por cento, equivalente a 6.5 biliões de dólares alocados para os investimentos públicos.

"Isso é muito importante, porque crescimento do país nos últimos anos tem sido puxado pelo investimento público, e o aumento dos investimentos é importante para o crescimento económico do país", disse, sublinhando que o crescimento do país é essencial para se continuar com os mesmos níveis de desenvolvimento na educação e saúde.

As outras receitas tributárias devem ser garantidas pelas não petrolíferas. "Esse é outro elemento que é relevante e que denota o grande esforço que está a ser feito pelo Executivo no sentido de encontrar recurso tributário fora do sector petrolífero para fazer face à situação actual", disse o deputado.

O Orçamento Geral do Estado revisto, que dá especial atenção ao aumento das despesas de capital, foi elaborado com base numa projecção macroeconómica com uma taxa de crescimento de 1,1 por cento, valor abaixo de 3,3 por cento do orçamento inicial, um preço médio do barril do petróleo de USD 40,90, contra USD 45 do OGE inicial.

O documento aponta uma taxa de inflação de 38,5 por cento, contra 11 por cento do Orçamento inicial, e um défice na perspectiva de compromisso de 5,9 por cento, contra 5,5 por cento da previsão inicial.

No Orçamento Geral do Estado revisto o Produto Interno Bruto foi projectado aAKZ 16.879,6 biliões, enquanto a produção petrolífera anual está estimada em 654,6 milhões de barris de petróleo, contra 689,4 milhões do OGE inicial. As receitas fiscais, excluindo desembolsos de financiamentos e vendas de activos, estão projectadas em cerca de três trilhões, 484 biliões, 622 milhões, 127 mil e 371 kwanzas dos recursos ordinários do Tesouro, representando 50,06 por cento do total da receita, sendo 44,4 por cento proveniente de impostos.

Dos recursos provenientes dos Impostos, 22 por cento são receitas petrolíferas e 22,4 por cento representam as receitas fiscais não petrolíferas. As contribuições sociais participam com 2,2 por cento do total das receitas fiscais.

4.7 Orçamento Geral do Estado para o exercício Económico

Jornal O País

20 De Setembro de 2016

Texto: Rila Berta

Há, pouco mais de três meses para o final do ano, a Assembleia Nacional (AN) procedeu ontem à aprovação final global da proposta de Lei que aprova o aGE revisto para 2016, com 138 votos a favor, 20 contra e duas abstenções.

Oeconomista Victor Hugo não concorda com a aprovação de uma revisão do orçamento nesta altura do ano, por considerar que neste período deveria haver maior preocupação para com o aGE de 2017 e não o contrário, estar atentos à revisão de um

orçamento para cerca de escassos três meses. "Não é um trabalho muito profissional, mas algumas contas foram muito mal calculadas e há necessidade de se trabalhar nelas", disse.

O especialista entende, de igual modo, não estar a haver cautela por parte das autoridades que trabalham na elaboração do documento. É que, na sua opinião, ao invés de se ter trabalhado com um orçamento conservador que pudesse adquirir superavit, estas autoridades optaram por um orçamento expansionista, daí os cálculos não baterem certo e haver a necessidade de sempre se rever o orçamento.

Para o próximo ano, período em que deverão ocorrer as eleições gerais, Victor Hugo recomenda maior cautela na elaboração do aGE, sugerindo que o preço base do barril de petróleo seja avaliado em 40 dólares, "se quisermos ter as contas públicas com superavit", referiu.

O O GE revisto comporta receitas fiscais estimadas em 3.484,6 mil milhões de kwanzas (Akz), contra 3.514,5 mil milhões previstos e despesas fiscais de 4.626,3 triliões, contra 4.295,7 mil milhões previstas anteriormente.

Os principais indicadores apontam um crescimento de 1,1% contra 3,3% inicialmente previstos e uma taxa de inflação a situar-se em 38,8%. O documento foi elaborado com o preço base de USD 40,9 por barril de petróleo, contra os 45 dólares inicialmente previstos.

As novas projecções fiscais direccionam para um défice de 6,8 por cento do Produto Interno Bruto (PIE), contra um défice na ordem de 5,5 anteriormente previsto.

A taxa de crescimento do PIE real projectada para 2016 é de 1,1 por cento, comparado com o período homólogo de 2015, com o sector petrolífero a crescer 0,8 e o sector não petrolífero a 1,2 por cento.

O desempenho do sector não petrolífero neste cenário é justificado pela melhoria da performance esperada nos sectores da agricultura (de 5,2 por cento para 6,7)

construção (de 2,2 por cento para 3,2), indústria transformadora (de -11 por cento para -3,9) e serviços mercantis (de -1,5 por cento para 0).

A produção petrolífera situar-se-á em 654,6 milhões de barris, que correspondem a uma produção média diária de 1.793,4 mil barris, incluindo a produção do Gás Natural Liquefeito (LNG) que poderá alcançar uma produção média diária de 54.145 barris equivalentes, abaixo dos níveis de produção média

diária de 60.000 barris equivalentes inicialmente previstas.

A votação nesta altura do ano não é encarada com bons olhos pela Oposição. A Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE), por exemplo votou contra.

De acordo com Manuel Fernandes, vice-presidente da organização política afigura-se desnecessário nesta altura fazer a revisão do Orçamento, na medida em que faltam apenas três meses e alguns dias para o final do ano.

No seu entender, não era necessário um exercício do género. "Antes pelo contrário, deveríamos trabalhar na previsão do Orçamento do próximo ano", defendeu.

O dirigente critica a situação económica que o país atravessa, atirando culpas ao Executivo que não adopta, no seu entender, medidas económicas aceitáveis.

A UNITA também votou contra.

Em entrevista a O País, o seu vice-presidente, Raúl Danda, disse que o OGE 2016 deveria ter sido revisto durante o primeiro trimestre do ano. "Nós já tínhamos aconselhado o Governo do MPLA que o Orçamento não tinha pés para andar", disse.

O dirigente da UNITA criticou o modo como se tem elaborado o OGE, referindo tratar-se

de um documento em que a cada ano faz-se um "coppaste" de orçamentos anteriores. Raúl Danda disse que o país enfrenta um período crítico e que o Governo insiste, no documento, em criar despesas que não têm razão de ser.

"Não vemos sequer nem um passo dado que mostra que estamos engajados em seguir para a diversificação da economia, que se impõe", afirmou.

O dirigente da UNITA, Raúl Danda, mostra -se pessimista com relação ao OGE para 2017, no seu entender os angolanos não têm motivos para acreditar que haja algo de coerente no referido Orçamento. Tendo afirmado que no próximo Orçamento continuará a haver desprezo para a agricultura, falta de fiscalização pelos deputados e ausência de transparência na governação.

Por sua vez, Manuel Fernandes, referindo-se ao OGE 2017 - ano em que deverão acontecer as eleições - antevê um Orçamento despesista, na medida em que deverão ser acauteladas despesas para o exercício da democracia na disputa eleitoral. "Outro

facto é o dispêndio que o Executivo vai ter que enfrentar para melhorar a imagem degradada neste momento", disse. O OGE revisto foi aprovado com 138 votos a favor do MPLA e da FNLA, 20 contra da UNITA e'

da CASA-CE e duas abstenções do PRS. A aprovação aconteceu durante a 6ª reunião plenária extraordinária da IV sessão Legislativa da III Legislatura, inicialmente, agendada para Sexta-feira e adiada para Segunda-feira, 19, por motivos de calendário.

4.8 Fisco Perde o Rasto a Milhares de Empresas

Jornal O Crime

Texto : Martins Chambassuco

23 De Setembro de 2016

A Administração Geral Tributária (AGT), notificou milhares de empresas para regularizar a sua situação fiscal referente ao exercício económico de 2014.

O acto que está a ser levado a cabo pela Primeira Repartição Fiscal de Luanda da terceira região tributária é um procedimento que, apesar de ser considerado normal pelos serviços fiscais, demonstra que são muitas as empresas em incumprimento.

A lista dos faltosos já vai em 5.638 contribuintes (empresas) cujo paradeiro a AGT diz desconhecer, daí a necessidade de notificação pública através dos jornais.

O departamento dos serviços fiscais da AGT assume a existência de dificuldades para localizar os contribuintes visados, mas a grande preocupação do fisco é que muitos dos visados estejam a fugir aos impostos ou que tenham declarado a falência das suas empresas ou sociedades.

Fonte ligada ao processo adiantou ao Expansão que as 5.638 empresas publicadas no Jornal de Angola do dia 18 de Setembro, "devem milhões" de Kz ao Estado.

"No nosso procedimento, essa notificação resulta da necessidade legal que tem a ver com o

que é devido ao Estado. Ao longo do ano temos vindo a publicar leilões e, desta vez, são as empresas (contribuintes) que não honraram os seus compromissos fiscais do exercício em referência", refere, sublinhando que essas empresas há dois anos que não apresentam o Modelo 1 do documento que certifica o pagamento, por parte das empresas, do imposto industrial.

A fonte adiantou ainda que está em curso a primeira fase da actualização do cadastro das empresas - dentro do Projecto Executivo da Reforma Tributária (PERT) - e que, em Outubro,

quando tiver início a segunda fase, tudo estará mais esclarecido. Recorde-se que as empresas notificadas na lista têm 30 dias para justificar e declarar as suas obrigações tributárias e, em caso de incumprimento, os visados perdem automaticamente o número de identificação fiscal (NIF). A notificação já vai na letra G e espera-se que o número dos incumpridores venha a aumentar. Os sectores da construção e da prestação de serviços lideram como os mais incumpridores.

4.9 Fisco de perde o rasto a milhares de empresas

Jornal Expansão

23 De Setembro de 2016

Texto: Martins Chambassuco

É: nosso objetivo dar a conhecer o que é a AGT face posicionamento, dos grandes contribuintes. O e queremos é que os andes contribuintes ser. Um exemplo nas suas obrigações fiscais, nomeadamente através da entrega 5 declarações fiscais e no e diz respeito ao pagamento dos impostos", disse. Quanto ao perfil das empresas, Filomeno dos Santos; disse que o objetivo é var a qualidade do contribuinte, "Queremos trabalhar com os cumpridores identificados. Aquele que apresentam propostas para melhorar o serviço. Até ao ai do ano a AGT espera arrecadar 3 triliões Kz". A estação de serviços, os petróleos e a indústria extrativa são os sectores com maior quota de contribuintes em Angola. A seguir vem a banca, os seguros e a construção civil.

Quanto aos incentivos, esse que à administração cal compete conceder mente os que estão legislados e aprovados.

4.10 UNITA e CASA-CE chumbam Orçamento Geral do Estado Revisto

Jornal Liberdade

23 De Setembro de 2016

Texto: Marcos Filho

O documento que comporta receitas estimadas em 3.484,6 mil milhões de kwanzas e despesas fiscais de 4.626,3 mil milhões, contra 4.295,7, fixa o preço base do barril do petróleo em 40,9 dólares norte-

americanos, contra os 45 inicialmente previstos. O OGE Revisto passou pelo crivo parlamentar na sexta reunião plenária extraordinária da Assembleia Nacional, com 138 votos a favor do MPLA e FNLA, 20 contra da UNITA e CA- SA-CE duas abstenções do PRS.

O relatório de fundamentação refere que a revisão do orçamento agora concluída surge da forte quebra nas receitas com a exportação de petróleo no primeiro semestre, tal como já tinha acontecido em 2015 e que obrigou então, igualmente, a OGE revisto, e baixa a previsão do barril de crude médio vendido este ano de 45 para 41 dólares norte-americanos. Nesta revisão segundo a proposta, a diferença entre receita e despesa para 2016 passa de 6,429 biliões de kwanzas (38,3 mil milhões de dólares) para 6,959 biliões kwanzas (41,4 mil milhões de dólares), um aumento justificado. Pelo governo com a necessidade de fomentar o crescimento do país (devido ao arrefecimento provocado pela crise petrolífera) através do investimento público. Segundo o relatório de fundamentação distribuído à imprensa, o défice fiscal deverá subir dos orçamentados 5,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) para 6,8 por cento. Este cenário vai obrigar a um endividamento público de mais 560,4 mil milhões kwanzas (cerca de 3,3 mil milhões de dólares), um aumento de 19,2 por cento face às contas iniciais do governo. "O novo défice fundamenta-se pelo impulso de reanimação de que precisa a economia, via investimento público, que tem sido o motor do crescimento pelo lado da procura', justifica o relatório de fundamentação que acompanha a proposta de revisão do OGE.

Ao que consta no relatório de fundamentação, nas novas previsões, a taxa de crescimento do PIB - toda riqueza produzida no país ou crescimento da economia - passa dos 3,3 por cento inicialmente previstos para 1,1 por cento, enquanto a inflação dispara dos 11 por cento do OGE anterior para 38,5 por cento. Contudo, só em Agosto, a inflação a um ano já ultrapassou os 38,1 por cento. O PIB petrolífero sobe nesta revisão apenas 0,8 por cento, face aos 4,8 por cento em vigor, enquanto o PIB não petrolífero (toda a riqueza produzida fora deste sector) aumenta 1,2 por cento, contra as 2,7% iniciais.

A oposição que chumbou a proposta do executivo argumentou que o Orçamento Geral do Estado (OGE) é feito para "se distribuírem" dinheiro, enquanto aos milhões de angolanos é distribuída a fome! Ao justificar o sentido de voto contra, o deputado da UNITA Raúl Danda, na sua declaração de voto, sublinhou que o seu partido votou contra por entender que "existe no país milhares de

angolanos a morrerem de má nutrição, a falta de medicamentos, a falta de quase tudo".

De acordo o Raúl Danda, a UNITA votou "contra este orçamento revisto, porque contém a cabimentação de recursos para o financiamento da "defesa civil", a antiga ODP, um corpo de milícias ilegais à luz da Constituição, e inaceitáveis em qualquer Estado democrático e de direito".

4.11 Universo de 13% dos grandes contribuintes não cumpre com fisco

Jornal Expansão

23 De Setembro de 2016

Texto: Martins Chambassuco

De acordo com o diretor nacional da Administração Geral Tributária (AGT), Filomeno dos Santos, 87% dos 547 grandes contribuintes cadastrados estão com a situação fiscal normalizada, e os restantes 13% estão em incumprimento.

Falando à margem do encontro metodológico dos grandes contribuintes, que decorreu na semana passada, o responsável afirmou que o Projeto Executivo da Reforma Tributária, que se encontra em curso, permitiu aproximar a AGT e os grandes contribuintes. Desta forma, é possível apurar algumas das dificuldades que as empresas atravessam.

Filomeno dos Santos considera que os faltosos não deveriam ter a classificação de grandes contribuintes, empresas que representam 87% do total de receitas anuais do imposto industrial. "Estamos a rever a lista e o método de classificação da lista de 2017, sendo que a atual lista já está a completar três anos. Por uma questão de confidencialidade, não posso revelar as em- presas faltosas", referiu, adiantando ainda que as matérias relacionadas com a tributação de grupos e sociedades merecem um debate aprofundado para aclarar eventuais dúvidas.

4.12 Crescimento económico de Angola abaixo da média da região

Jornal Expansão

30 De Setembro de 2016

Texto: Maurício Vieira Dias

A agência Fitch desceu a avaliação da dívida soberana de Angola com perspectivas de evolução negativa e previu que 2016 será o pior desempenho económico do País nos últimos 14 anos. De acordo com o relatório, a agência prevê que o crescimento desça de

3,3% em 2015 para 0% em 2016, resultado que coloca Angola abaixo da média dos países da região.

O diretor da equipa de rating soberano da Fitch, Jermaine Leonard, explicou ao Expansão que a média de crescimento económico previsto para os países da região austral do continente é de 3%, enquanto os indicadores do último relatório da agência, publicado na última sexta-feira, apontam que o crescimento nacional ficará estagnado em 2016.

Jermaine Leonard diz que "o baixo crescimento de Angola resulta em grande parte da sua alta dependência de exportação de petróleo.

De acordo com Jermaine Leonard, há uma série de fatores económicos globais e regionais que estão a afetar muitos países da África Subsariana, bem como os exportadores de commodities em outras regiões.

"Muitos países da África Subsariana experimentaram significantes e persistentes défices fiscais e défices externos, uma vez que o fim do ciclo superior das commodities trouxe menor receitas de hidrocarbonetos e menores receitas de exportação".

Todavia, segundo o responsável, é ainda expectável que as restrições de financiamento vão impedir o Governo angolano de executar plenamente o orçamento de 2016.

A dívida angolana foi classificada como "lixo", ao passar de B+ para B, com perspectivas de evolução negativa.

Segundo a agência, Angola continua a sofrer um "severo choque petrolífero", uma vez que 95% das exportações angolanas resultam da venda de petróleo e que metade das receitas fiscais, do País provém dessas vendas.

O relatório da agência de notação sublinha, entretanto, que "as deficiências institucionais e um ambiente de negócios muito fraco vão continuar a ser grandes constrangimentos no desenvolvimento dos sectores não petrolífero". A Fitch prevê ainda uma inflação média de 30% para 2016.

Défice da agência é mais otimista que o do Governo. A previsão de défice das contas públicas, que se cifra em 5,8% do PIB em 2016, é mais otimista do que a do Governo que, de acordo com Orçamento Geral do Estado revisto, está nos 6,8%.

O economista Victor Rugo considera que o défice poderá estar acima da previsão do Governo, uma vez que se aproximam as eleições e as receitas arrecadas têm sido baixas em função da queda do preço do petróleo.

Victor Hugo considera que os indicadores poderão ser piores do que aqueles que foram apresentados. "As pessoas estão a fazer uma leitura da nossa economia a partir de fora, em função das políticas que são apresentadas. O certo é que a economia angolana pode vir a abrandar mais do que o previsto pela Fitch, porque não há estímulo que garanta crescimento da economia. Assim sendo, o prognóstico da Fitch ainda é muito animador", disse.

O economista Yuri Quixina considera que a previsão da Fitch é semelhante à de outras agências, como a Economist Intelligence Unit (crescimento de 0,6%) ou o Banco Mundial (0,9).

"As análises destas instituições são cíclicas, quando a economia está em crescimento elas têm uma avaliação alta, ao passo que quando a economia está a descer elas atribuem uma classificação negativa", considera Quixina.

No relatório divulgado a semana passada, a agência de notação prevê que o crescimento de Angola aumente para 3,5% e 3% nos próximos dois anos. No entanto, até ao final da década o crescimento nunca ultrapassará a barreira dos 4%, segundo a Fitch.

A apreciação do relatório da agência indica que Angola recua para a categoria "B", que significa que se mantém abaixo da escala de investimento, com perspectivas de evolução "Negativa". Recorde-se que na última notação financeira da Fitch sobre Angola, em Março, a agência desceu a perspectivas de evolução da avaliação da dívida soberana nacional para "Negativa", enquanto na anterior, em 15 de Setembro de 2015, foi de "B+", considerada "Estável".

O documento da agência lembra ainda que Angola continua a sofrer com a queda do preço do petróleo no mercado internacional, sendo que 95% das exportações do Governo angolano de executar plenamente o orçamento de 2016.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Administrador do Cazenga aconselha munícipes ao pagamento de impostos

Jornal Continente
03 De Setembro de 2016

No discurso de abertura oficial para a sensibilização do pagamento de impostos no Cazenga, o administrador disse que o município tem um milhão de habitantes e uma actividade comercial considerável que pode elevar a arrecadação de receitas para os cofres públicos. Para o responsável, o facto do município do Cazenga ser o último a colher a campanha de sensibilização para o pagamento do imposto, implica que deve ser o primeiro a cumprir com este dever de cidadania.

Há bons indicadores, referiu Victor Narciso, por isso a Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL) construiu um pavilhão desportivo multiuso pelo facto do Cazenga ser o primeiro no pagamento da conta de água.

"Os cidadãos deste município são exemplares no que diz respeito ao pagamento de impostos, mas os resultados seriam melhores caso houvesse mais repartições fiscais disponíveis", disse o responsável. Estão a ser feitos esforços para a abertura de mais repartições e postos fiscais, pois o município possui apenas uma repartição fiscal no Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC).

Antes os munícipes pagavam os impostos na segunda repartição fiscal, no Kina xixi, disse.

Acrescentou que com a criação da cidade administrativa no Cazenga, onde irá funcionar o centro administrativo político do município, prevê-se a construção de mais repartições e postos fiscais. A chefe do Departamento dos Serviços Fiscais da Administração Geral Tributária (AGT), Silvéria Bulote, disse que foram mobilizados mais de 16 mil contribuintes e neste município pretende-se atingir mais de dois mil contribuintes, desde os proprietários de residências aos pequenos empresários.

De acordo a responsável, há um grande esforço por parte do Ministério das Finanças no sentido de expandir os serviços de repartições fiscais a nível

nacional, mas a campanha de sensibilização atingiu quase todo país.

As brigadas constituem a terceira fase da campanha de sensibilização para o pagamento de impostos (CSPI), que começou em Outubro do ano passado em Cacuaco e estendeu-se em Viana, prosseguiu em Talatona, Samba e no município de Luanda.

5.2 Administrador preocupado com munícipes

Jornal Continente
07 De Outubro de 2016
Texto: João Nhangá

Administrador do distrito urbano do Kilamba Kiaxi disse que as principais vias rodoviárias de acesso, o saneamento básico nesta época chuvosa e a falta de professores e infra estruturas escolares são as principais preocupações da população daquele distrito segundo o seu administrador, Domingos Lourenço.

O responsável, revelou ao semanário Continente, que a maior preocupação dos munícipes nesta altura que se aproxima a chuva, é a dificuldade nas demais vias de acesso; as estradas encontram-se esburacadas, e sem esgotos dificultando deste modo a circulação de pessoas e bens.

De acordo com o administrador para se colmatar a situação que esta na origem da mesma económica que o país vive, urgiu a necessidade de se trabalhar para a melhoria das condições de vida dos munícipes.

Aquele responsável disse que, tiveram de parar com o trabalho de requalificação dos bairros Palanca, Popular e Kilamba Kiaxi.

Entretanto, o nosso interlocutor garantiu por outro lado que mais de um milhão de habitantes do distrito que dirige, vão beneficiar de energia e água potável numa cooperação que segundo fez saber à este semanário, está sendo feita entre Angola e a China.

Para o número, da densidade populacional que tem ainda se regista um défice no sector da educação, uma vez que ainda muitos alunos estão fora do sistema de ensino. Mas para se ultrapassar a referida situação, referiu, já foi localizado alguns espaços para implementação de novas escolas.

A falta de escolas nos bairros, é apontado pelo administrador como uma das dificuldades no sector da educação. O governante aproveitou a ocasião para esclarecer que o município tem 345 Escolas, 150 colégios e 136 escolas comparticipadas.

Domingos Lourenço assegurou que os bairros Palanca e Aníbal estão bem servidos em termos de número de escolas, prometendo que doravante ainda vão ser construídas cinco escolas, nomeadamente, duas para o Aníbal Rocha, duas nos Rastas e uma na Maria Eugénia Neto.

Já no sector da Saúde, revelou que o município tem seis centros de saúde, e dois hospitais. Para ele, olhando pela intensidade populacional o número não é suficiente, estando em construção de mais uma unidade sanitária, e um centro de saúde infantil no bairro Palanca, Face a época Chuvosa, disse estarem já a trabalhar na abertura das valas de drenagem do bingo, três embondeiros, carianco, cazenco no bairro Popular a vala que passa do mercado dos correios, estando agora com dificuldades de trabalharem pelo facto de os munícipes estarem a construir suas residências por cima dos tubos de água. Em relação os sinistrados no centro de acolhimento Erlake, o nosso entrevistado disse existir há três anos. Segundo ele já foi apresentado uma proposta aos sinistrados. Estamos a trabalhar com o administrador de Viana para exceder espaço para se erguer as residências para os sinistrados, a partir de Fevereiro, serão transferidos para o município da conhecida cidade satélite.

Quanto os mercados do município, o responsável frisou estarem já a receber requalificação para os vendedores porquanto se esta a reabilitar a avenida de Sete de Setembro que considerou ser uma maior dor de cabeça, admitindo que em trinta dias serão concluídas as obras que dão cesso ao aeroporto.

Domingos Lourenço apelou por outro lado aos vendedores que vendem nas ruas a pararem com a tal pratica que exercem no dia-a-dia no distrito do Kilamba Kiaxi.

5.3 Atribuição de nome aos bairros e ruas já tem regras

Jornal Machete

30 De Setembro de 2016

As pessoas vão deixar de dar nome, a seu belo - prazer, às povoações, aldeias, bairros, ruas, praças, avenidas e outros lugares, como até aqui, como resultado da entrada em vigor da Lei de Bases da Toponímia, publicada no dia 12 deste mês, no "Diário da República", que vem impor regras e procedimentos para atribuição de nomes aos lugares.

Conhecida também como Lei 14/16, o diploma legal determina que, doravante, a atribuição de nomes aos lugares passa a ser da competência das administrações

das províncias, depois de ouvido o Conselho de Auscultação da Comunidade, sob proposta do órgão competente da Administração Local.

De igual modo, a atribuição dos nomes às províncias, municípios, comunas e distritos urbanos vai passar a ser da responsabilidade da Assembleia Nacional. Quanto à atribuição de nome às cidades e vilas, a lei esta belece que a competência é do Titular do Poder Executivo.

Em conformidade com esta lei, podem apresentar propostas de nomes para os lugares as pessoas individuais ou coletivas, as comissões de moradores, as diferentes organizações existentes na comunidade e os órgãos' competentes da Administração Comunal, da Administração do Distrito Urbano, da Administração Municipal, do Governo Provincial e da Autarquia Local. As propostas dos cidadãos, de acordo com a lei, devem ser apresentadas junto dos órgãos da Administração Local ou dos órgãos autárquicos da área do local a que se propõe o nome do lugar. Durante o processo de apreciação e de emissão de pareceres sobre os nomes dos lugares, esclarece a lei, o Conselho de Auscultação da Comunidade pode, achando conveniente, auscultar os munícipes através da participação nas comissões de moradores. A Lei de Bases da Toponímia avança que os nomes de lugares já existentes até à data da sua entrada em vigor vão manter-se, desde que o seu uso e ou utilização não seja eticamente incorreto nem ofenda a moral pública.

De acordo com a lei, outros motivos que podem levar à alteração do nome de um lugar têm a ver com a questão de reconversão urbanística e a existência de topónimos considerados inoportunos. Iguais ou semelhantes, com reflexos negativos nos serviços públicos.

Os topónimos não oficiais podem ser objecto de apreciação e confirmação pelos órgãos competentes, desde que tenham aceitação no seio da comunidade e respeitem as regras e princípios estabelecidos por essa lei e avança, igualmente, que não são confirmados os topónimos atuais não oficiais que ofendam a moral pública ou se reportem a personalidades sem qualquer relevância histórica ou nomes desprovidos de qualquer significado para a História e cultura angolana.

Segundo a Lei de Bases da Toponímia, constituem elementos elegíveis para toponímia figuras ou instituições cuja importância seja reconhecida local, nacional ou internacionalmente. Factos com relevância na área da província, município, comuna, distrito urbano, cidade, vila, bairro aldeia ou povoações.

Os aspetos locais, em obediência aos costumes e ancestralidade dos sítios e lugares da respectiva judicial que culminou imediata invalidade do acto.

A invalidade surgiu depois de se terem descoberto que Désiderio Costa ainda conservava o estatuto de casado sem ter tido finalizado o processo de divórcio. A denúncia foi feita pela sua antiga esposa que apareceu no local da festa protagonizando um incidente propositado a objectar a cerimónia.

A desfeita do "novo" casamento com Fátima Xirimbi, deu lugar a uma ronda de negociações entre o antigo ministro e a sua antiga esposa com quem conserva o estatuto de casamento. Nas conversações, Desidério Costa prontificou-se a oferecer a quantia de 2milhões de dólares como moeda de troco para se desfazer do casamento antigo.

De acordo com informações plausíveis, os filhos do antigo ministro (tem cinco filhos) terão se oposto a este novo casamento do pai com a senhora Fátima. Não terão sentido convencidos de ver o pai a voltar a se casa na idade de 76 anos, sobretudo com alguém de 38 anos, o que causa certa suspeita.

Instantes depois de ter sido "desmascarado", ocorreu no mesmo local. o brinde do copo de Água. Para além da presença do Presidente da República, o "escândalo" foi igualmente testemunha- do pelo Arcebispo Auxiliar de Luanda, Dom Anastácio Kahango que procedeu com uma "cerimônia' para abençoar os recém "não" casados.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Projetos de habitação garante melhor qualidade de vida á população

Jornal de Angola

07 De Setembro de 2016

Texto: Edvaldo Cristóvão

Esta situação causou um crescimento descontrolado na construção de casas, causando uma baixa qualidade do ambiente e de uma estrutura urbana condigna, no que toca a infra estruturas, equipamentos e serviços. Dados do censo populacional realizado em 2014 apontam que o país tem mais de 25 milhões de habitantes. O regime de propriedade das habitações familiares para casa própria é de 76 por cento, o de arrendada 19 e o de ocupada ou cedida é de cinco.

Para mudar o quadro, o Executivo definiu uma estratégia para estancar as construções irregulares (anárquicas) nas cidades do país. Onde existe ocupação do solo, está a ser implementada a requalificação ou renovação (melhoria das condições de habitabilidade).

Onde não existe ocupação do solo, tem sido projetada a construção de novas urbanizações e cidades por todo o país.

Existe ainda a implementação de 88 projetos, de constituição e de marcação de terrenos como reservas fundiárias do Estado para fins habitacionais. Nas capitais das 18 províncias, estão disponíveis 100.000 hectares para 18 projetos urbanos que incluem rede de infra estruturas e equipamentos coletivos.

Estão em curso 164 projetos urbanos em todos os municípios. O programa pretende assegurar a disponibilização de material de construção a preços acessíveis para beneficiar cerca de 685.000 famílias, nas zonas urbanas e rurais.

O Executivo tem construído modelos de casas com padrão económico pré-definido em regime de custos controlados. Realojamentos induzidos por obras de requalificação e dotação de infra-estruturas básicas de cidades, destinadas a antigos combatentes, juventude, funcionários públicos, em especial param jovens recém-formados.

O modelo de aquisição ou de pagamento para as residências destes projetos é através de renda resolúvel ou de arrendamento.

O Executivo tem incentivado a autoconstrução de habitações nos termos da Lei de Bases do Fomento Habitacional (LBFH), através das seguintes opções: políticas de concessão de terrenos urbanos a baixo preço e oferta de projetos diversificados; programa de orientação e apoio técnico assistencial na execução de projetos de habitações rurais, com a incorporação dos materiais locais e melhoria da qualidade das edificações rurais tradicionais, bem como das condições de sanidade, sem causar prejuízo ao modelo arquitetónico e aos valores das culturas tradicionais.

Esses projetos de habitação de custos controlados são executados através de operações de loteamentos urbanos e de construção de obras de urbanização de carácter evolutivo, em regime de parceria público-privada e providas de equipamentos sociais (Educação, Saúde). Nestes perímetros, estão também a ser dadas oportunidades de integração nos investimentos habitacionais privados e das cooperativas, correspondentes às ofertas de níveis médio, médio alto e alto, destinados ao mercado livre.

O Jornal de Angola esteve na Centralidade do Mussungue, no Dundo, Lunda Norte, um projeto que teve início em 2009, considerado um dos principais programas para solucionar o défice habitacional no país e marca o ponto de partida do processo de urbanização da província.

O projeto urbanístico melhorou significativamente a vida de milhares de angolanos, dando-lhes maior dignidade e conforto. Até ao momento, vivem na Centralidade do Mussungue cerca de seis mil famílias, mas a cidade terá capacidade para alojar 30 mil. Além de promover o acesso a uma habitação condigna, a centralidade foi projetada com a finalidade de dar corpo ao processo de urbanização da cidade capital da Lunda Norte (Dundo).

A Centralidade do Mussungue está habitada em cerca de 45 por cento, a segunda fase de construção para mais residências sociais começa no segundo semestre de 2016.

Nesta primeira fase, a cidade comporta 5.004 apartamentos e foi construída numa área de 116 hectares, dispo de 419 prédios que vão de cinco a 18 andares, com apartamentos do tipo T3, T4 e T5. Quanto aos equipamentos sociais, estão concluídos o hospital geral, com capacidade para internar 95

pacientes, creche para acolher 900 crianças e uma escola primária com 50 salas de aula.

O projeto urbanístico contempla centros comerciais, postos de revenda de combustível, esquadra da Polícia, parques de estacionamento, sistemas de tratamento e abastecimento de água e de drenagem de águas residuais e pluviais, assim o administrador da cidade do Dundo, Alteres Malenga, considerou a Centralidade do Mussungue um projeto estruturante que veio para solucionar o problema do défice habitacional que muitas famílias enfrentam na Lunda Norte.

Nesta fase, afirmou, estão concluídas as obras de infra estruturas públicas. O programa habitacional da circunscrição foi concebido em quatro fases e prevê a construção de 20 mil apartamentos nos próximos dez anos.

O padrão urbanístico de construção da central idade corresponde às exigências internacionais previstas no quadro da estratégia da nova estrutura organizacional da capital da província da Lunda Norte, referiu, garantindo a expansão, renovação e o reordenamento urbano, com vista a reforçar as ações de melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

A central idade dispõe de todos os serviços públicos e garante conforto e segurança para uma melhor acomodação dos moradores. Tem um sistema de abastecimento de água moderno, capacitada para bombear 20 mil metros cúbicos de água por dia, desde o tratamento a bruto para o potável, tendo em conta a regulamentação da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Dispõe também de uma estação de tratamento de águas residuais, sujeitas a um tratamento químico e depois biológico para o seu reaproveitamento. A centralidade termelétrica tem capacidade para gerar 30 megawatts de energia.

A segurança é garantida pela 3ª Esquadra da Polícia Nacional do Mussungue e, desde que a centralidade passou a receber os primeiros moradores, não há registo de casos graves de infrações.

A central idade foi projetada para ser construída em três fases, esta primeira dispõe de 419 edifícios habitacionais que totalizam 5.004 apartamentos, com perspectivas de atingir os 20 mil apartamentos nas próximas fases de construção.

Para os edifícios de cinco pisos, a centralidade tem construídos 365, sustentável e envolver as comunidades na resolução dos problemas urbanísticos para se evitar as construções desordenadas.

O Programa Nacional do Urbanismo e Habitação tem impressionado dirigentes africanos que já visitaram o país. O reconhecimento do projeto do Executivo foi abordado durante o fórum ministerial africano sobre habitação e desenvolvimento urbano, realizado recentemente em Marrocos, onde Angola apresentou vários projetos urbanísticos e habitacionais em curso, com destaque para os programas do Governo relacionados com a requalificação de zonas críticas, o reassentamento humano e a construção de mais habitações.

A experiência de Angola já era conhecida pelos demais países africanos, na altura da organização da conferência africana sobre infra estruturas em 2015, onde algumas entidades visitaram o Kilamba e notaram o esforço que o Executivo tem feito para garantir uma habitação condigna à população, realizando o sonho da casa própria.

6.2 Vamos lançar um sistema de endereço de números

Jorna Economia e Finanças

09 De Setembro de 2016

Texto: Gaspar Micolo

As inúmeras oportunidades que o mercado imobiliário em Angola dispõe continuam a despertar o interesse e o espírito criativo de vários investidores. Entre nacionais e estrangeiros, a disputa nesse, às vezes, "luxuoso" segmento volta-se à oferta de melhores produtos e serviços a preços competitivos. O empreendedor João Manisel é exemplo da vontade os nacionais ocuparem o lugar de destaque nesse concorrido mercado.

Sim. E continuo. Fiz parte da formação de uma empresa criada em 2000 e que ergueu o primeiro empreendimento no Benfica, o condomínio Oceanos. Depois realizamos mais três projetos entre 2001 a 2002. E por questões pessoais acabei por abandonar a empresa e criei o grupo Sólida, que até 2004 realizou 19 empreendimentos, onde comecei como administrador executivo e depois passei a presidente do conselho executivo. Por conveniência dos acionistas o grupo Sólida foi separado e criei agora a Ocans Management, que iniciou a actividades em Julho de 2014 e já conta com dois empreendimentos, no Benfica. Um loteamento de 904, onde será feita a infra-estrutura e depois as pessoas definem os imóveis que querem. E elas próprias constroem por via de um conjunto de construtoras que se associam ao projeto. O nosso trabalho é cuidar das infra-estruturas e ajudar na definição do padrão arquitetónico. E isso permite que as pessoas construam de acordo com as suas possibilidades.

Não. Podem fazê-lo quando tiverem recursos. Não são obrigados a construir na altura em que compram o lote. No Atlantic City e no Sun City nós damos créditos. As pessoas compram os terrenos a crédito, não admira que o Atlantic City esteja todo vendido, encontrando-se o Sun City na fase inicial. Geralmente o crédito é de 30 anos, sendo que a pessoa paga 850 dólares por mês, nos primeiros oito anos e a partir do oitavo ano paga apenas 250 dólares /mês até o fim do período. Portanto, e respondendo à sua primeira questão, é um percurso que ainda continuo a trilhar.

Existem muitos desafios que precisam de ser ultrapassados. Isto por si já é motivo suficiente para que pessoas com um determinado nível de conhecimento se envolvam no processo sistemático de busca de soluções ou de alternativas de soluções. As pesquisas são a fonte de resolução dos mais diversos problemas humanos em todas as épocas e em todos os lugares. É por meio de pesquisas que podemos conhecer melhor os contornos de uma determinada situação ou fenómeno em concreto, de modo que ao nos concentrarmos nele somos capazes de encontrar as melhores maneiras para lhe fazer frente.

Eu atuo no ramo imobiliário como empresário e sou também um pesquisador, pois sou doutorado em negócios. E estando ligado a esta área, procuro avaliar as oportunidades existentes no mercado que não são aproveitadas. Foi assim que no mundo dos negócios desenvolvi uma solução que é o correspondente bancário. Em alguns países quando existe pouca disseminação dos bancos nas comunidades, as instituições socorrem-se de todos os equipamentos sociais que existem para os usar como correspondente bancário, nomeadamente, lojas de conveniência, farmácia, postos de gasolina. É para aumentar a capilaridade dos bancos, pois poderia custar muito a um banco construir uma agência numa pequena comunidade, como nós temos 60 por cento da nossa economia informal significa que 60 por cento do fluxo financeiro circula fora do banco. Qual a consequência? Há uma grande massa monetária que devia estar no banco a financiar a economia. Assim, o correspondente bancário traz a população que está informal e formaliza-a.

O correspondente bancário pode ser feito por meio físico ou eletrónico. A solução que eu adotei foi a tecnologia You, que na verdade se trata de um aplicativo que se comunica com um cofre inteligente. Assim, instala-se um cofre inteligente numa loja de conveniência e se a pessoa for pagar a água coloca os Kwanzas na máquina e o cofre manda para o telemóvel a informação de pagamento. E este valor é utilizado na rede You. Por exemplo, nós hoje temos um problema com o fornecimento de água potável

por que a empresa não tem o número suficiente de fiscais para fazer cobranças e cortes. É assim que também criamos um contador que se comunica com o cofre inteligente ligado à rede You, sendo que depois de efectuar o pagamento, basta encostar o telemóvel no contador e o mesmo ativa-se automaticamente.

Depende do número de pessoas e da capilaridade que se quer atingir. E depende sobretudo do estudo que se faz da região.

Claro. Temos também já concebido o cofre e o contador inteligente. Deixa dizer que a tecnologia sempre cria um certo receio no princípio. Repara que nós estamos a utilizar o telemóvel há pouco mais de 20 anos e mesmo quando se falava em Internet as pessoas nem faziam a mínima ideia do que era. E hoje as pessoas utilizam comumente telemóvel e nele também fazem uso da Internet. Ora, as nossas soluções vão também no sentido de educar a população para a tecnologia,

Não. A ideia não é vender. É simplesmente que o operador assine um contrato para que a empresa possa prestar o serviço de cobrança. Hoje, o problema é que a EPAL não consegue cobrar a água por não ter fiscais suficientes para o efeito. A solução tecnológica trata de tudo. Interrompe o fornecimento sempre que não se paga e ativa depois do pagamento. É o que hoje já acontece com a energia; compra-se um caro tão cujo número se coloca no contador e automaticamente liga-se a energia.

Sim. Por exemplo, em 2013 desenvolvemos uma solução que ainda está a ser trabalhada em protótipo e que visa aproveitar a energia potencial gravitacional de um elemento de peso que é elevado para provocar movimento cinético, que já está patenteado no Instituto Internacional de Patentes, Genebra, e em Angola, na Índia, Canadá e no Brasil. Ora, qualquer objecto que se levante adquire uma energia chamada potencial gravitacional, que vai ser diretamente proporcional à massa pela altura. Quanto maior for a massa, maior será a energia que vai resultar da queda do objecto. Estamos num mundo onde precisamos de eficiência energética. Os combustíveis fósseis têm perfil de esgotamento e também um forte potencial sobre os efeitos nocivos ao ambiente. E há hoje no mundo inteiro uma busca para soluções limpas. É uma tentativa de encontrar soluções para as energias limpas. É importante considerar que não se tem a pretensão de que esta tecnologia gere grandes quantidades de energia para as cidades, mas podem ser utilizadas para fazendas, regiões remotas onde é difícil fazer chegar energia eléctrica às fábricas. Ainda não é uma solução em teste.

Não. Neste momento nós estamos com um protótipo, que está a ser montado no Brasil, e os componentes vieram da Índia. O gerador é especial pois trabalha a uma velocidade 250 rotações por minuto, que é bastante lenta. Ora só depois dos testes é que traremos a solução para Angola.

O sistema de energia potencial gravitacional pela queda de um elemento de peso já vai na sua terceira versão. As duas primeiras falharam. E até agora já foram gastos cerca de dois milhões de dólares. Não tenho a pretensão de fabricar esta solução. Mas sim de vender a patente, pois tenho consciência do país que temos onde não se produz ainda muita coisa.

Sou eu quem concebe as ideias iniciasse avaliar uma ideia que me interesse, procuro entendê-la, desde o funcionamento ao estado da situação, e a partir daí começo a procurar soluções que podem completar a minha deficiência. Obviamente não sou engenheiro mas conheço o funcionamento básico da energia e para as soluções complexas contrato técnicos especializados.

Dentro de 30 dias vamos lançar o Código Local de Endereço e Propriedade (CLEP), que é um aplicativo que ajuda na localização de endereço. O Clep é assim um sistema de codificação numérica de imóveis que foi desenvolvido para um contexto de complexidade urbana no qual muitos imóveis e ruas não possuem numeração, algo que torna difícil a organização social em diversos aspetos. Devido ao meu trabalho no sector imobiliário, sei que cada ponto no planeta tem uma coordenada geográfica longitude e latitude, que é dado pelo GPS. Ora se todos os pontos no Planeta têm números próprios então cada casa que está construída em Luanda também. Por via do GPS e do Google Earth, podemos trazer a posição de latitude e longitude para o telemóvel. No caso do Clep, bastará que seja instalado. Nós temos quase sete milhões de habitantes em Luanda que precisam de ter residência identificável, para que as entidades públicas e privadas consigam prestar serviço às populações, sobretudo as que residem em zonas de difícil acesso e localização. Hoje ainda temos endereços cujas casas não possuem número. Como se chega a esta residência? Com muita dificuldade. O número do Clep será a solução.

É muito simples. Basta baixar o aplicativo. Ficar no local em que pretendemos ser encontrados. E no registo inserir determinados dados, tratando-se de residência ou escritório. Com base nisto o aplicativo gera um número Clep que partilha com outros usuários sempre que for do seu interesse que estes localizem a sua residência ou escritório. Sempre que queremos que alguém nos visite, temos dificuldade em dar o endereço da nossa residência. Com o Clep,

bastará que o nosso visitante receba o nosso número Clep e coloque no aplicativo do telemóvel que indicará o ponto da residência. É o mesmo sistema que se utiliza para fazer a localização de viatura.

Claro. É um número privado. Damos o número do nosso Clep quando queremos que alguém encontre o nosso escritório, empresa ou residência.

Da mesma maneira que se rentabiliza o Whatsapp ou o Facebook, são ferramentas grátis. Deverá ocorrer o mesmo com o Clep, inicialmente é uma aplicação grátis mas existem espaços para anúncio. A empresa responsável pelo lançamento, a Iota Toma, Lda, que foi constituída para esta solução de mobilidade, já acautelou esta questão.

O maior investimento nesta solução poderá ser a divulgação...

Sim. Vamos disponibilizar um vídeo promocional e promover bastante nas redes sociais.

Procuro separar em duas situações: uma tem a ver com o aumento da produção interna, que significa produzirmos internamente os bens que hoje são importados. Esta situação evita a pressão sobre os cambiais e reduz a dependência externa. A outra questão tem a ver com a diversificação das exportações, ou seja, das fontes de obtenção de receitas em divisas, que serve para aumentar a disponibilidade das mesmas e que torna a nossa economia mais robusta e resistente aos choques externos. Para estas duas situações existem estratégias diferentes porque nem todo o produto que necessitamos de produzir internamente tem condições competitivas e potenciais para ser exportado.

Por exemplo, não temos condições de competir vendendo certos tipos de cereais no mercado internacional batalhando contra a Índia, o Brasil ou Estados Unidos porque não temos as condições internas, a curto prazo, para fazer uma produção em grande escala que seja capaz de ser altamente competitiva. Contudo, embora não tenhamos esta capacidade, ainda assim, devemos produzir estes bens como um modo de evitar, a medida do possível a sua importação, o que também evita a pressão e a saída de divisas.

A mensagem é a mesma que tem sido passada pelo nosso Governo. Que vivemos um período económico cíclico, com efeitos negativos fruto de um choque externo. Mas lembrar que já vivemos outros momentos igualmente difíceis e os vencemos. Por isso, não há razões para esmorecer, apesar dos grandes desafios que estamos a enfrentar. Que não

tenhamos um medo irracional ao ponto de nos paralisarmos, porque estão a ser pensadas todas as soluções e tomadas as medidas possíveis para reduzir os piores efeitos da atual crise, da qual certamente sairemos mais fortes.

6.3 Consultora imobiliária angolana distinguida pela Euromoney

Jornal O PAÍS

15 De Setembro de 2016

A Proprime, resultante de uma parceria entre a Prime Yield e a Progest, foi distinguida pela prestigiada publicação financeira internacional Euromoney como a principal consultora imobiliária a operar no mercado angolano.

A distinção é atribuída anualmente pela Euromoney que, no âmbito dos Real Estate Awards, publica um ranking global com as melhores empresas de serviços imobiliários em cada país.

Este é já o terceiro ano consecutivo em que a Proprime conquista em Angola esta distinção internacional, refere uma nota de imprensa da Prime Yield.

Também em Moçambique, foi atribuído pelo segundo ano consecutivo à Prime Yield MZ o galardão que distingue a melhor operadora imobiliária a actuar no mercado.

Tanto a consultora angolana como a moçambicana, além de serem eleitas como as melhores empresas na categoria geral de consultoria imobiliária, foram ainda distinguidas nas subcategorias de research e avaliações.

A Prime Yield foi criada em 2005 e iniciou o seu processo de internacionalização em 2007, com a operação em Angola, expandindo-se depois para o Brasil e Cabo Verde, e, por último, Moçambique, em 2011. Operando nos diversos mercados com empresas de direito local, a empresa presta serviços a um leque alargado de clientes, entre os quais se incluem entidades institucionais, promotores e investidores imobiliários, multinacionais e banca.

A Euromoney é uma revista de referência internacional na área financeira criada em 1969, que inclui informação especializada sobre os mercados de capitais e investimento estrangeiro, entre outros, e tem uma cobertura global e atenção aos mercados regionais. Além da publicação de informação, a Euromoney realiza regularmente inquéritos e prémios que têm como objectivo ser 'benchmarks' da indústria, entre os quais os Real Estate Awards. Estes

prémios são atribuídos com base num inquérito realizado junto de consultores, promotores, gestores de investimento, utilizadores corporativos e bancos em todo o mundo, que identificam as empresas que consideram ser as melhores na prestação de serviços imobiliários no seu mercado nos últimos 12 meses.

'Além de ser um motivo de orgulho para a empresa, porque reflete a perceção dos nossos clientes e parceiros nos mercados onde estamos presentes, este tipo de rankings são também um passo importante para a profissionalização de mercados como o de Angola e Moçambique', refere Nelson Rêgo, CEO da Prime Yield, citado na nota.

6.4 Nova urbanização da Quiçama recebe primeiros moradores

Jornal O PAÍS

19 De Setembro de 2016

Texto: Paulo Sérgio e Stela Cambambe

A cinco quilómetros da vila da Quiçama, logo à direita, no sentido de quem vai ao Cabo Ledo, está um novo projeto habitacional, designado Bairro 2 de Julho, que não passa despercebido aos olhos de viajantes. Isto pela paz e a harmonia entre o homem e a natureza que reina no local.

O projeto de 10 residências do tipo T2 está situado numa zona de fácil acesso, tem as ruas asfaltadas e limpas, postes de iluminação pública, um mercado. e tem ainda alguns espaços reservados para a sua ampliação. Apesar de ainda não terem água canalizada, a construtora deixou já instalada as ligações domiciliares. As tampas das sarjetas indicando "pontos de esgotos", "sistemas de comunicação". A distância entre as casas e os pavimentos' bem como a inclinação existentes nas vias indicam aos moradores que não terão problemas de inundações.

Segundo apurou OPAÍS, os imóveis já foram entregues aos seus proprietários, sendo na maioria funcionários públicos destacados no município e alguns moradores da área circunvizinha ao Santuário da Nossa Senhora da Muxima.

No local, na manhã do dia 3 de Setembro, estavam alguns funcionários da empresa construtora a concluir alguns trabalhos nas cabines de eletricidade, cobertas de plásticos, situadas em determinadas ruas.

Elisa José Cipriano, uma das moradoras, classificou a urbanização como o melhor local para se viver no município da Quiçama, pelas condições da infra-estrutura e de saneamento básico. Embora

reconheça, neste momento, a falta de água potável e de energia elétrica nas residências, porque a iluminação pública funciona na perfeição, como desafios a que a Administração Municipal ou o Governo provincial de Luanda têm por ultrapassar.

"Dentro de pouco tempo teremos essa situação resolvida, tendo em conta que os trabalhos ainda não estão concluídos. A construtora trabalha de segunda a segunda para ultrapassar essas dificuldades que os moradores atualmente enfrentam", esclareceu Elisa Cipriano.

Para ultrapassar essa situação, a Administração da Quiçama fornece água todos os dias por intermédio de um camião cisterna que abastece dois reservatórios instalados nas imediações do mercado e do único mini mercado aí existente.

De realçar que apesar das condições de acomodação existentes no mercado informal, as vendedoras ambulantes preferem permanecer nas imediações do Santuário por causa, alegadamente, da clientela.

6.5 Supervisor da ONU-Habitat em Angola

Jornal de Angola

22 De Setembro de 2016

Texto: Nhucha Júnior

A ONU-Habitat perspectiva abrir em Angola um escritório sub-regional para a África lusófona, um assunto que vai ser abordado hoje" tarde, em Luanda, entre a ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, e o oficial sénior para os Assentamentos Humanos do Escritório Regional para África da ONU-Habitat.

Mathias Spaliviero chega às 8h30 de hoje a Luanda para uma visita de trabalho de 24 horas a Angola, de onde parte, na tarde de amanhã, para o Quénia, com o mesmo objectivo.

A informação foi ontem avançada ao Jornal de Angola por Euclides Saldanha, oficial de programas da representação da ONU-Habitat em Angola, que disse estar a visita de Mathias Spaliviero inserida na monitorização e avaliação das actividades da ONU-Habitat em curso em Angola.

Mathias Spaliviero, que é supervisor de 14 países, um dos quais Angola, tem, às 9h00 de hoje, um encontro com o representante da ONU-Habitat em Angola, Thomaz Ramalho, e, à tarde, é recebido, em audiência, pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, com quem vai abordar

também a Política Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo e a finalização do "Programa País da ONU-Habitat para Angola" para o período 2016- 2019.0 supervisor da ONU-Habitat para 14 países africanos aborda com a ministra do Urbanismo e Habitação a perspectiva de diversificação das fontes de financiamento para a permanência da ONU-Habitat em Angola.

Euclides Saldanha lembrou que, actualmente, a ONU-Habitat tem projectos activos nos países lusófonos, daí ter a agência especializada das Nações Unidas identificado Angola como potencial sede de um escritório sub-regional para a África lusófona.

Mathias Spaliviero na sua breve estada em Angola tem ainda encontros com funcionários seniores do Ministério do Urbanismo e Habitação e com alguns potenciais financiadores e parceiros na implementação de projectos em Angola.

A visita de Mathias Spaliviero a Angola acontece a 26 dias da realização da terceira conferência das Nações Unidas para a Habitação e o Desenvolvimento Urbano Sustentável, a realizar-se, de 17 a 20 de Outubro, na cidade de Quito, capital do Equador, onde é lançada a Nova Agenda Urbana.

Na conferência, que é promovida pela ONU-Habitat e realizada a cada vinte anos, vão estar presentes Chefes de Estado e de Governo, autoridades locais e regionais, instituições académicas, organizações da sociedade civil e outros actores internacionais interessados na problemática das políticas urbanas e

De habitação. Um documento do Ministério do Urbanismo e Habitação, enviado há dias ao Jornal de Angola, refere que Angola foi convidada a participar no evento ao mais alto nível e informa que o país tem acompanhado todos os processos preparatórios e criou as condições técnicas e administrativas para estar presente na conferência, que vai ser realizada sob o lema "Declaração de Quito sobre cidades e assentamentos sustentáveis para to, dos". O objectivo da Nova Agenda Urbana é ajudar cidades e assentamentos urbanos a erradicarem a Pobreza em todas as suas formas e dimensões, reduzir as desigualdades promover o crescimento inclusivo e atingir o desenvolvimento sustentável A primeira conferência foi realizada, em 1976, na cidade canadiana Vancouver e a segunda, em Istambul, na Turquia, em 1996.

6.6 AADIC acusa administração da Centralidade do Sequele de violar a Lei 15/03

Jornal Manchete

23 De Setembro 2016

Texto: Orlando Honcha

A Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC) considerou, esta semana, de abusivo e um acto que se configura numa prática paradoxal e ditatorial, a cobrança - ilegal que está a ser efectuada pela direcção da Centralidade de Sequele (de 380 kwanzas) aos moradores, para a cedência de espaço de estacionamento das viaturas dos mesmos.

De acordo com a missiva endereçada pela AADIC, à administradora da Centralidade do Sequele, Nzila de Carvalho, que começa por parafrasear o Prof. Grandão Ramos que manifesta dizendo o "conhecimento pessoal não deve por si só fundamentar uma decisão condenatória", aquela associação diz que "considerando que os Direitos do Consumidor é inviolável e tem sustentabilidade constitucional no art.º 78º, AADIC contrista-se em saber que à Administração da Centralidade do Sequele, tem vindo a cobrar 380.00 kz (Trezentos e Oitenta Kwanzas), para a cedência de um espaço de estacionamento "para as viaturas"; dos Moradores (Consumidores) desta Centralidade. Mediante de um juízo de valores centrado". De seguida e perante este cenário a AADIC questiona a gestora:

"Não se(ria)rá obrigação de quem de direito fosse; na feitura desses edifícios e na entrega dos mesmos, ser pré-estabelecido lugares fixos para os estacionamentos de viaturas dos Moradores (Consumidores) e de visitantes, a par ou igual a outras Centralidades?", adiante, a agremiação diz ser "Evidente e é lógico, que na aquisição dos referidos apartamentos é suposto estar inclusos os parques de estacionamento por edifícios, como as zonas de lazer etc., etc. ou senão, subentende-se que o morador que possua uma viatura teria que simplesmente aguardar "estacionar" dentro dos seus imóveis "apartamentos.

Para a AADIC, este acto abusivo configura-se numa prática paradoxal e ditatorial porque fere o 311.º 15/4; als).d, i do art.º 22º ambos da Lei nº 15/03 de 22 de Julho. Socorrendo a LDC e para elucidarnos, importa transcrever às disposições mencionadas neste parágrafo "É vedado ao fornecedor "neste caso à Administração do Sequele" de bens ou serviços, dentre outras práticas abusivas que prevaleça fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista a sua idade, saúde, conhecimento ou condição

social para impor-lhe os bens ou serviços ou aielevar sem justa causa os preços de bens e serviços".

Não satisfeita, a AADIC na missiva que temos vindo a citar, volta a questionar a administradora da Centralidade do Sequele: "Esta cobrança é legal? Em nossa leitura sabemos que são moradores "consumidores" e não comerciantes."

Sublinha, por outro lado que, estes consumidores adquiriram os imóveis através da Imobiliária Imogestin S.A assim, perante a matéria fáctica apurada e comprovada e para que esta Administração não caia num acto ilegítimo como abuso de direito (artgs.º 334º, 269º, todos da c.C) que resvala para um enriquecimento sem causa (art.º 473º c.C) e outras disposições de âmbito Cível e Penal; cumpre-nos o dever de propor que:

Seja orientada de imediato o cancelamento completo e de definitivo destas cobranças;

Devolva-se os valores dos Consumidores que já pagaram a Taxa dos espaços para estacionamento;

Atribua-se os espaços a Custo Zero a favor do Consumidor; Criem-se zonas específicas ou seja pavimentadas para o efeito.

AADIC, diz ainda o documento, alicerça nos seguintes termos: O Estado reconhece como invioláveis os direitos e liberdades fundamentais consagrados na Constituição e cria as condições políticas, económicas, sociais, culturais, de paz e estabilidade que garantam a sua efectivação e protecção, nos termos da constituição e da lei. Todas as autoridades públicas têm o dever de respeitar e de garantir o livre exercício dos direitos e das liberdades fundamentais e o cumprimento dos deveres constitucionais e legais (art.º 56º CRA). Todo o cidadão tem direito à habitação e à qualidade de Vida (art. 85º CRA).

Ressalta, igualmente, a missiva, que os impostos só podem ser criados por lei, que determina a sua incidência, a taxa, os benefícios fiscais e as garantias dos contribuintes. A criação de impostos de que sejam sujeitos activos os órgãos do poder local, bem como a competência para a sua arrecadação, são determinadas por lei. (art.102º/1,3 CRA).

"Por fim; sem existir o contra-senso na nossa humilde preocupação; aproveitamos parabenizar à S/Excia na tomada de decisão em proibir os municípios a estacionarem as suas viaturas nos espaços verdes e a venda de bebidas alcoólicas nos apartamentos do rés-do-chão facto vivenciado no bloco 6. Veemente esta Organização está a inteira disposição para ajudar a suscitar qualquer dúvida que

lese os Direitos do Consumidor, postulando que "todos nós somos Consumidores o inverso não existe" não (nem) existe(rá) mais de 25 milhões de fornecedores." No entanto, até a hora do fecho da presente edição a administradora da Centralidade do Sequele, Nzila de Carvalho não se pronunciou sobre o assunto, pelo menos publicamente.

6.7 Aida Cristina" constrói mais de 300 condomínio

Jornal Liberdade

23 De Setembro de 2016

Texto: Marcos Filhos

A nova infraestrutura com mais de trezentas casas, é um projecto imobiliário privado da empresa Afritrack e está a ser erguida no Zango-3, em Viana, Luanda. A responsável da empresa, Sabena Yoannes, esclarece que, o projecto contempla igualmente zonas verdes e de lazeres, está ao alcance de qualquer pessoa e enquadra-se no contributo dos investidores privados a resolução do problema habitacional da população. A Presidente do Conselho de Administração (PCA) da empresa Afritrack disse que trata-se de um "condomínio de luxo" que vai contemplar vários serviços sociais, entre os quais um Shopping, quadras multiuso, uma Escola Internacional, para além de creches, centros infantis, biblioteca e é "um condomínio de classe média alta": "Criamos todas as condições necessárias para que os moradores vivam em condições confortáveis não sentirão falta daquilo que se pode ter dentro de um condomínio com água, luz e muito mais disse Sabena Yoannes à imprensa.

Segundo a PCA da Afritrack, os luandenses "estão diante de um condomínio verde, com ambiente agradável: "Era nosso sonho erguer uma obra de construção dessa dimensão" sublinhou Sabena Yoannes, que na ocasião anunciou que o "Condomínio Aida Cristina "apresenta quatro tipos logias. De acordo a Sebe na, as residências do tipo-A, estão orçadas em 199 mil dólares norte-americanos, as de tipologia-B, vão ser vendidas a preço de 129 mil dólares. Para as do tipo-C, segundo revelou à imprensa, vão custar aos bolsos dos Interessados aos imóveis cerca de 299 mil dólares, enquanto as de classe- D, vão ser comercializadas no valor de 399 mil dólares. Sabena Yoannes, garante que não vai desistir do projecto e que a sua empresa conta com 95 por cento da mão-de-obra nacional. A responsável da empresa Afritrack diz que o projecto habitacional "Aida Cristina" custou aos cofres da instituição mais de 60 milhões de dólares. Apesar da crise económica e financeira que assola igualmente o sector imobiliário em que os materiais de construção

civil, de acordo ela, estão cada vez mais altos, pensa "levar o mesmo projecto às outras províncias do país que estiverem interessadas: pois entende que "sendo parceiro do Estado angolano e dos angolanos, a Afritrack deve dar o seu contributo neste e noutros sectores com vista o bem estar das populações disse.

A Presidente do Conselho de Administração (PCA) da referida construtora, acredita que o momento "menos" bom que o país atravessa tendo em conta a conjuntura económica e financeira será ultrapassada com as políticas que estão a ser gizadas pelo executivo angolano. Para Sabena Yoannes, "essa é uma fase apenas, a crise está em todo o mundo e tenho fé que será ultrapassada" Quanto a construção do projecto habitacional "Aida Cristina" nas proximidades do novo aeroporto internacional, que segundo as autoridades angolanas, entra em funcionamento a partir de 2017, Sabena Yoannes Considerou ser vantajoso, porquanto a "infraestrutura vai ser mais valorizada e permitirá a troca de negócios", acredita a PCA da Afritrack, para quem "todos os interessados aos imóveis podem solicitar a direcção da empresa" Refira-se que a construtora Afritrack já opera em Angola há vários anos, país, construiu várias infraestruturas rodoviárias habitacionais, escolas, hospitais e outras obras de impacto socioeconómico.

6.8 Casas sociais são entregues

Jornal de Angola

23 De Setembro de 2016

Texto: Quinito Kanhameni

Habitantes da cidade de Ondjiva beneficiaram de casas sociais do tipo unifamiliar e T3, no quadro da segunda fase do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, em cerimónia orientada pelo vice-governador para o sector Político e Social, José do Nascimento Veyelenge. O projecto residencial, localizado no bairro de Ekuma 11, tem.77 casas, 46 das quais concluídas, além de contar com serviços de energia eléctrica, água, armamento em terraplenado, entre outros, todos financiados com o orçamento do governo provincial.

A construção das casas, que durou cinco meses, esteve a cargo de uma empresa nacional e orçou em mais de 172 milhões de kwanzas. Além dos beneficiários de casas, antigos combatentes e veteranos da pátria receberam motorizadas de três rodas, uma iniciativa destinada a facilitar o transporte de mercadorias. O vice-governador avançou que estão em curso na província projectos nos domínios da saúde, educação e da energia e águas. O acto contou com a presença de uma delegação namibiana

encabeçada por Katrina Shimbulu, administradora de Oshakati, que referiu que os namibianos jamais esquecerão a ajuda prestada pelo Governo de Angola para a conquista da independência da quele país.

6.9 Luanda com capacidade para ser cidade inteligente

Novo Jornal
Jornal Grandes Notícias
23 De Setembro 2016

Luanda, capital angolana, tem quase todas as condições para ser umas das cidades inteligentes de África, por utilizar 80 por cento dos recursos tecnológicos. Esta constatação é do director-geral do Building Research Establishment (BRE), Orivaldo Barros, que falava no Workshop sobre os desafios de Angola em criar cidades inteligentes.

Angola já está preparada para enfrentar os desafios que as cidades inteligentes apresentam, entre os quais a construção de casas sociais e infra-estruturas necessárias capazes de enfrentar as necessidades das populações, disse Orivaldo Barros.

Para que Luanda e as outras cidades do país se tornem completamente inteligentes é necessária a criação de parcerias público-privadas para acelerar o crescimento das tecnologias de informação.

Neste momento, Angola está preparada para ter uma visão de cidade sustentável e inteligente que se quer ter nas próximas décadas e construir os caminhos com as acções e instrumentos necessários para que isso possa acontecer, disse.

Com o grande crescimento da população, referiu o responsável, a cada dia aumentam as preocupações com o meio ambiente, além dos problemas relacionados ao crescimento urbano, daí a necessidade do desenvolvimento de tecnologias e recursos para suportar tais condições, além de evitar maiores impactos sobre o planeta.

Para ajudar Angola a criar cidades inteligentes, o director revelou que o Reino Unido, através da BRE, está a oferecer parcerias com entidades angolanas para acelerar o crescimento das urbes, bem como ajudar o seu desenvolvimento socioeconómico.

Em termos de desenvolvimento e inovação, Orivaldo Barros salientou que as cidades europeias e norte-americanas estão muito à frente de muitas de outras partes do mundo.

Uma comunidade Inteligente é a que faz um esforço consciente para usar a Tecnologia de Informação a fim de transformar a vida e o trabalho dentro de seu território de uma forma significativa e fundamental, em vez de seguir uma forma incremental. Cidades Inteligentes, acrescentou, devem ser baseadas em um crescimento inteligente e planeado, por meio das TIC.

6.10 Linha férrea em Luanda vai finalmente avançar

Jornal
Manchete
Jornal Grandes Notícias
23 De Setembro de 2016

Um crédito adicional de 3,3 milhões de dólares foi autorizado por decreto presidencial ao Ministério dos Transportes para despesas do projecto. O governo vai abrir um crédito em 2016 para avançar com a duplicação da linha-férrea na capital, conforme decreto presidencial.

De acordo com o documento, datado de 15 de Setembro, é autorizada a abertura de um crédito adicional ao Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2016, no montante de Kz 545,3 milhões (3,3 milhões de dólares) para "pagamento das despesas" relacionadas com o projecto de construção da segunda linha ferroviária entre Bungo e Baía. Este crédito adicional aberto fica afecto ao Ministério dos Transportes, ao que se soma um outro, aprovado no mesmo decreto presidencial, de Kz 645,2 milhões (3,74 milhões de dólares), para garantir um projecto de compra de 1.000 mini-autocarros, mas sem especificar para que fins servirão. Já a duplicação da linha ferroviária na capital deveria ter avançado este ano num troço de 36 quilómetros a partir do centro da cidade, conforme anunciou, em Dezembro último, o presidente do Caminho de Ferro de Luanda (CFL), Celso Rosa. Além dos levantamentos no terreno, avançaram entretanto a construção dos estaleiros de apoio à empreitada. Segundo informação então prestada por Celso Rosa, a duplicação da linha entre as estações do Bungo (Luanda) e de Baía, na periferia, é uma das medidas que visam dar competitividade à empresa pública que assegura o transporte ferroviário na zona suburbana da capital e até à província de Malanje.

"Se tudo correr bem, em 2017 teremos mais uma linha concluída, facilitando o nosso desempenho em termos de circulação de comboios, melhorando os nossos serviços suburbanos", explicou na altura o presidente do conselho de administração do CFL. "Diariamente são efectuadas 27 frequências no serviço suburbano de passageiros, onde são

realizados 41 cruzamentos de comboios nas estações de via única, que urge a sua eliminação, por forma a permitir uma substancial fluidez do tráfego ferroviário, aumentando assim a disponibilidade da via para a movimentação de mercadorias': sustentou Celso Rosa.

Além da duplicação da linha até à estação de Baía, deste ponto da periferia avançará igualmente a construção de uma nova linha, de 15 quilómetros, para ligar ao futuro aeroporto internacional de Luanda, em construção no município de Icolo e Bengo.

6.11 Cacucaco tem a maior taxa de desemprego

Jornal de Angola
27 De Setembro de 2016
Texto: Edna Dala

O município de Cacucaco apresenta a taxa mais elevada de desemprego na província de Luanda, com 41 por cento, seguindo-se o de Viana, com 33 por cento.

De acordo com os resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação, os municípios da Quiçama e de Icolo e Bengo apresentaram as taxas de desemprego mais baixas, com 23 por cento e 24 e por cento.

O estudo revela que a maioria das pessoas trabalha por conta própria, e mesmo as que não contam com um posto de trabalho, praticam algumas actividades para a sua subsistência e do seu agregado familiar.

Os registos apontam que na globalidade, em 2014, altura em que foi realizado o censo, o número de desempregados na província de Luanda era de 672.649 habitantes, representando uma taxa de desemprego na ordem de 33 por cento.

De acordo com os resultados do censo, o desemprego atinge maioritariamente jovens com idades compreendidas entre 15 e 24 anos e a predominância recai sobre as mulheres.

Sobre o saneamento básico, os dados mostram que 91 por cento dos agregados familiares em Luanda usam um local apropriado para defecar. Os resultados definitivos mostram que foram observadas realidades diferentes entre os municípios no que toca ao uso de instalações sanitárias apropriadas, onde o município do Cazenga registou o valor mais elevado com 97 por cento. Em contrapartida, os municípios do Icolo

Bengo e Quiçama apresentam as taxas mais baixas, respectivamente com 20 e 28 por cento.

Habitação O estudo concluiu que em toda a província o número de "unidades habitacionais" é de 1.484.350, sendo 34 por cento casas arrendadas privadas ou do Estado e apenas nove por cento vive em casas compradas. Destes, apenas cinco por cento têm a conta totalmente paga e quatro por cento em processo de compra.

As estatísticas apontam que a maioria das habitações familiares ocupadas é do tipo convencional, com cerca de 89 por cento, seguindo-se as casas do tipo cubata que representam quatro por cento da população e os apartamentos por apenas três por cento.

A dimensão das habitações familiares ocupadas a nível da província de Luanda indica que cada residência possui em média três divisões.

A idade média da população de Luanda é de 21,1 anos, enquanto apenas 1,5 por cento dos habitantes têm mais de 65 anos.

O censo geral de 2014 permitiu recensear 6.945.386 pessoas residentes na província de Luanda, das quais 6.919.613 residiam em habitações familiares e 23.460 em habitações colectivas como creches, lares de idosos, orfanatos ou unidades religiosas, enquanto 2.313 não tinham habitação. Entre as pessoas sem habitação, 28 por cento (quase 650) são crianças com menos de 15 anos, referem as conclusões do censo. Nível provincial, 18 por cento dos agregados familiares são constituídos por sete membros, mas a média não chega a cinco.

Agricultura e pesca Os dados revelam que, em 2014, cerca de 12 por cento dos agregados familiares na província de Luanda praticavam actividade agrícola como a horticultura, cereal cultura, fruticultura e silvicultura.

O município de Icolo Bengo, com 53 por cento, representa a maior proporção de agregados com actividades agrícolas e o do Cazenga representa a menor proporção com oito por cento.

No sector pesqueiro, os resultados do censo indicam que cerca de dois por cento dos agregados pratica actividades piscatórias.

6.12 Milhares de casas são construídos em Caluapanda

Jornal de Angola
27 De Setembro de 2016

Jornal de Angola
27 De Setembro de 2016

Texto: Matias Da Costa

Mais de duas mil moradias de diferentes tipologias vão ser construídas, na reserva fundiária de Caluapanda, no município do Cuito, anunciou ontem o vice-governador provincial para o Sector Político e Social do Bié.

Carlos Ulombe da Silva falava durante a certificação de 300 hectares de terras clarificadas do Pólo Industrial do Cunhinga, de áreas de produção agrícola em Camacupa e da reserva de Caluapanda, e disse que o processo é possível graças à desminagem das terras.

O vice-governador provincial do Bié salientou que as zonas clarificadas abrem oportunidades para se desenvolverem projectos sociais, reforçar a cadeia alimentar e equilibrar a balança económica da província. Carlos Ulombe da Silva convidou empresários nacionais e estrangeiros para apostarem no investimento nos pólos industriais da província e noutros sectores, que estão completamente clarificados e declarados prontos para sua exploração.

O responsável de operações da Comissão Nacional Intersectorial de Desminagem e Ajuda Humanitária (CNIDAH), Barnabé Frederico, informou que o trabalho de clarificação decorreu num período de nove meses.

Durante o referido período, esclareceu Barnabé Frederico, foram destruídos um total de 304 engenhos explosivos.

6.13 Afritrack cria projecto imobiliário Aida Cristina

Jornal Continente

30 De Setembro de 2016

Texto: Luís Caetano

A presidente do Conselho de Administração da Afritrack, Sabena Yohannes, disse que, de modo a proporcionar maior conforto e comodidade aos seus habitantes, procurou agregar no espaço diversos serviços sociais e de padrão internacional.

Empresa do direito angolano Afritrack Angola, criou cerca de 700 empregos directos, dos quais 97 por cento são jovens angolanos residentes nas imediações, o projecto ocupa uma zona de 11 hectares.

O complexo residencial, dista cinco quilómetros do novo aeroporto de Luanda, comporta 310 residências do tipo T3, T4 e T5 possui uma escola internacional

do I e II ciclos de ensino, que vai ministrar aulas em português, francês, inglês e quimbundo, bem como uma clínica, spam, centro infantil, auditório, biblioteca, bancos, campo multiuso, cinemas, restaurantes, ginásio, estufa, um shopping center e outros serviços sociais.

No que toca o preço, a responsável, informou que as residências, de modelo média-alta, estão orçadas em USD 199 a 399 mil (um dólar equivale a 166.717 kwanzas) e sublinhou ainda que, todo interessado que fizer ao pagamento na totalidade ou tenha 30 por cento do valor e garantia bancária, vai receber de imediato as chaves e toda documentação de titularidade do imóvel, entre os quais a escritura e direito de superfície. O projecto residencial previamente concebido cerca de 80 por cento, está a ser construído com o material fabricado em Angola, a referida construtora, está em negociações com o Executivo, para sua participação na construção da estrada que vai ligar a avenida principal do Zango /complexo Aida Cristina e novo aeroporto de Luanda. Para a garantir a durabilidade, terá uma rede interna de 11 quilómetros em betão.

A Afritrack Angola é uma empresa de capital angolana e está vocacionada na construção civil e edificação de imóveis, bem como construção de estradas em betão, obras públicas, fabricação de artefactos de betão para uso múltiplos, e está em Angola, há 20 anos.

Em jeito de remate final, Sabena Yohannes, disse aos presentes que, mesmo em tempo de crise os angolanos continuam a trabalhar para o crescimento do país! Para esta grande empreitada, a Afritrack, conta com 42 empresas, e aguarda mais 40, até a inauguração em 2017. A obra que teve início em 2011 está já à 80% avançada.

6.14 Novas Casas das Centralidades com Fissuras... E outras Sem Luz Nem Água.

Jornal: República

30 De Setembro de 2016

Que as centralidades habitacionais não são nenhum paraíso, sabe-se desde o princípio. Como nos nossos musseques, nas novas cidades a luz também falha, o que provoca encravamento de elevadores, o lixo às vezes não é recolhido tempo e dá lugar, um amontoado de resíduos sólidos em parques públicos junto aos contentores, além de outros problemas de gestão urbana que se juntam aos actos de vandalismo e roubos de viatura amplamente reportados.

Entretanto, a confirmar as críticas de especialistas quanto à qualidade das construções, alguns edifícios novos das centralidades do Kilamba e do Sequele já vão apresentando fissuras e inflamações de betume, segundo uma reportagem do Nova Gazeta. Enquanto isso, na Huíla, a construção da centralidade já tem mais de dois anos de atraso... e as residências já prontas desde Janeiro último não podem ser comercializadas pela Imogestim porque ainda falta a instalação de electricidade e água. De resto, esse é mais um problema que se vem juntar aos constantes atrasos de entrega de residências a clientes que já pagaram as suas moradias, alguns na totalidade, mas ainda são obrigado a viver em casas de renda. Mas quando se mudarem, de certeza que não irão a nenhum paraíso.

6.15 Habitantes clamam pela construção de centralidades

Jornal Liberdade

30 De Setembro 2016

Texto: António Ndonga Dizeye

Os habitantes da província do Zaire, clamam do governo central, a construção das centralidades de Mbanza-Kongo e Soyo, a luz do plano de subordinação central que já havia sido aprovado pelo Executivo para o efeito.

Os populares alegam que, se na região sul do país, em certas localidades foram erguidas centralidades, não há razão para que no Zaire, o mesmo não possa acontecer.

Por outro lado, a construção do novo aeroporto de Mbanza-Kongo, como capital da província, é também um assunto que os preocupa de maneira a dar azo a insistente e desenquadrada publicidade da televisão pública de Angola, segundo a qual, em cada província há um aeroporto novo construído (1) reabilitado, o que não corresponde com a realidade dos factos.

Para eles, Mbanza- Kongo é a única capital de província onde não existe infraestruturas aeroportuárias adequadas, a semelhança das restantes do país como se esta cidade não fizesse parte de Angola.

Aliás, como reconheceram, em Mbanza-Kongo não existe nenhum aeroporto propriamente dito. Há sim, um campo de aviação construído pelos portugueses na década de 1960 tão logo que eclodiu a guerra de libertação nacional desencadeada pela UPNA organização que mais tarde passou a designar-se UPA.

Segundo apurou o Jornal Liberdade, os habitantes inconformados com a marginalização pelo que passa a sua cidade, pedem igualmente ao Executivo Central a necessidade da construção de uma mediateca em Mbanza- Kongo. Tal como o fez nas restantes capitais de províncias do país.

Os nossos interlocutores, manifestaram também os seus descontentamentos pela forma desigual pelo que passa Mbanza-Kongo em todos os aspectos, situação criada pelos colonos portugueses, cujas pegadas deram e continuam a dar sequência pela actual governação do país que vê esta terra e sua gente como lixo.

7. TERRA

7.1 Esperança de vida em Angola, um problema

Jornal Manchete

02 De Setembro de 2016

A té agora, em pleno século XXI, o país ainda não encontrou métodos eficazes de combate a mortalidade infantil e garantir uma esperança de vida longa, facto que coloca Angola nos lugares mais baixos da tabela da Organização Mundial da Saúde. Os dados fornecidos pela OMS parecem um pouco mais fiáveis em comparação com aqueles fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) que se baseou nos resultados do Recenseamento Geral da População e Habitação, também conhecido por "Censo populacional" levado a cabo em todo país em 2014, considerados definitivos, através do Gabinete Central do Censo, coordenadora da actividade. Tais dados apontavam que a esperança média de vida dos angolanos havia subido para os 60,29 anos - 63 para as mulheres e 57.59 para os homens. O que se vê na realidade dos angolanos, é que a maior parte dos cidadãos não atingem tais idades. ficando na casa entre os 42 e os 57 anos de idade, um assunto que deveria merecer a atenção dos dirigentes, por ser responsabilidade destes, a organização ou criação de condições de longevidade populacional.

Causas de morte nas crianças

A falta de água potável para consumo fisiológico e higiénico, associado ao volume de lixo e as condições precárias dos mais velhos fazem com que as crianças não atinjam os cinco anos idade. Normalmente as crianças morrem 'com malária, cólera, hepatite, tuberculose, insuficiência respiratória e agora com febre- amarela. Estas doenças são causadas por micróbios que convivem connosco porque a rede de saneamento básico não funciona em todo país. A maior parte das regiões convivem com fosses, tanques de água estagnada nos quintais, para além dos charcos de água provocados pelas chuvas e dos amontoados de lixo um pouco por toda parte. Estes são factores que as sociedades organizadas já não enfrentam.

O que é que o governo angolano está a espera para criar boas condições de vida para as populações? Será necessária uma greve geral para despertar esse governo? Ou será que devíamos todos desobedecer as orientações baixadas por estes dirigentes e cada um seguisse o seu caminho isolado deste governo?

Causas de morte nos adultos

Acidentes de viação, malária, AVC (Trombose), tuberculose e outras, estão na base das mortes, em massa, de adultos. As causas retratadas, (incluindo os acidentes de viação), são facilmente evitáveis, se colocarmos em funcionamento as normas e procedimentos de boa governação que fosse contribuir para criação de condições que afastam naturalmente os vectores de doenças e os causadores de acidentes de viação. As soluções passam necessariamente, dentre outras, pela urbanização das zonas, limpeza de frequente do lixo, criação de rede de esgotos, construção, reconstrução, manutenção e reparação de estradas, arborização das cidades, comunas e aldeias, criação de incentivos para a produção local com oportunidades iguais, criação de cursos válidos para a nossa sociedade tais como especialização em convivência familiar e popular. Os leitores poderão questionar o porquê da criação de tantas coisas que quase nada tem a ver com doenças? É assim. onde haver urbanização, haverá energia eléctrica e água potável distribuídas para todos, logo evitará que as pessoas gastem seu tempo para pensar como vão banhar ou lavar a roupa no dia seguinte. estes são em média factores que provocam "stress" que conduz ao (A VC) conhecidas por trombose, por outro lado evita assaltos a mão armada ou desarmada. A limpeza frequente do lixo afasta os mosquitos e a seguir não haverá mais malária ou paludismo porque o mosquito é a única causa desta doença. Como é que o lixo e o mosquito ameaçam um governo? Como é que estes mais velhos permitem que estes pequenos factores eliminem uma boa parte da população mesmo sabendo que culpados disso, não se mexem no sentido de ter esse problema resolvido? Não apenas com teorias de que nos habituaram, mas com acções concretas cujos resultados sejam visíveis aos olhos de todos. Porquê é que os governantes vivem muito tempo e o povo não? A resposta é simples; não há igualdade de direitos nem de oportunidades ...

Com a criação de condições. o governo havia de se surpreender com as iniciativas do povo, o angolano é inteligente por natureza. Mas vai perdendo a sua capacidade criativa devido a falta de oportunidade e incentivos iguais. Não há bons hospitais em Angola porque os governantes se tratam fora do país. inclusive o Presidente da República que devia ser o exemplo para todos os governados. Este tipo de procedimento faz com que o povo pense que o governo perdeu, há muito, a confiança no seu povo, logo, o povo, também há-de perder a sua confiança nestes governantes. Vamos ver um dia!

7.2 Seis horas de sustos e de angustia no zango

Jornal Novo Jornal
09 De Setembro de 2016

AS demolições no Zango continuam sob o olhar das autoridades que justificam as ações com a reposição da legalidade e acusam as populações de terem invadido reserva fundiária do Estado, atribuída à Zona Económica Especial (ZEE).

Até ao momento, contabilizam-se mais de sete mil residências demolidas, de acordo com coordenadores das comissões de moradores das zonas afetadas, que estimam em 10 mil o total de famílias que poderão ver demolidas as suas residências, nos Zangos 1, 2, 3 e 4.

Foi a pensar na situação das famílias que perderam as suas moradias que o Novo Jornal decidiu regressar ao Zango, na terça-feira, dia 30, para in loco reportar a realidade vivida pelas populações. Sem teto e dispersas, muitas famílias ficaram desestruturadas e foram abrigadas por familiares e amigos, revelaram os responsáveis das comissões de moradores, que pouco ou nada conseguem fazer.

O regresso ao Zango tinha sido combinado, um dia antes, entre o Novo Jornal e o presidente da comissão de moradores, Oliveira Cassegunda, do bairro Nguimbi, no Zango 1. Tudo foi acertado com a fonte à margem de um encontro de auscultação que o coordenador da SOS HABITAT, Rafael de Morais, manteve com representantes da Região Militar de Luanda, na Assembleia Nacional, onde também estiveram representantes dos moradores.

O Novo Jornal combinou o encontro para as 9h00, junto ao supermercado Max. À hora marcada, lá estava o NJ para o início de mais uma reportagem à volta das demolições. Face à demora daquele que seria o guia de um périplo pelos bairros para localizar as vítimas das demolições, decidimos ir ao encontro de Oliveira Cassegunda, que fazia a marcha a pé.

Minutos depois, apanhámo-lo a meio do caminho, de acordo com as orientações que nos foi dando por telefone. Cassegunda subiu na viatura do Novo Jornal. Logo a seguir, o seu telefone tocou. Era a mulher, que, aflita, pedia que regressasse com urgência a casa para resolver um problema, sem especificar o que se tratava. Decidimos acompanhar Cassegunda à sua casa, passando por zonas isoladas e com poucas residências. De repente, deparámo-nos com uma barreira policial, com dois efectivos que vigiavam a entrada. Sem impedimento, passámos pelo controlo e, de seguida, apercebemo-nos que

estávamos numa zona em demolição controlada por militares que, apressadamente, nos mandaram parar.

"Não fiquem com medo. Aqui todos me conhecem. Sou o coordenador do CAP do partido MPLA e da Comissão de moradores", garantiu Cassegunda.

Os militares pediram-nos para sair da viatura, revistaram-na e encontraram no seu interior vários meios de trabalho, entre eles o passe de identificação, a câmara fotográfica, blocos de apontamentos, para além de cartões multicaixa e 20 mil kwanzas, e físicos. Enfrentámos, durante seis horas, várias ameaças por parte dos militares. "Vamos levar estes gajos à base e lá serão punidos. Vão ser levados a julgamento, tal como tem acontecido aos outros".

Minutos depois, registou-se um momento de silêncio entre os soldados. Uns, com compaixão, apelavam à nossa soltura, enquanto outros, furiosos com a nossa presença, desejavam dar-nos uma "surra".

"Estes gajos merecem apanhar. Ainda por cima, entraram aqui com o coordenador do bairro. Vamos agora também partir a casa dele", sugeriu um dos militares. Foi nesta altura que nos apercebemos que a máquina demolidora já estava na casa de Cassegunda, entendendo então a partir daí a chamada urgente efetuada pela sua esposa.

De seguida, mandaram-nos subir para a viatura. Éramos quatro. O jornalista, o repórter de imagem, o motorista e o coordenador do bairro. Obrigaram-nos a deitar de baixo dos bancos do patrulheiro militar e transportaram-nos como se fôssemos meliantes. Enquanto decidiam o que fazer, andaram às voltas connosco. Debaixo de um sol abrasador e com armas apontadas a nós. Durante as voltas pelo bairro, vimos e ouvimos casas a serem demolidas, militares a destratar e saquear dinheiro e bens de populares, principalmente aos motoqueiros.

Os militares regozijavam-se com o sucesso das operações. Brindavam o êxito com cerveja e contavam entre eles cenas de namoro com as mulheres terreno. "Estou a namorar a gaja, meu. Vou travar para " disse um soldado, apoiados seus, que também diziam suas concubinas.

No, terreno os militares ainda tentaram connosco para não sermos ate a base, onde supostamente seríamos (surrados e levados a tribunal as ameaças).

O negocio que nos propunham era darmos 10 mil Kwanzas pela nossa soltura e nil kwanzas para travar temporariamente a demolição da casa do coordenador Cassegunda. Mas a proposta rendimento entre os soldados.

Nesta mesma ocasião, o comandante das operações despejou a sua fúria na equipa do NJ, batendo violentamente, por duas vezes seguidas, nos ombros do jornalista, com uma maceta de madeira. A terceira pancada tinha como destino o repórter de imagem, mas escorregou e partiu-se ao bater na carroçaria da viatura militar. "Agora, vamos levá-los aos chefes para serem punidos e partam já a casa do coordenador", ordenou o chefe da missão. Ordem cumprida por volta das 16h00.

De seguida, fomos levados ao chefe do posto, que ordenou que retirássemos os cintos e os atacadores dos sapatos. Um dos militares fez o registo da nossa detenção, anotando nomes, função e números telefónicos. Apresentaram ao chefe do quartel os nossos equipamentos apreendidos, que nos foram devolvidos posteriormente, à excepção do gravador e dos 20 mil kwanzas, que ficaram na posse do chefe da operação militar no terreno.

"O gravador já não vamos entregar e o dinheiro é para as tropas", determinou o militar, na presença do seu superior hierárquico.

O chefe do posto ainda tentou insinuar, com ameaças, negociatas para que fôssemos soltos, mas sem sucesso. Minutos depois, chegou o comandante da unidade, um tenente-coronel, que, após ter recebido explicações da nossa detenção, ordenou de imediato a nossa soltura. "Vão para casa, mas não escrevam nada", determinou.

O chefe do posto, à revelia do seu chefe, ainda deu ordens para que apanhássemos alguns focos de lixo ali espalhados. "você até têm sorte. Os da Gazeta (jornal angolano) arrumaram blocos, vão e não escrevam nada, senão vamos vos caçar", ameaçou o chefe do posto, devolvendo a nossa liberdade, seis horas depois.

7.3 Luanda tem mais de um milhão de hectares para a agricultura

Jornal O PAÍS

06 De Setembro de 2016

Texto: Hélder Caculo

A província de Luanda tem disponível mais de um milhão de hectares de terras aráveis para exploração agrícola. A informação foi avançada, ontem, em Luanda, pelo governador provincial quando discursava no acto de abertura do Fórum de Negócios Estados Unidos-Angola, promovido pela Câmara de Comércio Angola - Estados.

"Angola necessita de encontrar parceiros em muitos campos de actividade que contribuem para a qualificação do empresariado nacional, como seja o domínio da agricultura, onde podemos fornecer terras aráveis para empreendimentos americanos de alta produtividade, assim como no ramo industrial", disse Higinio Carneiro.

O governador convidou os empresários norte-americanos a investirem, além da agricultura e da indústria, em outras áreas, como na conservação dos parques nacionais, da fauna e no processo de requalificação urbana da cidade de Luanda.

"No âmbito no Plano Director Metropolitano de Luanda, encontramos diversas áreas onde podemos cooperar, olhando para a capacidade que as empresas norte-americanas têm nos domínios do urbanismo moderno", frisou Higinio Carneiro.

Durante o evento, o ministro da Economia, Abraão Gourgel, apresentou o quadro actual da economia nacional, com destaque para as vantagens competitivas trazidas ao ambiente de negócios pela nova lei do investimento privado.

Abraão Gourgel reconheceu não ser possível actualmente recorrer-se ao protecção da produção nacional. Por um lado, pelo elevado custo que o processo implica e, por outro, pela forte dependência às importações. Daí, ter reiteirado o objectivo do Executivo em minimizar a dependência dos insumos importados através de iniciativas público privadas.

"Por ocasião deste fórum empresarial reiteiro o firme propósito do Governo em promover e incentivar a parceria entre empresários dos dois países com benefícios mútuos para ambas as partes", frisou o ministro.

O fórum, uma iniciativa da Câmara de Comércio Angola estados, em parceria com o Governo Provincial, trouxe a Luanda mais de 8 empresas com interesses de investimento em Angola nos mais variados sectores. É o caso da Acro Brige, especialista em construção de estruturas especiais para pontes rodoviárias, a Caterpillar uma multinacional que fabrica máquinas, motores e veículos pesados e a Hilton Worldwide especialista no fabrico de equipamentos para hospitais e unidades hoteleiras.

7.4 Demolições Não Param No Zango E Há Denúncias De Violações De Mulheres

Jornal República

09 De Setembro de 2016

Texto: Manuel José

As demolições de casas no Zango, nos arredores da capital angolana, protagonizadas por militares da PCU liderados pelo general Wala prosseguem e várias casas alegadamente na Zona Económica Especial foram destruídas.

O especialista em questões fundiárias Bernardo de Castro considera que o Estado é o principal responsável pela situação.

Rafael Morais, coordenador da Associação SOS-Habitat, desdobra-se em contactos para frear o martelo demolidor, mas os militares continuam a destruir casas e há acusações de violações de mulheres.

"As demolições continuam ontem e hoje destruíram a casa de um dos coordenadores do bairro Walale no Zango, agora também há tentativas de violações de mulheres por parte dos militares": denunciou Morais. O activista e especialista em direitos fundiários da Rede Terra, Bernardo Castro, considera reprovável a entrada de tropas neste assunto.

"A intervenção de tropas neste processo é a todos os títulos incompreensível e ilegal, não há outra desculpa, afirma Castro, mestre em adaptação a alterações climáticas, que é de opinião que o actual cenário de demolições que se verifica em Luanda e noutras partes do país foram originadas pelo próprio Estado.

"Para as demolições em Luanda foram constituídas reservas fundiárias do Estado à margem de procedimentos jurídico-legais para a constituição de reservas fundiárias que impõe a participação da população, mas o Estado nunca fez isso por isso na gestão dos solos no país e o procedimento que se está adoptar hoje só está a acirrar ainda mais o problema" explica Castro.

Em declarações à VOA, Bernardo Castro garante que "o uso excessivo da força, o abuso de poder e da lei não resolvem o problema, a saída passa pelo diálogo": porque "as pessoas estão a morrer e é preciso proteger o património das pessoas:

Neste sábado, 3 de Setembro, representantes de cinco comunidades vítimas de demolições no Zango e a

Associação SOS- Habitat reúnem-se para abordar a situação.

7.5 Governo Angolano É Sul Generis Privaiiza A Orla Marítima E Incentiva Turismo

Jornal República

09 De Setembro de 2016

Texto: João Diala

Quando ouvimos o Governo Angolano a perspectivar estratégias para o incremento da actividade turística no nosso País, com certeza que nos ocorre logo o pensamento das nossas antigas e maravilhosas praias, principalmente na cidade capital do nosso País.

Logo, questionamos, o que um turista irá procurar no nosso País? Claramente que, em primeiro lugar, pode ser o turismo de lazer às nossas praias.

Imediatamente, levantamos outra pergunta: Com a privatização das praias, como é que os turistas desfrutarão delas?

Angola sempre teve uma das mais lindas orlas marítimas do mundo, hoje privatizada com habitações particulares e as praias privatizadas ao longo de quase toda a orla costeira marítima, principalmente na zona de Luanda, afectando consideravelmente a Corimba, com construções de prédios junto as praias, onde o betão a beira-mar desafia a inexistência do Ordenamento do Território, principalmente as Praias que são um bem comum que podem servir como um bem econórruco, de maneira a ajudar-nos a sair da crise, atraindo turistas quer nacionais como estrangeiros.

O betão a beira-mar tomou conta de tudo, principalmente do Estado Angolano que, sem autoridade e corrupto, consente esta poluição ambiental, com vista para o mar, ignorando as leis da natureza, os estudos de impacto ambiental e a ordenação do território e o plano director de Luanda.

Angola perdeu a oportunidade de Construir uma zona costeira marítima com as dimensões e as qualidades de Copacabana, onde a atracção turística seria assim posta em primeiro lugar, contrariando esta atitude egoísta e bacoca de Governantes, beneficiários do nosso dinheiro, que estão a cima de qualquer lei e do poder do Estado sem visão estratégica, que se redundam com o pouco de ter uma vivenda junto a praia para mostrar as pessoas que são gente civilizada e que têm melhores condições de vidas em relação aos outros Angolanos.

É de lamentar a limitação de pensamento que esta maldita gente tem. Tudo para eles e nada para os outros.

Ainda assim, estamos em querer que, mais tarde ou mais cedo, o Estado Angolano, com ou sem este Governo, como tem sido habitué, vai destruir estas habitações, tornando a possibilidade do uso do bem comum, como são as praias permissíveis, possibilitando que estrangeiros visitem o nosso País para usufruírem das nossas Praias, de maneira a incrementar o turismo nacional.

As habitações luxuosas na ilha do Mussulo devem pagar a partir de 5 mil dólares por mês. Só assim Angola se tornará um País justo.

As potencialidades turísticas que a ilha do Mussulo proporciona podiam ser uma boa fonte de riqueza para Angola, se não fossem erradamente tornadas em zona habitacional para a elite política Angolana, prejudicando o País.

A ilha do Mussulo pode e deve ser um projecto turístico de dimensão internacional, atraindo turistas de todo o mundo, caso o Governo Angolano tivesse uma estratégia visionária, tornando o Mussulo um projecto unicamente turístico e não habitacional.

Mediante os factos impõem-se as seguintes questões: por que é que os dirigentes Angolanos constroem casas no Mussulo, sem pagarem nenhum tipo de imposto? Não será uma enorme imbecilidade? Reparem que o Mussulo tem tudo para se tornar como a ilha de Bali na Indonésia, atraindo turistas e, consequentemente tornando o Mussulo uma zona, do ponto de vista financeiro, uma fonte de empregabilidade e de arrecadação de receitas para a nossa economia.

A insegurança de muitos pontos turístico no Mundo rapidamente ajudaria a potencializar a ilha do Mussulo, se esta fosse arquitectada unicamente para o turismo e não para a habitação.

A ilha do Mussulo deve passar por ser um ponto turístico que qualquer indivíduo consiga visitar desde que tenha dinheiro, com preços de hotéis ao nível do Mundo, assim é que deve ser, claramente com variedades como acontece em todo o lado, contrariamente o modelo existencial de habitações, com privações de lugares para tomar banho, porque é casa do membro do Governo Angolano, xpto.

7.6 Familiares dispostos a identificar militar que disparou sobre Rufino

Novo Jornal

09 De Setembro de 2016

Texto: António Paulo

O Serviço de Investigação Criminal (SIC) iniciou, esta semana, o processo de investigação que poderá determinar o autor moral e material da morte de Rufino António, assassinado a tiro, no mês passado, supostamente por um militar, durante as demolições que decorrem na zona do Zango em Luanda.

O advogado de defesa dos familiares da vítima, Luís Nascimento, declarou quinta-feira, 8, ao Novo Jornal que foram ouvidos, nesta semana, alguns familiares e vizinhos do adolescente de 14 anos que se mostraram dispostos a identificar o rosto do militar que disparou mortalmente sobre a cabeça de Rufino António, no dia 6 de Agosto. "Eles dizem que é só apresentarem os militares, em parada, que estavam de serviço naquele fatídico dia e conseguem identificar o autor do disparo", disse Luís Nascimento, garantindo que o processo decorre obedecendo aos seus trâmites legais.

Por outro lado, o causídico mostrou-se preocupado com o facto de até ao momento os militares acusados do assassinato do adolescente não terem sido ouvidos pelos investigadores. "Os únicos instrumentos que comprovam o assassinato é a bala encontrada na cabeça do miúdo e o certificado de óbito".

O relato de assassinatos nas zonas em que decorrem as demolições não é novo. No passado mês de Abril, o Novo Jornal retratou o episódio de demolições de residências ocorrido no bairro do Progresso, também na localidade do Zango 3 que vitimou mortalmente um menor de cinco anos. Os actos foram igualmente atribuídos aos responsáveis da Zona Económica Especial.

A criança teria perdido a vida quando forças da ordem e militares, supostamente ao serviço da Zona Económica Especial (ZEE), teriam invadido o local reivindicado como sendo seu, e impedido o pai de socorrer o filho que se encontrava no interior da residência. A família alega que foi a acção do tractor que fez esmagar a cabeça do menor.

Perante a presença dos agentes da ordem e militares, que se fizeram acompanhar de um helicóptero, os pais da criança e outros moradores teriam oferecido resistência à acção dos efectivos de segurança, que teriam respondido com agressões físicas contra o pai, que chegou a cair inconsciente e com graves lesões num dos braços, impedindo-o assim de ir a tempo de retirar da residência o bebé de um ano e quatro meses.

"Pedi que me deixassem pelo menos tirar o meu nené, mas não quiseram saber, até que a máquina partiu a casa e o pneu do tractor pisou a cabeça da criança.

Encontrámos o menino com os miolos todos fora da cabeça", contou na altura o pai do menor.

Nesse mesmo dia, a mãe do menor revelou que teriam sido alguns militares que os acompanharam até à morgue de Luanda, onde o corpo ficou entre 21 de Abril e 4 de Maio.

Uma fonte do Ministério Público disse a este jornal que o caso já era do conhecimento do Tribunal de Viana, por se tratar de um crime público, e cuja resolução não passava apenas por uma "indemnização arbitrária" por parte da Zona Económica Especial.

A ordem de demolições é da ZEE, mas os militares acrescentaram à missão um rol de barbaridades; atacam residências, roubam bens, espancam homens, violam mulheres e destroem residências em nome da "Pátria" que dizem defender. Há uma semana uma equipa do Novo Jornal (NJ) caiu numa "emboscada" dos militares. Foi detida e maltratada durante seis horas, retendo consigo o gravador e 20 mil kwanzas do jornalista. "Já não vamos entregar o gravador e o dinheiro é para as tropas", determinou o militar na presença do seu superior hierárquico no momento em que apresentava ao chefe do quartel os equipamentos detidos com a equipa de reportagem, noticiou o NJ na edição anterior.

7.7 Demolições em Viana: o lobo na pele de cordeiro – parte II

Jornal o Crime

10 De Setembro de 2016

A administração municipal de Icolo e Bengo, em Maka Angola publica, hoje, a segunda parte da investigação sobre demolições em Viana e o esbulho violento de terras por parte de figuras poderosas. A primeira parte foi publicada sob o título

'Governantes: Demolições de Vidas, Nenhum Remorso - Parte I.

A versão do ministro de Estado

O advogado de Edeltrudes Costa, Eurico Paz Costa, reitera ao Maka Angola que "a concessionária [do terreno] é a D. Maria da Conceição, que é nossa constituinte e, por acaso, é parente do ministro".

A 16 de Junho de 2016, o escritório de advogados ACPC, em nome do seu constituinte Edeltrudes Costa, solicitou ao procurador-geral da República (PGR), general João Maria de Sousa, que se investigasse a informação preliminar recolhida pelo Maka Angola. Em resposta formal à alegação de envolvimento do ministro, o advogado Eurico Costa, sócio da ACPC, autoriza o Maka Angola a revelar o conteúdo da correspondência enviada ao PGR. "Não obstante, a situação fáctica exposta pelos relatores acima mencionados, repercute um conjunto de acções, praticadas por supostos malfeitores, que nos termos do ordenamento jurídico angolano são considerados crimes graves contra a ordem pública, que envolvem o bom nome do nosso constituinte na qualidade de ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, que não tem qualquer envolvimento com as questões expostas", lê-se na carta.

"As acções ou factos narrados prefiguram actos criminosos, que devem ser devidamente investigados e cujos agentes devem ser devidamente responsabilizados", continua.

O advogado do ministro nota ainda que "tornasse [torna-se] pertinente, desde já, aludir o total interesse do nosso constituinte na busca da verdade, sendo que o mesmo não detém qualquer conhecimento dos factos narrados, não obstante que os supostos infractores atentam contra o seu bom nome e a sua reputação."

A carta prossegue: "E nesta perspectiva foi realizado um encontro com o relator da mensagem, o jornalista Sr. Rafael Marques, que nos deu nota de que as supostas acções criminosas ocorreram em 2012 sob comando da Comandante Bety [então comandante provincial da Polícia Nacional em Luanda]."

"Evidenciamos desde já que tomamos a liberdade de contactar a proprietária do terreno, Sra. Maria da Conceição e de Brito Cruz Gouveia, com o intuito de esclarecer a real situação do terreno e saber se a mesma se encontrava ao corrente dos factos descritos na mensagem, alegando a mesma que nunca tomou conhecimento de mortes e agressões, nem qualquer violação de direitos, por parte dos oficiais da Polícia Nacional."

A Reacção

"Não sei quem é essa Maria da Conceição. Isso é mentira. Estão a usar essa senhora para proteger o ministro. É essa senhora que tem poderes para mandar tropas aqui?", insurge-se Helena Teka.

"Roubaram a vida dos meus filhos, tiraram-me tudo e ainda me querem acusar de difamação e burla? Sou maltratada pelas vizinhas, que me chamam de 'mbaca' [mulher estéril]", lamenta, lavada em lágrimas, Helena Teka.

"Estou disposta a enfrentar injustiça. Estou como uma andorinha que não tem poiso. É assim que esse governo trabalha com as leis? A assassinar? A mandar que me sequestrarem?", questiona.

Há meses que o Maka Angola tem tentado encontrar-se com o general Wala, mas, apesar de este sempre se ter manifestado disponível, tal não chegou a acontecer.

Todavia, uma fonte anónima da Região Militar de Luanda partilhou alguma informação que ajuda a esclarecer o caso.

"É pura e verdadeira mentira. O ministro de Estado e chefe da Casa Civil [do Presidente da República], Edeltrudes Costa, fez uma queixa ao chefe da Casa de Segurança do PR, general Kopelipa, segundo a qual o seu terreno estava a ser invadido por militares", refere a fonte.

"O general Kopelipa falou com o chefe do Estado-Maior General, o general Nunda, que chamou o general Wala e lhe deu instruções para verificar o que se passava no suposto terreno do ministro", continua.

"No terreno, o general Wala deu conta de que não era nada do que o ministro descrevia e de que o seu terreno não estava a ser invadido por militares. O general apercebeu-se de que o ministro não tinha dito a verdade", assegura a fonte. A comprovar a sua versão, a referida fonte afirma que "o general Wala enviou uma mensagem ao ministro a pedir-lhe para negociar pacificamente com as camponesas proprietárias do terreno. Essa é a verdade. Mas agora quem ouve os insultos é o general Wala".

"Temos de nos sentar todos, o advogados, os generais, a administração municipal de Viana, para sabermos como esse terreno t[er] par[ar] às mãos da família do ministro", sugere o soba Moisés Kahungo, coordenador para a resolução de conflitos da área do Bita Sapú, que congrega o Mukula Ngola.

O historial do terreno

Por que razão insiste Helena Teka no terreno que já levou as autoridades a matarem os seus filhos, irmão e primo? Pelo qual já foi violada e pelo qual arrisca perder a vida? Segundo nos conta Helena, o terreno é na verdade do seu irmão mais velho, Garcia Firmino João Camangumba, que trabalhou na administração de Viana até enlouquecer. Antes de ser afectado gravemente pela doença, esse irmão passou-lhe uma procuração que lhe conferia plenos poderes sobre o terreno. Helena assumiu também a guarda dos seis filhos de Camangumba, que ora vivem consigo. Está desempregada e alojada por graça de uma boa samaritana, que lhe cedeu gratuitamente a sua casa na área vizinha ao terreno até Setembro próximo.

A 13 de Junho de 1989, ao tempo do partido único e do marxismo-leninismo, a União das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias (UNACA) emitiu uma declaração de reconhecimento do direito de posse do referido terreno, de 15 hectares, a favor de Garcia Firmino João Camangumba.

Com a paz podre que se observava no início de 1998, o cidadão Camangumba iniciou um novo processo de legalização do seu terreno, com croqui de localização incluído. Em 2000, solicitou ao administrador de Viana que lhe fosse concedido o "contrato de concessão".

Tendo cumprido todos os trâmites legais, o seu direito de superfície sobre o terreno foi inscrito na Repartição Municipal da Agricultura de Viana sob n.º 1 15/20 I o. Foi com base nesse direito de superfície que, a 14 de Dezembro de 2012, quase seis meses após o assalto policial ao terreno, a referida repartição emitiu duas declarações a favor de Garcia Camangumba, ambas sob n.º 383/2012, uma para o pagamento do imposto industrial e outra "para efeito de comprovação".

O soba Moisés Kahungo confirma facto de Camangumba e sua família terem cultivado sempre o terreno até à expansão dos bairros, que os levou a construir também.

Trafulhas dos militares

Desesperada, com falta de meios para conseguir nova acomodação, Helena Teka voltou a erguer no terreno um "bate-chapas". No início de 2014, Helena Teka pensou ter encontrado no exército um aliado para se manter no seu terreno.

"O [vice-]almirante Pedra [Chicaia] apareceu por intermédio de um jovem Cobra, para ajudar-me a proteger o terreno. Ele ajudou-me a correr com os invasores militares [tendo organizado uma milícia

para o efeito], em troca de uma parcela de 50 x 100 metros. Depois aliou-se aos invasores, ocupou uma grande parte do terreno e começou a vendê-lo a retalho. Agora persegue-me", denuncia.

"Essa senhora [Helena Teka] é bandida. O terreno dela é junto do terreno do ministro. Já nos queixou muito. Ela recuperou uma parte do terreno do ministro e outra parte da tropa", reage o vice-almirante Chicaia, conselheiro do comandante da Marinha de Guerra de Angola, ao ser interpelado pelo Maka Angola.

Segundo o vice-almirante, o terreno é dos militares: "Não sei quem mandou demolir. Já reunimos recentemente. Até a pessoa [representante] do ministro esteve lá. Deu-se razão aos militares. Os que trabalham com o ministro [Edeltrudes Costa] é que usam sempre o nome dele. Um deles pediu-nos, há dias, mais 30 metros quadrados."

"Eu estou a defender as tropas que estavam dispersas depois das demolições. Nós somos grandes soldados", advoga o vice-almirante. E, revela: "O coronel Ndongua chamou-me há dias. Mostrou-me como já se dividiu bem o terreno, qual é a sua parte, a do tenente-general Nelito [conselheiro do comandante da Força Aérea Nacional], a parte do ministro. Ele disse-me que, em troca da protecção dos terrenos pela minha tropa, ele vai passar um documento para regularizar a situação [dos terrenos]."

Helena Teka não se recorda do dia exacto do mês de Agosto de 2014, quando foi chamada por um suposto representante da entidade interessada no terreno. "Apareceu o Falcão, que me pediu para passar com a minha família para sermos indernnizados. O Falcão é um dos funcionários do ministro [Edeltrudes Costa]. Fui com a minha família. Conversámos junto ao por tã da casa do sr. Ministro", explica.

Segundo Helena Teka, estavam presentes no encontro "o general [vice-almirante] Pedro Chicaia, da Marinha de Guerra, o brigadeiro Afonso e o próprio Rodrigo [chefe da Comissão de Moradores]".

Na conclusão do encontro, foi proibida de regressar ao terreno, conta.

Insatisfeita, Helena Teka decidiu, mais uma vez, erguer uma casa definitiva no terreno. A 27 de Novembro de 2014, efectivos militares do Posto de Comando Unificado deslocaram-se de manhã ao terreno para proteger a máquina que demoliu a sua obra. "Os militares eram comandados pelo coronel

Ndongua e apoderaram-se dos materiais de construção que encontraram", afirma Helena.

Mais tarde, acompanhado por uma coluna de cerca de 20 viaturas com militares, aoareceu no local o general Simão Carlitos Wala. O que então se passou está descrito na queixa que a cidadã remeteu, a 5 de Novembro de 2015, ao procurador-geral da República, com cópias para o chefe do Estado Maior-General das FAA e o procurador militar. Todas essas entidades ignoraram pura e simplesmente a petição de Helena. Mas o documento prova que as autoridades estavam informadas sobre o caso e nada fizeram.

"(...) no ano de 2014 passou no referido espaço [terreno] proferindo palavras obscenas e ameaças de morte o Senhor Comandante da Região Militar de Luanda a Sua Excelência Tenente General Wala, conhecido apenas por este nome, este e os seus homens deteram [detiveram] a proprietária do espaço [Helena João Teka] onde permei durante três dias (... r, lê-se na queIXa.

A cidadã refere também que, quando a libertaram, o general Wala foi ter com ela e reconheceu "que sou legítima proprietária do espaço, e aconselho [u]- nos que os sobas tratassem do resto".

Na queixa dirigida ao general João Maria de Sousa, a cidadã relata ainda um outro episódio protagonizado pelo general Wala: "Sinto-me surpresa [surpreendida] com a presença de uma coluna de viaturas militar[es] dirigindo-me e estacionando dentro da minha parcela de terra, coluna esta comandada pela Sua Excelência Tenente General Comandante da Região Luanda, coadjuvado pelo coronel Silvano Ndongua, actual comandante do PCU [Posto de Comando Unificado] e na presença do tenente-coronel N guinamau, conhecido apenas por este nome, o referido comandante da Região Militar de Luanda, alegava que proprietária tinha que sair dali imediatamente pois que este terreno não é seu e se continuasse a insistir teria me posto nos calabouços ou então serei morta."

Ainda segundo as denúncias enviadas por Helena Teka ao PGR, o general Wala havia proposto um negócio com o referido terreno, como forma de resolver a pressão a que estava sujeita: "(...) não sei se é por ser comandante e chefe das tropas e eu ser simplesmente camponesa, o mesmo antes tínhamos confiança de que esta[va] ali para dar solução nos problemas de terras em litígios dos camponeses, agora torna-se inimigo dos camponeses e um caça fortuna."

Ao Maka Angola, Helena Teka revela mais pormenores sobre o que se passou: "Ele [general

Wala] disse-me que o terreno era do Sr. Ministro [Edeltrudes Costa] e apresentou-me o enviado do ministro. Eu atirei-me ao chão. O coronel França [chefe de Repartição do Serviço de Inteligência e Segurança Militar da RML] disse-me: 'filha, não chora. Nós vamos resolver a situação. Eu e a família ficámos ali a chorar. Ficámos sem força.'

E Helena lamenta: "O general Wala disse-me que já tinha falado com o ministro para poder indemnizar-me e que, no sábado [seguinte] eu me

encontraria com o ministro. Ficámos à espera e o ministro nunca apareceu."

Por sua vez, o soba Moisés Kahungo revela que "no dia 5 de Agosto de 2015, eu promovi um encontro com o general Wala, na presença da D. Helena. Ele pediu os documentos do terreno, lista das populações e disse-me que faria uma carta ao ministro para saber como resolveria o problema". revela

De acordo com o soba, "o tal gabinete devia apresentar um documento a explicar quem da família do ministro, que eu nunca vi, alguma vez veio cultivar nesses terrenos, ou quem são os camponeses que lhe venderam essa propriedade".

Na sequência de mais algumas diligências, em Setembro de 2015, Helena Teka encontrou-se com o general Simão Carlitos "Wala", por iniciativa do soba Moisés Kahungo.

"O general apareceu [no local], conversámos e apresentei os documentos. Ele disse-me que eu tinha direitos e podia ocupar o terreno", afirma Helena.

Mas o diálogo ficou por aí. General Higino Carneiro Intervém Sem cruzar os braços perante o silêncio da PGR, Helena Teka decidiu escrever ao governador de Luanda, general Higino Carneiro. Nessa carta refere que, por via do seu advogado, conseguiu contactar o ministro de Estado Edeltrudes Costa, o qual alegou desconhecer a disputa sobre o terreno.

'Dias depois [o ministro] mandou o seu advogado com o meu que foram ao local constatando as limitações do mesmo", lê-se na carta enviada ao governador.

De forma expedita, Higino Carneiro exarou a 13 de Maio um despacho (Ref" 1481/GAB.GOV/2016), remetendo a carta de Helena João Teka à Região Militar de Luanda, para "pronunciamento": "Convocar pl segunda-feira dia 18-05-16, os sgts [seguintes] membros: v-almirante Pedra [Chicaia]; TGen. [tenentegeneral Nelito; Senhora Helena TeKa, Cor. [coronel] Dongua; sr. Miguel; Cor. França; Capô [capitão] Luís Pedro,'

O governador exigiu também que, após a reunião, os convocados se deslocassem ao terreno para "produzir informação certa".

Por sua vez, a Associação Mãos Livres, que patrocina a defesa legal de Helena João Teka, recorreu novamente ao governador a 23 de Maio, para o informar de que a reunião nunca se realizou porque a petição se fazia acompanhar de advogados. 'Lamentavelmente, a forma como foram acolhidos os causídicos mandatários da Sra Helena não foi a mais urbana e viável. (...) O comportamento dos oficiais da Região Militar de Luanda demonstrou que algo estavam ocultando no sentido de inviabilizar a decisão do referido caso."

"São donos do país. Já não respeitam os pobres porquê?", questiona Helena Teka.

7.8 Lotes de terreno para moradores em áreas de risco

Jornal De Angola

11 De Setembro de 2016

Cerca de mil famílias que residem em zonas de risco, na periferia da cidade do Soyo, na província do Zaire, vão beneficiar, nos próximos dias, de lotes de terreno, para auto-construção dirigida, no bairro Fina, informou ontem, naquela circunscrição, a administradora municipal.

Lúcia Maria Tomás, que assegurou estar tudo preparado para a distribuição de terrenos na localidade do Fina, disse que foram preparados, neste novo projecto habitacional, mais de dois mil lotes de 20, 25 e 30 metros quadrados, para atender às populações.

"Queremos, com este projecto, proporcionar melhores condições de habitabilidade e de segurança para a população, sobretudo a que reside em zonas vulneráveis", salientou a administradora.

Lúcia Maria Tomás afirmou que este projecto urbanístico se enquadra no programa de fomento habitacional implementado pelo Governo Provincial do Zaire.

Importa referir que mais de 400 residências sociais foram construídas nos últimos anos, nos projectos urbanísticos de Kinganga e de Mavakala, município do Soyo, numa iniciativa conjunta entre o governo provincial e a Sonangol.

7.9 Populares em zonas de risco recebem lotes para moradias

Jornal De Angola

11 De Setembro de 2016

O Governo da província do Namibe procedeu à entrega, na sexta-feira, de 1.174 lotes de terreno a famílias que actualmente vivem em zonas de risco, para a construção de residências no bairro Boa Esperança, na cidade de Moçâmedes.

No acto de entrega dos terrenos, com 400 a 600 metros quadrados, o governador provincial do Namibe, Rui Falcão, garantiu que o Governo vai construir, no local, escolas, centros de saúde, esquadra policial, sistema de tratamento e distribuição de água, lojas campos desportivo polivalente, entre outros equipamentos sociais.

Rui Falcão apelou aos beneficiários a não caírem no erro de venderem os terrenos que receberam gratuitamente. "Saibam aproveitar esta oportunidade, façam construções nos locais apropriados, não aceitem serem enganados, ninguém está autorizado a vender os terrenos. Sem dúvida aparecerão pessoas enganadora com a política de venda de parcelas com preços elevados, sem documentos previstos. Se isso acontecer, denunciem. E quem comprar prestará contas à administração, salientou o governador.

Maria Jamba, uma das beneficiárias, mostrou-se satisfeita com o gesto das autoridades e pediu ao Governo para levar a cabo acção do género noutras localidades da província, de modo a oferecer melhores condições à população que tanto sonha e espera ter uma residência própria e condigna.

A sensação exprimida pela generalidade dos beneficiados com os terrenos é de satisfação e confiança de que, estando numa área segura, podem construir a sua própria residência e viver com a família sem nenhum perigo de vida.

7.10 Reservas fundiárias baixam défice de casas Província da Huíla dispõem acima de 57 mil hectares para construção

Jornal de Angola

15 De Setembro de 2016

Texto: Domingos Mucuta

A província da Huíla identificou e criou reservas fundiárias em todos os municípios para reduzir o défice habitacional, estimado em 235 mil casas,

Informou ontem, no Lubango, o vice-governador para o Sector Técnico e Infra-estruturas, Nuno Mahapi.

Ao apresentar a situação do sector do urbanismo e habitação no encontro entre o governador da Huíla, João Marcelino Tyippinge, e a ministra do Urbanismo e Habitação, Nuno Mahapi disse que neste momento a província dispõe de 57 mil hectares para a construção de casas de diversas tipologias, no âmbito dos programas do governo central, da província e outros de construção dirigida.

O vice-governador apontou como programas a distribuição de lotes de terrenos, a construção de fogos nas centralidades da Quilemba e da Eywa e a execução do programa de 200 fogos habitacionais por município, dos quais 2800 concluídos e entregues aos cidadãos como acções que concorrem para redução do défice habitacional.

Grande parte das reservas fundiárias são destinadas aos cidadãos no âmbito dos programas de construção dirigidos orientados pelo governo provincial e pelas administrações municipais, numa altura em que mais de 30 mil lotes foram distribuídos à população.

Nuno Mahapi salientou que a projecção de novas urbanizações e a consequente expansão da cidade, vilas e bairros obriga ao aumento das infra-estruturas de serviços sociais básicos, como energia, água, estradas, unidades de ensino e hospitalares.

Centralidade da Quilemba A ministra do Urbanismo e Habitação visitou as obras da centralidade da Quilemba, onde foi informada do ajustamento havido no Projecto para 8 mil fogos habitacionais, dos 11 mil previstos. Numa visita recente realizada pelo governador da Huíla, João Marcelino Tyippinge, o Jornal de Angola apurou que as restantes residências foram transferidas para Matala, um dos municípios que concentra maior número de habitantes da província.

O vice-governador explicou que neste momento mais de 7.633 casas, das 8 mil previstas na centralidade da Quilemba, estão prontas para habitação e outras em fase de acabamento, numa altura em que a empreiteira chinesa realiza trabalhos finais das infra-estruturas como sistema de drenagem, sinalização de estradas e outras. Cada apartamento inclui uma suite, salas comuns, casas de banho, cozinha e quintais. A ministra constatou que as principais vias de acesso estão asfaltadas.

Os passeios calcetados com betão.

A construção de redes de drenagem de águas pluviais e domésticas, de distribuição e abastecimento de água potável, eléctrica e jardins está na fase final.

A ministra entregou ao governador da Huíla o plano urbanístico do município da Cacula e hoje o de Quipungo e visita projectos urbanísticos no Lubango, Humpata e Quípingo.

7.11 OS esquecidos da Kinanga ou AS pomessas de realojamento por cumprir do Governo Angolano

Jornal A República
16 De Setembro de 2016

Há três anos, cerca de 500 famílias, que viram as suas casas serem demolidas na Areia Branca e que passaram duas semanas desabrigadas, construíram habitações de chapa e de papelão, junto a um depósito de lixo na Kinanga.

Maria Conceição, moradora da Kinanga, conta o que a inquieta. "Eu vivo aqui há 3 anos e dois meses. O que está a nos fazer temer agora mesmo é a chuva que está a chegar, as doenças, muita diarreia, muitos vómitos, o lixo aqui nunca acaba, podemos limpar mas tem sempre lixo. E estamos a adoecer por causa disso. O WC aqui é ao ar livre, faz dentro do seu quarto ou num cantinho depois vai atirar aí no lixo. O lixo é aqui mesmo! Kinanga é um dos bairros mais carenciados de Angola Conviver com doenças além da miséria e a falta de saneamento básico que habitam neste bairro de Luanda, que fica a escassos metros da Assembleia Nacional, da sede do Governo Central e da residencial oficial do Presidente Eduardo dos Santos, muitas crianças e adolescentes nem sempre conseguem uma vaga nas escolas públicas, o que lhes hipoteca o futuro.

Mariquinha João é mãe de 5 filhos e neste momento esta grávida. Ela diz à DW África que viver na Kinanga é conviver com todo tipo de doenças/É só doença. As mortes são mesmo demais. Estamos a pedir socorro para sermos tirados daqui. Nós estamos a temer com esta demora por saber que os outros já se foram e, até ao momento, ninguém vem nos dizer nada" No princípio deste ano, o Governador de Luanda, general Higinio Carneiro, visitou a Kinanga e deixou promessas de transferir as mais de 500 famílias para o bairro do Zango. Segundo a moradora Isabel Cândida, no mês de Maio do ano em curso, apenas dezessete famílias foram transferidas. De lá para cá, nunca mais receberam quaisquer informações do Governo Provincial de Luanda, algo que preocupa os moradores. Ele -o governador prometeu mesmo casa, já tiraram algumas

famílias e outras ficaram. O Governador disse que vai começar a tirar -transferir - 50 famílias mas até agora só saíram 17 famílias... Estamos a espera mas está tudo parado! Habitantes da Kinanga Denúncias de abusos dos militares Enquanto os populares da Kinanga aguardam pelo cumprimento das promessas das autoridades para que sejam transferidos para o Zango, nos arredores deste último bairro mais propriamente nas comunidades de Walale, Cajueiro, Santa Paciência e Cidade Pacífica - centenas de famílias têm vindo assistir à demolição das suas residências por militares afectos a Região Militar de Luanda, liderada pelo tenente -general Simão Carlitos, conhecido por Wala, sob alegação de que os populares teriam construindo numa área afecta à Zona Económica Especial. Há ainda relatos de que algumas senhoras estarão a ser coagidas a terem relações sexuais com os militares em troca da não demolição das residências. Quem o diz é Rafael de Moraes, coordenador da SOS Habitat.

"É muito preocupante porque há situações de violações sexuais e algumas senhoras estão a envolver-se sexualmente com os militares e também os militares estão a extorquir os pacatos cidadãos no sentido de proteger as suas habitações. Só que depois, passando alguns dias, essas casas são demolidas!

7.12 Policia Agride Jovens Que Exigem Fim Das Demolições No Zango

Jornal A República
16 De Setembro de 2016
Texto: Coque Mukuta

Em resultado da agressão policial, alguns jovens ficaram com hematomas. A polícia confrontou-se, no último sábado, com cerca de 20 jovens que se manifestavam contra as demolições nos arredores de Luanda. Os jovens exigiam o fim de demolições nos bairros de Walale, Santa Paciência, Cajueiro, Cidade Pacífica, todas no Zango, que as autoridades consideram terem sido ocupados ilegalmente. Em resultado da agressão policial, alguns jovens ficaram com hematomas. Os oficiais envolvidos estão ligados ao Posto Comando Unificado, tutelado pelo Tenente -general Simão Carlitos Wala.

Os Jovens que se manifestaram este sábado junto à administração de Viana gritavam "parem com as demolições!": "Zé Du fora!" e "queremos justiça"

André Dembo Oliveira foi um dos organizadores do protesto. "Exigimos o caso do Rufino, que até agora o caso está assim e o Wala continua em liberdade" disse. Oliveira disse que estão previstas outras manifestações para os próximos dias, mesmo que se

registem detenções, perseguições ou tortura. Ele recordou que o direito à habitação está consagrado na constituição. "Só vamos parar até que o governo resolva o problema dos cidadãos no zango. O cidadão tem direito ao bem estar" disse. No decurso das demolições que se registam há cerca de dois meses, já se registou uma vítima mortal.

Rufino António de 14 anos de idade foi atingido mortalmente pela polícia durante uma operação do género. O Estado-Maior General das Forças Armadas prometeu investigar o incidente. Os populares, mima solicitação dirigida ao Presidente da República e Comandante em Chefe, José Eduardo dos Santos, pediram a exoneração do comandante Simão Carlitos Wala. Até ao momento desconhece-se qualquer reacção por parte da Presidência da República. O Tenente general Simão Carlitos Wala, faz parte da família presidencial por ser casado com uma sobrinha do presidente, José Eduardo dos Santos.

7.13 Militares nas demolições no Zango reclamam falta de salário

Novo Jornal

16 De Setembro de 2016

Texto: António Paulo

Os atrasos, segundo os militares, atingem cerca de três mil efectivos, mas o porta-voz das Forças Armadas Angolanas, Tenente-General André Alberto António "Kizua", desmente estas informações, garantindo que todos os efectivos têm os salários regularizados.

A informação de que haveria salários em atraso nas FAA foi avançada ao Novo Jornal, há 15 dias, por militares, durante uma reportagem nas localidades dos Zangos 1, 2, 3 e 4, município de Viana, província de Luanda.

No decurso da reportagem, a equipa do Novo Jornal que tem acompanhado as demolições foi detida e torturada durante seis horas, por efectivos das FAA, que retiverem e fitaram com um gravador e 20 mil kwanzas do jornalista, conforme noticiou o NJ.

A ordem de demolições é da ZEE, mas os militares acrescentaram à missão um rol de barbaridades contra as populações, que se queixam de ataques a residências, roubo de bens, espancamentos, violações, para além da morte de dois menores.

"Meus, aqui também, só estamos a cumprir ordens. O cabrito come onde está amarrado. Um soldado ganha 23 mil kwanzas e, ainda assim, não recebemos

o nosso salário, há três anos. Somos muitos os que estão destacados nestas missões. Uns estão no Benfica, outros no Ramiro, Bengo e noutras partes. Por isso, se têm godo (dinheiro) falem e vos soltamos já", desabafou um soldado, negociando a soltura dos jornalistas do NJ, dando assim a conhecer tactos que ajudam a perceber a fúria que os militares despejam sob as vítimas das demolições.

Em função das reclamações dos soldados, o Novo Jornal contactou, terça-feira, dia 13, o porta-voz das Forças Armadas Angolanas, tenente General André Alberto António "Kizua", que criticou a actuação dos militares no terreno, ao mesmo tempo que negou a existência de salários em atraso nas FAA.

"Se há neste país, apesar das dificuldades que atravessa, instituição que se pode dar ao luxo de dizer que, mesmo com a crise, tem o seu salário em primeira instância assegurado e consegue, bem ou mal, fazer as três refeições são as FAA. Portanto, afirmo e assino em baixo que a informação de falta de salários não corresponde à verdade. É tudo mentira", insistiu o Tenente-General.

O também chefe da Direcção de Comunicação e Imagem da FAA sustentou as suas afirmações com a garantia de que os militares têm recebido os seus ordenados mensais, de maneira adiantada, ou seja, antes mesmo do fim do mês.

"Como sabe, temos um processo extremamente 'suis generis'. Há indivíduos desmobilizados, provenientes da ex - FAPLA, ex - FALA e ex - FLEC, e muitos deles estão adjudicadas à caixa social das FAA e, se calhar, por razões burocráticas, ocorre falta de pagamento. Mas, na verdade, existe ninguém nas FAA que tenha três anos de salários em atraso. Só para o informar, o salário de Setembro já está processado e os efectivos já o terão em mãos, antes mesmo de o mês terminar. Por isso, é tudo mentira sobre os salários em atraso", declarou.

Questionado sobre a actuação dos militares no terreno, que têm sido acusados de cometer barbaridades contra populares indefesos, o Tenente-General André Alberto António lamentou o sucedido, justificando que tal actuação não faz parte da disciplina militar da FAA. E acrescentou que a direcção das Forças Armadas Angolanas não recebeu nenhuma queixa formal por parte dos lesados. "Não posso explicar nada de que não tenho conhecimento. Se aconteceram estas coisas, só tenho a lamentar e dizer que não devo fazer comentários de situações que desconheço. O que as FAA ganhariam com esta atitude dos militares? Até em termos de imagem não fica bem esta doutrina de comportamento pouco civilizado, não se ganha nada com isto. Agora, as

peças vítimas dos militares devem procurar a direcção das FAA e apresentar queixa", aconselhou.

7.14 Não houve expropriação de terras

Jornal O PAÍS

21 De Setembro de 2016

Administrador da Povoação do Ruacanã, Fernando Hifilinha aikete, tem acompanhado a implementação do Projecto Agro- Pecuário de Calueque, assim como a sua extensão no referido território.

Os terrenos em causa suscitaram alguns debates recentemente, existindo mesmo informações de que os agricultores e criadores da região estariam a ser atirados à sua sorte. Fernando Naikete negou categoricamente a existência de casos do género, tendo para o efeito percorrido parcelas do terreno com os jornalistas para avistarem os supostos visados.

'O Presidente da República, José Eduardos Santos, aprovou o projecto para esta área porque a população precisava dele. É uma área em que dificilmente chove.

Quando assim acontece, então inunda tudo', garantiu o administrador.

Segundo ele, actualmente os jovens já não precisam de se deslocar à Namíbia. Terão escolas e poderão fazer as respectivas formações 'in situ'. Os últimos dias, já se começa a notar o regresso massivo daqueles que se encontravam do outro lado da fronteira.

'Para mim', garante Naikete, 'é um orgulho ver o que está a acontecer, mas espero que, tendo em conta as nossas idades, os jovens possam dar continuidade ao projecto. E façam com que este projecto de diversificação da economia se desenvolva'.

Conhecedor da área, o nosso interlocutor assegurou que até ao momento perto de 20 famílias terão sido transferidas para outras zonas. Além de terras para erguerem as suas casas, para o pasto dos seus animais e colocação de lavras, estas famílias tiveram ainda como pagamento várias cabeças de gado, charruas e chapas de zinco.

'Alguns até exigem também o próprio massango para cultivarem. Aqui, no meu lado Sul, está há uma família que se vai mudar, mas ainda estão ali e as relações são boas. As pessoas que estão a fomentar estas informações não querem que o país se desenvolva e produza', garantiu o administrador da

Povoação do Ruacanã, sentenciando que 'as conversas integram até os próprios sobas. O que as pessoas pedem, é o que se dá também'.

7.15 Reação da Sociedade Mineira do Cuango

Jornal Manchete

23 De Setembro de 2016

Texto: Rafael M. De Moraes

O Maka AngoIa contactou a direcção de operações mineiras da SMC para obter a sua versão, mas sem sucesso. O director-adjunto Firmino Valeriano respondeu por via telefónica. através de um subordinado. Informando que não será possível um encontro nem sequer responder às perguntas enviadas por escrito, que ora reproduzimos: 1. Desde Agosto passado. a SMC tem estado a destruir as lavras dos camponeses, pagando, como compensação, 40-60 mil kwanzas e vários tambores vazios. Quem autorizou a destruição das lavras? 2. Qual é a área total das lavras destruídas? 3. Quais são os critérios usados para determinar as compensações? 4. Por que razão a SMC não emite recibos pelas lavras destruídas e as compensações pagas?

5. A direcção da SMC acha justo os valores das compensações?

6 como é que SMC define a sua relação com a comunidade e o que faz para o seu bem-estar?

A SMC é um consórcio formado pelas empresas Endiama (41 por cento), ITM-Mining (38 por cento) e Lumanhe (21 por cento).

A Endiama, a sócia principal, é uma empresa pública. detida integralmente pelo Estado angolano. São sócios conhecidos e gestores ITM-Mining o moçambicano Renato Herculano Teixeira (director e presidente). o inglês Andrew John S111ith (director evice-presidente) e o angolano Sérgio Eduardo Monteiro da Costa (director).

São sócios da Lumanhe. com quo iguais, o ministro de Estado e chefe Casa Militar do Presidente da República. general Hélder Manuel Vieira o'l "Kopelipa", o inspector-geral do Estado Maior General das FAA. general das Carlos Hendrick Vaal ela Silva. o chefe Direcção Principal de Preparação de T pas e Ensino, general Adriano Makevala Mackenzie, o deputado do MPLA, geral Armando ela CnJZ Neto, e os genel João Baptista de Matos, Luís Pereira ceira e António Emílio Faceira.

7.16 Donos das terras agastados com Carlos Cavuquila

Jornal Liberdade

23 De Setembro de 2016

Texto: Kalunga Dos Santos

Os ex-proprietários camponeses das terras do projecto referidos, salientaram que volvidos mais de oito meses até agora não se deu ordem para construção das residências. Paulo Machado, foi dono uma lavra de três hectares de terra, disse que não á satisfeito com o espaço vinte por trinta (20/30) e lhe foi atribuído pela ministração de Cacucaco, acrescentando que até agora têm documentos passados pelas entidades municipais e os respectivos espaços estão a ser comercializados os elementos da administração municipal.

O interlocutor, disse ainda e a administração municipal de Cacucaco usou poder para abusa-los, usaram barafundas com objetivo de surripiar as nossas terras e justificar com implementação do projecto habitacional, mas não se constata esta realidade, o que vemos aqui é simplesmente os carros da fiscalização que vêem aqui medir os espaços para venderem terceiros" revelou.

Paulo Machado, salientou que não sabe como vai construir a casa porque é aposentado, antigo combatente tem um rendimento mensal de vinte e um mil Kwanzas, acrescentou que o governo deveria ajudar a construir do mesmo jeito que nos receberam os nossos espaços.

"O administrador de Cacucaco Carlos Alberto Cavuquila, havia dito que todos aqueles que receberem espaços aqui, têm que construir as suas casas num período de noventa dias e quem quisesse adquirir um espaço seria no valor de trinta e nove mil Kwanzas, isso só passa na cabeça de quem quer retirar coercivamente as terras de quem não tem voz", disse Paulo Pacheco. Por outro lado, Dona Domingas Francisco inconformada, disse que estiveram de acordo quando chegaram a conclusão de que poderiam atribuir espaços para os proprietários das lavras, mas hoje estamos aqui sem o que fazer porque estamos a espera de segundas ordens. Domingas, disse ainda que alguns funcionários da administração municipal de Cacucaco, têm estado a vender terrenos e a falsificarem documentos em nome de alguns administradores que já passaram em Cacucaco para nos receberem os nossos espaços, e os mesmos estão bem identificado.

"Pedimos ao governador provincial de Luanda, para fazer uma visita aqui e constatar as anarquias que os

seus subordinados estão a fazer no projecto "Maye Maye", disse a vítima.

O Jornal Liberdade, contactou o Gabinete de Comunicação e imagem da administração municipal de Cacucaco, fomos informados que poderiam reagir antes do fecho desta edição, mas tudo não passou por meras retóricas. Este semanário promete trazer nas próximas edições os elementos envolvidos na falsificação de documentos para atribuir terrenos a pessoas de sua conveniência.

7.17 FAA violam e espancam mulheres no Zango

Jornal Liberdade

23 De Setembro de 2016

Texto: Escrivão José

Dezenas de mulheres foram abusadas sexualmente e outras maltratadas por efectivos do Posto de Comando Unificado CPCU), uma unidade da Região Militar de Luanda, encabeçada pelo General Carlitos Wala, comandante daquele destacamento militar, apurou o "Liberdade" de fontes da SOS- Habitat, organização que está trabalhar no adestramento das senhoras lesadas. "Estamos a cadastrar as mulheres que alegam ter sido abusadas sexualmente por militares que estão a protagonizar as demolições no Zango, mas das várias supostamente violadas só três de abusos sexuais estão a colaborar com a organização por receio de criarem problemas em casa: disse o activista Rafael Morais.

Contudo, explica o responsável, que a ideia é ter o número exacto das pessoas que foram violadas no zango, Viana, e fazer chegar as denúncias à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Família e Promoção da Mulher, ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e Assembleia Nacional. "Temos informações fidedignas de pessoas que foram alegadamente violadas, torturadas e extorquidas por militares. Por isso, vamos levar esses dados as autoridades para porem fim nestas demolições e exigirem a imediata retiradas dos militares: insistiu Rafael Morais.

A SOS-Habitat, já solicitou audiências com os órgãos em referência, tendo ainda agendado no dia 23 de Agosto um encontro ao Governo Provincial de Luanda.

Para dar a conhecer os factos devido as vidas das pessoas que estão risco.

Apesar dos vários gritos de socorros de organizações nacionais e internacionais que condenam às

demolições no Zango, Rafael Morais, avança que martelo demolidor do Posto de Comando Unificado, continua a partir várias casas, escolas, igrejas, comissão de moradores e até um Comité de Acção do MPLA não foi poupado.

7.18 Governador de Luanda apoia famílias sem teto

Jornal Continente

23 De Setembro de 2016

Texto: Luís Caetano

A área conta previamente com água potável e projecta-se já a construção e outros equipamentos sociais como, escola do I e II ciclos, posto policial, posto de saúde, infantário, bombeiros, igreja, área comercial e vai ocupar uma extensão de 32 hectares, com uma população prevista de mais de cinco mil pessoas. As famílias beneficiadas que viram as suas residências e lavras inundadas na zona de Viana, em consequência das últimas chuvas que assolaram aquela circunscrição provocado pelo transbordo do rio Kwanza.

O programa é enquadrado no âmbito do projecto do governo provincial de Luanda, que visa melhoria das condições dos habitantes dos municípios. O governador da cidade capital, Higinio Carneiro, falou aos presentes que essa iniciativa do Executivo visa proporcionar maior dignidade

à condição de vida dos cidadãos. O governante advertiu as pessoas a deixem de viver em casas de chapas desordenadas, sujeitas a, frio, chuvas, doenças e, fez saber ainda, que o governo está a colocar a disposição das pessoas, energia eléctrica, água potável, urbanização e outros serviços.

O dirigente aconselhou a população, "quem não tem um terreno deve se dirigir à administração local, solicitando o seu lote em projectos infra-estruturas, onde já existem modelos de construção das casas e outros equipamentos sociais, para viverem em segurança e conforto".

Teresa da Silva, feliz contemplada com um lote, agradece a Deus em primeiro lugar e depois administração de Viana por esse gesto.

"Agradeço à Deus, por ter permitido esse agrado da administração, por este espaço de terra" disse Teresa.

Maria João, também atendida com um terreno, agradeceu o Executivo por minimizar esta situação, no seu entender, "o sonho tornou-se realidade".

Ana Maria Sebastião, disse que com esse espaço, vai trabalhar a sério no sentido de erguer uma boa residência, para o bem da sua família.

"Agradeço à Deus por este lote de terreno, e tudo farei para que neste espaço consiga construir uma casa digna para a satisfação da minha família" Fez saber Ana Sebastião. Pedro Dias, agradece ao Governo da Província, em particular a administração municipal, por este feito, que há muito esperava que fosse contemplado com um terreno. Hoje tudo tornou-se verdade.

"Estou muito satisfeito com essa parcela de terra. A zona já tem energia e água potável, contudo vou fazer a casa dos meus sonhos" sublinhou Pedro.

Avançou ainda que antes vivia numa zona de risco, agora vai unir forças juntamente com a sua família no sentido de erguerem uma casa T4 para todos.

A senhora Paula da Assunção agradece a iniciativa do governo, e pede ajuda das entidades na aquisição de material de construção, sobretudo para as pessoas mais necessitadas.

Para que possam entender, o município de Viana, é um dos mais populosos de" Luanda, com dois milhões de habitantes.

No mesmo município, Higinio Carneiro, fez o lançamento da primeira pedra para construção de novos equipamentos sociais na localidade do Zango III, em Viana, com destaque para 800 residências da tipologia T3, dois shopping, mediateca e auditório.

Integra ainda a construção de um hospital, centro infantil, escola do 1º e 2º ciclo, galeria comercial, instalações para as empresas públicas de água e energia eléctrica.

Na oportunidade o administrador municipal de Viana, Jeremias Dumbos, informou que as pessoas interessadas deverão escrever para a administração local solicitando o lote de terreno e o que pretendem fazer no mesmo. Depois disso o seu projecto será devidamente analisado, caso aprovado, então recebe o lugar", Deu a conhecer.

7.19 Governante acusado de falsear documentos de posse de terra

Jornal Folha 8

24 De Setembro de 2016

O diretor de gabinete do ministro das Relações Exteriores, André Panzo, é acusado pelos herdeiros da camponesa Luzia Sebastião de lhes esbulhar uma

parcela de terra, na zona do Santo António, município de Belas, em Luanda.

O conflito remonta ao ano de 2010, mas face ao poder político e financeiro do governante, as autoridades de Direito têm penalizado os mais fracos, pois nada fazem para repor a legalidade, ao ponto de permitir que o diretor de gabinete de George Chikoty vedas se o terreno alheio.

Entretanto, por causa do abuso de poder e da força, ainda nessa época, a lesada Luzia Sebastião. Conjuntamente com a anciã camponesa Domingas, constituíram um advogado Houve provimento, passando o processo a ter o nº04714-D e que se encontra já, em fase de julgamento no Tribunal Provincial de Luanda.

"Mas nem á abertura do processo levou o diretor de George Chicoty a frear a sua tendência de violação da lei, quanto à ocupação ilícita do terreno, abrigando mesmo o causídico das camponesas a interpor uma providência caurclar, deferi da pelo juiz", providencia um dos herdeiros.

A medida cautelar serve para impedir que no curso do processo, ocorram situações de risco marginal que inviabilizem o resultado útil que se poderia esperar. No entanto, o conceito de risco marginal é oriundo da doutrina italiana, e significa o risco de situações que não dizem respeito ao objecto da ação principal, que lhe podem causar "efetividade".

Mais como é cediço de vários governantes, tal como André Panzo, não se fazem rogados. no cumprimento da lei, daí ter continuado com obras num terreno em litígio c na fase judicial, tanto que conta com a cumplicidade de efectivos das Forças Armadas, como se Angola fosse um país de coronéis, na realidade também é de generais e dos membros do MPLA, cuias ilegalidades têm cobertura.

De recordar que o facto o já mereceu destaque em nosso jornal o F8 envidou esforços em contactar o visado, mas fontes ligadas umbilicalmente ao governante descuraram qualquer possibilidade deste esclarecer o episódio à imprensa.

No caso vertente, o herdeiro de Luzia Sebastião, Jesus Gomes, garante que "os documentos de posse ele terra exibidos por André Panzo são falsos, porquanto o seu requerimento foi dirigido a Joana Quintas, na qualidade de administradora de Viana, na altura, clarifica que o mesmo terá adquirido um terreno no Bita Tanque, presentemente município do Belas.

"O caricato é que o nosso terreno, ocupado pelo senhor Panzo está localizado no bairro Santo

Antônio e não no Bita Tanque, Ele tem que procurar o terreno dele no Bita Tanque como consta na sua declaração", aconselhou o filho de Luzia Sebastião , acrescentando, que, "O senhor Panzo disse na declaração enviada a ex - administradora que adquiriu o terre no, então questiono, adquiriu quem? E de acordo a Declaração da Direcção Provincial e do Desenvolvimento Rural, o mais velho Panzo está inscrito naquela Direcção possui uma parcela de terra para fins agro - pecuários de três hectares. Mas na declaração que de (governante) enviou administração municipal alega que o seu terreno é de 30 metros quadrados. O nosso terreno mede muito mais do que: isso", garantiu.

7.20 Atribuição de nome aos bairros e ruas já tem regras

Jornal de Angola

26 De Setembro de 2016

Texto: César Esteves

As pessoas vão deixar de dar nome, a seu bel-prazer, às povoações, aldeias, bairros, ruas, praças, avenidas e outros lugares, como até aqui, como resultado da entrada em vigor da Lede Bases da Toponímia, publicada no dia 12 deste mês, no "Diário da República", que vem Impor regras e procedimentos para atribuição de nomes aos lugares.

Conhecida também como Lei 14/16, o diploma legal determina que, doravante, a atribuição de nomes aos lugares passa a ser da competência das administrações das províncias, depois de ouvido o Conselho de Auscultação da Comunidade, sob proposta do órgão competente da Administração Local.

De igual modo, a atribuição dos nomes às províncias, municípios, comunas e distritos urbanos vai passar a ser da responsabilidade da Assembleia Nacional. Quanto à atribuição de nome às cidades e vilas, a lei estabelece que a competência é do Titular do Poder Executivo.

Em conformidade com esta lei, podem apresentar propostas de nomes para os lugares as pessoas individuais ou colectivas, as comissões de moradores, as diferentes organizações existentes na comunidade e os órgãos competentes da Administração Comunal, da Administração do Distrito Urbano, da Administração Municipal, do Governo Provincial e da Autarquia Local. As propostas dos cidadãos, de acordo com a lei, devem ser apresentadas junto dos órgãos da Administração Local ou dos órgãos autárquicos da área do local a que se propõe o nome do lugar.

Durante o processo de apreciação e de emissão de pareceres sobre os nomes dos lugares, esclarece a lei, o Conselho de Auscultação da Comunidade pode, achando conveniente, auscultar os munícipes através da participação nas comissões de moradores.

A Lei de Bases da Toponímia avança que os nomes de lugares já existentes até à data da sua entrada em vigor vão manter-se, desde que o seu uso utilização não seja eticamente incorrecto nem ofenda a moral pública.

De acordo com a lei, outros motivos que podem levar à alteração do nome de um lugar têm a ver com a questão de reconversão urbanística e a existência de topónimos considerados inoportunos, iguais ou semelhantes, com reflexos negativos nos serviços públicos.

Aceitação na comunidade Os topónimos não oficiais podem ser objecto de apreciação e confirmação pelos órgãos competentes, desde que tenham aceitação no seio da comunidade e respeitem as regras e princípios estabelecidos por essa lei e avança, igualmente, que não são confirmados os topónimos actuais não oficiais que ofendam a moral pública ou se reportem a personalidades sem qualquer relevância histórica ou nomes desprovidos de qualquer significado para a História e cultura angolana. Segundo a Lei de Bases da Toponímia, constituem elementos elegíveis para toponímia figuras ou instituições cuja importância seja reconhecida local, nacional ou internacionalmente, factos com relevância na área da província, município, comuna, distrito urbano, cidade, vila, bairro aldeia ou povoações.

Os aspectos locais, em obediência aos costumes e ancestral idade dos sítios e lugares da respectiva implantação, datas com significado histórico local, nacional ou internacional e nome de países, cidades ou outros locais nacionais ou estrangeiros que, por motivos importantes, se encontrem ligados à vida do local onde é implementando o topónimo fazem igualmente parte da lista dos requisitos para que sejam considerados.

Pessoas vivas A Lei de Bases da Toponímia reconhece que é proibida a atribuição de nomes de pessoas vivas aos lugares, salvo em casos extraordinários em que se reconheça que, por motivos excepcionais, este tipo de homenagem e reconhecimento deva ser prestado em vida. Os nomes das pessoas, esclarece, não' podem ser atribuídos antes de decorrido um ano a contar da data do falecimento, salvo em casos considerados excepcionais, ouvida a família. Para dar nome aos lugares, decreta o diploma, deve-se ter em conta, entre outros elementos, os topónimos populares e

tradicionalis," personalidades do mundo das artes, letras e cultura, da vida política, académica, científica, religiosa, desportiva, datas e factos memoráveis de dimensão histórica, política e cultural, bem como os nomes de heróis da luta de resistência anticolonial e da luta de libertação nacional, legalmente reconhecidos.

As vias públicas sem denominação, continua a lei, vão receber um código numérico ou alfanumérico, enquanto aguardam pela atribuição dos nomes. Após a aprovação dos topónimos devem ser afixados editais em locais públicos de grande afluência e promovida a publicidade de anúncios nos órgãos de comunicação social.

O processo de colocação das placas toponímicas vai permitir, segundo o legislador, que se atribua o número de polícia em função dos vãos (distância entre dois apoios consecutivos de uma estrutura) de portas, portões ou cancelas legais, que confinem com a via pública e que dêem acesso a prédios urbanos ou respectivos logradouros (espaços públicos reconhecidos oficialmente pela administração de cada município). A lei explica que compete administração Local do Estado, a atribuição dos números de polícia, pelo facto de a numeração de polícia ser objecto de regulamentação própria.

7.21 Porque estamos no "lixo"

Jornal Expansão
30 De Setembro de 2016

A Fitch reviu em baixa as perspectivas de rating de Angola de "B+", com perspectivas estável para "B", com perspectivas negativa, em resposta à degradação das contas públicas e externas do País.

O rating ou classificação de risco de crédito é uma opinião sobre a capacidade de um país fazer face ao serviço da dívida, isto é, pagar os juros mais as amortizações a que está obrigado no âmbito dos empréstimos que contraiu.

As notas da Fitch vão de "D", atribuída aos países que entraram em default, isto é que já falharam o pagamento do serviço da dívida, até "AAN", para países com capacidade extremamente elevada de cumprir com seus compromissos financeiros. Além de atribuir uma classificação, a Fitch divulga também as perspectivas de evolução do rating que refletem a probabilidade da nota ser revista.

Em função da nota atribuída pela Fitch, a dívida dos países é classificada em dois grandes grupos: grau de investimento, que começa em "BBB-" e vai até a

"AAN", e especulativo ou "lixo", que vai de "D" a "BB+".

Desde que se submeteu ao escrutínio das principais agências internacionais de rating, Moody's e Standard and Poor's, além da Fitch, a dívida de Angola sempre foi classificada como lixo. O primeiro rating atribuído a Angola pela Fitch, em Maio de 2010, foi "B+", com perspectivas positiva. A partir daí foi sempre a subir até "BB-", com perspectivas positiva. Depois deste pico, o melhor dos graus especulativo, imediatamente antes do grau de investimento, foi sempre a descer até ao "B", com perspectivas negativa, agora recebido.

Apesar da dívida angolana ser considerada "lixo" pelas três agências, Manuel Nunes Júnior, ministro da Economia à época das primeiras notas, considerou as classificações "muito positivas" porque traduziam "o bom desempenho da economia" do País.

Eu substituiria "bom desempenho da economia" por "bom desempenho do petróleo". É que, basicamente, o rating de Angola anda ao ritmo do preço do petróleo. Quanto mais alto/baixo o preço maior/menor a capacidade de Angola pagar os seus compromissos e melhor/pior a nota do país, Mas por mais caro que esteja o petróleo, Angola dificilmente sairá do "lixo" porque as agências sabem que o petróleo é imprevisível e que Angola depende excessivamente do petróleo - mais de 95% no que toca à angariação de divisas, por exemplo.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 População do Cuanza-Norte diz que água para todos não chega

Jornal Liberdade

02 De Setembro de 2016

Texto: Makonda Lemba

Com apenas um chafariz, para atender cerca de seis mil habitantes que o bairro Miradouro possui, (onde alguns moradores do bairro Carreira de Tiro, que residem na confluência dos dois bairros, partilham o mesmo sentimento). Os populares daquela zona circunscrita à Cidade Capital do Cuanza-Norte, enfrentam sérios problemas, relacionado com a escassez de água potável, situação que apoquent a vida de muitas famílias. No quadro do programa "água para todos", lançado pelo Executivo Central, a localidade tinha sido contemplada para albergar a maior canalização de água e que culminou com a construção de um reservatório em 2008, com a finalidade de atender a constante procura do precioso líquido, por parte dos munícipes daquela Cidade.

Para os moradores, os referidos recetáculo assemelham-se há um monstro adormecido, porquanto não conseguir satisfazer os seus os anseios dos povos residentes ao redor dos mesmos reservadores, mas que beneficia outras localidades. Os populares ouvidos pela nossa equipa de reportagem, não esconderam as suas insatisfações, pelo facto de ser uma história antiquáreis, e que já é do domínio das autoridades governamentais da província, Dona Palmira explica que o único chafariz que a sua zona possui, funciona de maneira alienada, uma vez que pode ficar dois ou mais meses sem jorrar água e, " nesse tempo seco pai, é um problema a sério" relatou.

Celestina António outra moradora, disse que a carência de água que se verifica na sua comunidade remonta de longa data, e constitui o motivo que está a levar milhares de cidadãos à locomoverem longas distâncias à busca do precioso líquido. " Temos de deslocar em alguns bairros para comprarmos a água," disse. António Pedro, um dos primeiros habitantes da zona, disse que milhares de populares acordam muito cedo, para suportar as enormes filas de maneira a conseguirem um recipiente com a água para satisfazer algumas necessidades primárias.

Segundo fez saber, cerca de duzentos metros da circunscrição, há um fontenário, face à sua potencialidade, o espaço ganhou uma fábrica de água mineral, denominada Santa Isabel, que tem

minimizado o clamor das populações de vários bairros fronteiriço como de algumas famílias proveniente dos bairros Carreira de Tiro, Miradouro e o mais novo bairro "Quem me Ama" sou para citar estes;' Normalmente têm transportado a água através de motorizadas de três rodas, os habitantes que não têm dinheiro, acabam por levar mesmo as bacias de água à cabeça" contou a fonte. Esta história, enferma a vida dos moradores daquela área, a nossa vários jovens que viram uma oportunidade para o sustento às suas famílias, Domingos Manuel e o Ismael Santana, são moto-taxistas que disseram, que "com a crise económica em que o país está mergulhado desde final de 2014, estamos capacitados para dar resposta as eventuais preocupações pessoais até mesmo familiares;' por dia ganhamos oito à dez mil Kwanzas no serviço de moto-táxi, vulgo Kupapata, que me ajuda à levar alguma coisa para casa" disse.

Ismael Santana explicou que cada recipiente que suporta vinte litros de água, tem sido cobrado 20 kz, em função do cenário financeiro que se vive no país e, em parte, a constante procura do serviço por parte dos moradores, pressupôs que fez elevar para 30 Kwanzas.

No corre-corre de muitas mulheres, na procura de um balde com água, encontramos, várias crianças, que desde cedo têm demonstrado o espírito laboral, juntam às filas, para no final conseguirem levarem água para casa, como é o caso da Rosária Sebastião de 13 anos, que de maneira descontraída disse a nossa reportagem que já é do seu hábito todas as manhã ajudar sua mãe.

Belmira dos Santos apelou a resolução deste calvário que apoquent a vida, de quase cinco mil habitantes do bairro Miradouro que enfrentam uma realidade antiga e que já é do domínio das autoridades competentes, mas nada foi feito para se mudar este triste episódio.

Até ao fecho desta edição, procuramos trazer uma voz autorizada da Direção Provincial da Energia e Aguas, comprometeram-se à falar a nossa reportagem nas próximas horas, mas o que não veio acontecer.

8.2 Falta água continua a preocupar populares em alguns bairros de Luanda

Jornal Continente

03 De Setembro de 2016

Texto: Alberta Kabango

Em conversa com a nossa reportagem, ao contrário de outros bairros, onde a canalização da água já é um

facto, os' mesmos referiram que ainda continua a comprar o precioso líquido um bidon de vinte litros no valor de 30 a k.z. 40, passando os mesmos a verificarem aos privilegiados as suas torneiras a jorrar o referido bem.

Maria Valentim, uma das moradoras do bairro Katinton, distrito urbano de Maianga, contou que graças os moto-taxistas que com as suas motorizadas de três rodas, denominadas "Caleluas", onde compram bidon num valor de k.z 40 conseguem manter a água em suas casas.

Já no bairro Augusto Ngangula, pertencente ao município de Cacucaco, fez-se a canalização, deixando outras áreas, nomeadamente, Kamassenda, Tchendovava, bem como o bairro Paraíso onde apenas construíram alguns fontenários que só jorraram no dia da sua inauguração já há um ano meio, faz tempo.

Os moradores lamentam o facto de mesmo terem beneficiado da canalização nunca terem consumido da água das suas torneiras tudo porque a pressão da mesma não é igual para todos, estando por isso muitos deles a sujeitar-se aos vizinhos que muitos desses por falta I sentimento de amor ao próximo os cobram valores financeiros por cada bidon.

Por sua vez Laurinda Mora moradora no bairro Terra Vermelha afecto ao município do Cazenga, revelou terem gozado de bons momentos, mas lamenta o facto de atualmente terem sido cortados esse direito sem justificação.

O acabamento deste projeto ora iniciado para o benefício de todos por quem é de direito para acudir a situação carente dos populares, é a opinião de todos os moradores com que nossa reportagem teve acesso de conversar.

8.3 Energia e Aguas têm novo modelo de funcionamento

Jornal de Angola

04 De Setembro de 2016

O novo modelo de abastecimento de água potável no Lobito e cidade sede da província de Benguela foi apresentado às autoridades pelo ministro da Energia e Aguas.

João Baptista Borges, que trabalhou sexta- feira na Catumbela e no Lobito, disse que o novo modelo é um contrato público/privado que se estabelece com uma entidade que vai gerir o sistema de abastecimento, para a elevação das receitas, eficiência, redução das perdas comerciais, melhoria da qualidade

de abastecimento de água, bem como realizar novas ligações.

Segundo o ministro, pretende-se com este modelo trazer assistência técnica e experiência de outras empresas de grande porte para que se possa valorizar mais os activos das infra-estruturas construídas pelo Estado angolano, com valores avultados no sentido de beneficiar o maior número de habitantes.

O modelo entra em funcionamento ainda este ano, com ampliação da estação de tratamento e distribuição de água, no sentido de melhorar o abastecimento a Benguela, face ao índice do crescimento populacional nos municípios do litoral.

"Já existe um projecto definido que será executado no próximo exercício orçamental e que o Executivo está a melhorar para o funcionamento de algumas instalações já existentes, quer na captação de água subterrânea como superficial, para manter os níveis de abastecimento", disse o ministro.

Sem avançar a capacidade actual de abastecimento na província, o ministro referiu que o projecto de tratamento e distribuição de água a Benguela está a funcionar de forma satisfatória, mas com o índice de crescimento populacional a cidade e os municípios do litoral precisam de ampliação do sistema de abastecimento.

8.4 Municípes passam a pagar água potável

Jornal de Angola

05 De Setembro de 2016

Texto: Marcelo Manuel

Os consumidores de água potável na cidade de Ndalatando passam a pagar mensalmente, com a apresentação sábado da tabela de tarifários para a cobrança, anunciou, naquela cidade, o presidente do conselho de administração da empresa gestora da distribuição.

Agostinho Felizardo frisou que os clientes de consumo residencial pagam o valor mensal de 1.400 kwanzas, enquanto os estabelecimentos comerciais e indústrias 1.600 e 2.000 kwanzas, As instituições públicas possuem uma tarifa básica de 1.300 kwanzas, enquanto o fornecimento, através de fontenários ou chafarizes, nos bairros periféricos vai ser cobrado ao preço de cinco kwanzas por cada vasilha, independentemente do seu tamanho.

Felizardo esclareceu ainda, durante a apresentação da tabela de tarifários para a cobrança do consumo de

água potável, sobre o estado de funcionalidade da rede de distribuição interna e da criação de projectos para a sua devida expansão.

A empresa está a estudar, em parceria com o Governo Provincial do Cuanza Norte Administração Municipal do Cazengo, mecanismos para a adopção de medidas cautelares, com vista à fixação dos preços de cobrança para os vendedores de água em camiões cisternas. Para os antigos combatentes e veteranos da pátria, estuda-se também formas de cobrança ou total isenção de pagamento, com base na legislação de tarifários vigentes.

Água nos bairros Nos últimos dois meses, os bairros Popular, Comarca, Kipata, Boa Vista, entre outros, que estavam há mais de dois anos sem consumo de água da rede, passaram a beneficiar desses serviços, assegurou.

Até o mês de Dezembro, prevê-se a celebração de cerca de 6.400 contratos, em função dos trabalhos de construção de contadores e expansão da rede interna de distribuição às comunidades do Sassa Vieta, Mesquita, Cais, Camundai e Tiro aos Pratos. Até ao momento, perto de 1.800 munícipes já procederam ao cadastramento, para aquisição do contrato que permite o pagamento de consumo mensal.

Na fase actual, a cidade de Ndalatando tem cerca de três mil ligações domiciliare, cujos utentes consomem água sem qualquer pagamento.

A empresa trabalha no sentido de atingir 19.400 ligações caseiras, até ao ano de 20 19. Para a materialização deste objectivo, é necessária a reparação ou substituição de cerca de 27 válvulas hidráulicas, espalhadas pela rede de distribuição de água potável de Ndalatando, que devido ao tempo apresentam falhas no seu funcionamento.

"A população deve evitar a cedência de tubos de água a terceiros, através de ligações domiciliare. A única entidade vocacionada para o efeito é a Empresa Provincial de Águas", alertou. Advertiu os consumidores, para racionalizarem o consumo, evitando o uso de materiais obsoletos. Corno torneiras, mangueiras ou tubos, de forma a evitar danos a nível do sistema de distribuição, para que se verifique sempre alguma regularidade no abaste

cimento.

8.5 Cazenga Saneamento

Novo Jornal

09 De Setembro de 2016

O Cazenga é das zonas de Luanda com um nível de saneamento razoável. Aliás, tal constatação já tinha sido feita pelo governador da província. Higinio Carneiro havia pedido, todavia, à administração do Cazenga mais trabalho, exigindo aos líderes de outras localidades da capital do país esforço redobrado no combate ao lixo.

8.6 Ministro da Energia e Águas trabalhou em Cacucaco

Jornal Grandes Notícias

09 De Setembro de 2016

O ministro da Energia e Águas presidiu o Auto de Consignação no município de Cacucaco, em Luanda, um projecto aprovado pelo Despacho Presidencial nº 93/16, que visa aumentar a capacidade de oferta e expansão dos serviços de distribuição de energia eléctrica, através da construção de novas subestações, postos de transformação e redes domiciliare, em todos os municípios e distritos da província de Luanda.

Com a conclusão do projecto, previsto para o segundo semestre de 2017, Luanda vai ganhar nove subestações, mil postos de transformação, além de milhares de quilómetros de cabos e outros equipamentos auxiliares da rede de distribuição.

Adjudicada à empresa chinesa Sinohydro Corporation Limited, a empreitada terá um cronograma de execução de 24 meses, sob supervisão da ENDE, a dona da obra.

O ministro da Energia e Águas, Eng.ª João Baptista Borges, presidiu na província de Luanda, bairro da Canata - Belo Monte, município de Cacucaco, a realização dos Autos de Consignação abaixo mencionados: P A empreitada de Electrificação e ligações domiciliare, do projecto aprovado pelo

Despacho Presidencial N° 93/16, que vai atender um total 337 mil e quinhentas famílias, localizado no Bairro da Canata Belo Monte; 2° Auto de Consignação dos Projectos aprovados pelo despacho presidencial N° 202/16 e 203/16, nomeadamente, (I) ETA Candelabro (Fase 3) e (II) da Construção do CD Candelabro e 2 Conduitas Adutoras DN 800 mm, localizado na área do CD Candelabro; 30 Auto de Consignação do Projecto de Reforço de Sistemas Periféricos aprovado pelo Despacho Presidencial n° 20/16 nomeadamente, (Panguila, Funda, Caop Velha e km32/ Maria Teresa) e Rede de Distribuição do Zango, localizado na Funda (Futuro CD Funda). Os objectivos da visita do governante foi dar início à execução dos projectos que visa aumentar a capacidade de oferta e a expansão dos serviços de distribuição de energia e abastecimento de água às populações.

8.7 Abastecimento de água potável com restrições em alguns bairros

Jornal de Angola

09 De Setembro de 2016

Texto: Nelo Martins

O abastecimento de água potável vai estar reduzido em alguns bairros da província de Luanda devido à paralisação, para manutenção, das estações de tratamento de água do Kikuxi e de Luanda Sul.

Num documento, enviado ontem à Angop, a Empresa Pública de Águas (EPAL) informa que a Estação de Luanda Sul está paralisada desde a meia noite de ontem e fica nessa condição até às 13 horas de sábado, para intervenção "no tanque de contacto." Já a Estação de Kikuxi, de acordo com o documento, fica paralisada por um período de 24 horas, a partir de hoje, para limpeza dos decantadores. As áreas que ficam sob restrição de abastecimentos são parte da vila de Viana, bairro CaopA, bairro Quilómetro 12 A, bairro da Regedoria e condomínio Cajueiros.

Outras áreas abrangidas são parte do Talatona, Nova Vida, bairro Soba Kapassa, condomínios Ginga Isabel e Cristina, Bairro Azul e Casas Amarelas do Kilamba Kiaxi.

O documento da EPAL salienta que a normalização do abastecimento vai acontecer tão logo esteja ultrapassada a situação que levou à paralisação das duas estações.

8.8 Água e luz: mil desafios!

O PAÍS

12 De Setembro de 2016

Texto: Luís Fernando

Uma averdadeira e emocionante maratona é o que o ministério da Energia e Águas tem pela frente, segundo se pode depreender da agenda de acções que publicamente anunciou para os próximos tempos, onde Luanda e Zaire ocuparam aparte inicial do quinhão.

Trata-se de um vasto programa de empreitadas nos dois domínios, cuja finalidade última é levar água e energia a mais famílias, seja através de ligações domiciliárias em cidades, seja por via do reforço de sistemas de abastecimento ou outras obras de melhoria técnica.

Esta segunda-feira, 12 de Setembro' depois de actos similares nos territórios de Luanda e Zaire, cabe a vez à província do Huambo, para onde se deslocou o ministro do sector, João Baptista Borges.

Em cinco dias, equipas do Ministério da Energia e Águas vão calcorrear Huambo, Benguela, Huíla e Namibe, para formalizar a consignação de obras nos domínios da energia eléctrica e da água potável, numa gigantesca acção que pretende alargar de modo considerável a cobertura do abastecimento à população dos dois bens vitais.

No Huambo, os trabalhos vão decorrer essencialmente na capital provincial, que verá melhorada a performance do seu sistema de abastecimento de água, e também no município de Tchicala Tcholoanga, onde o sistema de abastecimento beneficiará de obras de reabilitação e expansão. Tchindjendjee Ecuhaestarão contemplados com projectos similares.

Benguela, onde trabalhará o secretário de Estado do pelouro, Joaquim Ventura, vai ter em concreto perto de 50 mil ligações domiciliárias na capital.

Na Huíla, aglomerados populacionais como Lubango, Matala, Cacula e Jamba vão formar a rota das consignações em agenda pelo ministério da Energia e Águas, que fecha no Namibe, com obras na cidade de Moçâmedes, na Bibala e Camuciuo. Enquanto isso, a norte, designadamente Malanje, o secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva,

trabalhará para se levar água em condição melhorada à sede provincial e às localidades de Cangandala, Quela e Mucari. Marimba, Kiwaba 'ZogieMassango, sexta-feira próxima, serão os últimos pontos do programa que abre hoje.

Como se pode perceber, vai ser arregaçar as mangas e suar às estopinhas, primeiro nesta andança digamos mais protocolar, em que acontecerá a assinatura de papéis sob o testemunho de quadros dirigentes do sector, mas depois - mais a doer - na fase aqimplementação do que agora se acorda na forma de contrato de trabalho.

É uma corrida de fundo, para gente com fôlego, onde sem dúvidas se terão de associar em equilíbrio perfeito a boa qualidade das obras e a sua conclusão dentro dos prazos.

Estão à vista tempos de sossego para milhares de cidadãos, com as respostas pertinentes que o Executivo dá a duas das mais exigentes necessidades básicas da população água e luz-, num esforço notável que é preciso de facto sublinhar, tendo em conta a exiguidade de recursos financeiros que atormenta a vidadopais. Testemunhamos todos a uma criteriosa eleição de prioridades na gestão da coisa pública, que redundará em benefícios directos

no consumo porque mais água e electricidade chegará às casas dos munícipes, sem deixarmos de assinalar o impacto no processo produtivo, pois com água e luz servidos pela rede, passam a existir factores de redução drástica dos custos fabris e não só. Menos geradores e

menos cisternas, uma extraordinária bênção que quem anda na luta pela produção de bens sabe perfeitamente o que significa!

8.9 Novos projectos de energia e águas para o Zaire

Jornal O PAÍS

12 De Setembro de 2016

Texto: André Mussamo

Orçado em USD 46 milhões o projecto vai ser executado em 24 meses, aos quais se adicionam mais 12 meses de operação e manutenção' etapa durante a qual deverá ser treinada a equipa de quadros locais que depois assegurarão a continuidade do projecto. A empreitada 'financiada no âmbito da linha de crédito da China, estima atender a uma população estimada em mais de 155 mil habitantes.

Consiste na construção da captação a partir do rio Luege e uma estação de elevação com a capacidade de 300 metros cúbicos por hora.

O projecto prevê igualmente a construção de uma conduta elevatória de água tratada numa extensão de mil e duzentos metros e um reservatório com a capacidade de armazenar 2 mil Metros cúbicos de água.

Para benefício directo das populações, serão feitas mais de 3 mil ligações por torneiras de quintal, 1000 ligações domiciliárias e construídos 427 chafarizes nas zonas residenciais.

O governador da província do Zaire, José Joana André, era um homem satisfeito na ocasião do lançamento da primeira pedra para a construção deste mega projecto. O governador ressaltou, na altura, que a histórica cidade de Mbanza Congo terá cinco vezes mais água com a conclusão deste projecto. "Por isso não podemos deixar de agradecer, em nome da população do Zaire, por mais este benefício que o Executivo atribui a esta parcela do território nacional" disse.

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, por sua vez, garantiram, na ocasião, que estava a ser realizado o primeiro dos muitos actos de consignação que terão lugar na província. "Hoje estamos em Mbanza Congo, mas na devida altura estaremos em outros municípios da província, sempre perseguindo a missão de realizar as aspirações da população" disse o governante.

As próximas obras são consignadas esta semana Segundo uma nota a que OPAÍS teve acesso, o Ministério da Energia e Águas faz deslocar hoje uma delegação de alto nível à província de Benguela, para a cerimónia de assinatura do contrato do projecto de electrificação e de 45 mil ligações domiciliaries da cidade das acácias rubras. Também hoje, segue para a cidade do Lubango outra delegação do sector, que amanhã testemunha a assinatura do contrato do projecto de electrificação e de 22 mil e quinhentas ligações nas cidades do Cristo Rei e da Matala.

Na Huíla estão ainda previstas deslocações a Cacula e Jamba, onde serão assinados contratos no subsector das águas.

Depois da Huíla, a delegação ministerial segue para o Namibe em igual missão.

Segundo uma fonte do Ministério da Energia e Águas, II das 18 províncias do país vão ser contempladas com projectos nesses dois subsectores.

Grande parte deles tem prazos estimados de 12 a 24 meses, pelo que se estima que dentro dos próximos dois anos possam representar uma melhoria destes serviços nas comunidades locais.

8.10 Rede de água potável melhora na Huíla

Jornal de Angola

12 De Setembro de 2016

Texto: Arão Martins

O acesso à água potável ficou mais facilitado para cerca de quatro mil pessoas que residem nos bairros Massamba, Macoco e Zonas 2 e 3 do município do Cuvango, na província da Huíla, com a entrada em funcionamento do novo sistema de captação, tratamento e distribuição.

Inaugurado pelo governador provincial, João Marcelino Tyipinge, o sistema de captação e distribuição faz parte de um conjunto de infra-estruturas sociais, implantadas com o objectivo de diminuir de forma gradual as doenças causadas pelo consumo de água imprópria e melhorar a higiene pessoal.

O administrador do Cuvango, Miguel Luís, explicou ainda que o sistema, construído no âmbito do programa "Água para Todos", iniciado em 2007, tem capacidade de bombear cinco mil metros cúbicos por hora e está ligado à rede geral da sede municipal.

Miguel Luís salientou que o programa "Água para Todos" tem contribuído em grande escala para que mais pessoas consigam ter acesso fácil ao produto. A partir de agora, milhares de habitantes de bairros das comunas de Vicungo e Galangue já consomem água potável.

Com o programa, esclareceu, foi possível reparar e modernizar o sistema de captação da rede de distribuição de água potável da sede do município do Cuvango, situada a 320 Quilómetros a Leste da cidade do Lubango. O administrador disse que mais de dez mil pessoas que vivem na sede municipal do Cuvango consomem água potável, desde a implantação do programa.

A reparação e modernização do sistema de captação e distribuição de água permitiram que fossem feitas milhares de ligações domiciliárias.

Miguel Luís esclareceu que foram feitas escavações de muitos quilómetros, que permitiram a colocação de uma nova conduta, tomando o fornecimento de água potável mais eficaz e abrangente.

O programa contemplou igualmente a construção de fontanários, equipados com bombas manuais e lavandarias. O administrador municipal referiu que as comunas de Galangue e Vicungo beneficiaram da construção de chafarizes com água potável, que beneficiam igualmente as populações locais. O administrador Miguel Luís considerou que os benefícios do programa "Água I para Todos" no município do Cuvango são positivos, uma vez que atingiu as aldeias mais recônditas.

8.11 Obras de energia e águas levam ministro ao Huambo

Jornal O PAÍS

13 De Setembro de 2016

Texto: André Mussamo

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges desloca-se hoje ao planalto central, Huambo, no prosseguimento da jornada de consignação de obras que vem cumprindo desde a semana passada.

No planalto central, a delegação ministerial assistirá, na subestação de Belém do Dango, à consignação da empreitada que dará lugar à construção de mais uma etapa do sistema associado ao Aproveitamento Hidroeléctrico de Laúca e à empreitada de electrificação e de 30 mil ligações domiciliárias na cidade do Huambo.

Ainda hoje, João Baptista Borges testemunha a celebração do contrato para a construção da estação de tratamento de água do Cuando que visa reforçar o sistema de abastecimento do precioso líquido à Cidade Vicia.

No município de Tchicala Tcholoanga, segunda escalada delegação ministerial, o principal projecto será igualmente um sistema de abastecimento de água tal como amanhã será quando João Borges visitar a Ecuinha.

Com a operacionalização da linha de crédito da China, o sector da energia e águas vêm adjudicando empreitadas de construção ou melhoramento dos serviços em outras quatro províncias para onde seguiram e seguem proximamente outras delegações do ministério.

Na Huíla, por exemplo, estão previstos projectos de electrificação da cidade do Lubango e do município da Matala, ao melhoramento ou construção de infra-estruturas de tratamento e distribuição de água na Cacula e na Jamba. A mesma delegação, chefiada por um dos secretários de estado do pelouro, desloca-se Quarta-feira, 14, ao Namibe, para em terras da

Welwitschia Mirabilis formalizar a contratualização de uma série de novas empreitadas nos municípios da Bibala e Camucuio.

Esta semana serão também consignadas obras nas terras da Palanca Negra Gigante para onde seguiu uma outra delegação do ministério de tutela.

As contratações de empreitadas no sector de energia e águas arrancaram em Luanda à semana passada com a consignação do projecto de Monte Belo e da estação de tratamento de água de Cidade do Huambo Candelabro na zona do Kifangondo em Cacucaco. Igual missão o ministro João Baptista Borges já cumpriu na antiga capital do Reino do Congo, Mbanza Congo, em que Sexta-feira última marcou presença. Na capital do Zaire, os dois principais projectos serão o reforço do sistema de abastecimento de água para a cidade capital e à melhoria da infra-estrutura de distribuição de energia eléctrica na periferia dos principais centros urbanos da província.

8.12 Novos sistemas e abastecimento de água na Huíla

Jornal de Angola

15 De Setembro de 2016

Texto: Domingos Mucuta E Arão

Martins

A população das sedes dos municípios de Cacula, Jamba e Matala, na província da Huíla, vai ter mais água potável a partir do próximo ano, depois da conclusão das obras de extensão do sistema de abastecimento, em curso desde anteontem.

O início das obras em Cacula foi testemunhado pelo secretário de Estado da Energia e Águas, Joaquim Ventura, e pelo governador da Huíla João Marcelino Typinge.

O novo sistema de captação e fornecimento de água potável do mais recente município da Huíla, cujas obras estão avaliadas em 14,3 milhões de dólares, vai beneficiar mais de 10 mil pessoas, abastecidas actualmente com restrições.

O sistema, que tem como fonte de captação o rio Ecamba, vai bombear 95 metros cúbicos de água por hora para os reservatórios da estação de tratamento.

As obras incluem a instalação de condutas de 355 milímetros, reservatórios, redes de distribuição de 37 quilómetros de extensão, 439 ligações domiciliárias e

578 ligações às torneiras de quintais, além de oito chafarizes.

O secretário de Estado da Energia e Águas colocou na terça-feira a primeira pedra para a construção de um sistema semelhante no município da Jamba, orçado em 20 milhões de dólares, e outro no município da Matala, cujo valor não foi revelado. Estima-se que mais de 50 mil pessoas consumam água tratada após a conclusão das obras nos dois municípios.

No quadro da melhoria das condições sociais, estão a ser instaladas redes de electricidade nos bairros do Cuawa, Quilembas e Tchavola. A administradora de Cacula, Cármen Duarte, felicitou o governo central por esta iniciativa, que visa melhorar a qualidade de vida da população.

O governador da Huíla, João Marcelino Typinge, considerou que este é o primeiro passo para elevar as condições de vida em Cacula, que ascendeu à categoria de município há menos de cinco anos.

O secretário de Estado Joaquim Ventura disse que o projecto vai criar emprego durante a execução das obras e aumentar a qualidade de vida da população.

"O nível de doenças vai diminuir, porque a água vai ter um padrão de qualidade aceitável para a saúde humana e nenhuma senhora vai mais andar longas distâncias para lavar a roupa", assinalou.

Bolsas de estudo O programa de candidaturas para bolsas de estudo de Washington, ao abrigo da Iniciativa Presidencial para Jovens Líderes Africanos (yALI), que acontece todos os anos, nos Estados Unidos da América (EUA), oi apresentando aos estudantes universitários do Lubango, capital da província da Huíla.

O representante da secção de Imprensa, Cultura e Educação da Embaixada dos EUA em Angola, Manuel Mungongo, explicou que as inscrições em Angola abrem no próximo dia 21 e têm o prazo de um mês.

Manuel Mungongo explicou que o programa "Young African Leader Initiative" (yALI) conta com o alto patrocínio do Presidente Barack Obama e visa incrementar o envolvimento entre os EUA e a nova vaga de líderes do continente africano.

"Para isso, a iniciativa leva anualmente para os Estados Unidos cerca de mil jovens dirigentes, onde os contemplados recebem, além de formação académica, formação sobre liderança e acompanhamento de mentores, com vista ao desenvolvimento de oportunidades únicas em África,

pondo em prática os novos ensinamentos ao serviço do crescimento económico, da prosperidade e do fortalecimento das instituições democráticas", disse.

Para o caso de Angola, referiu, a Embaixada dos EUA tem uma equipa da secção de Imprensa, Cultura e Educação constituída por seis membros, que estão a realizar palestras de esclarecimento sobre os critérios e moldes de candidatura ao programa.

No ano passado foram beneficiados três estudantes da província da Huíla. "Todos os anos, com a abertura das inscrições, temos mais de 600 candidaturas e o ano passado foram atribuídas 18 bolsas", disse.

Sem adiantar o número de bolsas a serem atribuídas este ano, Manuel Mungongo esclareceu apenas que a candidatura é aberta a jovens talentosos e líderes nas suas comunidades, com idades entre 18 e 35 anos. "Os jovens que promovem a higiene no seu bairro e mobilizam os vizinhos para acções comunitárias são preferenciais", ressaltou o responsável da Embaixada.

A sessão de esclarecimento contou com a participação de estudantes universitários do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED), Universidade Mandume Ya Ndemufayo (UMN) e instituições superiores particulares.

8.13 Água para Huambo e Bié

Jornal de Angola

16 De Setembro de 2016

o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, disse, na quarta-feira, no Huambo, que a construção de novos sistemas de abastecimento de água potável visa reduzir os níveis de pobreza da população, através da melhoria da sua qualidade de vida e do bem-estar.

João Baptista Borges fez estas declarações no final dos autos de consignação das obras de construção dos sistemas de abastecimento de água potável nos municípios do Huambo, Chicala-Cholohanga e Ecuinha. A execução dos projectos, esclareceu, constitui uma das grandes preocupações do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, para melhorar a condição de vida da população e, ao mesmo tempo, reduzir o índice de mortalidade por consumo de água imprópria.

O ministro informou que o Titular do Poder Executivo orientou o sector de Energia e Águas para colocar este projecto como prioridade, tendo em conta a grande preocupação e atenção com os

problemas da população, tendentes à redução da pobreza.

João Baptista Borges disse que os novos sistemas permitem encurtar as distâncias percorridas diariamente pela população em busca de água potável. O Ministério de Energia e Águas vai, no âmbito do mesmo projecto, construir 132 sistemas de abastecimento de água em igual número de vilas municipais no país, informou o ministro.

O secretário de Estado de Energia e Águas, Joaquim Ventura, procedeu ontem, no município do Camucuí, província do Namibe, ao lançamento da primeira-pedra do programa "Água para Todos", que beneficia mais de 20 mil habitantes desta região.

O projecto, avaliado em 9,7 milhões de dólares, tem um prazo de execução de 14 meses e está a cargo da empreiteira CMCE.

No acto de lançamento da primeira-pedra, o vice-governador da província do Namibe para a Área Técnica e Infra-estruturas, António Correia, disse que o projecto é de grande importância e vai minimizar o problema da falta de água que se faz sentir há já vários anos.

"O Governo central, no âmbito do programa "Água para Todos", tinha construído um pequeno sistema com um tanque de 150 metros cúbicos e um furo aqui nesta zona onde nos encontramos. Este furo não debitava a quantidade de água suficiente e, por isso, continuava o problema de falta de água, fundamentalmente aqui na sede do município", lembrou.

8.14 Epal

Jornal Continente

16 De Setembro de 2016

A empresa pública de distribuição e água potável está mesmo a cumprir com o programa "Água para todos" iniciado a dois anos. Em Luanda vê-se nos últimos tempos o empenho desta instituição com homens e máquinas a estabelecerem as ligações domiciliárias para satisfação

dos seus clientes. Espera-se agora também melhorias nas suas redes de distribuição do precioso líquido nos bairros suburbanos para não enferrujar as torneiras. Em época de diversificação da economia é preciso apostar em maiores rendimentos da EPAL com vista apoiar na criação do Orçamento geral do Estado.

8.15 Taxa de lixo já não será cobrada com factura de electricidade

Jornal A República
16 De Setembro de 2016
Texto: Lusa

Share to Facebook 142 Share to Twitter- Share to WhatsApp-Share to Google+Share to E-mail.

O Governo Provincial de Luanda (GPL) decidiu, na passada terça-feira, 13 de Setembro, anular o modelo de cobrança da nova taxa de limpeza, anunciada para ter entrado em vigor em Junho e que deveria ser associada à factura de electricidade, mas que passará a ter uma cobrança autónoma. A decisão foi revelada no final de uma reunião ordinária daquele governo provincial e refere que o processo de cobrança da taxa de resíduos sólidos que vai dos Kz 500 aos kz 164.000 mensais será assegurado pelas administrações municipais, após alguns reajustes. Não foram adiantadas justificações ou novos prazos para a aplicação da cobrança, após esta deliberação, apenas que deverá arrancar pelos condomínios, seguindo-se as empresas e só depois os domicílios. Em causa está o novo regime jurídico da taxa dos serviços de limpeza, juntamente com um decreto presidencial que justifica a cobrança desta taxa com

os custos públicos "dispendiosos" na recolha e tratamento dos resíduos sólidos, e para "potenciar a receita necessária para otimizar a prestação destes serviços": O regulamento, publicado a 20 de Maio, refere que a taxa é devida por cada agregado familiar, inicialmente apenas nas circunscrições administrativas de Luanda, "podendo ser aplicada às outras províncias do país" com as "devidas adaptações": Este modelo ficou envolto em polémica, tendo em conta as primeiras taxas propostas pelo GPL para colmatar a crise que a falta

de verbas gerou na recolha do lixo, que chegavam aos kz 10 mil mensais para as famílias. Estas taxas foram chumbadas pelo presidente José Eduardo dos Santos, em Abril, tendo sido entretanto revistas em baixa.

8.16 Milhares de habitantes com mais água potável

Jornal de Angola
17 De Setembro de 2016
Texto: João Upale

A população dos municípios da Bibala e do Camuciuo, a norte da província do Namibe, beneficiam, dentro de 12 meses, de mais água potável,

no âmbito do programa "Água para Todos", que visa o reforço do abastecimento nas comunidades rurais.

O projecto em curso no Namibe é financiado pelo Governo da China e está avaliado em 30 milhões de dólares, aprovado no âmbito da relação bilateral entre os dois países, cuja negociação abarca vários projectos a nível das águas e electricidade, em benefício de mais de 30 mil habitantes.

A assinatura do acto de consignação dos projectos de reabilitação e expansão dos sistemas de abastecimento de água às sedes dos dois municípios foi feita pelo secretário de Estado de Energia.

Joaquim Ventura assegurou que Governo angolano vai continuar a apostar seriamente no melhoramento da rede de abastecimento de água em todas as províncias.

"Os dois projectos vão fazer também com que se baixem os índices de algumas doenças contraídas pelo consumo de água imprópria".

Os projectos são ambiciosos, afirmou o secretário de Estado da Energia, que revelou estarem disponíveis para o município da Bibala 78 chafarizes e 1.500 ligações domiciliárias e Camuciuo vão contar com 16 fontenários espalhados em vários bairros da sede municipal e com ligações domiciliárias. "Estamos a falar de cerca de 25 mil pessoas da Bibala e dez mil em Camuciuo, que vão beneficiar destes sistemas, para que deixem de ir buscar água em locais distantes das suas residências", disse o secretário de Estado da Energia.

Combate à seca Em relação à seca, disse o secretário de Estado da Energia, existe um programa específico, que guarda pela disponibilidade financeira para a sua execução, pois justificou, o objectivo do Executivo é "eliminar as consequências da seca", não com acções concretas, por cada época em que se verificar a estiagem, mas com a criação de uma infra-estrutura que permite o armazenamento de água, que pode ser usada no ano seguinte, caso haja seca.

Joaquim Ventura esclareceu que a empresa que vai executar a empreitada "está obrigada" a contratar jovens locais.

Informou ainda que, no âmbito deste contrato, essa empresa vai ocupar-se da assistência técnica, operação e manutenção do referido sistema, devendo para isso "ensinar" os jovens trabalhadores da municipalidade a manipularem as máquinas, durante os três anos que será obrigada a ficar na localidade a operar o sistema, fazendo toda a manutenção possível e transmitir conhecimentos suficientes, para a gestão do mesmo equipamento. O vice-governador

provincial para a Área Técnica e Infra-estruturas, António Correia disse que o programa "Água para Todos" contempla duas vertentes, a primeira é o abastecimento de água nas zonas rurais para as pessoas e animais e a segunda para o abastecimento de água nas sedes municipais. António Correia, que se dirigia à população do Camucuí, lembrou que a província do Namibe trabalha neste projecto já "há um bom tempo", com início no município do Tômbwa e está agora em curso em Virei, Camucuí

E Bibala. Reconheceu haver alguns sistemas de fornecimento de água na periferia ou nas zonas rurais que apresentam dificuldades, mas prometeu "encontrar formas" de repor o seu funcionamento, para melhorar o abastecimento de água à população, gado e para a agricultura.

8.17 Garimpo de água

Jornal O PAÍS

19 De Setembro de 2016

Texto: Domingos Sebastião

Sinceros cumprimentos, senhor diretor.

É a segunda vez que escrevo para o vosso (nosso) jornal. Desta vez venho falar de um assunto que, à semelhança de outros, meche com a minha paciência enquanto cidadão. Trata-se do constante garimpo de água aqui na zona do Cassequel, distrito urbano da Maianga.

Senhor diretor, todos os dias é frequente a presença em massa de camiões de cisterna que vêm para aqui garimpar água na calada da noite. Costumam chegar por volta da meia-noite e ficam até as 5 horas. A prática tem como colaboradores os próprios moradores. São estes que facilitam o processo, disponibilizando os seus tanques, de onde os garimpeiros retiram a água com auxílio de moto - bombas.

É uma situação constrangedora. A prática tem criado grandes transtornos aqui na redondeza. É que, para além dos enormes barulhos que fazem, o garimpo de água tem sido o motivo das ruas estarem constantemente alagadas. Também, no decorrer do roubo, ficamos privados do precioso líquido porque as moto - bombas acabam sugando todo o líquido para as cisternas, já que as casas na sua maioria estão interligadas. E no final do mês somos obrigados a pagar aquilo que não consumimos. E a factura é altíssima.

No entanto, por várias vezes já participamos a situação à Polida local, mas esta nada faz. Também o piquete da EPAL da Maianga tem conhecimento destes casos e igualmente nenhuma palha movem. Começo a desconfiar que é um negócio que alimenta várias bocas e deve ser por isso que ninguém faz nada para o estancar.

Contudo, senhor diretor, como ainda acredito no poder da comunicação, escrevo esta carta a pedir uma visita dos responsáveis máximos da EPAL à nossa zona. É que, a continuar assim, corremos o risco de ficar sem água. Façam alguma coisa por nós, pelo amor de Deus.

8.18 Especialista alerta sobre os perigos do consumo de água Imprópria

Jornal O PAÍS

21 De Setembro de 2016

Texto: Stela Cambambe

A engenheira ambiental Taitiana Medina anunciou, em Luanda, que como sistema nacional ainda não consegue fazer chegar água com bualidade à toda população, a empresa Ecoflrma realiza diversas actividades, entre as quais palestras, de modos a alertar a população sobre os perigos do consumo de água imprópria.

"Não há garantias de que os camionistas de cisterna de água utilizam processos com a finalidade de ter a água com maior qualidade, pelo que estamos alertar a população a ter cuidado com a origem das águas que recebe", alertou.

Fez esta revelação durante a palestra sobre Sistemas de Tratamento de Águas em Edifícios realizada ontem no Centro Integrado de Formação Tecnológica (CINFOTEC), em parceria com a Associação angolana de Manutenção e Gestão de Activos (AAMGA) e a Ecodima.

Em relação às águas impróprias para consumo humano, explicou que, se não for tratada a água e mantiver alguns compostos que estejam fora dos prazos e acima das quantidades ou possuir concentração não compatível à saúde, o organismo reage com doenças, tais como acólera, afebretifoide, as gastrites e outras que infelizmente ainda assolam Angola, dada a inexistência de tratamento adequado da água.

Taitiana Medina explicou que a água para o consumo humano passa por várias etapas de tratamento que são as físicas e algumas químicas, que se devem

efectuar de forma a que a água ganhe valores normais e se torne apta para consumo humano no dia-a-dia.

Quanto a classificação, explicou que deverá ser em conformidade com o Decreto Presidencial 261/2011, que define se a água está ou não em condições para ser utilizada para um fim determinado.

Revelou que a legislação é rígida, pois, a água deve estar dentro de parâmetros prévios e caso estiver fora, é necessário que se proceda de modos a remover os eventuais poluentes e fazer correcções.

"Quando tal não é possível através do processo físico utiliza-se o químico, como por exemplo os coagulantes, o sulfato de alumínio e os desinfetantes. Adicionarmos estes químicos à água dentro dos valores regulamentares, nunca demais, porque se assim for podem causar outros tipos de problemas à saúde", frisou Taitiana Medina.

Água engarrafada em análise

Esclareceu que o Ph (potencial de hidrogénio) presente na água e na atmosfera determina propriedades que podem facilmente ser alteradas, com a injeção de alguns compostos. Este elemento na água é ideal para consumo humano e deve estar de acordo com a legislação, isto é, entre os 6.5 e 8.5 que são considerados Ph neutro.

"Estamos abertos para fornecer qualquer tipo de ajuda, opinião e colaboração para aumentar a qualidade das águas".

A engenheira ambiental explicou que a água cujo rótulo indica estar abaixo de 6.5 é composta de ácidos como alguns naturais que existem, designadamente, o limão e o vinagre. "Pode-se utilizar estes compostos mas não como água para beber. Quanto ao Ph que está acima de 8.5, são os chamados líquidos alcalinos, como os produtos de limpeza".

Manuel Borges Pereira Sobrinho, presidente da Associação Angolana de Manutenção e Gestão de Activos (AAMGA), explicou que a sua organização, em parceria com a Ecodima e Cinfotec, realizaram o certame com o objectivo de sensibilizar, formar, aproximar os técnicos de manutenção para sistemas de filtração e tratamento de água.

Na ocasião, fez uma comparação entre os sistemas de tratamento de água nos anos após a Independência e os da actualidade. Reconheceu existirem já melhorias porque o Governo fez uma aposta e se verifica também uma movimentação em todo o país na mudança do sistema de tubagem da água, na

construção de novos tanques, bem como no sistema de tratamento.

Ressalta que, apesar de ainda existirem no país comunidades sem acesso à água potável, já há uma quantidade notável de pessoas a consumirem-na. "Temos muitas empresas preocupadas com o sistema de tratamento de água, tanto que ao nível de formação de pessoal técnico, de níveis médio e superior, já se faz uma aposta mais séria".

8.19 Investidos USD 10 milhões em abastecimento de água em Bula Atumba

Jornal: O PAÍS

21 De Setembro de 2016

Texto: Milton Manaça

O ministério da Energia e Águas investiu cerca de USD 10 milhões na construção de um novo sistema de captação e abastecimento de água ao município de Bula Atumba, na província do Bengo.

O acto de consignação do projecto à empresa chinesa Anhui aconteceu ontem, no referido município, e levará 12 meses para a sua concepção e construção e mais 36 meses para a respectiva execução e manutenção.

Este sistema de abastecimento beneficiará consumidores das localidades de Bula Atumba e Muxaluando, por via de 93 ligações domiciliárias e de 500 torneiras em quintais, para uma população estimada em mais de seis milhões de habitantes.

O projecto contempla ainda a construção de um reservatório de água tratada com 200 metros cúbicos e uma rede de distribuição com oito mil e 900 metros de extensão, estando também incluída a reabilitação de sete chafarizes.

Na ocasião, o secretário de Estado das Águas, Luís Filipe, revelou que com esse este projecto todas as sedes municipais do Bengo ficarão abrangidas com abastecimento de água potável, realçando que já foram feitos projectos idênticos e outros foram adjudicadas nos municípios do Dande, Kibaxi, Pango-a-Aluquem e Ambriz.

Luís Filipe revelou que os valores investidos estão incluídos no âmbito da linha de crédito da China. Entretanto, recomendou às administrações municipais que estejam mais engajadas na manutenção dos centros de abastecimento de água e a de vida utilização dos equipamentos para que tenham mais durabilidade .

Cada província terá uma empresa pública de água Em declarações à imprensa, o secretário de Estado das Águas abordou a necessidade desses projectos se tornarem sustentáveis em virtude dos custos de operação que as estações gastam anualmente e, para melhor fundamentar, exemplificou os elevados valores injectados para a aquisição de produtos químicos e a remuneração dos operadores.

Por esta razão, Luís Filipe revelou que foram autorizadas a criação de empresas públicas que vão assegurar a operação, manutenção e abastecimento de água em cada província, por forma a dinamizar-se o sector com novas políticas de cobrança e angariar-se mais fundos a partir da comparticipação dos clientes.

8.20 Lançadas obras para aumentar a água e a luz

Jornal de Angola

22 De Setembro de 2016

Texto: Bernardo Capita

O ministro de Energia e Águas, João Baptista Borges, testemunhou ontem, em Cabinda, a assinatura de autos de consignação e lançamento de um projecto de electrificação e ligações domiciliárias e dois para reforço do sistema de abastecimento de água, O projecto de electrificação e ligações domiciliárias da cidade Cabinda está orçado em 60 milhões de dólares e prevê a construção de três grandes subestações eléctricas, instalação de cem postos de transformação e 30 mil ligações domiciliárias.

As obras estão a cargo de uma empresa chinesa e são executadas em 18 meses, a contar da data da sua adjudicação. As obras de reforço do sistema de abastecimento de água a Cabinda são desenvolvidas em duas empreitadas.

As duas empreitadas, também com mão-de-obra chinesa, vão ser executadas num período de 23 meses e vão custar aos cofres do Estado cerca de 290 milhões de dólares.

O projecto de electrificação e ligações domiciliárias à cidade de Cabinda prevê ampliar a cobertura da rede eléctrica e permitir que cerca de 180 mil pessoas residentes na periferia da cidade tenham acesso à

energia eléctrica. O projecto, à medida que for evoluindo, vai proporcionar melhorias no fornecimento de energia eléctrica à população, ao mesmo tempo que vai dar emprego a jovens da província.

Quanto ao projecto de reforço do sistema de abastecimento de água à cidade de Cabinda, o titular da pasta de Energia e Águas assegurou que depois da conclusão, cerca de 600 mil habitantes vão ter água, incluindo o Pólo Industrial de Futila, que vai albergar várias unidades fabris.

Os valores dos dois projectos demonstram claramente a preocupação que o "Presidente da República e titular do poder Executivo têm para com a população da província de Cabinda". A governadora provincial, Aldina da Lomba, considera os três projectos uma mais-valia para a população por responder a uma série de reclamações que o Governo da província apresentou ao Executivo. "Foi uma preocupação da população e do próprio Governo da província", disse Aldina da Lomba, para quem nunca haverá uma vida boa para a população nem industrialização sustentável, se não houver água tratada e energia eléctrica estável.

8.21 Necuto com mais, água potável

Jornal de Angola

22 De Setembro de 2016

Texto: Bernardo Capita

Uma estação de captação, tratamento e abastecimento de água, com capacidade de bombear oito metros cúbicos por hora, foi colocada à disposição das populações do Necuto, município de Buco-Zau, pelo Governo Provincial de Cabinda.

O empreendimento social, inaugurado no quadro dos programas de melhoria dos serviços sociais básicos à população, custou aos cofres do Estado 26.917 milhões de Kwanzas e garante o abastecimento de água aos 780 habitantes das aldeias de Caio, Poba e Tchionzo, que, desde, a Independência nacional, recorriam aos rios e cacimbas para ter água para consumo diário.

A estação possui um tanque com capacidade de 50 metros cúbicos, que, por via de sistema de gravidade, bombeia água na rede de 4.980 metros de extensão. A estação possui ainda dois fontenários, um simples e outro combinado, instalados em cada uma das aldeias.

A governadora provincial de Cabinda, Aldina da Lomba Catembo, e o embaixador de Portugal em

Angola, João Caetano da Silva, testemunharam a inauguração do sistema.

Aldina da Lomba referiu que a melhoria das vias de circulação, energia eléctrica e a construção de escolas e de postos médicos são os passos a seguir, na perspectiva de se ir resolvendo paulatinamente os problemas que mais dificultam a vida daquelas populações do Alto Maiombe. A governadora provincial pediu à população para cuidar bem da estação de tratamento de água e contribuir para a preservação da paz, porque sem paz, alertou, não é possível ao Executivo desenvolver projectos sociais no interior da província.

"Temos de preservar a paz, a unidade nacional e continuarmos a ter confiança no Presidente José Eduardo dos Santos", afirmou a governante.

Ainda no âmbito do programa de melhoria dos serviços sociais foram inauguradas no município de Belize, no bairro Hombe de Baixo, 96 casas das 200 em construção, previstas no programa nacional de construção de 200 casas em cada município do país. Belize ganhou ainda uma escola primária, construída na localidade de Zala de Cima, com a capacidade de albergar 600 crianças.

A escola é de carácter definitivo, com uma área de cerca de 395,25 metros quadrados de ocupação, distribuídos por quatro salas de aula, um gabinete para o director, uma secretária e parque recreativo.

O regedor André Baza Lubota, agradeceu o gesto do Governo Provincial de Cabinda em ter construído a escola, e realçou que a obra vai aumentar o número de crianças no ensino e melhorar as condições de trabalho dos professores.

8.22 Angola entre os piores quanto ao saneamento, acesso a água e combate à malária

Jornal Manchete

23 De Setembro de 2016

Angola está entre os piores países do mundo no que toca ao saneamento básico, acesso a água potável e combate à malária, três metas que fazem parte dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2030.

A conclusão é de um estudo publicado recentemente, pela revista *The Lancet*, onde 188 países são avaliados em 33 indicadores relacionados com a saúde durante o ano de 2015.

Angola surge na 170ª posição e com a grande maioria dos indicadores a vermelho. Os desafios são muitos e até 2030 cumpri-los será muito difícil.

Por exemplo, Angola tem o valor mais baixo possível no que diz respeito ao indicador que mede o risco prevaiente para a população pela falta de higiene, definido pela falta de acesso a sabão e água depois do uso de uma casa de banho ou entrada em contacto com excreções. Os países são classificados de 0 a 100, Angola só consegue um.

Traduzido significa que 99,1 por cento dos angolanos estão expostos a problemas de saúde causados pela falta de higiene.

Outro indicador no vermelho é o do risco associado ao uso de água imprópria para consumo, uma ameaça para 95,6 por cento da população. Também estamos a falhar no combate à malária, vírus que os ODS querem extinto até 2030, mas cuja prevalência em Angola é ainda muito alta (cerca de 100 casos por cada mil habitantes).

Preocupante é ainda o número de casos de gravidez durante a adolescência, bem como a falta de planeamento familiar e uso de métodos contraceptivos modernos por mulheres entre os 15 e os 49 anos.

Numa nota mais positiva, tem diminuído o número de fumadores, consumidores de álcool ou pessoas afectadas por emaciação, um tipo de má -nutrição que causa enfraquecimento e grande debilidade. A nota mais alta vai para o indicador que mede a mortalidade em situações de violência colectiva ou intervenção das autoridades, que não regista nenhuma vítima desde 2005 - isto de acordo com o estudo está bem de ver.

A análise, que faz parte do projecto *Global Burden of Disease 2015*, reuniu a colaboração de investigadores de vários países com o objectivo de medir o cumprimento das metas dos ODS na área de saúde.

No topo da lista surge a Islândia com o resultado de 85, enquanto a República Centro- Africana é última, com 20. Numa análise geral, os principais desafios do mundo até 2030 são a redução do excesso de peso e obesidade infantil e do consumo de álcool pelos adultos. Por outro lado, chegam boas notícias em áreas como a mortalidade infantil antes dos cinco anos, contracepção e cobertura universal dos cuidados de saúde.

Numa nota de imprensa, o principal autor do estudo, Stephen Lim, professor de Saúde Global no Instituto para a Métrica e Avaliação da Saúde (IHME, na sigla

em inglês), da Universidade de Washington (EUA) disse haver "exemplos concretos de países que estão a progredir de forma significativa em vários indicadores dos ODS relacionados com a saúde".

Lim concluiu dizendo ser preciso "olhar para os países que registaram um forte progresso e perceber o que estão a fazer bem e como podemos aplicar isso noutros territórios".

Nesse sentido, há vários resultados a destacar, como o Quênia, onde o acesso a cuidados de saúde essenciais passou de 32 por cento em 2000 para 70 por cento em 2015, ou o da Etiópia, em que a prevalência de nanismo (problemas de crescimento) desceu dos 57 por cento em 2000 para 41 por cento em 2015.

8.23 Cresce o número de consumidores de água potável

Jornal de Angola

23 De Setembro de 2016

Texto: Alfredo ferreira

Mais doze mil habitantes da província do Bengo vão beneficiar de água potável, dentro dos próximos 12 meses, quando entrar em funcionamento o sistema de abastecimento de água de Bula Atumba e Muxaluando.

O vice-governador provincial do Bengo, José Major Campos, referiu ontem que o projecto visa facilitar o acesso da população ao consumo de água tratada, o que contribuirá para reduzir o número de casos de doenças provocadas por produto impróprio.

O vice-governador falava no acto de consignação do projecto das obras de reforço do sistema de abastecimento de água de Bula Tumba e Muxaluando, presidida pelo secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva.

Major Campos sublinhou que é importante que a população passe a ter consciência da necessidade de contribuir para a preservação dos bens públicos.

Na ocasião, o secretário de Estado afirmou que a água deve chegar mais próximo da população, daí assegurar que o Executivo vai continuar a apostar na reabilitação e construção de centros de captação e tratamento.

Luís Filipe da Silva realçou que o referido projecto faz parte do plano estratégico de reestruturação, construção e ampliação das redes dos serviços públicos.

O secretário de Estado das Águas explicou que a sua visita ao Bengo marca o início da execução dos projectos que vão permitir o aumento da capacidade de oferta e expansão dos serviços de abastecimento de água.

Além do sector das Águas, estão em curso na região diversas acções de impacto social, para melhorar a qualidade de vida da população, com destaque para a reabilitação e construção de escolas, postos médicos e centros de saúde. Das obras em curso, realce também a reabilitação das vias de acesso.

8.24 Epal

Jornal Grandes Notícias

23 De Setembro de 2016

A água está a falhar em quase todas as residências de Luanda e muitos clientes reclamam de várias maneiras, uns através dos órgãos de comunicação social, nomeadamente rádios e jornais, outros no departamento comercial da EPAL, sito nos Combatentes, e muitos nas agências localizadas nos diversos municípios de Luanda para aferir o que se passa com a falta de água.

Triste foram algumas respostas dadas no Departamento Comercial "os clientes têm de aguardar até 20 (vinte) dias para proceder a reclamação" ou seja, só se pode contestar passando vinte dias sem água em casa e numa das agências no distrito do Rangel foi dito que a reclamação só pode ser feita por mais de um cliente ou seja, tem de ser colectiva. Mas se o cliente faz e paga individualmente o seu contrato porquê que tem de reclamar com os outros ou esperar vinte dias?

8.25 Executivo investe acima de 83 USD milhões no Sector das Águas em Malanje

Jornal Liberdade

23 De Setembro de 2016

Texto: Kemalandua

A jornada laboral de campo foi guiado pelo, Secretário de Estado das Águas, o Engº Luís Filipe da Silva, testemunhado pelo governador local, Norberto dos Santos "Kwata-Kanawa", vice-governador para esfera Económica e Infra estruturas, Domingos Pontes e vice-governador para esfera Política e Social, Manuel Campos. O projecto abarcou faseadamente, os municípios de Kangandala, Malanje, Kela, Mukari, Marimba, Kiwaba Nzoji e Masangu, os actos foram assistidos pelos administradores dos respectivos

municípios, sob as e população. A equipa de reportagem do Jornal Liberdade soube que o referido projecto, posteriormente atingirá outros municípios. Entretanto, no local onde a administração colonial portuguesa tivera construído a primeira cidade de Malanje, no Quessua (Kesua), que dista não mais de 12 km da atual cidade, foi celebrado o primeiro acto de consignação do projecto de Reabilitação e Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água. O evento marcado no passado dia 13, do corrente mês, nesta cidade foi assinado um contracto de 31.237.861,77 dólares americanos, entre o diretor provincial de Malanje para o Sector de Energia e Águas, Domingos Kakulu e o empreiteiro CCP da China, Hou Yijua.

“Com este projecto, muitos jovens poderão obter emprego” disse Kwata Kanawa, governador da província.

Segundo dados estatísticos, a capacidade caudalde captação de água no rio Kuje, no bairro Kisua, é de $Q=716$ metros cúbicos por hora, estimada em 390 mil habitantes. O sistema será constituído por um elevatório de água bruta entre a captação e a ETA, uma estação de tratamento, sistema elevatório de água tratada entre a ETA e o reservatório RI, com um reservatório no bairro Carreira de Tiro, entre 2 mil metros cúbicos, e um reservatório alto de 700 metros cúbicos com respectivo sistema elevatório de ligação. Já no bairro Katepa terá também um reservatório de 1,500 metros cúbicos e baixo de 3.000 metros cúbicos com, conduta gravítica de ligação. As redes de distribuição procederão dos reservatórios de Carreira de Tiro alto e baixo entre 75km e 7, mil 603 ligações domiciliarias. "A partir de agora Malanje pode contar com mais água para distribuir melhor, com garantia de funcionamento mais regular", garantiu Luís Filipe da Silva. A cidade sede de Malanje, depende dum pequeno Centro de Captação e Distribuição de Água, a famosa Ta-Guine, sita há 5km, existente desde 1952, hoje com crescimento demo gráfico acentuado e com líquido precioso insuficiente. Sabe-se no entanto que o acto de consignação, contemplou os demais municípios como no caso de

Kangandala, com extensa bacia hidrográfica, o MINEA assinou um contracto no valor de 6.751.239,53 dólares americanos com o empreiteiro SINOMACH, da China.

Em Mukari, a capital do algodão, o empreiteiro chinês CPP, tem um ano para construir as Obras de Reforço do sistema de abastecimento local, que abastecerá aproximadamente 17525 habitantes, a nova captação no rio Mukari, com Estação Elevatória para um caudal de 90 metros cúbicos por hora, altura

mano métrica de 130 metro cúbico por área, e aproveitamento da captação (furo) a ser construído pela outra empreitada. Mukari terá 199 ligações domiciliárias, 275 ligações tipo torneira de quintal e 10 chafarizes em projeção, o valor do contracto é de 18.044.532,91 Dólares americanos. Uma nova captação no rio Kambu, com Estação Elevatória para um caudal de 45 metro cúbicos, e altura manométrica de 150 metros cúbicos de altura, a ser erguida pelo empreiteiro CPP, no município de Marimba, avaliada em 11.574.583,28 Dólares americanos, com 12 meses do prazo para construção da obra, que conta ter 40 ligações domiciliárias, 290 ligações tipo torneira de quintal e 3 chafarizes de 2 bicas, a estimativa de população beneficiária é de 3 816 habitantes. Kiwaba Nzoji, um dos quatro municípios administrados pela senhora Joana de Matos, beneficiou na mesma obra de reforço do sistema de abastecimento de água. Uma nova captação subterrânea, com elevação de um caudal de 35 metros cúbicos por hora, e altura manométrica de 30 m.c.a, será erguida pela empreiteira CPP, num contracto de um ano para concepção e construção, 36 meses para operação e manutenção.

Em Masangu, a água é um dilema. Neste município foi consignado o último acto na província de Malanje. A nova captação no rio Loma, com Estação Elevatória para um caudal de 40 metros cúbicos por hora, a construção de reservatório semienterrado em betão armado de 150 metros cúbicos.

Na sua agenda de campo, o Secretário de Estado para Águas, visitou a Central Térmica (de energia Kapopeia) auxiliar de Malanje, que trabalha em paralelo com a barragem de Kapanda, esta produz somente 12kwh, que não é suficiente para fornecimento em toda cidade. Por sua vez visitou também "o pequeno" centro de distribuição do bairro Kamatondo. Os governantes apelaram a colaboração de todos, na conservação das futuras obras.

8.26 MINEA Investe 1,2 mil milhões USD no abastecimento de água

Jornal Expansão

23 De Setembro de 2016

Texto: Martins Chambassuco

Falando das empreitadas adjudicadas às empresas chinesas, João Baptista Borges, refere que

todos os projetos consignados nas províncias do Zaire, Uíge, Malanje, Cuanza Norte, Benguela,

Huambo, Bié, Namibe, Huíla, Bengo e Cabinda se enquadram dentro da linha de crédito da China e no

Programa de Investimento Públicos (PIP). Lembrou ainda que os sectores de água e eletricidade' dentro do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (PND 2013-2017) têm um conjunto de objetivos e programas.

O ministro disse, no entanto, que para a cidade do Huambo foi lançado o projeto de ampliação da rede de abastecimento de água e aumento das ligações domiciliárias, abrangendo uma população estimada em 532.459 de habitantes. O valor do investimento ronda os 91,1 milhões USD e terá uma duração de 24 meses. O reforço do sistema de abastecimento de água ao Tchinnenje foi avaliado em 10,3 milhões USD e estima-se que 6.024 habitantes acedam à água.

No município da Ecuinha, o MINEA investirá 22,6 milhões USD na captação de, água e Direção Nacional de Aguas (DNA) para abranger 16 mil habitantes.

"O objetivo destes projetos é facilitar o acesso a água potável à população. Dentro do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 o objetivo é que 80% da população, em todo o País, tenha acesso a água potável. É claro que não vamos atingir estas metas mas vamos continuar a perseguir os nossos objetivos", refere, afirmando que há razões objetivas que justificam esse atraso.

As restrições orçamentais contribuíram para o incumprimento e a implementação do Programa Água para Todos, paralisado em cerca de 60%.

Não se trata do único sector afetado pelas restrições orçamentais o que obrigou a fazer a revisão desta meta. "Foi acordado que se fixaria nos 72% do total da população rural, sendo que nos focaríamos na conclusão das obras dos projetos em curso até 2017", afirma o ministro.

Quanto à produção térmica, o ministro garantiu que neste momento está-se a trabalhar na redução dos custos. "Por ser muito cara em função dos combustíveis e os custos manutenção, estamos a aumentar a capacidade hídrica de Cambambe onde temos dois grupos geradores inseridos no sistema com 340 megawatts e vamos inserir mais dois até final do ano totalizando

os 700 megawatts da capacidade de Cambambe", diz, realçando que "vamos retirar algumas unidades geradoras de energia para reforçar as províncias com défice, nomeadamente Huambo que vai ganhar duas turbinas, Cuando Cubango, Lunda Sul, Benguela e Namibe. Essas são as províncias que vão ter o reforço da capacidade térmica com base na

transferência de algumas unidades que estão em Luanda.

8.27 Zonas rurais com mais água

Jornal de Angola

27 De Setembro de 2016

Texto: Justino Vitorino

Um total de 67 famílias de aldeias do município do Mungo, na província do Huambo, passou, desde domingo, a beneficiar de água canalizada, fruto da inauguração de três sistemas de captação, distribuição e tratamento do produto, equipados com tecnologias de ponta.

Os equipamentos foram construídos no âmbito dos Programas de Investimentos Públicos do Governo Provincial do Huambo e de "Água para Todos", implementados para a melhoria das condições sociais da população daquela região.

O administrador municipal do Mungo, Afonso Candumba, exortou a população para preservar o bem colocado à sua disposição, com vista a garantir ao equipamento um maior tempo de vida útil.

Afonso Candumbo realçou que a inauguração dos novos sistemas de captação e distribuição de água vai permitir que muitas aldeias distantes da sede municipal tenham maior acesso ao produto.

Com a construção destes equipamentos sociais, o administrador municipal do Mungo acredita que a população deixa de consumir o produto extraído directamente dos rios, evitando, assim, o surgimento de doenças causadas por consumo de água imprópria.

O administrador Afonso Candumbo afirmou que, nesta altura, estão em conclusão mais alguns Sistemas de captação, distribuição e tratamento de água a nível da comuna do Cambuengo.

Municípios aplaudem Os novos sistemas vão ser inaugurados em breve. "A iniciativa da execução dos referidos projectos tem como objectivo fundamental a aproximação dos serviços sociais básicos à população".

O município Jacinto Tchiyetu salientou que ficaram para trás os tempos em que a população era obrigada a recorrer aos rios para extrair água, mesmo que, para isso, tivesse de andar vários quilómetros.

8.28 Bié espera melhoria no sector das águas

Jornal Liberdade

30 De Setembro de Setembro

Texto: Albino Sampaio

O secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, fez saber que o abastecimento do líquido precioso para a província do Bié, em quantidade e qualidade aceitável, constitui a base para o bem-estar da população. O governante, sedeu estas declarações durante o acto de consignação da empreitada de reforço do sistema de abastecimento de água no município de Chitembo.

Luís Filipe da Silva frisou que, o seu Executivo tem vindo a trabalhar, mesmo sendo num período bastante difícil que o país vive devido a baixa do preço do petróleo, resolver os principais problemas que afectam a população quase em todo o território nacional.

"O Executivo vai continuar assumir as suas obrigações junto dos seus cidadãos": afirmou, acrescentando que, o processo vai abranger todos os municípios, com unas, bairros e povoações.

Luís Filipe da Silva asse gurou ainda as populações do Bié que, vão beneficiar nas suas casas e quintais de água domiciliar, no senti do de melhorar as suas condições de vida. Advertiu as famílias, no sentido de preservarem os bens públicos que o governo coloca a sua disposição para o seu próprio benefício. "Se nós não defendermos os outros nunca o farão e vão nos rir": sublinhou, o governante.

A obra está a cargo da empresa chinesa Sinomach, no valor de 13.142.480,31 dólares no prazo de execução do contrato de 12 meses para concepção e construção, 12 meses para operação e manutenção, com capacidade e abrangência do sistema do caudal de 225 metros cúbicos por hora vai beneficiar 32.913 habitantes.

O projecto terá o sistema de captação em barragem no rio Chitembo, conduta adutora de água bruta, numa extensão de 1.150 metros desde a captação até à Estação de Tratamento de Água (ATA), e ETA dimensionada para 225 metros cúbicos por hora e água tratada com capacidade de 215 metros cúbicos por hora a 120 metros cúbicos, conduta elevatória de água tratada, numa extensão de 3 mil metros, com reservatório apoiado de 1.250 metros cúbicos de capacidade, reservatório elevado a 10 metros, com 150 metros cúbicos de capacidade, rede de distribuição com 52.217 metros de extensão, 1.200

ligações domiciliárias, 496 ligações por torneiras de quintal e construção de 28 chafarizes.

Por seu turno, o administrador municipal do Chitembo, Daniel Mucanda, aproveitou a oportunidade para informar ao secretário de Estado, que além de falta de água na comunidade também existe um apagão significativo no que tange ao fornecimento da comunidade bem como a própria sede da vila.

Daniel Mucanda transmitiu ainda a posição da população, que insistentemente vai pedindo a administração local, para que o município beneficie energia eléctrica, tal como vai ocorrer com a água. O Jornal Liberdade, ouviu também alguns populares que manifestaram satisfação, com a consignação do referido acto que terá como missão trazer água potável as suas comunidades de forma domiciliar.

Na ocasião, o município, Augusto Iarnba considerou que o projecto depois de concluído vai trazer muitos benefícios, mas para tal, manifestou que tem sido bastante desgastante, conseguir água. "Para termos água é uma luta total.

Somos obrigados acordar cedo, disse.

Por seu turno, o governador em exercício do Bié, José Fernando afirmou que a província do Bié que situa no centro de Angola, entre os paralelos 10° 34, 5 e 14° 8 de latitude sul e 15° 42 e 16° 13, 5 de longitude leste, ocupa uma superfície de 70, 314m².

8.29 Sistemas de água e luz com melhor gestão'

Jornal de Angola

30 De Setembro de 2016

Texto: Venâncio Victor e Eduardo Cunha

A promoção e o asseguramento da correcta gestão e manutenção dos sistemas de energia eléctrica e de abastecimento de água nas sedes municipais e comunais, povoações e aldeias vão ser reforçados nos próximos dias na província de Malange. O director provincial da Energia

e Água, Jacinto Caculo, que prestou a informação durante o 1.0 Conselho Técnico Consultivo Alargado, disse que as referidas acções visam a melhoria do abastecimento de energia eléctrica e água potável.

As decisões do encontro vão contribuir para a elevação dos níveis de abastecimento de água e

energia eléctrica à população nas zonas urbanas e rurais, bem como para a sustentabilidade dos projectos do sector.

A direcção provincial vai apoiar as administrações municipais no planeamento e execução de programas, operação e manutenção dos sistemas e na criação de bases de dados.

Jacinto Caculo considerou como precária a distribuição de energia eléctrica nas sedes municipais e comunais, devido a dependência de grupos geradores.

Para superar este problema, disse que o sector deve adoptar as melhores práticas para garantir a sustentabilidade e a operacionalidade dos meios existentes, principalmente no actual contexto que o país vive, que requer maior rigor para a satisfação das necessidades da população. O director provincial disse que o conselho consultivo teve ainda como objectivo a definição dos melhores modelos de gestão e de operação de grupos geradores e sistemas de iluminação pública alimentados por placas solares e dos equipamentos sociais de abastecimento de água. A reunião serviu ainda para acelerar a conclusão do inventário provincial de todos os sistemas de abastecimento de água avariados, com vista à sua recuperação.

O vice-governador de Malanje para a área Económica, Domingos Eduardo, considerou a energia e a água como um sector estratégico para o desenvolvimento da província e dos pais, destacando os elevados investimentos que estão a ser feitos pelo Executivo.

Domingos Eduardo realçou que a construção da Barragem de Laúca, um dos maiores projectos hidroeléctricos do país e da África Austral, constitui uma oportunidade para a electrificação da província.

O vice-governador destacou a construção e recuperação de sistemas de água em vários municípios, bem como o reforço do abastecimento a partir do rio Cuije.

8.30 Torneiras voltam a secar na zona dos Kwanzas

Jornal Liberdade

30 De Setembro de 2016

Texto: Moreira Mário

No dia 1 do passado mês de Agosto, a alegria tomou conta de uma centena de moradores residentes na zona do mercado dos Kwanzas, mais precisamente

nas imediações do ex-mercado do Calaboca, ao Hojiya-Henda, no município do Cazenga, por ter iniciado a jorrar água nas torneiras das suas residências, depois de esperarem três anos e seis meses.

A distribuição de água às populações constitui prioridade da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), através do programa das 7 mil ligações domiciliárias que abrangerá todos os bairros a nível da província de Luanda, e os moradores da zona dos Kwanzas são os mais recentes beneficiários.

Por este facto, os "mesmos já sentiam um grande alívio, tendo em conta que o bairro nunca beneficiou de água canalizada desde a sua existência, tendo como recurso a água vendida dos tanques das casas, abastecidas por camiões cisterna.

Por essa razão, julgaram que as dificuldades no acesso ao precioso líquido tinham finalmente chegado ao fim. Enganaram-se, porque foram apenas duas semanas de fornecimento e, depois disso, a água deixou de jorrar, informaram os mesmos ao Manchete.

Muitos já se sentem aflitos por não saberem das razões que levaram a interrupção do fornecimento de água das torneiras. Mesmo aqueles que têm tanques em suas casas, viram as reservas do precioso líquido se esgotaram.

Já passam cerca de um mês que a situação se mantém, não havendo uma luz no fundo túnel. E como se não bastasse, os moradores não sabem onde se dirigirem para fazer reclamação, porque não existe na zona, nenhuma agência da EPAL. "Questionamos a empresa chinesa, GHCB, que está a executar os trabalhos sobre o motivo da interrupção do abastecimento de água, esta alegou que foi a EPAL quem fechou. Mas duvidamos que seja a EPAL, porque no bairro, apenas duas casas continuam a sair água", contou o morador Eliseu Faustino.

Ele pensa tratar-se de um problema que se regista no principal canal que conduz o precioso líquido para a sua zona. "Quando abre-se a torneira apenas se ouve um barulho, o que tudo indica que tem água, mas ela não sai por falta de pressão", referiu.

Os nossos entrevistados contaram que os trabalhos de colocação de contadores nas suas casas foram feitos em princípio de Abril de 2013, tal como em toda extensão do município do Cazenga, pela empresa GHCB. Mas somente em Agosto deste ano, começou a sair água nas torneiras depois de, alegadamente, terem reparado uma avaria no canal principal que liga aos canais inferiores que conduzem a água às residências.

Nos primeiros dias nem todas as casas estavam a sair água, pelo que foi preciso a referida empresa fazer diligências no sentido de superar o problema, daí que passaram a efectuar escavações por todas as ruas. De princípio, os técnicos disseram que o grupo que inicialmente tinha realizado os trabalhos, embora a empresa seja a mesma, não terá concluído as ligações dos canais em muitas casas. Por isso era preciso fazer o acabamento. "Apenas vimos os chineses circularem pelo bairro com os seus meios de um lado para o outro, cavando aqui, cavando ali e depois foram-se embora sem dizer nada", lamentou Simão João, explicando que os moradores preparavam-se para realizar os contratos, agora não sabem se devem ou não fazê-lo.

A situação está a deixar de alguma forma os moradores da zona dos Kwanzas bastante agastados porque, segundo contaram, muito antes de começar a sair água nas torneiras das suas casas, os chineses haviam interrompido o funcionamento dos chafarizes existentes no bairro, porque alegaram que já não precisariam dos mesmos.

Situação idêntica, vivem os moradores da rua do ex-mercado do Calaboca, na mesma zona. Os interlocutores disseram que há muito que já não sai água nas suas casas, e também desconhecem as razões que levaram a interrupção. "Agora voltamos a comprar água dos tanques a preços especulativos, sendo uma banheira de 25 litro custa 70 Kz e o bidão 50", queixaram-se.

Os mesmos criticam a postura da EPAL pelo seu silêncio, considerando "desrespeito" aos consumidores, "A EPAL sendo uma instituição que presta serviço ao público é sua obrigação comunicar os seus consumidores sobre determinadas situações que eventualmente possam ocorrer no seu sector", defenderam. O Manchete tentou o contacto com o porta-voz da

EPAL, Domingos Paciência, mas o seu telefone dava desligado

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 O desaparecimento de 71 armas de guerra de unidade estratégica

Jornal Liberdade

09 De Setembro de 2016

Texto: Rafael Marques (Makangola)

A Região Militar de Luanda tem estado a gerir com sérias dificuldades o desaparecimento de 71 armas de guerra do tipo AK 47 e AKM, em Maio passado, da Unidade de Protecção de Objectivos Económicos (UPOE), situada em São Pedro da Barra, na zona da Petrangol.

O suposto furto levou à suspensão temporária do chefe de secção do serviço de segurança da UPOE, tenente-coronel Ugando Bravo "TC Roger", responsável pela protecção do armamento e pela situação operativa da unidade do ponto de vista da segurança. O UPOE tem como objectivo principal a defesa da Refinaria de Luanda, na Petrangol. A unidade foi criada após o

acto de sabotagem de comandos sul-africanos, a 30 de Novembro de 1981, que destruiu parcialmente a refinaria e levou ao fuzilamento em massa das forças ali estacionadas.

Segundo fontes militares que acompanham o dossiê, as armas foram retiradas gradualmente do armeiro da unidade, e há indícios de que terão sido vendidas a uma empresa privada de segurança.

As mesmas fontes estranham que, perante um acto de tamanha gravidade, a suspensão do tenente-coronel Ugando Bravo tenha sido ultrapassada com a sua actual transferência para o Destacamento de Apoio da Região Militar de Luanda. De acordo com o previsto na Lei dos Crimes Militares, invocam os interlocutores, o caso deveria ter levado à detenção dos envolvidos e a buscas para a recuperação do arsenal roubado, e não, evidentemente, a transferências de posto.

O chefe do Serviço de Inteligência e Segurança Militar (SISM), general António José Maria

"Zé Maria", tem sido incansável na invenção de golpes de Estado. No entanto, diante de uma situação grave como esta, que ocorre no seio dos seus serviços, envolvendo um dos seus subordinados, mantém-se indiferente. É conhecido o caso do major Nando, a quem o general puniu com nove meses de

cadeia na sequência de este ter faltado apenas um dia à tarefa habitual de lhe levar a sopa, da messe do SISM para a sua residência particular.

10. AMBIENTE

10.1 Época das Chuvas (II)

Jornal o PAÍS

02 Setembro de 2016

Texto: Luís Fernando

Como confessei, cresci a amar a chuva.

Quando criança, não era o lado regenerador da vida o que me fazia gostar da chuva, mas o seu bater romântico em cada teto de chapa. No Tomessa, com os meus irmãos Pompeu e Benjamim, despertávamos eufóricos a meio da madrugada quando lá fora as bâtegas se desfaziam sobre o zinco e a luz dos relâmpagos se infiltrava pelas brechas da janela do nosso quarto, virada para a lindíssima paisagem montanhosa do Baba, Tema e Cahumbo. Nas noites em que ainda brincávamos e a chuva se antecipava ao nosso sono, largávamos tudo para nos escondermos sobre os pesados cobertores e ficarmos, quietinhos, a desfrutar da sinfonia irrequieta composta pelas gotas sobre o telhado e o vento apressado que ia rua acima e rua abaixo, com um silvado por vezes medonho.

Passaram -se anos até perceber que a chuva era, no fundo, a garantia de vida e sobrevivência no mundo rural que fazia as nossas delícias com a abundância de comida sobretudo no ciclo mágico que abria com as sementeiras em Setembro. O Natal, no Tomessa e em todas as outras aldeias, não era só o perfume inconfundível do arroz caprichado com azeite de oliva mas, também, a frescura saudável da ginguba e do milho trazidos pelos nossos pais das lavras, mais a sedução soberba do ananás vermelhinho, da manga amarelaça, a banana, o abacate, os primeiros safús e toda restante panóplia de produtos naturais que transformavam Dezembro numa espécie de mês da fortuna para as felizes famílias de camponeses que nós éramos.

Em 1981, porém, todo o meu rico idealismo à volta da chuva colapsou quando converti o Tomessa num ponto afastado lá atrás, decidido naquele ano em travestir - me de jovem de cidade. Foi quando a necessidade de Ire-quentar a Universidade acabou com a minha veledade de continuar a aventura existencial no mesmo território da chegada ao mundo, oferecendo-me as surpresas de uma cidade tão grande e com tanta gente nas ruas como Luanda.

Aqui, vi pela primeira vez como a chuva poderia afinal representar, também, luto a desolação, pintando cenários tão opostos às nossas noites de sinfonias no telhado. Na Samba, onde me fixei depois

de experimentalismos de novela no Kinaxixi e Cidadela, lidei com a fúria da chuva naqueles recorrentes janeiros dos anos oitenta em que as águas arrastavam terras, pedregulhos e casas da margem norte para sufocarem a Camuxiba, a Praia Amélia e a Cerâmica dos meus amigos Victor e Mário. Foi o tempo em que, para se descobrir o Paradeiro do automóvel deixado no quintal na tarde anterior ao dilúvio, era preciso agarrar-se à antena porque tudo o resto estava soterrado por toneladas de lodo e entulho.

Aprendi dos meus novos amigos e vizinhos em Luanda a ouvir dizer mal da chuva, uma heresia e um choque violento para as minhas memórias de relação idílica com a água que cai do Céu.

Falo-lhes da dimensão romântica que a chuva esconde, conto-lhes as minhas noites de serenatas sobre os tetos de chapa no Tomessa mas ficam a olhar para mim como um ar de quem nunca tropeçou com um Pinóquio pior:!

Mandas estas 'bocas' porque nunca te viste a nadar nas águas do «Coelho»!

10.2 Época das Chuvas (II)

Jornal O PAÍS

02 De Setembro de 2016

Como confessei, cresci a amar a chuva.

Quando criança, não era o lado regenerador da vida o que me fazia gostar da chuva mas o seu bater romântico em cada teto de chapa. No Tomessa, com os meus irmãos Pompeu e Benjamim, despertávamos eufóricos a meio da madrugada quando lá fora as bâtegas se desfaziam sobre o zinco e a luz dos relâmpagos se infiltrava pelas brechas da janela do nosso quarto, virada para a lindíssima paisagem montanhosa do Baba, Tema e Cahumbo. Nas noites em que ainda brincávamos e a chuva se antecipava ao nosso sono, largávamos tudo para nos escondermos sobre os pesados cobertores e ficarmos, quietinhos, a desfrutar da sinfonia irrequieta composta pelas gotas sobre o telhado e o vento apressado que ia rua acima e rua abaixo, com um silvado por vezes medonho.

Passaram -se anos até perceber que a chuva era, no fundo, a garantia de vida e sobrevivência no mundo rural que fazia as nossas delícias com a abundância de comida sobretudo no ciclo mágico que abria com as sementeiras em Setembro. O Natal, no Tomessa e em todas as outras aldeias, não era só o perfume inconfundível do arroz caprichado com azeite de olivamas, também, a frescura saudável da ginguba e do milho trazidos pelos nossos pais das lavras mais a

sedução soberba do ananás vermelhinho, da manga amarelaça, a banana, o abacate, os primeiros safús e toda a restante panóplia de produtos naturais que transformavam Dezembro numa espécie de mês da fortuna para as felizes famílias de camponeses que nós éramos.

Em 1981, porém, todo o meu rico idealismo à volta da chuva colapsou quando converti o Tomessa num ponto afastado lá atrás, decidido naquele ano em travestir - me de jovem de cidade. Foi quando a necessidade de frequentar a Universidade acabou com a minha veleidade de continuar a aventura existencial no mesmo território da chegada ao mundo, oferecendo-me as surpresas de uma cidade tão grande e com tanta gente nas ruas como Luanda.

Aqui, vi pela primeira vez como a chuva poderia afinal representar, também, luto e desolação, pintando cenários tão opostos às nossas noites de sinfonias no telhado, a Samba, onde me fixei depois de experimentalismos de novela no Kinaxixi e Cidadela, lidei com a fúria da chuva naqueles recorrentes janeiros dos anos oitenta em que as águas arrastavam terras, pedregulhos e casas da margem norte para sufocarem a Camuxiba, a Praia Amélia e a Cerâmica dos meus amigos Victor e Mário. Foi o tempo em que, para se descobrir o paradeiro do automóvel deixado no quintal na tarde anterior ao dilúvio, era preciso agarrar-se à antena porque tudo o resto estava soterrado por toneladas de lodo e entulho.

Aprendi dos meus novos amigos e vizinhos em Luanda a ouvir dizer mal da chuva, uma heresia e um choque violento para as minhas memórias de relação idílica com a água que cai do Céu.

Falo-lhes da dimensão romântica que a chuva esconde, conto-lhes as minhas noites de serenatas sobre os tetos de chapa no Tomessa mas ficam a olhar para mim como um ar de quem nunca tropeçou com um Pinóquio pior:

- Mandas estas `bocas` porque nunca te viste a nadar nas águas do «Coelho»!

10.3 Sumbe não está pronto para as chuvas

Jornal O PAÍS

02 De Setembro de 2016

Texto: André Mussamo

Segundo análise técnica do Governo da província, os problemas de saneamento que têm assolado a cidade

do Sumbe resultam do facto de o lençol freático não viabilizar o escoamento natural das águas pluviais.

No último período chuvoso, a capital do Kwanza-Sul registou inundações que afetaram, entre várias instituições, o hospital geral local e escolas públicas. No auge das chuvas, o hospital do Sumbe chegou a sofrer inundações que forçaram a evacuação de pacientes e meios numa operação que na altura envolveu Proteção Civil e a Polícia Nacional.

O governador da província, Eusébio de Brito, confirma que obras de requalificação das fra-estruturas integradas das idades do Sumbe, Porto Amboim e Gabela estão paralisadas desde finais de 2014, agravando sobremaneira o quadro do saneamento nas localidades.

O governador prevê mais transtornos quando chegarem as chuvas, tendo aproveitado a presença do ministro da Construção a província para voltar a tocar o assunto. "Vamos aproveitar presença do ministro do sector (dono da obra) para tocar na questão", disse Eusébio de Brito questionado pela imprensa na ponte sobre o rio Longa.

E porque é no aproveitar que está o ganho, o governador, na ocasião, se disponibilizou a partilhar o carro com Waldemar Pires Alexandre durante operação e adjudicação de empreitadas na EN-100, ao longo da jornada e campo do ministro, na Terça-feira, 30.

"Seria bom que a imprensa cocasse esta questão ao ministro o sector, do nosso lado não temos alternativa senão trabalho paliativos para minimizar os estragos", revelou o governador.

E a sugestão do governante foi catada pelos jornalistas que, em entrevista, questionaram Waldemar Pires Alexandre acerca da paralisação das obras de requalificação da capital do Cuanza Sul.

O ministro da Construção disse que as empreitadas das infra-estruturas das 3 cidades estão inscritas nas prioridades, mas a exiguidade de recursos tem sido o principal obstáculo para que não sigam em frente.

O ministro revelou que a empresa que iniciou as obras do Sumbe já "cedeu a sua posição contratual em benefício de outra que com recurso a outras fontes possa equacionar uma alternativa para a retomada da obra".

Segundo revelou Waldemar Alexandre, a cidade do Sumbe está numa situação tecnicamente complexa e requer uma profunda intervenção.

Sem se comprometer com prazos e datas, Pires Alexandre garantiu que "brevemente as obras das vias e infra-estruturas do Sumbe retomam".

Enquanto isso, no Sumbe, transeuntes e automobilistas se desesperam. Designam a cidade como um "lamaçal autêntico onde não se pode circular no período chuvoso". Dizem os cidadãos que, na época chuvosa, o único ponto alternativo para caminhada sem incómodos é tão-somente a marginal do Sumbe, de resto, toda a capital do Cuanza-Sul, neste período das chuvas, concentra abundantes águas paradas, lama e lixo.

A cidade do Porto Amboim é outro ponto da província que vive grandes problemas de saneamento, em consequência de um ineficiente sistema de escoamento de águas pluviais.

Para agravar o quadro, a administração local não dispõe de meios e nesta altura conta com os escassos que pôde arregimentar com apoio da sociedade civil e iniciou a empreitada de desassoreamento das valas.

"Quem passa pela vila, nesta altura, vê uma montanha de terra à beira da estrada que é tudo quanto conseguimos remover das valas, mas faltam camiões para evacuar os solos", confessa o administrador municipal, Joaquim Ricardo Almeida Júnior.

Se estes solos não forem removidos, garantidamente, durante as chuvas vão provocar inundações mais graves nas comunidades ribeirinhas ao mar e vão repetir os problemas que a localidade enfrentou na, última época chuvosa.

10.4 Conservação das floretas assegura a biodiversidade

Jornal Económico
09 De Setembro de 2016
Texto: António Eugénio

A gestão de terras e áreas de pastagem, bem como a implementação de políticas para a sua melhor utilização foram analisadas, numa mesa redonda realizada, na semana passada, em Luanda, pelo Ministério do Ambiente e o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

O evento que contou com a participação de especialistas ligados ao sector da agricultura e ambiente serviu para defender medidas para acautelar alguns efeitos nocivos para a conservação dos solos, assim como obter subsídios técnicos sobre a proposta de política nacional de gestão sustentável de

terras em Angola, bem como outras mais-valias com o propósito de garantir melhores oportunidades aos potenciais utilizadores dos recursos fundiários.

Segundo o chefe de departamento da Biodiversidade do Ministério do Ambiente, Nascimento António, um dos grandes desafios do fórum, consistiu na classificação e mapeamento de terras consoante a sua vocação, limitação de terras comunitárias e limitação das reservas do Estado.

O responsável defendeu a necessidade de uma política abrangente, integradora, não obstante o quadro legal e institucional, para a matéria da terra, que apresente uma visão comum entre os diferentes sectores e níveis de jurisdição.

No encontro discutiram ainda causas e fenómenos naturais associados à práticas agrícolas como por exemplo o desmatamento, sobre pastoreio, queimadas, exploração mineira ou políticas desajustadas.

Este é o primeiro de vários encontros do género que as instituições (Ministério do Ambiente e Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) promovem em Luanda.

Um estudo do Governo angolano aponta a redução de 22 por cento dos polígonos florestais na região central do país. Na origem estão as queimadas, desmatamento, crescimento económico, populacional e dependência do carvão.

As associações de defesa do ambiente em Angola, ligadas às alterações climáticas, repovoamento florestal, gestão sustentável de resíduos e outras, tendem a aumentar em prol de uma maior proteção e conservação das espécies de animais e plantas, além da promoção de um meio mais puro.

Atualmente, são controladas pela Rede Ambiental Maiombe, 44 associações ambientais, compostas na maioria por jovens espalhados pelas 18 províncias do país.

Para salvar o que resta das florestas tropicais não basta acabar com o desmatamento, explicam especialistas ligados ao ramo.

Uma análise da situação da floresta mostra que outras interferências humanas, como o corte seletivo, os incêndios e a pressão da pecuária e da agricultura provocam tantos danos quanto se a floresta deixasse de existir.

Outros estudos mostram que o derrube e os incêndios reduzem pela metade a biodiversidade,

ainda que as florestas conservem 80 por cento de suas árvores.

A pesquisa, publicada recentemente mostra que inclusive aquelas florestas que conservam 80 por cento de suas árvores perderam até a metade da biodiversidade que possuem as florestas com menos presença humana.

10.5 Família transferida para zonas seguras

Jornal de Angola

13 De Setembro de 2016

Texto: Armando Sapalo

Helena Sapalo disse que o processo de registo dos referidos habitantes, a nível daquela parcela do município do Chitato, iniciou no mês de Fevereiro deste ano, beneficiando, numa primeira fase, 45 famílias do bairro Aeroporto.

A administradora municipal adjunta avançou que estas famílias estão a beneficiar de lotes de terreno, na reserva fundiária do Chitato 2, localizada no distrito urbano do Mussungue.

Acrescentou que cada família recebeu das autoridades do município do Chitato, em coordenação com as direções provinciais da Assistência e Reinserção Social e da Proteção Civil, material de construção como chapas de zinco e cimento.

Helena Sapalo explicou ainda que, no bairro Camanquenzo, as autoridades contabilizaram 30 habitações precárias, construídas em locais de risco. Neste momento, estão a ser criadas as condições para a mudança definitiva dos habitantes para uma das reservas fundiárias do Chitato.

A administradora-adjunta disse que a prioridade é a transferência dos habitantes que se encontram mais expostos ao perigo para as reversas fundiárias, onde as casas vão ser erguidas através da autoconstrução dirigida.

A Administração Municipal de Chitato, garantiu Helena Sapalo, vai prestar apoio técnico à construção de novas habitações, com vista a serem salvaguardadas as normas de ordenamento e urbanização das novas unidades habitacionais.

"Estamos diante de um problema social provocado pela erosão dos solos, muitas vezes, resultante do comportamento das próprias pessoas. Mas, asseguramos que os técnicos da área de fiscalização vão prestar o apoio técnico na construção das casas", sublinhou.

Helena Sapalo considera que só com medidas de fiscalização rigorosas, por parte dos agentes das autoridades municipal e policial, se pode evitar a construção anárquica de casas em terrenos próximos das ravinas.

Realçou que, para as ações de sensibilização, a Administração Municipal do Chitato conta com os agentes de desenvolvimento comunitário, que vão realizar campanhas junto da população sobre os riscos de construção nas proximidades das ravinas.

Enquanto isso, trabalhadores afectos à Administração Municipal do Chitato tomam medidas paliativas para travar o avanço das ravinas, que ameaçam destruir várias casas. Para o efeito, a administração vai mandar construir valas de drenagem, de acordo com a disponibilidade financeira. Outra solução tem a ver com a necessidade de as autoridades reforçarem ações que visam interditar a construção de casas precárias nas proximidades das ravinas da periferia e plantar árvores nesses locais, para consolidar os solos.

A responsável do município de Chitato salientou que esta ação visa reduzir os riscos que as ravinas representam para várias infra-estruturas, residências e para a segurança das famílias.

O município do Cuanhama, com 35 pontos, vai representar o Cunene durante a fase nacional da oitava edição do concurso Sucesso Escolar e Mérito Estudantil, vulgo "Sábados Académicos", depois de terem vencido a última prova provincial.

Os cinco estudantes do município do Cuanhama foram distinguidos com o prémio "Alunos de Mérito", por se destacarem dos demais de outros municípios. Os mesmos receberam computador portátil, telemóveis, igual número de mochilas, pen drive e um kit escolar.

Os vencedores competiram com 30 alunos de escolas do 11 ciclo do ensino secundário, tendo sido submetidos a testes de língua portuguesa, cultura geral, matemática e história.

O concurso "Sábados Académicos" é promovido a nível nacional pela JMPLA, com vista a estimular a competência e o mérito estudantil.

O diretor da Educação, Ciência e Tecnologia em exercício, Ambrósio Hysinduavali, disse que a sétima edição do projeto Sucesso Escolar e Mérito Estudantil cria uma oportunidade de aprendizagem, permite aprofundar os conhecimentos e promove a convivência entre os alunos dos diferentes estratos sociais e instituições escolares. Disse igualmente que o concurso é de grande importância tanto na vertente social, como na académica, uma vez que ocupa os

tempos livres dos jovens, assim como cultiva e estimula o gosto pela leitura.

10.6 Efeitos da chuva são combatidos com novos planos

Jornal de Angola

22 De Setembro de 2016

Texto: Antonio Gonçalves

O Conselho do Governo da Província de Benguela prepara um plano de contingência para dar rês posta aos problemas provocados pelas chuvas e recuperar-se das consequências deste fenómeno natural, face ao período chuvoso que se avizinha.

Esta questão e as propostas de regulamento interno de organização e funcionamento das centrais idades dos municípios do Lobito, Catumbela e Baía Farta constituíram parte do leque de assuntos analisados durante a IV reunião ordinária do Conselho do Governo da Província de Benguela, realizada terça-feira naquela cidade.

Orientada pelo governador Isaac dos Anjos, o encontro, que contou com a participação dos administradores municipais, delegados e directores provinciais, analisou o ponto de situação dos concursos públicos de admissão realizados nos sectores da Educação e da Saúde, o processo de recados tramento presencial dos funcionários e agentes administrativos e a criação excepcional das secções do orçamento e contabilidade da Delegação Provincial das Finanças de Benguela.

Durante o encontro, os membros do Conselho do Governo Provincial de Benguela apreciaram igualmente a situação da produção, transporte, distribuição e consumo de energia eléctrica e água, bem como o plano de realização da edição 2017 do Carnaval.

10.7 Exploração da madeira

Jornal Economia

23 De Setembro de 2016

A crise económica e financeira que o país atravessa actualmente, sem querer subestimá-la, não me parece assim um bicho de sete cabeças, difícil de degolar. Nós temos uma série de trunfos que precisamos apenas explorar, para sairmos desta situação, com muita rapidez. Tenho a impressão de que, às vezes, buscamos soluções muito distantes, quando, na verdade, temos tudo aqui bem pertinho, nas nossas barbas.

As nossas potencialidades devem ser aproveitadas para alavancar a economia. Para o efeito, é bom evitarmos determinados erros que encerram custos incalculáveis para o país. Um dos aspectos que consideramos como verdadeiro erro económico é a exportação de madeira em toro. Na Região Austral do continente, o nosso país deve figurar certamente entre os maiores produtores desta matéria-prima. E pelo que se sabe, a transformação da madeira em produtos acabados ou semi acabados não exige tecnologia caríssima, como é o caso do petróleo.

Contudo, entre transformar a madeira no país e exportá-la, e as vezes ainda em toro, o que mais acontece é a segunda opção, que na nossa visão, não é senão um autêntico erro económico. Aliás, o jornal da tarde de uma das principais rádios do país, no dia de 23 Agosto, fez menção disso mesmo. "Angola vai começar a exportar madeira para a China ... " É

muito bom quando o país exporta. Aliás, um dos objectivos macro do Executivo para a saída dá crise é o aumento das exportações.

Porém, exportar aquilo que pode ser transformado no país, gerando empregos e distribuição

de renda para os nacionais, além de ser um erro estrondoso, só pode ser mesmo um puro acto de falta de bom senso. Curiosamente andam aí às centenas os "empresários" que se dão ao luxo de participar dessa miséria, espoliando Angola e os angolanos dos seus recursos. E tem mais: Os países que importam madeira em toro de Angola fazem um aproveitamento extremo desta matéria-prima, não desperdiçando nada, mas nada mesmo. E em seguida, como é óbvio, exportam para os outros países e também para Angola produtos feitos à base de madeira a preços de arder os olhos. E por incrível que pareça, o que importamos já nem são os produtos de madeira pura. Importamos mais artefactos feitos à base de resíduos de madeira, sem

muita consistência, que infelizmente, já nos habituamos a usar. Enfim, importamos resíduos da nossa própria madeira. Parece caricato, mas é isso mesmo que acontece.

Portanto, em vez de exportarmos madeira em toro, que beneficia mais as economias estrangeiras do que a nossa, nós deveríamos usar todos os argumentos possíveis ao nosso

alcance para providenciar a instalação no país dos grandes industriais europeus, asiáticos ou americanos, ligados à transformação da madeira em produtos acabados. Desta forma estaríamos a potenciar a nossa economia e a mitigar os efeitos da crise.

Aqui pensamos que deve haver uma actuação concertada de alguns departamentos ministeriais, assim como de outras instâncias do Estado, para que efective a transformação

da madeira localmente, permitido o país aumentar as exportações de produtos acabados (feitos à base de madeira). E isso não nos parece uma tarefa difícil, se houver algum comprometimento com o progresso económico do país, claro.

Para efeito, precisamos desenvolver uma diplomacia altamente económica, identificando e trazendo para o país, com a máxima rapidez possível, os melhores grupos industriais do sector da transformação da madeira. E para que esses grupos se sintam motivados em instalar as

suas unidades de transformação no país, precisamos oferecer um conjunto garantias efectivas, como a isenção de impostos, a facilitação na importação dos equipamentos, a disponibilização de espaços infra-estruturados para instalarem as suas indústrias, a atribuição de vistos ao pessoal essencial e a remoção incondicional de todos os factores burocráticos, que infelizmente, superabundam por esses lados.

Nós precisamos ser ousados, permitindo a transformação da madeira no país em produtos acabados ou semi acabados. Desta forma a nossa economia só ganha, porque para além de

assegurarmos a questão do emprego. e da distribuição da renda às famílias, vai aumentar as exportações e arrecadação de impostos.

10.8 Seca arrasa cofres do Executivo

Jornal Liberdade

23 De Setembro de 2016

A seca dos últimos tempos que se vive no sul de Angola desde 2014 representa prejuízos de 123,4 mil milhões de kwanzas, equivalente a 0,7% do PIE, segundo uma avaliação conjunta do Governo e Nações Unidas.

De acordo com informação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a situação afetar sobre tudo as províncias da Huíla, Cunene, Namibe e levou à implementação de projetos de emergência para "responder aos efeitos climáticos do 'El Niño'", nos últimos seis meses.

A "avaliação de necessidades" feita pelas várias organizações das Nações Unidas que atuam em Angola e o Governo nacional apontam perdas DE bens que deixaram de ter utilização de 74,7 mil

milhões de kwanzas e danos equipamentos afetados - à volta de 49 mil milhões de kwanzas devido ao "impacto das secas" entre 2014 e 2016. A título de exemplo, o PNUD identifica que em 2016, nesta região do sul, cerca de 40% da produção agrícola perdeu-se, devido à prolongada falta de chuva.

Este total, quase 670 milhões de euros, corresponde a mais de 0,7% do Produto Interno Bruto

(PIE) angolano estimado para este ano pelo Governo, que ronda os 16,8 biliões de kwanzas.

A seca persistente no sul de Angola é tema de um seminário que envolve os governos das três provinciais mais afetadas, o Governo central, organizações internacionais e agências das Nações Unidas, que decorre desde segunda-feira na cidade do Lubango.

Para minimizar os efeitos da seca prolongada nesta zona do país, as ações levadas a cabo por agências das Nações Unidas, com fundos de emergência, já ascendem a sete milhões de dólares nos últimos seis meses. Segundo os dados avançados no seminário' pelo coordenador residente do Sistema das Nações Unidas em Angola, Pier Paolo Balladelli, mais de 2.900 famílias melhoraram a capacidade técnica de produção agrícola e foi reforçada a saúde animal de cerca 5.000 famílias.

"Mais de 9.800 crianças com má-nutrição aguda foram tratadas através da distribuição de suplementos terapêuticos, onde 590 técnicos da saúde foram formados em diagnóstico de mal nutrição aguda sem complicações e 220 agentes comunitários aprenderam a identificar crianças em risco", explicou Balladelli. Além disso, disse ainda, cerca de 14.000 pessoas passaram ter acesso a água potável através de bombas manuais reabilitadas, 40.000 pessoas vivem agora em comunidades com latrinas e quase 71.000 receberam kits de higiene.

10.9 Angola com maior mortalidade associada à poluição ambiental

Jornal Liberdade

30 De Setembro de 2016

Texto: Framanuel

Um relatório sobre "Poluição do ar ambiente:

Uma avaliação Global da Exposição e do peso da doença': divulgado nesta terça-feira, pela Organização Mundial de Saúde, indica que Angola é o país da lusofonia com maior mortalidade ligada à poluição

atmosférica, com 50 pessoas em cada 100 mil a morrerem devido à exposição do ar de má qualidade.

O documento espelha que Angola é o país lusófono e um dos oito países africanos com maior taxa de mortalidade associada à poluição atmosférica. 50 Em cada 100 mil pessoas morrem devido ao ar exterior de má qualidade.

A OMS descreve que três milhões de pessoas morrem todos os anos por causas associadas à poluição do ar exterior e que 92% da população mundial respira ar poluído.

Reafirma ainda que mais de nove em cada dez humanos vivem em locais onde a qualidade do ar exterior excede os limites definidos e que com limite uma concentração anual média de 10 microgramas por metro cúbico de partículas finas (PM_{2,5}), valor que, segundo o relatório, é excedido em todos os países lusófonos excepto Portugal (nove) e Brasil (10).

Cabo Verde, nesta tabela, o país lusófono mal classificado é que apresenta uma concentração média de 36 microgramas de partículas finas por cada metro cúbico, quando se tem em conta as medições em ambiente rural e urbano.

A Guiné Equatorial apresenta uma concentração média anual de 33 microgramas de partículas finas por metro cúbico, a Guiné-Bissau 27, Moçambique 17, Timor - Leste 15 e São Tomé e Príncipe 13.

As medições em ambiente urbano, Angola é o país lusófono com piores resultados, apresentando uma concentração média anual de 42 microgramas de partículas finas por metro cúbico de ar, valor que desce para 27 quando se tem em conta as zonas rurais e urbanas.

Os números têm por base medições através de satélite, modelos de transporte aéreo e estações de medição da poluição atmosférica em mais de 3.000 localidades, tanto rurais como urbanas, e o estudo foi desenvolvido pela OMS em colaboração com a Universidade de Bath, no Reino Unido. O relatório faz também uma avaliação do impacto da exposição ao ar poluído na saúde, tendo em conta dados do ano 2012.

A nível global, os autores concluem que três milhões de mortes anuais estão associadas à poluição atmosférica nomeadamente doenças respiratórias agudas, doença pulmonar obstrutiva crónica, cancro do pulmão, doença isquémica do coração e acidente vascular cerebral. Entre os países lusófonos, Angola é o país com mais mortes associadas à poluição atmosférica - 51 por cada 100 mil habitantes.

Quando comparado com os restantes países africanos, apenas sete têm uma taxa superior: Mali (60), Burkina Faso (58), Níger (57), Eritreia (56), e Benim, Chade e República Democrática do Congo (52).

A Guiné Equatorial apresenta uma taxa de 50 mortes associadas à poluição do ar exterior em cada 100 mil habitantes, a Guiné-Bissau 47, Cabo Verde 37, Timor Leste 31, São Tomé e Príncipe 26, Brasil 14 e Portugal.

Segundo o relatório, as partículas poluentes consistem numa mistura complexa de partículas sólidas e líquidas de substâncias orgânicas e inorgânicas em suspensão no ar. A maioria dos seus componentes são sulfatos, nitratos, amónia, cloreto de sódio, negro de carbono e pó mineral, entre outros. As partículas iguais ou menores do que 10 micrómetros de diâmetro são particularmente perigosas porque podem penetrar e instalar-se nos pulmões.

11. MIGRAÇÃO

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12.1 Decreto presidencial tipifica as transgressões administrativas mineras com multas

Jornal O País

07 De Setembro de 2016

Texto: Borges Figueira

As transgressões administrativas mineiras verificadas no exercício das actividades de estudos e cartografia geológicos de reconhecimento, prospeção, pesquisa, avaliação, lapidação, tratamento e comercialização previstas e reguladas no Código Mineiro, contam, a partir deste mês, com uma nova tabela de multas, segundo Decreto Presidencial publicado no Diário da República, primeira série, número 135, de 10 de Agosto de 2016.

De acordo com o diário oficial, são consideradas transgressões administrativas mineiras todos os actos praticados por ações ou omissões, no exercício da actividades geológico-mineira, bem como em desrespeito às disposições contidas em normas do direito internacional público aplicáveis ao acesso e uso dos recursos naturais.

A instalação, o início ou ampliação de qualquer actividades geológico-mineira sem autorização, ou sem título mineiro, designadamente a senha mineira, alvará mineiro, bem como o título de exploração, a extração ou a comercialização de recursos minerais não constantes do título mineiro, a falta de renovação do título mineiro ou averbamento da prorrogação da actividades no título mineiro, a falta de entrega dos relatórios periódicos da actividades geológico - mineiro, constam igualmente nos tipos de transgressões administrativas sujeitas a multas avultadas. Idem para a falta de prova legal da situação jurídica da empresa, nomeadamente quando não tenha ou não faça prova dos documentos de constituição da firma, o condicionamento ou transporte inadequado de substâncias inflamáveis ou perigosas, de equipamentos que requeiram segurança, assim como o transporte de qualquer mineral sem licença ou sem observância das normas de segurança. Enfim, a violação de quaisquer outras disposições legais relativas ao exercício das actividades mineira, sem prejuízo das sanções previstas no Código Mineiro e em demais legislação aplicável ao sector, é

considerada transgressão administrativa, do mesmo modo que o abandono da mina sem a necessária reposição ou reconstituição ambiental.

Sem prejuízo das multas aplicáveis pelas transgressões cometidas e das penas prevista no Código Mineiro, aplica-se acessoriamente a pena de suspensão das actividades por um período de até 90 dias, sempre que a transgressão cometida for alguma das previstas nas alíneas (a,b,c,d,e,f) do artigo 3º do diploma em questão.

Ainda segundo o documento legal, na determinação da medida da multa tem-se em conta a gravidade da transgressão, a culpa, a forma consumada ou tentada, a capacidade económica do agente ou benefício económico que este retirou da prática da transgressão. A natureza do dano e prejuízo causado sobre o bem tutelado e a reincidência são consideradas circunstâncias agravantes para efeito de determinação do montante da multa. A reincidência dá se quando a infração for cometida antes de decorrer um ano sobre as transgressões previstas no artigo 3 do presente diploma.

A falta e pagamento voluntário da multa implicam a sua cobrança coerciva, nos termos da lei, e a consequente suspensão das actividades geológico-mineira, independentemente da transgressão cometida, sem prejuízo de outras consequências jurídicas previstas no artigo 215 do Código Mineiro.

O processo para aplicação de sanções administrativas inicia - se obrigatoriamente por um auto de notícia ou um processo de averiguação instruído pelos serviços de fiscalização do departamento ministerial da Geologia e Minas, observando o estatuído no Código Mineiro.

12.2 Projecto Ferro de Kassinga produzirá 10 milhões de toneladas/ano

Jornal O PAÍS

20 De Setembro de 2016

Texto: Borges Figueira

Dez milhões de toneladas de minério primário serão exploradas anualmena região mineirade Kassinga, município da Jamba, na província da Huíla, a partir de 2017 quando o projecto arrancar, revelou esta segunda-feira, em Luanda, o administrador da Ferrangol para as empresas participadas, Dinis Santos.

O projecto de Ferro de Kassinga alberga uma área de concessão de 51.472 quilómetros quadrados e possui

uma reserva avaliada em 477 milhões de toneladas de ferro (teor médio 33 %) na localidade de Cateruca. Já em Tchamutete estima-se que as reservas de minério secundário são de 36 milhões de toneladas, com uma produção de 1,8 milhões de toneladas concentradas ano, estimando-se o tempo de vida das minas em 10 anos.

De acordo com Dinis Santos, a região de Tchamutete possui recursos avaliados em 1.492 milhões de toneladas, segundo um estudo conceptual realizado em 2014 e que necessita de trabalhos adicionais de prospecção, prevendo-se que poderá atingir uma produção anual de 10 milhões de toneladas/ano para exportação.

Durante os trabalhos de prospecção, que decorreram entre 2011 a 2014, foram igualmente realizados estudos de impacto ambiental na região, além da consulta pública sobre a actividade mineira em curso na localidade.

Encontram-se já criadas as condições para exploração e consequente exportação, nos primeiros meses de 2017, nas minas de Kassinga, havendo casas já concluídas e outras ainda em construção, destinadas aos trabalhadores de um laboratório e do caminho-de-ferro. A sociedade AEMR conta com o Caminho-de-Ferro de Moçâmedes, com capacidade para transportar seis milhões de toneladas durante o escoamento dos minerais da região para o porto seco do Sacomar, na província do Namibe.

"O projecto mineiro siderúrgico de Kassinga já funcionou no período colonial e teve um período de re-arranque, mas depois abrandou. Neste momento o titular do poder Executivo orientou a sua reabertura no âmbito de um novo modelo já em curso", e permitirá a criação de 4.810 novos postos de trabalho directos. A reactivação da exploração mineira - processo iniciado pelo governo em 2010 - está a cargo da Empresa Nacional de Ferro de Angola (Ferrangol), que antes da Independência fornecia anualmente cerca de 985.000 toneladas de ferro concentrado.

Por outro lado, o ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiróz, visita hoje as instalações da Empresa Nacional de Ferro de Angola (Ferrangol), onde receberá informações sobre a sua realidade actual, bem como sobre o cumprimento dos decretos presidenciais que aprovam o Programa de Reestruturação do Projecto Mineiro-Siderúrgico de Kassinga, autorizado pelo Governo.

Recolherá ainda informações sobre o modo de autonomizar jurídica e operacionalmente cada um dos quatro projectos integrantes, com destaque para

os Mineiro-Siderúrgico de Kassinga e Kassala Kitungo, além dos vários projectos do sector que visam atender os objectivos do Plano nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017 para a geologia e minas.

A Ferrangol (Empresa Nacional de Ferro de Angola), é concessionária do Estado para o ferro, ouro, cobre e outros minerais metálicos.

12.3 Reação da Sociedade Mineira do Cuango

Jornal Manchete

23 De Setembro 2016

Texto: Rafael M. De Moraes

O Maka AngoIa contactou a direcção de operações mineiras da SMC para obter a sua versão, mas sem sucesso. O director-adjunto Firmino Valeriano respondeu por via telefónica. através de um subordinado. informando que não será possível um encontro nem sequer responder às perguntas enviadas por escrito, que ora reproduzimos: 1. Desde Agosto passado. a SMC tem estado a destruir as lavras dos camponeses, pagando, como compensação, 40-60 mil kwanzas e vários tambores vazios. Quem autorizou a destruição das lavras? 2. Qual é a área total das lavras destruídas? 3. Quais são os critérios usados para determinar as compensações? 4. Por que razão a SMC não emite recibos pelas lavras destruídas e as compensações pagas?

5. A direcção da SMC acha justo os valores das compensações?

6 como é que SMC define a sua relação com a comunidade e o que faz para o seu bem-estar?

A SMC é um consórcio formado pelas empresas Endiama (41 por cento), ITM-Mining (38 por cento) e Lumanhe (21 por cento).

A Endiama, a sócia principal, é uma empresa pública. detida integralmente pelo Estado angolano. São sócios conhecidos e gestores ITM-Mining o moçambicano Renato Herculano Teixeira (director e presidente). o inglês Andrew John S111ith (director evice-presidente) e o angolano Sérgio Eduardo Monteiro da Costa (director).

São sócios da Lumanhe. com quo iguais, o ministro de Estado e chefe Casa Militar do Presidente da República. general Hélder Manuel Vieira o'l "Kopelipa", o inspector-geral do Estado Maior General das FAA. general das Carlos Hendrick Vaal ela Silva. o chefe Direcção Principal ele Preparação

de T pas e Ensino, general Adriano Makevala Mackenzie, o deputado do MPLA, geral Armando ela CnJZ Neto, e os genel João Baptista de Matos, Luís Pereira ceira e António Emílio Faceira.

12.4 Planageo descobre "gigante" complexo de granito

Jornal Novo Jornal
23 De Setembro de 2016
Texto: Álvaro Victória

O complexo compreende uma extensão de 45 mil quilómetros quadrados de granito negro entre as províncias da Huíla e Cunene. É por isso o maior do género em Angola, sendo uma descoberta que anima os propósitos pelos quais foi lançado plano Nacional de Geologia (Planageo).

Pela sua grandeza, as autoridades angolanas estão a comparar a mais nova descoberta do Planageo às maiores regiões de granito negro em todo o mundo.

A fazer fé nos dados apresentados, o complexo, que cobre uma área de 45 mil quilómetros quadrados de granito negro entre as províncias da Huíla e Cunene, ultrapassa a considerada maior área coberta por granito negro no mundo, localizada no Canadá, com cerca de 20 mil quilómetros quadrados.

Tais credenciais foram sublinhadas pelo ministro angolano da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, para quem os 45 mil quilómetros quadrados equivalem à dimensão de muitos países da Europa.

Apesar de só agora se confirmar, através do Planageo, a potencialidade da descoberta, Francisco Queiroz informou que, antes da independência do país, em 1975, já havia informações sobre a existência desse complexo.

Falando no final de uma visita à Empresa Nacional de Ferros de Anzola (Perrangol-EP), em Luanda, o titular do sector realçou que, no referido período, só se conhecia a parte florestal, mas que o Planageo permitiu conhecer a globalidade e as especificidades do complexo.

"Vamos incrementar a exploração e exportação do nosso granito negro disse o governante, para quem o complexo coloca Angola no mapa das grandes descobertas geológicas do mundo.

Pensando já na fase de exploração, as autoridades angolanas têm em cal teira a preparação de condições para instalação no local de uma estrutura de apoio à produção.

O Plano Nacional de Geologia (Planageo), recorde-se, é um projeto lançado pelo Governo de Angola, com o intuito de localizar e homologar toda a informação geológica de reservas, ocorrências e dados geológicos mineiros em toda a extensão do território nacional.

12.5 Minas cria empregos

Jornal Economia
30 De Setembro de 2016

Dois mil 758 jovens ganharam no segundo trimestre do ano em curso, na província da Huíla, emprego em várias empresas de exploração de granito negro e de materiais de construção, informou a directora provincial da Indústria e Geologia e Minas, Paula Joaquim.

Em declarações à Angop, no quadro do balanço das actividades realizadas no período em referência, sublinhou que deste número, mil 229 foram enquadrados no I trimestre e os restantes no segundo, nas operadoras que funcionam nos municípios da Chibia e Gambos.

A par das empresas de exploração de granito, os jovens foram inseridos em outras que produzem material de construção civil, indústria do ramo alimentar, fábrica de gelo, colchões e de tanques.

Explicou que com a entrada em funcionamento de mais nove empresas de exploração de granito, mais jovens serão enquadrados no sistema laboral.

Indicou que as empresas e as indústrias, não estão só a enquadrar cidadãos nacionais assim como expatriados, pois dos dois mil 758 cidadãos enquadrados 381 são estrangeiros, na sua maioria portugueses e chineses.

Aconselhou os jovens a adquirirem formação prática no ramo da indústria extractiva, na perspectiva de beneficiar de cursos de especialização.

A direcção da Huíla da Geologia e Minas controla 26 empresas de exploração de minérios, sendo 17 de rochas ornamentais, sete britadeiras, três areeiros, um de agro-mineral e duas de material cerâmica.

Segundo dados do Ministério da Geologia e Minas, a província da Huíla detém o maior número de indústria de exploração de granito, o que converte a região num potencial económico.

12.6 Empresas de rochas aumentam produção

Jornal Economia

30 De Setembro de 2016

As empresas vocacionadas à exploração de rochas ornamentais na província da Huíla produziram, de Janeiro a Junho do corrente ano, 17 mil 146, 499 metros cúbicos de granito negro.

A informação foi dada à Angop, no Lubango, pela directora provincial da Geologia e Minas, Paula Joaquim, que disse no período semelhante de 2015 as operadoras produziram 11 mil 62,818 metros cúbicos do minério.

Na produção, de acordo com a responsável do sector, as empresas venderam 57 mil 810,242 toneladas de granito, tendo arrecadado dois milhões, 464 mil 154 dólares americanos.

No mesmo período, Paula Joaquim referiu que o sector exportou 13 mil 477,696 metros cúbicos do produto para a Espanha, China, Alemanha e Itália.

Avançou que a actividade de exploração desta rocha ornamental é realizada actualmente por 17 empresas, destas quatro optam por transformar o produto localmente.

Para a gestora, a produção de granito na Huíla tem registado um crescimento salutar, pois o mercado tem sido fértil, combinado com a política de apoio aos empresários nacionais, que reduziu de 30 para 15 dólares o pagamento das taxas de exportação no Porto do Namibe.

"Com esta redução, as empresas têm melhorado a sua produção e a comercialização no mercado internacional, o que tem apoiado o Governo no programa de diversificação da economia", realçou.

A direcção da Huíla da Geologia e Minas controla 26 empresas de exploração de mineiros, 17 são de rochas ornamentais, sete britadeiras e três areeiros.

